

ANNAES

DA

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA PROVINCIAL

DO

AMAZONAS

DE

1879



MANÁOS

IMPRESSO NA TYP. DO—COMMERCIO DO AMAZONAS.—

1879

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA PROVINCIAL

DO

AMAZONAS

1.^a Sessão preparatoria de 23 de Março de 1879.

Presidencia do sr. Amorim.

As 11 horas da manhã presentes os srs. deputados Amorim, Aristides, Rodrigues, Tapajós, Miranda Leão, dr. Antony, padre Fernandes e Simpson, o sr. presidente declarou que por falta de numero não havia sessão.

Para constar se lavrou este termo.—*Henrique Barbosa de Amorim. P.—Aristides Justo Mavignier. 1.º S.—José Baptista Rodrigues, servindo de 2.º Secretario*

2.^a Sessão Preparatoria de 24 de Março 1879.

Presidencia do sr. Torres.

As 11 horas presentes os srs. deputados Torres, Mavignier, Rodrigues, Miranda Leão, padre Fernandes, Simpson, Amorim, Tapajós, dr. Antony e dr. Dias dos Santos; não havendo numero legal para ter lugar a instalação amanhã, visto ser o dia designado por lei, dirigio-se a s. exc. a comunicação de que trata o art. 11 do regimento.

Retirou-se o sr. presidente e a cadeira foi occupada pelo sr. vice-presidente.

Para constar lavrou-se este termo.—*Henrique Barbosa de Amorim.—Aristides Justo Mavignier.—Antonio Dias dos Santos.*

Sessão preparatoria de 27 de Março de 1879.

Presidencia do sr. Amorim.

As horas do estylo presentes os srs. deputados Amorim, Aristides, Conrado, Miranda Leão, padre Fernan

des, Simpson, S. Leonardo, Tapajoz, Rodrigues e dr. Antony e não havendo numero legal o sr. presidente declarou não haver sessão, e convidou aos srs. deputados a reunirem-se amanhã.—*Henrique Barbosa de Amorim.—Aristides Justo Mavignier.—Conrado Constandio Nicolão.*

Sessão preparatoria de 28 de Março de 1879.

Presidencia do sr. Torres.

As 11 horas da manhã feita a chamada acham-se presentes os srs. M. Torres, Dias dos Santos, Mavignier, Amorim, padre Fernandes, Miranda Leão, P. Simpson, barão de S. Leonardo, B. Rodrigues, Tapajoz, Antony, Ferraz e Canavarro. Havendo numero legal abre-se a sessão.

O sr. presidente declara que na forma do regimento vai proceder a eleição da mesa que tem de dirigir os trabalhos da 2.^a sessão do biennio.

Procede-se a votação em 1.^o lugar para presidente, e sae eleito o sr. Amorim com 8 votos obtendo o sr. Torres 5 votos.

O sr. Torres convida o sr. Amorim para occupar a cadeira da presidencia.

Procede-se em seguida a eleição para vice-presidente sendo eleito o sr. coronel Tapajoz, por 7 votos.

Obtiveram mais os srs.—Ferraz 3 votos, Conrado, Torres e padre Fernandes, 1 voto cada um.

Em seguida corre-se o escrutinio para a eleição dos dois secretarios cujo resultado é o seguinte:

Mavignier, 8 votos; padre Fernandes, 6 votos; Dias dos Santos, 4 votos; Ferraz e Canavarro, 2 votos cada um; Antony e Rodrigues 1 voto cada um.

Ficou a mesa assim constituida:

Presidente, Henrique Barbosa de Amorim.

Vice-presidente, Coronel Francisco Antonio Monteiro Tapajoz.

1.^o Secretario, Aristides Justo Mavignier.

2.^o Secretario, Padre José Maria Fernandes.

O sr. presidente declara que, havendo n.^o legal para funcionar a assembléa, vai-se fazer a competente

comunicação ao exm. sr. presidente da provincia, para marcar a hora da abertura, e levanta a sessão por algum tempo áfim de esperar a resposta de s. exc.

Aberta de novo a sessão o sr. presidente manda ler o officio do exm. sr. presidente da provincia pelo qual designa as 11 horas do dia de amanhã para a sessão solemne da abertura e leitura de seu relatorio; convidando em seguida os srs. deputados para comparecem na Matriz de N. S. da Conceição, as 9 horas da manhã áfim de assistirem a missa votiva do Espirito-Santo.

Levanta-se a sessão.

Sessão solemne da abertura em 29 de Março de 1879.

Presidencia do sr. Amorim

As 10 horas e meia da manhã, depois da missa votiva do Espirito-Santo, faz-se a chamada e acham-se presentes os srs.—Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Tapajoz, Miranda Leão, Pedro Sympson, Conrado, Torres, Antony, Ferraz e Barão de S. Leonardo.

Havendo numero legal abre-se a sessão.

O sr. presidente nomeia os srs. deputados—Sympson Torres, Conrado, Antony e Ferraz para comporem a comissão que tem de receber a s. exc., e levanta a sessão.

Annunciado o comparecimento do exm. sr. presidente da provincia abre-se a sessão, e sendo introduzido no recinto, pela comissão de recepção com as solemnidades do estylo, s. exc. toma assento á direita do sr. presidente da assembléa, e procede a leitura do seu relatorio, depois do que retira-se com as mesmas solemnidades, sendo acompanhado pela comissão.

O sr. presidente designa a ordem do dia para a seguinte sessão:

1.ª Parte.—Projectos, indicações e requerimentos.

2.ª Parte.—Eleição das comissões permanentes e o mais que occorrer.

Levanta-se a sessão.

Termo de 31 de Março de 1879.

Presidencia do sr. Amorim

As horas do estylo feita a chamada comparecem os srs. deputados Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Miranda Leão, Sympson, Tapajoz, Torres, dr. Dias dos Santos e Ferraz; e não havendo numero o sr. presidente declarou não haver sessão.

Para constar se lavrou este termo.—Henrique Barbosa de Amorim. P.—Aristides Justo Mavignier 1.º S.—Padre José Maria Fernandes 2.º dito.

Sessão ordinaria em 1.º de Abril de 1879.

Presidencia do sr. Amorim

As 11 horas da manhã feita a chamada acham-se presentes os srs. Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Sympson, Canavarro, Ferraz, Tapajoz, Baptista Rodrigues, Miranda Leão, Antony e Conrado.

Havendo numero legal, abre-se a sessão,

Lê-se e approva-se a acta da sessão de abertura, e as de 22 e 23 de Outubro do anno passado, que ainda não tinham sido approvadas.

O sr. 1.º secretario dá conta do seguinte:

Expediente

1.º Um officio do sr. deputado Dias dos Santos, comunicando achar-se doente.—Inteirada.

2.º Uma proposta de Manuel Antonio da Rocha Thury—para abastecimento de carnes verdes nesta capital, mediante um emprestimo pelos cofres provinciaes da quantia de 30:000\$000 réis sem juros, por espaço de 6 annos.

Fica sobre a mesa para ter o conveniente destino.

3.º Um officio do secretario do governo devolvendo, de ordem do exm. presidente da provincia, a proposta da assembléa provincial concedendo remissão da divida de José Antonio Serudo Martins, á qual negou sanção.

O sr. presidente declara que na forma do art. 185 do regimento interno vae proceder á eleição de 5 membros para comporem a comissão que tem de dar seu parecer sobre os motivos de não sanção allegados pela presidencia.

Corre-se o escrutinio e sahem eleitos os srs.—Baptista Rodrigues, Sympson e Canavarro, com 6 votos cada um; Miranda Leão e Tapajoz, com 5 votos cada um. Obtiveram tambem votos os srs. Antony, 5; Conrado e Ferraz 4 cada um, Torres 3, e barão de S. Leonardo 1—tendo-se encontrado 2 cédulas em branco.

O sr. presidente declara que a esta comissão vae ser remetida a proposta não sancionada.

Não havendo mais expediente—passa-se a ordem do dia.

1.ª Parte

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, pedi a palavra somente para apresentar um projecto que por sua reconhecida utilidade não me occuparei em justificar, aguardando-me para entrar em mais largo desenvolvimento quando se tratar de sua discussão.

Lê e manda á mesa o seguinte projecto:

Sendo certo existir no cofre provincial, um saldo superior a cem contos de réis, e convindo desobrigar a provincia, quanto antes, do pagamento dos juros de 10 e 8 % ao anno proveniente da divida fundada; tenho a honra de submeter á consideração desta assembléa o seguinte Projecto

A Assembléa Legislativa do Amazonas resolve:

Art. 1.º Fica o presidente da provincia autorisado a mandar pagar a divida fundada da provincia na importancia de 55:600\$000 réis distribuida em apolices emitidas nos termos do art. 4.º da lei n.º 349 de 24 de Maio de 1876.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Paço da Assembléa Legislativa do Amazonas, 31 de Março de 1879.—O deputado, *Esterão José Ferraz*.

Feita a leitura pelo sr. 1.º secretario toma o n.º 1, e fica sobre a mesa para entrar na ordem dos trabalhos.

O sr. Canavarro:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Canavarro:—Sr. presidente, não era talvez occasião plausivel para apresentar á casa o requerimento, com que vou por momentos occupar a sua attenção, quando vejo tão reduzido o numero de meus nobres collegas, que se acham presentes; mas compelido pelos sentimentos humanitarios que sempre me animam, sou levado a apresental-o já. Sr. presidente, o districto do Careiro, onde habito, está sendo victimado da terrivel epidemia da variola, e por isso desejando prestar gratuitamente os meus serviços medicos aquella população, cuja sorte muito me deve interessar, ouso pedir a esta illustrada assembléa 8 dias de licença, para ir applicar ali a vaccina, sem onus algum para os cofres publicos.

Manda á mesa o seguinte requerimento:

«Requeiro 6 ou 8 dias de licença para ir ao districto

to do Careiro, onde está grassando a variola, medicar gratuitamente os indigentes accommettidos desse mal, e applicar o preservativo do vaccina; e confiado nos sentimentos humanitarios que animam os meus nobres collegas, espero ser attendido.

Paço da Assembléa Provincial, em 1.º de Abril de 1879.—O deputado, *Dr. Canavarro*.

O sr. presidente.—Está em discussão.

O sr. Miranda Leão.—Peço a palavra.

O sr. presidente.—Tem a palavra.

O sr. Miranda Leão.—Tomei a palavra, sr. presidente, para oppôr-me ao requerimento do meu nobre amigo e collega o sr. dr. Canavarro, porque a licença que solicita, traz grande prejuizo aos trabalhos desta assembléa. Como v. exc. e a casa sabem, são apenas 14 os deputados que se acham presentes na capital; o sr. Dias dos Santos pediu dispensa por molestia; o sr. Conrado tem também de retirar-se, e ficaremos em circumstancias de se não poder trabalhar, por uma ou outra falta de algum dos 12 deputados que tem de ficar em actividade.

A presença do nobre deputado é, pois, de summa necessidade, porque ella não pôde ser supprida por outro; entretanto que os serviços, como medico, aos indigentes do Careiro, podem ser prestados por qualquer outro medico que o governo designar....

O sr. Canavarro.—Mas é preciso pagar por que nenhum lá irá sem vencimentos.

O sr. Miranda Leão.—Tem o inspector da saude publica, e os medicos militares a quem pode encarregar dessa commissão, ao passo que o nobre collega, não tem quem o substitua na sua cadeira nesta casa; e em primeiro lugar estão os interesses da provincia em geral, que ficarão prejudicados, se por falta de numero a assembléa não poder funcionar.

O sr. Canavarro.—Em primeiro lugar está a caridade.

O sr. Miranda Leão.—Eu louvo muito e aplaudo a abnegação e generosidade do nosso amigo e collega, e o seu interesse pela humanidade soffredora, mas ha muitos medicos na cidade a quem o governo pode encarregar dessa commissão, sem trazer prejuizo a serviços de ordem superior.

Voto, portanto, contra o requerimento.

O sr. Antony.—Peço a palavra.

O sr. presidente.—Tem a palavra.

O sr. Antony.—Sr. presidente, eu também vou oppôr-me ao requerimento do meu nobre collega, e primeiro peço desculpa porque conheço que vou contrariar os seus sentimentos humanitarios, geralmente reconhecidos.

Mas, como disse o meu nobre collega o sr. Miranda Leão, acquiescendo esta assembléa ao seu requerimento, importa collocar-nos em condições de não se funcionar por muitos dias.

Se por um lado se faz economia dos vencimentos que se teria de pagar a um facultativo que fosse ao Careiro prestar os serviços para que o nobre collega se offerece gratuitamente, por outro a falta do nobre deputado nesta casa, dando lugar a muitos dias perdidos, sobrecarrega os cofres provinciaes com os subsídios dos demais deputados, despendidos em pura perda. (*Apoiados*.)

Eu pediria, pois, ao nobre deputado que se dirigisse ao sr. presidente da provincia por meio de uma representação, fazendo-lhe ver o estado em que se acha o districto em que reside, e a necessidade de mandar para ali um medico e estou convencido que s. exc. não deixaria de tomar promptas providencias.

O sr. Canavarro.—Eu concordo com o que, diz o meu nobre collega o sr. Antony, com a condição de renovar o meu pedido logo que compareça mais algum dos srs. deputados; o sr. Sá que se espera do Madeira, ou outro qualquer.

Um sr. deputado.—Então retira o seu requerimento?

O sr. Canavarro.—Não senhor, quero sempre ver a votação.

Posto a votos é regeitado.

Não havendo mais do que tratar passa-se a

2.ª Parte

Eleição das commissões permanentes.

Corre-se o escrutinio e sahem eleitos para comporem as commissões:

1.ª Poderes, e infrações da constituição e das leis: Os srs. Barão de S. Leonardo, P. Sympson, e Chrysostomo, com 7 votos cada um; obtendo mais os srs. Antony, Ferraz, e Torres, 2 votos cada um; Rodrigues, Guimarães e Conrado, 1 voto cada um.

Houve uma cédula em branco.

2.ª Fazenda provincial:

Tapajós, M. Leão, e Sympson, 7 votos cada um; obtendo os srs. Ferraz, 3 votos; Torres, Conrado e Antony, 2 votos cada um; Guimarães, Chrysostomo e Rodrigues 1 voto cada um.

3.ª Agricultura, commercio, artes e navegação:

Os srs.—Dias dos Santos, 7 votos; Guimarães, 6 votos; e Rodrigues, 4 votos; obtiveram mais os srs. Antony, 3 votos; Sympson e Ferraz, 2 votos cada um; Barão de S. Leonardo, Conrado, Sá, Batalha, Chrysostomo e Torres, 1 voto cada um.

4.ª Propostas e representações das camaras:

Barão de S. Leonardo, 8 votos; Rodrigues e Tapajós, 7 votos cada um, sendo mais votado os srs. Ferraz com 3 votos; Conrado, Antony e Torres, com 2 votos cada um; Canavarro e Dias dos Santos, com 1 voto cada um.

5.ª Estatística, catechese e civilisação dos indigenas:

Ferraz, 6 votos; Antony e Conrado, 3 votos cada um. Foram ainda votados os srs.—Torres e Sá, 2 votos cada um; Guimarães, Chrysostomo, Canavarro e Batalha um voto cada um.

Houveram 3 cédulas em branco.

6.ª Instrução publica:

Antony, e Conrado 8 votos cada um; Canavarro, 5 votos. Foram mais votados os srs.—Ferraz, 3 votos; P. Sympson, Rodrigues, Batalha, Guimarães, Dias dos Santos e Torres, 1 voto cada um.

Houve uma cédula em branco.

7.ª Obras publicas:

Antony, 9 votos; Dias dos Santos, 7 votos e Torres 5 votos.

Obtiveram mais os srs. Ferraz, 4 votos; Chrysostomo e Canavarro, 2 votos cada um; Tapajós, Batalha, padre Daniel e Rodrigues, 1 voto cada um.

8.ª Negocios ecclesiasticos:

Sá, 4 votos; Chrysostomo e Antony, 3 votos cada um. Foram mais votados os srs.—Batalha, Ferraz e Tapajós, 3 votos cada um; Canavarro, padre Daniel e Miranda Leão, 2 votos cada um; Guimarães, Barão de S. Leonardo, Sympson, Torres e Dias dos Santos, 1 voto cada um.

Procede-se o desempate entre os srs. que obtiveram 3 votos cada um, designando a sorte os 2 ultimos membros da commissão.

Houve uma cédula em branco.

9.ª Força provincial:

Ferraz, 9 votos; Barão de S. Leonardo, 8 votos; Sá, 7 votos; Obtiveram mais Guimarães e Miranda Leão, 2 votos cada um; padre Daniel, Antony, Torres, Canavarro e B. Rodrigues, 1 voto cada um.

10.ª Redacção:

Sympson e Tapajós, 7 votos cada um; Miranda Leão, 6 votos.

Foram mais votados os srs.—Ferraz, Conrado e Antony com 3 votos cada um; Chrysostomo, Batalha, padre Daniel e Canavarro, com 1 voto cada um.

Concluida a eleição das commissões o sr. peesidente

declara que vai mandar autuar a queixa dada pelo subdito portuguez Augusto Lopes de Oliveira contra o juiz de direito de Itacoatiara, dr. Minineá, com a resposta apresentada na casa no ultimo dia de sessão do anno passado, pra se proseguir nos termos do art. 214 do regimento; e bem assim que vai também mandar a comissão de redacção o projecto da lei do orçamento provincial do anno passado, cuja redacção não chegou a ser approvada, para satisfazer o que dispõe o art. 166 do mesmo regimento.

E nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente designa para ordem do dia de amanhã.

1.ª Parte

Projectos, indicações e requerimentos.

2.ª Parte

Discussão das redacções dos projectos n.º 25 A. e n.º 25 H., e dos de n.ºs 26 e 33 do anno passado.

Levantou-se e sessão.

Sessão ordinaria em 2 de Abril de 1879

Presidencia do sr. Amorim.

As 11 horas da manhã, feita a chamada, acham-se presentes os srs. Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Tapajós, Pedro Simpson, Barão de S. Leonardo, Ferraz, Miranda Leão, Baptista Rodrigues, Canavarro, Conrado, Torres e Antony; faltando com participação o sr. Dias dos Santos, e sem ella os demais srs. deputados. Abre-se a sessão.

Lê-se e approva-se a acta da sessão anterior.

Não houve expediente.

Ordem do dia.

1.ª Parte

O sr. Miranda Leão—Pego a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. Miranda Leão—Sr. presidente, pedi a palavra para apresentar um requerimento; mas antes de fazer a leitura, permitta-se-me precedel-o de algumas palavras para explicar o meu pensamento.

Como v. exc. sabe, na 3.ª discussão da lei do orçamento do anno passado apresentaram-se diversas emendas, que, em virtude de um requerimento approvado pela casa, a comissão de redacção, excluindo do projecto original, reduziu a projectos especiaes, que com aquelle tem de subir á sancção.

Entretanto essas medidas não passaram pelos tramites legais para que possam ser convertidas em leis...

O sr. Simpson—Está fallando contra o vencido.

O sr. Miranda Leão—V. exc. pode tomar suas notas e responder-me depois.

Todo o projecto para ser convertido em lei deve passar por tres discussões; isto não é mera disposição regimental—é preceito constitucional, consagrado no acto adicional, que é a lei organica das assembléas provinciaes, reproduzido no art. 122 do nosso regimento interno.

As tres leituras de que trata o art. 119 do regimento podem ser dispensadas em virtude de resolução da assembléa, porque é disposição regimental; mas as tres discussões, que, como disse, é preceito constitucional, nós não temos attribuição para dispensal-as.

E' obvio que essas emendas apresentadas na 3.ª discussão da lei do orçamento não passaram pelas tres discussões, e não podem constituir propostas legislativas para serem submittidas á sancção.

A mesa do anno passado recebeu irrefletidamente na 3.ª discussão da lei do orçamento emendas que não tinham relação com o texto do projecto, o que foi reconhecido pela casa, determinando-se que a commis-

são de redacção extrahisse as medidas de que tratavam essas emendas, reduzindo-as a projectos especiaes—para não collocar o presidente da provincia na contingencia de devolver a lei sem sancção, deixando a provincia sem orçamento, ou sancionar essas medidas que não tinham passado pelos tramites legais.

Para remover este inconveniente, foi que entendi apresentar á consideração da casa o meu requerimento que passo a ler:

Lê e manda á mesa o seguinte requerimento:

«Requeiro que a redacção das emendas apresentadas na 3.ª discussão do projecto n.º 25 (orçamento provincial) na sessão do anno passado, que a respectiva comissão converteu em projectos especiaes, sejam remetidas á comissão de poderes para, no caso de julgar-as de interesse publico, reduzi-las a projectos, afim de passarem pelos tramites legais. Paço da Assembléa Provincial do Amazonas, em 2 de Abril de 1879.—O deputado, *Miranda Leão*.»

Ainda com a palavra, sr. presidente, aproveito o ensejo para fazer uma declaração.

Como v. exc. sabe, fui eleito membro de duas comissões, mas desde já declaro aos meus nobres collegas e membros das mesmas comissões que fóra desta casa não trabalho: que das 10 horas em diante estou prompto na sala das comissões, até a 2 da tarde para qualquer trabalho pertencente ás comissões de que faço parte; mas fóra dessas horas não contem comigo. Declaro também que não assignarei papel algum em cuja confecção ou estudo não tenha tomado parte.

O sr. presidente—Antes de mandar ler o requerimento do nobre deputado, releve ponderar a v. exc. que a mesa recebendo como recebo o anno passado essas emendas e additivos apresentados na discussão da lei do orçamento, mostrou que queria marchar de harmonia com a propria assembléa; á esta é que cumpria desde logo recusar approvação a taes medidas estranhas ao projecto que se discutia.

Entendo que o requerimento do nobre deputado envolve materia vencida, e a respeito da qual não se póde mais deliberar, porque não se trata agora senão de approvar a redacção desses projectos, que a assembléa já considerou como propostas de leis, e em estado de subir á sancção. Entretanto, vou sempre submittel-o á discussão e votação.

Feita a leitura pelo sr. 4.º secretario, o sr. presidente declara que está em discussão o requerimento.

O sr. Antony—Pego a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. Antony—Sr. presidente, eu não vim preparado para esta discussão, que, permitta-se-me a expressão, appareceu extemporaneamente; vou pois manifestar-me contra o requerimento.

V. exc. hontem mandou que a lei do orçamento do anno passado e os demais projectos especiaes delle extrahidos fossem enviados á comissão de redacção...

O sr. Miranda Leão—Não, senhor, sómente a lei do orçamento.

O sr. Antony—... para que fossem escoimadas as materias heterogeneas.

Como disse o sr. presidente, o requerimento ora apresentado affecta materia já vencida na casa.

Não se trata agora de regular o modo de converter em leis esses projectos, mas tão somente de approvar ou não a sua redacção, porque, quanto a sua materia, a assembléa já proferio a sua ultima decisão.

No pé em que se acham elles não podem mais ter outro destino senão subir á sancção depois de approvada a redacção, e confio bastante no sr. Barão de Maracajú, que não duvidará devolver á esta assembléa aquelles que entender não estarem no caso de serem sancionados. Isto não quer dizer que estejamos brigando com a administração.

Encerrada a discussão e posto a votos é regeitado.

O sr. Tapajós—Peço a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. Tapajós—Sr. presidente, pedi a palavra para apresentar uma indicação que passo a ler: (lê) «Indico que a mesa fique autorizada a contractar a publicação dos debates e impressão dos projectos na presente sessão, com a typographia que fôr de sua confiança. Paço da assemblea legislativa provincial do Amazonas, em 2 de Abril de 1879.—O deputado, Tapajós».

Aproveitando a palavra, peço permissão á casa para fazer algumas considerações a respeito do que disse o nobre deputado sr. Miranda Leão. Parece-me que nós não estamos aqui fazendo de meninos de escola.

O sr. Miranda Leão—(Dá um aparte).

O sr. Tapajós—Me parece que os deputados que forem eleitos para fazer parte das comissões desta casa, não podem eximir-se dos trabalhos que por ellas correm, deixando-os pezar sobre os outros collegas.

O sr. Miranda Leão—O trabalho das comissões deve ser aqui na casa e nas horas competentes dentro dellas já disse que estou prompto.

O sr. Tapajós—Esta declaração que o nobre deputado fez aqui perante a assemblea reunida, podia fazel-a em particular aos seus collegas de comissão, porque isso importa uma manifestação de desintelligencia no seio das comissões.

Com este procedimento parece que o nobre deputado teve em vista denunciar á casa e ao publico que os seus companheiros fazem o que querem e depois lhe apresentam para assignar de cruz.

O nobre deputado não devia marcar horas para o trabalho; bastava combinar isto fóra do recinto com os seus collegas, que de certo não se negariam a qualquer combinação.

A declaração do nobre deputado parece ainda fazer acreditar que os seus collegas de comissão já quizeram impôr-lhe a obrigação de assignar papeis em que não tinha tomado parte.

Parece que desde o começo se annuncia uma divergencia de que não resulta interesse algum para o serviço publico.

O nobre deputado tinha o direito de levar para casa qualquer trabalho que lhe fosse apresentado por seus collegas, já confeccionado, para examinal-o com vagar, emitir a sua opinião e manifestar os pontos em que se mostrasse divergente; não precisava exhibir perante esta assemblea uma prevenção que dá muito má idéa de seus companheiros, suppondo-os capazes de abusarem de sua confiança, ou alimentarem a pretensão de impor-lhe as suas vontades.

Pela minha parte ha de permittir-me que repilla de mim esse pensamento de querer impor a quem quer que seja as minhas idéas. Tenho concluido.

Feita a leitura da indicação pelo sr. 1.º secretario, entra em discussão.

O sr. Antony—Peço a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. Antony—Sr. presidente, eu sinto dizer ao nobre autor da indicação que não concordo com a autorisação que quer fazer á mesa—apesar de reconhecer que ella se acha composta de cavalheiros distintos e que me inspiram inteira confiança. Eu, porém, querendo declinar de mim a responsabilidade dos contractos, vou apresentar um outro requerimento que prejudica o que se acha em discussão.

Lê e manda a mesa o seguinte requerimento:

«Requeiro que se chame concorrentes para o contracto da publicação dos debates e impressão dos trabalhos da assemblea na presente sessão.

Paço da assemblea legislativa provincial do Amazonas, em 2 de Abril de 1879.—O deputado, Antony».

Feita a leitura pelo sr. 1.º secretario, entra em discussão.

O sr. Ferraz—Peço a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. Ferraz—Sr. presidente, estou solidario com a opinião do meu nobre collega o sr. Antony; isto é, que, v. exc. e os dignos secretarios que compõem a mesa inspiram confiança; porem v. exc. e os dignos secretarios devem saber que não estão ahí com o meu voto.

A indicação do sr. Tapajós importa uma autorisação que elle quer dar a mesa, revellando assim uma confiança que eu não posso partilhar; porque a escolha pode recahir em uma typographia que não esteja nas condições de satisfazer o contracto.

O requerimento do sr. Antony, portanto, está no caso de merecer a approvação da casa, porque elle resolve futuras responsabilidades.

O sr. Torres—Peço a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. Torres—Sr. presidente, eu não duvidarei votar pela indicação do sr. deputado Tapajós, mas é preciso que elle retire uma das clausulas do requerimento; porque, diz elle que se autorise a meza a fazer os contractos, tomando por base os contractos do anno passado. Ora como v. exc. sabe o anno passado fez-se aqui o contracto para impressão dos annaes...

O sr. presidente—Diz que o requerimento não trata dos annaes, mas somente da impressão dos debates e projectos.

O sr. Torres—Neste caso voto pela indicação.

Encerrada a discussão e posta a votos é approvada.

O sr. Symphon—Peço a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. Symphon—Sr. presidente a maioria da comissão de redacção tem um trabalho prompto, e este trabalho versa sobre a redacção do projecto n.º 25 orçamento do anno passado, e pede para o ler já, visto tel-o presente.

Dada a permissão do estylo o sr. Symphon, como relator da comissão lê a redacção do projecto n.º 25, lei do orçamento do anno passado.

Fica sobre a mesa para entrar na ordem dos trabalhos.

2.ª Parte

Tem 2.ª leitura o projecto n.º 1 deste anno, que é julgado objecto de beliberação, e vae a imprimir.

Entram em discussão e são approvadas sem debates as redacções dos projectos n.º 25 A, 25 B, 25 C, 25 E, 25 F e 25 G, as dos de n.º 26 (orçamento das camaras municipaes do interior) e a do de n.º 31 (concedendo licença a Caetano Luiz Symphon).

O sr. Ferraz—(Pela ordem) Diz que o sr. presidente mandará hontem que o projecto da lei do orçamento fosse remettido a comissão de redacção para reduzir a projectos separados todas as materias que não tivessem relação com o texto, e estando esgotados os projectos em separado, o orador pergunta por um em que se concede aposentadoria ao sr. Thomaz Symphon; e um outro que trata da impressão de uma obra litteraria relativa a provincia.

O sr. presidente—Diz que a comissão apresentará em outra sessão os projectos de que trata o orador.

Não havendo mais nada de que tratar o sr. presidente designa para ordem do dia de amanhã:

1.ª Parte

Projectos, indicações e requerimentos.

2.ª Parte

3.ª Leitura do projecto n.º 1.

Discussão da redacção dos projectos n.º 25 (orçamento provincial do anno passado) e dos de 26 I, J, K e L.

Levanta-se a sessão.

Sessão ordinaria em 3 de Abril de 1879

Presidencia do sr. Amorim

As 11 horas da manhã feita a chamada acham-se presentes os srs. Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Tapajós, Barão de S. Leonardo, Ferraz, Torres, padre Daniel, Pedro Symphon, Batalha, Conrado, Antony, Rodrigues e Leão.

Abre-se a sessão.

O sr. 1.º secretario dá conta do seguinte Expediente

Matheus Antonio Soares Bello requerendo o emprestimo de seis contos de réis em juros para montar uma serraria a vapor.—A' commissão de agricultura.

Ordem do dia

1.ª Parte

O sr. Ferraz—Peço a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. Ferraz—Sr. presidente, tomei a palavra para apresentar uma projecto. E'-me summamente agradável apresentar projectos nesta casa que tendam ao melhoramento da provincia, dispensando-me de precedel-o de justificação, aguardo-me para sua discussão, no caso de que tenha elle de soffrer impugnação, o que não é de esperar, attenta a sua materia de reconhecida utilidade.

Lê e manda a mesa o seguinte projecto:

Sendo de urgentissima necessidade promover-se os meios de levar-se a effeito o abastecimento de agua potavel á população da capital, e attendendo o estado li-songeiro das finanças da provincia; tenho a honra de submeter á consideração desta assembléa o seguinte projecto:

A assembléa legislativa do Amazonas resolve:

Art. 1.º Fica o presidente da provincia autorizado á despendar até a quantia de 40:000\$000 réis com a construcção de dous chafarizes nesta cidade, nos lugares mais convenientes, tendo cada um delles, pelo menos, oito torneiras.

§ 1.º Estas obras serão effectuadas por administração sob a inspecção e direcção do engenheiro das obras publicas, ou por arrematação com quem mais vantagem e garantias offerecer á provincia.

Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 3 de Abril de 1879.—O deputado, *Estevão José Ferraz*.

Toma o n.º 2 e fica sobre a mesa para entrar na ordem dos trabalhos.

O sr. Mavignier—Lê e manda a mesa o seguinte projecto:

Convindo acorçoar os esforços das pessoas que na provincia se occupam com fazendas de criação especialmente de gado vaccum, por meio de algum premio modico, como o que prometia á lei n.º 182, visto como, é a classe que de menos recursos dispõe nesta provincia, por isso offereço á consideração da casa o seguinte projecto:

A assembléa legislativa do Amazonas resolve:

Art. 1.º Fica em pleno vigor por mais 10 annos a lei n.º 182 de 14 de Julho de 1868.

Art. 2.º A verificação das respectivas fazendas a requerimento dos fazendeiros, para poder receber o premio de que trata essa lei n.º 182, será feita pelos empregados da repartição fiscal mais proxima das ditas fazendas, correndo as despesas por conta da provincia.

Art. 3.º Os empregados que tiverem de verificar ditas fazendas serão de nomeação, e com as respectivas instrucções do inspector do thesouro publico provincial com a approvação da presidencia, a quem serão submittidas não só a noineação desses empregados, como as instrucções.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das sessões da assembléa legislativa provincial

do Amazonas, 3 de Abril de 1879.—O deputado, *Aristides Justo Mavignier*.

Toma o n.º 3 e fica sobre a mesa para entrar na ordem dos trabalhos.

2.ª Parte

Entra em discussão a redacção do projecto n.º 25 (orçamento provincial).

O sr. Antony:—(Pela ordem) Pede ao sr. presidente que se digne explicar se s. exc. ou a commissão quando organisaram esta lei tiraram do projecto indistinctamente todas as emendas e additivos, ou deixaram alguma medida comprehendida em alguma das emendas.

O sr. presidente:—Responde que a assembléa deliberou que as emendas que tinham relação com o texto deviam ficar.

E' approvada sem mais observação.

Discussão do projecto n.º 25 J, que concede subvenção a estudantes.

O sr. Ferraz:—(Pela ordem) Diz que o sr. Antony pedio, ha pouco, uma explicação, e que elle vae re-produzir o pedido a respeito do projecto n.º 25.

A decisão da casa foi que se excluísse todas as emendas que não tivessem relação com o texto. Ora estas subvenções a estudantes, parece-me que tem relação com o texto; deve fazer parte da lei do orçamento.

O sr. presidente:—Se v. exc. quer que dê minha opinião, devo dizer que, em quanto a mim, toda a medida que traz despesas aos cofres provinciaes faz parte do orçamento, lei magna que deve comprehender as despesas votadas, e por isso, tanto esta como as outras tinham relação com o texto; mas apesar disto, a commissão entendeu assim a deliberação da Assembléa.

Encerrada a discussão é approvada.

Entra em discussão a redacção do projecto n.º 25 K que autorisa a despendar a quantia de dous contos de réis com a impressão do dictionario topographico da provincia do Amazonas—e cinco contos de réis com a da grammatica e dictionario da lingua indigena.

E' approvada.

Vão a sancção todas as redacções approvadas.

3.ª Leitura do projecto n.º 1.

Vae a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos.

Exgotada a ordem do dia, o sr. presidente designa a do dia de amanhã e levanta a sessão.

Termo de 5 de Abril de 1879.

Presidencia do sr. Amorim

As horas do estylo compareceram os srs. Amorim, Aristides, padre Daniel, Symphon, Tapajós e Ferraz, por falta de numero o sr. presidente declarou não haver sessão.

Para constar se lavrou este termo.

Henrique Barbosa de Amorim. P.—*Aristides Justo Mavignier*, 1.º S.—*Padre José Maria Fernandes*, 2.º S.

Termo de 4 de Abril de 1879.

Presidencia do sr. Amorim

As horas do estylo presentes os srs. deputados, Amorim, Aristides, Ferraz, Tapajós, Symphon, Batalha, dr. Antony e Torres, o sr. presidente declarou não haver sessão por falta de numero.

Para constar se lavrou este termo.

Henrique Barbosa de Amorim—*Aristides Justo Mavignier*—*Estevão José Ferraz*.

Termo de 7 de Abril de 1879.*Presidencia do sr. Amorim.*

As horas do estylo presentes os srs. deputados Amorim, Aristides, padre Fernandes, Sympson, Rodrigues, Batalha, padre Daniel, Ferraz, Tapajós e Torres.

O sr. presidente declarou não haver sessão por falta de numero.

Para constar se lavrou este termo.—*Henrique Barbosa de Amorim, P.—Aristides Justo Mavignier, 1.º S.—Padre José Maria Fernandes, 2.º dito.*

Termo de 8 de Abril de 1879.*Presidencia do sr. Amorim.*

As horas do estylo presentes os srs. deputados Amorim, Aristides, padre Fernandes, Miranda Leão, Tapajós, Ferraz, Torres, dr. Antony, Batalha, e Rodrigues.

O sr. presidente declarou não haver sessão por falta de numero.

Para constar se lavrou este termo.—*Henrique Barbosa de Amorim, P.—Aristides Justo Mavignier, 1.º S.—Padre Jose Maria Fernandes, 2.º dito.*

Termo de 9 de Abril de 1879.*Presidencia do sr. Amorim.*

As horas do estylo presentes os srs. deputados Amorim, Ferraz, Rodrigues, Tapajós e Batalha.

O sr. presidente declarou não haver sessão por falta de numero.

Para constar se lavrou este termo.—*Henrique Barbosa de Amorim, P.—Estevão José Ferraz servindo de 1.º secretario.—José Baptista Rodrigues servindo de 2.º dito.*

Sessão de 14 de Abril de 1879.*Presidencia do sr. Amorim.*

As 11 horas da manhã, feita a chamada, acham-se presentes os srs. Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Barão de S. Leonardo, Tapajós, padre Daniel, Ferraz, Batalha, Pedro Sympson, Miranda Leão, e Antony e comparece depois da chamada o sr. Torres.

Havendo numero legal abre-se a sessão.

Lê-se e approva-se a acta da anterior.

O sr. 1.º secretario dá conta do seguinte:

Expediente

1.º Officio do secretario do governo communicando ter s. exc. o sr. presidente da provincia prestado sancção as propostas desta assemblea creando duas escolas no bairro da campina desta cidade;—autorizando o contracto da illuminação da capital pelo systema—Gaz Glob—e a que autorisa a reconstrução da rampa da praça de Tamandaré.—Inteirada.

2.º Idem ter mandado publicar e correr os orçamentos da receita e despesa das camaras muniçipaes do interior.—Inteirada.

3.º Idem remettendo o requerimento em que o official da secretaria do governo Antonio Teixeira Ponce de Leão pede uma licença.—A commissão de poderes.

4.º Idem idem acompanhando o orçamento da despesa a fazer-se pela camara municipal da villa de Manicoré com a compra de mobilia—A commissão de camaras.

5.º Idem idem da camara municipal de Borba remetendo os trabalhos annuos da mesma camara—A commissão de camaras.

6.º Idem idem enviando copia da acta da sessão da camara municipal da capital de 1.º do corrente dando providencias sobre o abastecimento de carnes verdes para o consumo da população.—A commissão de Fazenda.

7.º Requerimento de Antonio José Fernandes Junior solicitando um emprestimo dos cofres provinciaes de 15:000\$000 réis para montar um engenho de assucar na provincia.—A commissão de agricultura.

8.º Requerimento de Gustavo Antonio Ribeiro da Silva pedindo dispensa do pagamento de certa quantia que lhe é exigida pelo thesouro provincial.—A commissão de poderes.

9.º Idem de Antonio Amancio Fernandes, propondo-se a abrir um pique desta capital até o forte de S. Joaquim no Rio Branco.—A commissão de poderes.

(Entra o sr. Torres)

10 Idem de João Antonio Coelho pedindo uma subvenção para concluir seus preparatorios nesta capital.—A commissão de instrucção.

11 Idem de Francisco Por-Deos das Chagas e Mello, pedindo subvenção para estudar no seminario.—A commissão de instrucção.

12 Idem de Julia Rosa de Assumpção pedindo pagamento do terreno de sua propriedade que a camara exigio para o alargamento da rua de Marcilio Dias.—A commissão de camaras.

13 Idem de Manoel José Zuany de Azevedo, amanuense da secretaria da Assembléa, pedindo licença com todos os seus vencimentos por um anno.—A commissão de poderes.

14 Idem de Antonio Luiz Moura de Carvalho pedindo um emprestimo de 6 contos de réis sem juros para desenvolver a creação de gado.—A commissão de agricultura.

15 Idem de Lourenço Nicolão de Mello, pedindo igual favor para o mesmo fim.—A mesma commissão.

16 Idem de Raymundo Henrique da Costa amanuense da secretaria da assemblea pedindo aposentadoria.—A commissão de poderes.

17 Idem de João Antonio Pará official da mesma secretaria, no mesmo sentido.—A commissão de poderes.

3 Officios do secretario do governo, remettendo de ordem do exm. sr. presidente da provincia diversos projectos de leis a que negou sua sanção para os devidos effectos, a saber: 1.º que autorisa a indemnisação de 700\$000 rs. ao bacharel Ernesto Rodrigues Vieira; 2.º que autorisa a despende a quantia de 7:000\$000 réis com a impressão do dicionario topographico da provincia, e da grammatica e dicionario da lingua indigena; 3.º que autorisa o pagamento da quantia de 16:000\$000 réis a Francisco de Sousa Mesquita, importância dos pulpitos que forneceu para a nova matriz desta capital.

Feita pelo sr. 1.º secretario a leitura dos motivos em que a presidencia baseou o seu acto, procede-se a eleição da commissão especial que tem de dar seu parecer sobre elles, e sahem eleitos os srs. Tapajós com 10 votos, Batalha com 9, padre Daniel e Barão de S. Leonardo com 8 votos cada um e Miranda Leão com 7, obtendo os srs. Sympson, Torres, Antony e Ferraz 3 votos cada um e Canavarro 2 votos.

O sr. presidente declarou que a esta commissão vão ser enviadas as propostas não sancionadas.

Não havendo mais expediente passa-se a ordem do dia.

1.ª Parte

O sr. Ferraz—Peço a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. Ferraz—Sr. presidente permita-me v. exc. dizer que sinto cocegas ao saber que os nossos cofres provinciais tem dinheiro, porque desejo ver esse dinheiro bem empregado; desejo vê-lo applicado em medidas de interesse publico, tenho dado tratos a imaginação para ver em que se hade gastar bem aquelle dinheiro, e por isso tomo a liberdade de apresentar a consideração da casa o seguinte projecto (lê):

Necessitando esta capital de calçamento em algumas de suas principaes ruas e praças; e não podendo a respectiva camara municipal por falta de meios pecuniarios, effectuar esse melhoramento; tenho a honra de submeter á consideração desta Assembléa o seguinte projecto:

A Assembléa Legislativa do Amazonas, resolve.

Art. 1.º O presidente da provincia é autorisado a despendar, com o calçamento de algumas das principaes ruas e praças da capital, até a quantia de trinta contos de réis.

Art. 2.º Estas obras serão effectuadas por administração com quem mais vantagens e garantias offerecer á provincia e sob a fiscalização e direcção do director das obras publicas.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Paço da assembléa legislativa do Amazonas, 14 de abril de 1879.—O deputado, *Estevão José Ferraz*.

Toma o n.º 4 e fica sobre a mesa para entrar na ordem dos trabalhos.

O sr. Mavignier—Lê também os seguintes projectos:

Convindo dar a verdadeira interpretação á lei n.º 385 de 14 de outubro de 1878, afim de que não continue a ser preterido o fim para que foi ella creada por esta assembléa, submetto á consideração da casa o seguinte projecto

A assembléa legislativa do Amazonas, resolve:

Art. 1.º Todos os generos que forem exportados desta provincia para os portos estrangeiros por meio da navegação directa, pagarão menos 3 % na taxa dos direitos provinciales que para elles forem fixados nas respectivas leis do orçamento provincial de conformidade com o que se acha explicado no § 4.º do art. 15 da lei que orçou a receita e fixou a despesa provincial para o exercicio de 1878 a 1879.

Art. 2.º Aos exportadores que depois da publicação da lei n.º 385 de 14 de outubro de 1878 de mais pagaram do que preceitua o art. antecedente da presente lei e do que se acha explicado no § 4.º do art. 15 da mencionada lei da receita e despesa provincial para o exercicio de 1878 a 1879 se lhe restituirão integralmente esses excessos pagos, sem desconto algum, sob qualquer pretexto.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das sessões da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 14 de Abril de 1879.—O deputado, *Aristides Justo Mavignier*.

Convindo animar a instrucção e aproveitar o talento d'aquelles jovens, que se tem distinguido em seus preparatorios, mas que por falta de meios não podem matricular-se nos cursos superiores, e achando-se nestas circumstancias o estudante do lyceu desta cidade Raymundo de Amorim Figueira, offereço a consideração da casa o seguinte projecto:

A assembléa legislativa provincial do Amazonas, resolve.

Art. unico. E' concedido um subsidio de 360\$000 rs. annuaes ao estudante Raymundo de Amorim Figueira, para estudar engenharia na corte do imperio: revogam-se as disposições em contrario.

Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 14 de Abril de 1879.—O deputado, *Aristides Justo Mavignier*.

Tomam o n.º 5 e 6, e ficam sobre a mesa.

O sr. padre Daniel—Lê e manda a mesa o seguinte projecto:

Sendo proverbial a necessidade de providenciar-se, nesta cidade, sobre a agua potavel; visto como a de que se serve actualmente a população, sobre ser de excessivo preço, recente-se da falta de acao, por isso julgo de conveniencia a adopção do seguinte projecto:

A assembléa legislativa provincial do Amazonas, resolve.

Art. 1.º E' o governo da provincia autorisado a despendar até a quantia de vinte contos de réis com os estudos e construcção de uma caixa d'agua potavel.

Art. 2.º Dita caixa deverá ser situada no igarapé de Manãos ou em outro qualquer manancial mais proximo do centro da cidade na qual sejam abastecidas as pipas d'agua para consumo da população.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 14 de Abril de 1879.—O deputado, *Padre Daniel*. Toma o n.º 7 e fica sobre a mesa.

2.ª Parte:—Tem 2.ª leitura e são julgados objecto de deliberação os projectos n.ºs 2 e 3.

Exgotada a ordem do dia o sr. presidente designa para a de amanhã a seguinte:

1.ª Parte.—Projectos, pareceres, indicações e requerimentos.

2.ª Parte.—2.ª Leitura dos projectos n.ºs 5, 6 e 7, 3.ª dos de n.ºs 2 e 3 e o mais que occorrer.

Levanta-se a sessão uma hora da tarde.

Termo do dia 15 de Abril de 1879.

Presidencia do sr. Tapajós.

A's horas do estylo presentes os srs. deputados Tapajós, Aristides, Ferraz, Miranda Leão, Rodrigues e Batalha.

O sr. presidente declarou não haver sessão por falta de numero.

Para constar se lavrou este termo.

Francisco Antonio Monteiro Tapajós, servindo de P.—*Aristides Justo Mavignier*, 1.º S.—*Estevão José Ferraz*, 2.º S.

Sessão de 16 de Abril de 1879.

Presidencia do sr. Amorim.

As 11 horas da manhã feita a chamada acham-se presentes os srs. Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Ferraz, Tapajós, Canavarro, padre Daniel, P. Sympon, Barão de S. Leonardo, Batalha, Torres e Antony.

Abre-se a sessão. Lê-se a acta da anterior.

O sr. padre Daniel, pedindo a acta, observa que ha um engano de redacção na parte que se refere ao projecto por elle apresentado, autorisando a construcção de uma caixa d'agua para abastecimento desta capital, engano que destroe o pensamento logico do projecto, tendo-se empregado as palavras—estradas—em lugar de estudos—; e pede seja rectificado.

E' approvada a acta com essa modificação.

O sr. 1.º secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE:

1.º Um officio do secretario do governo remettendo o orçamento da receita e despesa da camara municipal da capital.—A' commissão de camaras.

2.º Requerimento de D. Felismina Monteiro Cheks Nina, professora publica do ensino primario, pedindo 5 mezes de licença com seus vencimentos, para tratar de sua saúde.—A' commissão de poderes.

3.º João Nuno Monteiro Chrysostomo, pedindo uma subvenção de 800\$000 réis annuaes para seguir o curso de direito na faculdade do Recife.—A commissão de instrucção.

4.º Engenheiro Gentil da Motta, porteiro da repartição das obras publicas, pedindo um emprestimo de..... 1:000\$000 réis para edificar uma casa para sua residencia nesta capital, em terreno que possui.—A commissão de fazenda.

Ordem do dia

1.ª Parte

O sr. Canavarro lê e manda a mesa os seguintes projectos:

Sendo de urgente utilidade a construcção de uma ponticula, que una a rua da Independencia com a ilha de S. Vicente para o transito publico, offereço á consideração d'assembléa o seguinte projecto:

A assembléa legislativa do Amazonas resolve:

Art. 1.º O presidente da provincia fica desde já autorizado a dispendir até a quantia de um conto de réis com a construcção de uma pequena ponte nesta cidade que ligue a rua da Independencia á ilha de S. Vicente.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario. Paço d'Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, 16 de Abril de 1879.—S. R.—O deputado, Dr. Canavarro.

A commissão de Instrucção Publica attendendo que o actual professor de ensino primario do sexo masculino da cidade de Tefé, edificára ás suas expensas uma casa propria para nella funcionar a escola; e não convindo que o empregado sobrecarregue com despesas como essas que devem correr por conta da provincia, julga a commissão que a assembléa adopte o seguinte projecto:

A Assembléa Legislativa do Amazonas resolve:

Art. 1.º O Presidente da Provincia fica autorizado desde já a comprar do actual professor do ensino primario do sexo masculino da cidade de Tefé a casa que edificou para a escola da mesma cidade.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario. Sala das commissões da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, 16 de Abril de 1879.—S. R.—Dr. J. C. Antony—Dr. Canavarro.

Têm a 1.ª leitura e tomão os n.ºs 8 e 9.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, venho hoje tratar do contracto feito pela mesa desta assembléa com o «Jornal do Amazonas» para impressão dos trabalhos desta casa, na presente sessão; assumpto de que já me occupei em uma das sessões por meio de um requerimento, que retirei, por v. exc. me declarar que podia ver os contractos a que me referia nesse requerimento, no proprio original, existente no archivo da secretaria.

Peço pois á v. exc. que se digne mandar-me fornecer o livro respectivo, para facilitar as observações que tenho de fazer.

(O orador é satisfeito, e prosegue).

Não tenho em vista, sr. presidente, oppôr-me ao contracto que, conforme v. exc. já me affirmou, se acha celebrado com o «Jornal do Amazonas»; unicamente tenho a ponderar á v. exc. que nesse contracto não vejo uma clauzula que me parece essencial, em contractos desta natureza. A clauzula a que me refiro é a de não poder o mesmo jornal contractado, publicar ou fazer censuras a qualquer membro desta casa.

O sr. Symphon:—Para que coarctar a liberdade da imprensa?

O sr. Ferraz:—Não ha nisto ataque á liberdade da imprensa; porque ninguém obriga o jornal a fazer o contracto;—as condições são propostas e accetadas livremente de uma e outra parte.

Mas, me parece que uma corporação respeitavel como é a assembléa provincial, não pode deixar de impôr ao jornal que contracta a publicação de seus trabalhos, a condição de respeitá-la collectivamente, na pessoa de cada um de seus membros.

O sr. Symphon:—São modos de pensar.

O sr. Ferraz:—Não é modo de pensar. As offensas que dirigem a um membro desta casa, no caracter de representante da provincia, affectão igualmente a toda corporação.

Dirão que quero prevenir: pois bem. Eu direi que tenho sido offendido por esse jornal, mas não quero ser atacado por elle com assento nesta casa, quando este jornal se acha contractado para publicar os trabalhos da assembléa.

No contracto celebrado com o sr. dr. Ernesto em 1876, se consignou esta clauzula. Ora, se com o sr. dr. Ernesto a mesa julgou conveniente tomar essa prevenção—porque não o julgou tambem com relação ao «Jornal do Amazonas»? Terá por ventura algum privilegio, esse jornal que aggreddio o venerando sr. coronel Tapajós porque foi um dos signatarios da felicitação do sr. Barão de Maracajú?

Eu como membro desta casa, embora indevidamente, (não apoiados) declaro que não estou resolvido a soffrer, no caracter de deputado, dnestos e censuras de um jornal contractado para publicar os seus trabalhos.

O sr. Antony:—O remedio é pedir a rescisão do contracto.

O sr. Ferraz:—Não posso pedir rescisão do contracto porque não se acha incluída nelle essa clauzula; limitto-me a fazer esta reclamação aos meus collegas, ficando-me salvo o direito, quando for atacado por esse jornal de dizer que fui atacado pela mesa da assembléa provincial.

Ainda com a palavra, sr. presidente, aproveito o ensejo para exigir a rectificação de um engano com que deparei na publicação da sessão de 3 de Abril feita no ultimo jornal.

Conheço que foi um lapso, mas como elles podem se reproduzir, é bom prevenir.

No projecto que então li omittio-se um §—ficando assim incompleto, e o que é mais revelando falta de bom senso na redacção, visto que, estando sómente—§ 1.º é porque devia ter um—2.º—pelo menos.

Desejo que seja rectificado o engano, e que se faça uma observação a typographia para empregar mais cuidado na revisão das provas.

Cabendo-me mais a palavra submetto a esta assembléa um projecto e para elle chamo especialmente a attenção dos nobres deputados que são parochos de freguezias, os srs. padre Fernandes e padre Daniel. (Lê)

Não podendo mais funcionar a capella de S. Sebastião por seu máo estado que a cada momento ameaça desabar, tanto assim, que os actos religiosos têm lugar na casa dos missionarios; tenho a honra de submeter á consideração desta assembléa o seguinte projecto:

A assembléa legislativa do Amazonas, resolve:

Art. 1.º E' autorizado o presidente da provincia a dispendir até a quantia de dez contos de réis, com a conclusão da igreja de S. Sebastião, erecta na praça do mesmo nome nesta capital.

§ Unico.—Estas obras serão feitas por administração, ou arrematação com quem mais vantagem e garantia offerecer á provincia, sob a fiscalização e direcção do engenheiro director das obras publicas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das commissões da assembléa legislativa do Amazonas 16 de abril de 1879.—S. R.—O deputado, Estevão José Ferraz.

O sr. presidente:—Antes de mandar ler o projecto de v. exc. releva ponderar que a meza não tra-

Sr. Sebastião

tou de mandar incluir essa clausula porque lhe pareceu uma prevenção estrambolica, permitta-se-me a expressão.

Desde que v. exc. ou outro qualquer membro desta casa fôr atacado pelo jornal que publica os seus trabalhos, eu creio que o não será, mas se for, então exija medidas correctivas, e estou certo que a casa tomará providencias.

O sr. Ferraz:—V. exc. garante-me que tomará essas providencias?

O sr. presidente:—Eu nada posso garantir, por que, então será a casa que terá de deliberar a respeito.

Procede-se a 1.^a leitura do projecto apresentado que toma o numero 10.

Exgotada a 1.^a parte passa-se a

2.^a Parte.—Tem 2.^a leitura e são julgados objectos de deliberação os projectos ns. 4, 5, 6 e 7; 3.^a os de ns. 2 e 3, que vão a imprimir.

Reconhecendo-se que existem dous projectos no mesmo sentido, os de ns. 2 e 7, que providenciam sobre o abastecimento de agua potavel nesta capital, procede-se a eleição dos membros que tem de compôr a comissão de refusão dos mesmos projectos e são eleitos os srs. Ferraz com 9 votos, padre Daniel com 8 votos e Batalha com 6 votos.

Obliveram mais os srs. Antony 4, Torres e Sympson 3 votos cada um, Tapajós 2 votos, e Barão de S. Leonardo 1 voto.

Exgotada a ordem do dia, o sr. presidente designa para a do seguinte.

1.^a Parte.—Projectos, pareceres, indicações e requerimentos.

2.^a Parte.—2.^a Leitura dos projectos ns. 8, 9 e 10, 3.^a dos de ns. 4, 5 e 6. Discussão da redacção do projecto n. 35 do anno passado que autorisa a concessão para uma linha de navegação entre esta capital e o porto da Cayena franceza. 1.^a Discussão do projecto n. 1.

Levanta-se a sessão a uma hora.

Sessão em 17 de Abril de 1879.

Presidencia do sr. Amorim.

As 11 horas da manhã feita a chamada acham-se presentes os srs. Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Ferraz, Sympson, Conrado, Tapajós, padre Daniel, Barão de S. Leonardo, Batalha e Miranda Leão.

Abre-se a sessão.

Lê-se e approva-se a acta da anterior.

O sr. 1.^o secretario dá conta do seguinte

Expediente

Petição do Anacleto Langbeck de Canavarro, solicitando uma subvenção annual de 1:200\$000 réis para estudar na Italia muzica vocal e instrumental.—A' comissão de Instrução.

Não havendo mais expediente passa-se a ordem do dia.

1.^a Parte:

O sr. Tapajós:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Tapajós:—Sr. presidente, a comissão especial eleita para dar parecer sob as razões com que o exm. sr. presidente da provincia devolveo sem sancção a proposta desta assembléa que autorisava o pagamento da quantia de 16:000\$000 á Francisco de Souza Mesquita, proveniente de pulpitos de marmore, mandados por elle vir da Europa para a Matriz desta capital, tendo o trabalho prompto pede á v. exc. permissão para apresental-o.

O sr. presidente:—Se v. exc. a tem ahi pôde fazel-o já.

O sr. Tapajós:—Lê e manda á mesa o seguinte parecer:

«A comissão especial a quem foi presente a resolução d'assembléa que autorizou o pagamento da quantia de dezeseis contos de réis á Francisco de Souza Mesquita de dous pulpitos de pedra que mandou vir da Europa para a igreja matriz desta cidade, cuja resolução não foi sancionada, examinando attentamente as razões dadas pela presidencia entende, que não deve a assembléa concordar com ellas, porque não se firmão em direito algum, e que deve a resolução ser adoptada tal qual se acha e de novo seja enviada á presidencia para sancional-a. Sala das commissões aos 17 de Abril de 1879.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós.—Barão de S. Leonardo.—Bernardo Joaquim Batalha.—José Coelho de Miranda Leão.—Padre Daniel Pedro Marques de Oliveira, vencido.»

Aproveitando-me da palavra peço tambem permissão para apresentar um trabalho da comissão de redacção, que passo a ler.

Lê e manda á mesa a redacção do projecto n.º 9 do anno passado que dá providencias a respeito da arrecadação do imposto camarario, sobre generos exportados dos municipios do interior da provincia.

Feita a leitura pelo sr. 1.^o secretario fica sobre a mesa para entrar na ordem dos trabalhos.

O sr. Mavignier:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Mavignier:—Lê o seguinte requerimento: «Requeiro que se discuta hoje na 2.^a parte da ordem do dia o parecer da comissão especial que acaba de ser apresentado.—Peço da assembléa legislativa provincial do Amasonas em 17 de Abril de 1879.—O deputado, Mavignier.»

Entra em discussão e é approvado.

Nada mais havendo na 1.^a parte passa-se á

2.^a Parte

Tem 2.^a leitura o projecto n.º 8 que autoriza a despesa de 1:000\$000 com a construcção de uma ponte que ligue a rua da Independencia com a ilha de S. Vicente, o qual não é julgado objecto de deliberação.

Tambem tem 2.^a leitura os de n.º 9, que autoriza a compra de uma casa para escola na cidade de Tefé, que por ser offerecido por comissão, não precisa ser julgado objecto de deliberação;—e o de n.º 10, que autoriza a despesa de 10:000\$000 com a reedificação da capella de S. Sebastião desta cidade, que foi julgado objecto de deliberação, e passam ambos á 3.^a leitura.

Tem 3.^a leitura os de n.º 3, 4, 5 e 6—que vão a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos.

Entra em 1.^a discussão o projecto n.º 1, que autoriza o pagamento da divida fundadã da provincia.

O sr. padre Daniel:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. padre Daniel:—Sr. presidente, não solicitei a palavra para combater a idéa do projecto, por que elle em si é de utilidade e de conveniência para a provincia—mas sómente para declarar que o considere inopportuno...

O sr. Ferraz:—V. exc. está fóra da ordem, por que na 1.^a discussão só se trata da utilidade ou não utilidade do projecto.

O sr. padre Daniel:—Perdoe-me v. exc., estou tratando da inoportunidade, e a inoportunidade é tambem uma inconveniencia, portanto, estou perfeitamente na ordem.

O projecto trata de finanças; a comissão de fazenda é pois a competente para avaliar o estado financeiro da provincia, se ella está ou não no caso de fazer esse pagamento; e então incluir na lei do orçamento não só a autorisação, mas tambem a verba necessaria para se effectuar a despesa, sem a qual a lei sera le-

Pulpito

Sr. Sebastião

Mavignier - pulpito

tra morta. (Apoiados). Não julgo portanto de conveniência um projecto especial para isso.

Achando boa a idéa do nobre deputado, sou todavia obrigado a votar contra o projecto por inoportuno, sem que a comissão de fazenda verifique e se pronuncie sobre o estado financeiro da provincia (apoiados).

O sr. Ferraz—Pego a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. Ferraz—Sr. presidente, diz o nobre collega que acaba de sentar-se que o projecto é inoportuno porque torna-se lei especial para o fim que se destina; entretanto, sr. presidente, que uma lei especial foi que criou a emissão das apolices.

V. exc. sabe que ha necessidade de solver esse debito...

O sr. Symphon—Não ha tal necessidade.

O sr. Ferraz—... e a ter de se esperar que se confeccione a lei do orçamento para nella se inclua essa medida...

O sr. Miranda Leão—E sem a lei do orçamento o presidente não pode mandar pagar, embora tenha sancionado a lei especial porque não terá verba para isso.

O sr. Ferraz—Eu até queria pedir á casa dispensa dos interstícios para que a lei passasse com mais celeridade, para alliviar a provincia desse onus que sobre ella pesa, o pagamento dos juros que montão de 400\$ a 500\$ réis por mez.

Entretanto... eu cruso os braços, sr. presidente, eu admiro como é que se pede a palavra para se dizer que um projecto desta natureza, um projecto que tem por fim subtrahir a provincia de um canero, é inoportuno.

O sr. padre Daniel—E' inoportuno, sim.

O sr. Ferraz—Diz-se que a comissão é que deve apresentar esta medida na confecção da lei do orçamento; entretanto a comissão póde vedar o direito que qualquer deputado tem de apresentar anticipadamente essa medida?

O sr. Symphon—E' falta de confiança na comissão.

O sr. Ferraz—Pela parte que me toca, se houve em mim alguma intenção, foi a mais pura; não entrou no meu procedimento senão o desejo de ver a provincia o mais depressa possível aliviada desse peso enorme, uma vez que se acha em condições de o fazer.

O sr. Miranda Leão—V. exc. permite um aparte?

O sr. Ferraz—Sim, senhor.

O sr. Miranda Leão—Esta brevidade é toda imaginaria, porque ainda mesmo sancionado o projecto, o presidente não póde pagar a divida sem a lei do orçamento, porque, nella é que se ha de consignar a verba necessaria.

O sr. Ferraz—Como não póde pagar? Logo que passar a lei e for sancionada, o presidente manda affixar editaes, convidando os possuidores dos titulos a virem receber sua importancia; quanto mais que nem isso é preciso, porque, como é geralmente sabido, essas apolices estão todas em poder de um só homem que assim se está locupletando com o dinheiro da fazenda.

O sr. Symphon—Com o dinheiro delle.

Não havendo mais quem discuta, encerra-se a discussão e posto a votos é regeitado.

Retira-se o sr. Ferraz.

O sr. presidente, verificando não haver mais numero legal para funcionar, levanta a sessão, dando para ordem do dia seguinte a materia não exgotada.

Sessão em 18 de Abril de 1879.

Presidencia do sr. Amorim

As 11 horas da manhã feita a chamada acham-se presentes os srs. Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Ferraz, padre Daniel, M. Leão, B. Rodrigues, Torres, Tapajós, Batalha, Conrado, e comparece depois o sr. Symphon.

Abre-se a sessão.

Lida a acta da anterior é approvada.

O sr. 1.º secretario declara não haver expediente.

Passa-se á ordem do dia.

1.ª Parte

Nada houve, e passa-se á

2.ª Parte

Entra em discussão a redacção do projecto n.º 25 do anno passado, que autorisa a concessão de subvenção para o estabelecimento de uma linha de navegação entre esta cidade e o porto de Cayena.

E' approvada sem debate.

Entra em discussão o parecer da comissão especial sobre os motivos de não sancção da lei que autorisa o pagamento de 16:000\$000 réis á Francisco de Souza Mesquita, proveniente de 2 pulpitos de marmore que mandou vir da Europa para a nova Matriz desta capital, devolvida pela presidencia.

(Comparece o sr. Symphon.)

O sr. Conrado—Pego a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. Conrado—Eu desejava sr. presidente, que v. exc. me deesse uma explicação a respeito da interpretação que se deve dar ao art. 15 do acto addicional, que tem applicação neste caso.

Eu vou ler o art.—«Se o presidente julgar que deve negar a sancção, por entender que a lei ou resolução não convem aos interesses da provincia, o fará por esta formula:

«Volte a assembléa legislativa provincial»—expondo debaixo de sua assignatura as razões em que se fundou.—Neste caso sera o projecto submettido a nova discussão; e se for adoptado tal qual, ou modificado no sentido das razões pelo presidente allegadas, por dous terços de votos dos membros da assembléa, será reinviado ao presidente da provincia que o sancionará.»

Pela letra do art. parece que os dous terços de votos devem ser contados em relação ao numero total dos membros de que se compõe a assembléa em seu estado completo entretanto, o aviso de 28 de Março de 1840 deu a seguinte interpretação—(lê:) «Os dous terços dos membros da assembléa para o caso deste art. contam-se em relação ao numero de membros presentes, quantos bastem para haver sessão, e não de todos os membros de que se compõe a assembléa.»

A doutrina deste aviso porém foi revogada pelo de 28 de Março de 1844 que diz que os dous terços dos membros da Assembléa, de que trata este art. devem ser contados com relação ao numero dos membros de que se compõe a assembléa em seu estado completo visto que aquelle artigo não declara que sejam os dos membros presentes, e nem convem que assim seja.

O sr. Symphon—Já vé v. exc. que os avisos estão em contradicção.

O sr. Conrado—Mas a doutrina deste aviso é ainda corroborada pelo de 27 de Junho de 1848, que declara revogado o de 28 de Março de 1840, na parte que manda contar os dous terços dos membros da assembléa em relação ao numero de membros da assembléa; porque—no caso de duvida, (lendo) sobre a disposição deste art. do acto addicional deve a sua interpretação ser dada pelo corpo legislativo em virtude do art. 25 do mesmo acto.

O sr. Symphon—Isso era querer nullificar a instituição.

O sr. Miranda Leão:—Na difficiencia de interpretação nós temos o nosso regimento que é expresso a este respeito.

O sr. Conrado:—Mas o regimento não pôde nullificar uma decisão do governo geral, principalmente em materia de tanta gravidade, que depende de interpretação do poder legislativo. Em quanto este não se pronunciar a respeito entendo que a ultima decisão do governo geral isto é os avizos de 1844 e de 1848, devem ser respeitados e observados.

E por isto, e a vista da contradicção em que se acha o regimento com essas doutrinas, que en peço a v. exc. uma explicação, a respeito do modo porque se vai effectuar, a votação e verificação dos dous terços.

O sr. presidente:—Eu pergunto ao nobre deputado se quer que dê simplesmente a minha opinião ou que vá discutir da bancada.

O sr. Conrado:—Basta que v. exc. manifeste mesmo da cadeira a sua opinião.

O sr. presidente:—Pois bem. O nobre deputado apresentou ahi 2 avisos em contradicção um com outro; isto prova que as opiniões a este respeito não estão firmadas.

Esses avisos apresentados pelo nobre deputado são opiniões dos ministros que os expediram, mas não tem força de obrigar quando ha disposição expressa do nosso regimento em contrario.

O sr. Ferraz:—Mas essa disposição offende o acto adicional.

O sr. presidente:—Não ha offensa ao acto adicional, porque o art. que trata desta especie não declara expressamente se os dous terços devem ser com relação ao numero total dos membros de que se compõe a assemblèa, e por essa razão a casa compete decidir.

O sr. Ferraz:—Então um aviso do governo não tem força de lei?

O sr. presidente:—Não senhor, é uma opinião do ministro que cumpre respeitar, quando não ha disposição expressa em contrario, como temos no art. 188 do regimento, que diz os dous terços serão dos membros presentes.

O sr. Ferraz:—(Pela ordem.) Requeiro que a votação seja nominal.

O sr. presidente:—Queira enviar o seu requerimento.

O sr. Ferraz:—Lê e manda a mesa o seguinte requerimento:

«Requeiro que a votação seja nominal.—Paço da assemblèa legislativa provincial do Amazonas 18 de abril de 1879.—O deputado, Ferraz.

Posto a votos é aprovado.

Encerrada a discussão, procede-se a chamada e declaram-se a favor do parecer os srs. Tapajós, Sympson, Batalha, Baptista Rodrigues, Miranda Leão, padre Fernandes, Amorim e Mavignier; e contra os srs. padre Daniel, Conrado, Ferraz e Torres.

O sr. presidente:—Declara que tendo sido aprovado pelos dous terços, na forma do art. 188 do regimento, vai o projecto ser reinviado ao exm. presidente da provincia.

Achando-se exgotada a ordem do dia o sr. presidente designa para a da seguinte:

1.ª Parte.—Projectos, pareceres, indicações e requerimentos.

2.ª Parte.—3.ª Leitura dos projectos ns. 9 10, e discussão da redacção do projecto n. 9 do anno passado.

Levanta-se a sessão ao meio dia.

Sessão em 19 de Abril de 1879.

Presidencia do sr. Amorim

As 11 horas da manha feita a chamada acham-se presentes os srs. Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Ferraz, Tapajós, Conrado, Barão de S. Leonardo, Canavarro, Sympson, Batalha, Baptista Rodrigues e Antony.

Abre-se a sessão.

Lida a acta da anterior é aprovada.

O sr. 1.º secretario dá conta do seguinte

Expediente:

Petição de Virgulino Gomes Pereira, pedindo uma subvenção para estudar musica vocal e instrumental na Italia.—A commissão de instrucção.

Passa-se a ordem do dia.

1.ª Parte.

O sr. Canavarro.—Peço a palavra.

O sr. presidente.—Tem a palavra.

O sr. Canavarro.—Sr. presidente, como relator da commissão de agricultura, peço a v. exc. que se digne marcar dia e hora para apresentar um trabalho que tem prompto.

O sr. presidente:—Se o tem presente pode lê-lo.

O sr. Canavarro:—Lê e manda a mesa o seguinte parecer:

A commissão de agricultura, commercio, artes e navegação, a quem foi presente a petição de Mathews Soares Bello, em que pede a esta assemblèa um auxilio de seis contos de réis por emprestimo por espaço de tres annos e sem juros para transferir da margem do igarapé Tarumã a sua serraria a vapor e montal-a de novo na margem do rio Solimões, onde reconhece ser de maior vantagem a sua collocação, indemnizando depois desse tempo a fazenda em prestações de 1:5000\$ rs. annualmente, dando para isto tambem um abatimento de 20 % nos materiaes do seu estabelecimento que fornecer para as obras publicas da provincia, como compensação ao favor que solicita; attendendo que é de conveniencia publica animar as industrias na provincia, principalmente como a de que trata o supplicante, que é a primeira que vai se montar na provincia: é de parecer que se adopte o seguinte projecto:

A assemblèa legislativa do Amazonas, decreta:

Art. 1.º O presidente da provincia é autorizado a conceder a Mathews Soares Bello, um emprestimo de seis contos de réis, por espaço de tres annos, sem juros, para montar a sua serraria a vapor em uma das margens do Solimões, perto desta capital, prestando fiança idonea.

Art. 2.º A amortisação do emprestimo será por prestação de 1:500\$000 réis annual e começará do quarto anno em diante.

Art. 3.º O material do seu estabelecimento de que possam precisar as obras da provincia terão um abatimento de 20 % em relação aos preços correntes da praça.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das conferencias 19 de abril de 1879.—S. R. Os deputados, José Baptista Rodrigues.—Dr. David de Canavarro.

A commissão de agricultura, commercio e artes, a quem foi submettida a proposta de Manoel Francisco da Rocha Thury, contida no requerimento que fez a esta assemblèa acerca do abastecimento de carnes verdes no mercado desta capital e no qual pede o auxilio de 30:000\$000 rs. por emprestimo sem juros, é de parecer, attendendo a vantagem resultante para o publico que se adopte o seguinte projecto:

A assemblèa Legislativa do Amazonas decreta:

Art. 1.º A Presidencia da Provincia é autorizada a fazer um emprestimo de 30:000\$000 réis, a Manoel Francisco da Rocha Thury, pelo praso de 6 annos sem

Serraria no Tarumã

juros, á vista de fiança idonea, e se o permittirem os cofres provinciaes.

Art. 2.º O preço da carne não poderá ser maior de 560 réis por kilogramma, abatidas as rezes necessarias ao consumo.

Art. 3.º A indemnisação será por prestações annuaes de 10:000\$000 réis e começará no principio do quarto anno do emprestimo em diante.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario. Sala das conferencias d'Assembléa Provincial do Amazonas, 19 de Abril de 1879.—S. R. José Baptista Rodrigues.—Dr. A. David V. de Canavarro.

Ficam sobre a meza para entrar na ordem dos trabalhos.

O sr. Conrado.—Peço a palavra.

O sr. presidente.—Tem a palavra.

O sr. Conrado:—A commissão de instrucção tem um trabalho prompto, peço a v. exc. dia e hora para apresental-o.

O sr. presidente.—Se o tem sobre a meza pôde apresental-o já.

O sr. Conrado:—Lê e manda a meza o seguinte parecer:—Havendo o estudante do lyceu desta cidade Anacleto Langbeck de Canavarro, solicitado desta assembléa um auxilio para estudar musica na Italia e sendo de reconhecida justiça a sua supplica, offerecemos á consideração desta assembléa o seguinte projecto:

A assembléa legislativa provincial do Amazonas, decreta:

Art. 1.º Fica concedido ao estudante Anacleto Langbeck de Canavarro, natural desta cidade, um subsidio annual de 1:200\$000 réis, para estudar musica vocal, instrumental e composição no reino da Italia, obrigando-se o supplicante não só á apresentar todos os fins de anno lectivo attestado em forma de aproveitamento e approvação nas materias do anno, não lhe abonando a subvenção desde que falte esta condição.

Art. 2.º Logo que o estudante conclua os seus estudos, e se estabeleça, indemnizará a provincia o que houver ella gasto em seu favor.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das sessões da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 19 de Abril de 1879.—S. R.—Os deputados—Conrado C. Nicoláo—J. C. Antony.

Fica sobre a mesa para entrar na ordem dos trabalhos.

O sr. Tapajós:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Tapajós:—Sr. presidente a commissão de camaras tem um trabalho concluido, e pede permissão para apresental-o.

O sr. presidente:—Pode fazel-o já.

O sr. Tapajós:—Lê e manda a mesa o seguinte parecer:

A Commissão de Camaras compulsando os orçamentos da receita e despeza das camaras das cidades de Tefé, Itacoatiara, e das villas de Codajaz, Coary, Silves, Borba, Manicoré e Barcellos, e achando que os referidos orçamentos combinam com as leis que lhe foram votadas no exercicio de 1878—1879, é de parecer que se adopte o seguinte projecto:

A Assembléa Legislativa do Amazonas decreta:

Art. 1.º As Camaras Municipaes das cidades de Tefé, Itacoatiara, e das villas de Codajaz, Coary, Silves, Borba, Manicoré e Barcellos, regularão suas receitas e despezas no exercicio de 1879 a 1880 conforme a que lhes foi votado no exercicio anterior.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das Comissões da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, 19 de Abril de 1879.—Os membros da commissão—Francisco Antonio Monteiro Tapajós.—Barão de S. Leonardo—José Baptista Rodrigues.

Fica sobre a mesa para entrar na ordem dos trabalhos.

O sr. Symphon:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Symphon:—A commissão de poderes tem trabalho concluido e pede permissão para apresental-o.

O sr. presidente:—Pode apresentar agora mesmo.

O sr. Symphon:—Lê e manda a mesa os seguintes pareceres:

A commissão de poderes a quem foram entregues os requerimentos de Antonio Teixeira Ponce de Leão, 2.º official archivista da secretaria do governo e de D. Felismina Monteiro Cheks Nina, professora vitalicia do bairro dos Remedios desta capital, em que pedem, aquelle seis mezes de licença e esta cinco com os respectivos vencimentos, por motivo de molestia, como provam com os attestados medicos que apresentaram; é de parecer que sejam os peticionarios attendidos e por isso tem a commissão a honra de offerecer á consideração da assembléa o seguinte projecto:

A assembléa legislativa do Amazonas, resolve:

Art. 1.º O presidente da provincia é autorizado a conceder ao 2.º official da secretaria do governo Antonio Teixeira Ponce de Leão, seis mezes de licença e a D. Felismina Monteiro Cheks Nina cinco mezes com os seus respectivos vencimentos para tratarem de sua saude.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das conferencias da assembléa provincial do Amazonas, em 19 de Abril de 1879.—Os membros da commissão—S. R.—Barão de S. Leonardo—Pedro Luiz Symphon.—Estevão José Ferraz.

A commissão de poderes tendo lido a petição documentada de Manoel José Zuany de Azevedo, amanuense da secretaria desta assembléa em que pede um anno de licença com os vencimentos do seu emprego para tratar de sua saude, reconhecendo que o supplicante merece ser attendido, é de parecer que a assembléa adopte o seguinte projecto:

A assembléa legislativa do Amazonas, resolve.

Art. 1.º Fica a mesa desta assembléa autorizada a conceder ao amanuense da sua secretaria Manoel José Zuany de Azevedo, um anno de licença com os seus vencimentos para tratar de sua saude.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das conferencias em Manaus, 19 de Abril de 1879.—S. R.—Os membros da commissão—Barão de S. Leonardo—Pedro Luiz Symphon.—Estevão José Ferraz.

Ficam sobre a mesa

Os projectos apresentados em seguida aos pareceres tomão os n.ºs 11, 12, 13, 14, 15 e 16, e tem a 1.ª leitura. Não havendo mais de que se tratar na primeira parte passa-se a

2.ª Parte

Procede-se a 3.ª leitura dos projectos n.º 9 que autorisa a compra de uma casa para escola publica na cidade de Tefé;—e n.º 10, e vão ambos a imprimir.

Exgotada a ordem do dia o sr. presidente designa para a da sessão seguinte.

1.ª Parte

Projectos, pareceres, indicações e requerimentos.

2.ª Parte

2.ª Leitura dos projectos n.ºs 11 a 16, 1.ª discussão dos projectos n.ºs 3, 4, 5 e 6.

Levanta-se a sessão ao meio dia.

Termo de 21 de Abril de 1879

Presidencia do sr. Amorim.

As horas do estilo presentes os srs. deputados Amorim, Aristides, Ferraz, S. Leonardo, Tapajós, e Symphon,

o sr. presidente declarou não haver sessão por falta de numero.

Para constar se lavrou este termo.

Henrique Barboza de Amorim, P.—Aristides Justo Mavignier, 1.º S.—Estevão José Ferraz, 2.º S.

Sessão em 22 de Abril de 1879.

Presidencia do sr. Amorim.

A's 11 horas da manhã feita a chamada, acham-se presentes os srs. Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Barão de S. Leonardo, Ferraz, padre Daniel, Antony, Batalha, Conrado, Sympson e Tapajós.

Abre-se a sessão.

Lida a acta da anterior, é approvada.

O sr. 1.º secretario dá conta do seguinte:

Expediente

1.º Um officio do sr. secretario do governo, remetendo o do inspector do thesouro provincial, que acompanhava o requerimento do guarda da collectoria de Itacoatiara Manoel Martinho de Souza e Albuquerque, em que pede 6 meses de licença para tratar de sua saúde.—A' comissão de poderes.

2.º Petição de Mario Mancini Salgado, solicitando uma subvenção de 1:200\$000 réis annuaes para se aperfeiçoar na arte typographica e fundição de tipos nos Estados-Unidos.—As comissões de instrução e fazenda.

3.º Dita de Antonio José de Moura, fiscal da camara municipal desta cidade, pedindo 6 meses de licença.—A' comissão de camaras.

4.º Dita de D. Josephina de Freitas Tenreiro Aranha, professora de instrução primaria pedindo 1 anno de licença com todos os seus vencimentos.—A' comissão de poderes.

5.º Dita de João Antonio Pará, official maior da secretaria da assembléa, pedindo para retirar o seu requerimento de aposentadoria que já se acha na casa.

O sr. presidente consulta a casa sobre a materia desta petição, visto que implica com serviços já preparados pela comissão respectiva, e sendo concedida a permissão requerida, vai a comissão de poderes para attender.

Não havendo mais expediente, passa-se á

Ordem do dia—1.ª parte

O sr. Ferraz:—Pego a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—A comissão especial eleita para refundir dous projectos, tem o trabalho prompto e pede dia e hora para apresental-o.

O sr. presidente diz que se o tem presente pode apresentar já.

O sr. Ferraz:—Lê e manda á mesa o seguinte parecer:

«A comissão eleita nos termos do art. 148 do regimento interno, para refundir os projectos n.ºs 2 e 7; é de parecer que seja aceito o de n.º 2 por sua utilidade progressiva.

Paço da assembléa legislativa do Amazonas, 22 de Abril de 1879.—Os deputados, Estevão José Ferraz —Bernardo Joaquim Batalha.—Padre Daniel Pedro Marques de Oliveira (vencido).»

Ainda com a palavra, permitta-me v. exc. e a casa occupar o seu precioso tempo com cousas que pouco interessam á assembléa, mas que a mim interessam muito, porque eu vejo nisto um proposito de se me hostilizar.

Eu me explico.

Em uma das sessões passadas eu fiz á v. exc. uma reclamação para que no contracto que se celebrou com o *Jornal do Amazonas* para impressão dos trabalhos

desta casa se consignasse a clausula de não poder esse jornal, aggreddir ou insultar, ou aceitar publicações offensivas a qualquer membro desta assembléa durante o tempo do contracto; clausula esta adoptada em todos os contractos desta natureza em toda a parte.

O sr. Sympson:—Não apoiado.

O sr. Ferraz:—V. exc., porem, tomando a minha reclamação como materia de ordem, se dignou de responder-me que quando eu ou qualquer membro da assembléa fosse insultado ou aggreddido pelo jornal, teria o direito de reclamar, e que v. exc. tomaria providencias coercitivas a respeito.

(Trocam-se apartes).

Com a resposta de v. exc. eu disse que neste caso me ficaria salvo o direito de dizer que a mesa era que me mandava hostilizar.

Esta sessão, em que vem a resposta de v. exc. já foi publicada, no ultimo numero do jornal, e nesse mesmo numero, attenda bem v. exc., no noticiario, que é secção da redacção, sou ridicularizado o mais que se pôde ser.

O sr. Sympson:—Não apoiado.

O sr. padre Daniel:—Pelo contrario, eu vejo ali um elogio pomposo.

O sr. Ferraz:—Eu provarei á v. exc. que esses elogios envolvem o ridiculo com que se me quiz ferir, por ter feito uma reclamação justa.

O sr. Sympson:—Não apoiado: é ter em pouca conta os seus merecimentos.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, eu vou tratar de mim com algum acanhamento, como é natural, a todo o homem que não tem abdicado os sentimentos de modestia; mas sou a isto forçado.

V. exc. sabe que antes de ser deputado provincial, antes de occupar uma cadeira nesta casa, ainda que immerecidamente, (não apoiados) eu já tinha uma posição social nesta provincia, que sabia manter com certa dignidade, e entendo que os meus actos como homem publico e particular não tem dado logar a ser como tenho sido indignamente ludibriado, ridicularizado e insultado nesse jornal.

O sr. Sympson:—E' muita susceptibilidade.

(Trocam-se muitos apartes a que o orador responde; estabelece-se a discussão em dialogo).

O sr. presidente:—Atenção.

O sr. Ferraz:—(Continuando) Ora, sr. presidente os nobres deputados srs. padre Daniel e Sympson, dizem que eu não fui ridicularizado por esse artigo do noticiario a que me refiro; era preciso que eu fosse destituido inteiramente de intelligencia, e ainda mesmo de senso commum, para não comprehender o ridiculo que ahi se maneja de um modo tão palpavel e transparente.

Eu peço aos nobres deputados que leiam esse jornal.

O sr. padre Daniel:—Eu só vejo ahi elogios á v. exc.

O sr. Ferraz:—Eu, sr. presidente, pouco me importa que o jornal me fira, já o disse, o que eu não quero é que me insulte, tendo um contracto com esta assembléa para publicar os seus trabalhos: porque, sr. presidente, entendo que a assembléa não deve pagar uma folha para insultar e ridicularisar um de seus membros.

Nessa mesma folha em que vem publicada a resposta de v. exc., pela qual, de alguma sorte, parecia garantir que eu ou outro qualquer membro desta casa, não seria aggreddido pelo jornal contractado, depara-se com esse ridiculo, atirado sobre mim, como por acinte á minha reclamação.

Eu não posso comprehender, sr. presidente, como se dão estas cousas; portanto peço á v. exc. que tome em consideração este facto, porque me parece que são insultados todos os membros desta assembléa na pessoa de um delles. Tenho concluido.

O sr. padre Daniel:—Pego a palavra.

O sr. presidente:—Antes de conceder a palavra a v. exc., eu devo dar uma explicação ao nobre deputado que acaba de fallar.

Na publicação a que se refere o nobre deputado, eu não vejo uma aggressão...

O sr. Conrado:—E' apenas um debique.

O sr. Ferraz:—V. exc. ouça o aparte do meu nobre collega.

O sr. presidente:—Quanto a clausula reclamada pelo nobre deputado, eu digo que se os meus nobres collegas que comigo compõem a commissão de policia insistissem na sua inclusão quando se tratou de confeccionar o contracto, eu renunciava *incontinenti* os votos que tive para presidente da assembléa; isto porque entendo que cada uma destas cadeiras representa a dignidade, criterio e circumspecção que nada têm a receiar da maledicencia, do insulto, e menos do ridiculo.

Se isto acontece é porque o nobre deputado mesmo foi que provocou este procedimento da parte da imprensa, reclamando a inclusão no contracto, de uma clausula desarrazoado, mostrando-se receioso de que seus actos como deputado sejam apreciados.

O sr. Ferraz:—(Levantando-se) Logo, pelo que infiro das palavras de v. exc. é que toda a vez que eu fizer qualquer reclamação, ou disser alguma coisa a respeito desse jornal, estou sujeito aos botes de seus insultos e ridiculos?

O sr. presidente:—Quando as reclamações forem desarrazoadas como a de que se trata.

A inclusão desta clausula só parece querer dizer que os deputados vêm para estas cadeiras com animo de não cumprir conscienciosamente os deveres que lhe impõe o mandato de que se acham investidos.

Tem a palavra o sr. deputado padre Daniel.

O sr. padre Daniel:—Sr. presidente eu devia desistir da palavra porque as razões que v. exc. deo me parecem plenamente satisfatorias; mais uma vez que ella me foi concedida, farei sempre algumas considerações sobre o incidente suscitado pelo meu nobre collega o sr. Ferraz.

Começo por estabelecer um dilema:—ou o deputado cumpre com zelo e criterio o seu honroso mandato, (ha um aparte que não ouvimos) e soffre aggressão pelos jornaes, neste caso, elle tem a tribuna, e ali pôde repellir com vantagem a injusta censura que se lhe faz, e a opinião publica lhe fará justiça; se pelo contrario elle abusar da liberdade da tribuna, até deve estimar que o jornal censure os seus desvios para contel-o nos limites de seus deveres.

Mas, sr. presidente, lendo esta local do *Jornal do Amazonas* ultimo eu não enxergo onde está a aggressão, o insulto ou o ridiculo lançado sobre o nobre deputado.

O sr. Ferraz:—Está no caso dos contos parabolicos de v. exc.

O sr. padre Daniel:—Não vejo que estas palavras que encerram em sua significação natural e litteral uma serie de mercedos elogios, devam ser tomadas á má parte para exprimirem, em sentido contrario, uma hostilidade, um debique.

O sr. Ferraz:—Esta expressão é do sr. Conrado.

O sr. padre Daniel:—Pelo contrario eu vejo aqui (lê): «E' para estranhar que o sr. Ferraz, militar valente e brioso...» E não o é v. exc.? «cavalheiro de admiráveis talentos e invejavel intelligencia, cuja palavra eloquente e correcta, persuasiva e sympathica, foi sempre considerada possante alavanca para derrocar vetustas usanças, e forte esteio para garantia de todas as civil sações, filhas deste seculo de surprehenderes maravilhas...» (fallando) E não temos tido occasião de apreciar tantas vezes os dotes oratorios do nobre deputado e o seu brilhante talento?

O sr. Conrado:—Nem de Mirabeau se dizia isto!

O sr. Sympson:—V. exc. é um genio.

O sr. padre Daniel:—(Continuando a ler)... «é para estranhar, repetimos, que s. s. se deixasse seduzir por falsas miragens, deixasse abumbrar o seu gigantesco espirito, talhado para as lutas titanicas das grandes crusadas da liberdade, a ponto de pedir... o que? a annullação desta mesma liberdade, por meio da coacção do seu natural e legitimo orgão—a imprensa.»

Pela minha parte, sr. presidente, hei de sempre votar contra esta clausula. Porque a assembléa contractou fazer a publicação de seus trabalhos em um jornal; não descobro utilidade em se impôr a obrigação de não censurar este ou aquelle quando o merecerem; é tolher a liberdade da imprensa em um de seus orgãos.

O sr. Conrado:—Não é tal; o jornal não é obrigado a contractar, e se contracta, é porque quer se sujeitar ás condições exigidas.

O sr. padre Daniel:—O jornal recebe a paga pelo trabalho que faz; e nada mais s. lhe deve exigir, nem um direito ha para se lhe impôr condições que se referem a direcção e liberdade do jornal. E' o que eu entendo.

Sr. presidente, eu seria o primeiro a levantar a minha debil voz em favor de qualquer membro desta casa que fosse agredido....

O sr. Conrado:—V. exc. parece que só pedio a palavra para augmentar a afflicção ao afflicto, fazendo a leitura desse artigo na presença do offendido.

O sr. padre Daniel:—(Continuando) Mas no artigo a que se refere o nobre deputado, cuja leitura, em parte, acabo de fazer perante a casa, eu confesso, não descobro aggressão, não vejo o insulto, o ridiculo, de que o meu illustre collega se queixa, a respeito do qual reclama providencias, a menos que s. exc., por excesso de modestia, não queira considerar-se indigno dos encomios pomposos que ali se dispensa, e que nós falgamos de reconhecer os como verdadeiros e bem cabidos. (Apoiados.)

O sr. Sympson:—Pego a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Sympson:—Sr. presidente, acabo de ler o *Jornal do Amazonas* ultimo, e nelle deparei nos trabalhos desta assembléa, com o bem elaborado discurso do meu illustre e talentoso collega o sr. Ferraz...

O sr. Ferraz:—Não apoiado; não foi discurso, não confunda as cousas para tirar partido; foi uma simples reclamação que eu fiz.

O sr. Sympson:—Seja o que v. exc. quizer. Entretanto eu estou surprehendido por ter-se omitido nessa publicação alguns apartes que então proferi.

Não sei se essa falta se deu porque não os tivesse ouvido o tachygrapho, o que era natural, attendendo-se que nessa occasião muitos senhores deputados fallavam ao mesmo tempo, tendo-se estabelecido a discussão em dialogos, ou se foi o orador que na occasião de rever o autographo os eliminou.

O sr. Ferraz:—Declaro ao nobre deputado que nem ao menos vi o autographo; que não sendo um discurso, como já disse que o não era, o tachygrapho tem autorisação minha para dar-lhe destino independente desta formalidade, afim de não roubar tempo.

O sr. Sympson:—Como os oradores costumam a rever os seus discursos, era natural que o nobre deputado o fizesse tambem, ao menos na typographia.

O sr. Ferraz:—Eu nem ao menos vou a essa typographia. O sr. tachygrapho pode dizer se me mandou o autographo.

O sr. Sympson:—Pois bem. Eu desejava pôr a limpo este ponto, porque, entendo que não se devem supprimir ou alterar os apartes; e uma vez que elles deixaram de apparecer porque o tachygrapho não os

ouvio, eu quero que elles sejam restabelecidos, e por isso passo a ler os topicos a que elles se referem e a collocar-os nos seus devidos logares, se v. exc. me permite.

Quando o nobre deputado disse: (lê) Não é modo de pensar. As offensas que se dirigem a um membro desta casa, no caracter de representante da provincia, affecta igualmente a toda a corporação. Lembro-me perfeitamente de ter dado este aparte:—Em que numero de jornal foi v. exc. agredido?

O nobre deputado não respondeu e fô por diante nestes termos (lê) Dirão que quero prevenir: pois bem, Eu direi que tenho sido offendido por este jornal....

Neste ponto eu dei este aparte:—Logo v. exc. confessa hoje que é o articulista do Amazonas que atassalhou o partido conservador?

O nobre deputado continuou (lê) mas não quero ser atacado por elle com assento nesta casa. Lembro-me que dei este outro aparte—Nem deve obstar; a imprensa é livre.

Neste outro topico (lê) «Eu como membro desta casa, embora indevidamente (não apoiados) declaro que não estou resolvido a soffrer, no caracter de deputado, dnestos e censuras de um jornal contractado para publicar os seus trabalhos. «Eu disse: v. exc. é immune n'essa cadeia pode defender-se.»

E finalmente disse v. exc. (lê): «Ficando-me salvo o direito, quando fôr atacado por esse jornal, de dizer que fui atacado pela mesa da assembléa provincial, eu dei este aparte «Não apoiado.»

Sem querer fazer censura ao meu illustre collega, que acaba de declarar que não revio o seu discurso ou reclamação, eu tenho por fim exigir que se restabeleça na acta estes apartes...

O sr. presidente:—Diz que elles ficão consignados no discurso agora proferido.

O sr. Symphon:—Pois bem; estou satisfeito, sr. presidente eu tambem depois de ter ouvido fallar o meu illustre collega o sr. padre Daniel, parece-me que não devia dizer mais nada visto que s. exc. em seu bem delienado discurso disse tudo quanto era preciso para restabelecer a liberdade da imprensa, que o nobre deputado o sr. Ferraz quer restringir. A nossa constituição entre outras garantias que concede ao cidadão comprehende a liberdade da imprensa em toda a sua plenitude, sugitando-a somente a responsabilidade criminal pelo excesso ou abuso puniveis.

Entretanto sr. presidente, é a esta mesma assembléa, incumbida pela lei organica do paiz, de velar na sua guarda e fiel observancia, e na garantia dos direitos de todos os cidadãos, que se vem exigir a compressão de um dos mais importantes direitos—a liberdade da imprensa—essa garantia poderosa contra a prepotencia dos governos despoticos e oppressores.

Portanto, sr. presidente, entendo que nós não devemos por forma alguma concorrer para o enfraquecimento dessa liberdade, incluindo nos contractos celebrados com a imprensa clausulas que importem obstaculo á livre manifestação do pensamento.

Os direitos da humanidade, segundo me parece, cifram-se no gozo e governo de sua propria pessoa, e no gozo e faculdade de exercer os seus direitos; ora sendo a imprensa, potencia universal do progresso e civilização moderna, nós não devemos restringir as suas attribuições, isto é, esses mesmos direitos porque, sr. presidente, se a imprensa e o órgão por onde respira o opprimido, e encontra alivio aos males que o acobrunhão na sociedade, é tambem um meio de se restabelecer a sociabilidade. Nós como membro desta casa devemos ser os primeiros a garantir essa liberdade; nunca concorrer para que se lhe opponham obstaculos.

Mas o nobre collega quer que em um contracto de mera impressão de trabalhos, se inclua uma clausula

compressora, repugnante com os principios da civilização e idéas de progresso em que vivemos.

Pergunto eu para que, e com que direito?

Desde que o jornal cumpra as suas obrigações, com relação ao trabalho de que se incumbem; nada mais se pôde exigir delle; se em suas columnas commette abusos e excessos, temos leis e tribunaes para punir os responsaveis.

Porque motivo nós, os membros desta assembléa, não podemos ser censurados?

O sr. Ferraz:—Mas não o devemos sen no jornal que sustentamos com o dinheiro da provincia por effeito do contracto.

O sr. Symphon:—Se os outros tem esse direito não podemos negar tambem a este, porque importa uma ransacção immoral, um meio ignobil, uma indignidade para a imprensa que acceta o contracto em taes condições;—é offerecer dinheiro para que se calle, para que não cumpra o seu dever, a sua nobre e honrosa missão de denunciar desmandos, prevariacões e abusos de todos os funcionarios publicos. (Muito bem, apoiados).

Feito pelo sr. 1.º secretario a leitura do parecer fica sobre a mesa para entrar na ordem dos trabalhos.

O sr. Symphon:—Peco a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Symphon.—A commissão de poderes tem um trabalho concluido, e pede permissão para apresental-o.

Concedida a permissão lê e manda a mesa o seguinte parecer:

Na petição inclusa pede Gustavo Antonio Ribeiro da Silva ex-agente provincial do Quary, que esta Assembléa o dispense d'entrar para o thesouro provincial com as porcentagens que legitimamente recebeo pelas arrecadações que fez em diferentes exercicios; assim como os juros de 10 % que tambem lhe foram contados por não ter entrado em tempo com os saldos destas arrecadações, visto já ter pago uma multa por esta falta e não ser justo que soffra tantas penas por uma só infracção de lei.

A commissão de poderes considerando que é excessivamente vexatorio e iniquo que um responsavel pela mesma falta, soffra tres penas distintas, sendo uma dellas o esbulho de quantias que a propria lei estabelece como recompensa de seu trabalho e a que adquerio direito e dellas se embolsou em tempo devido, é de parecer que dita pretensão seja deferida com a adopção do seguinte projecto:

A assembléa legislativa do Amazonas, decreta.

Art. Unico. Fica dispensado na lei n. 138 de 1.º de Agosto de 1865 em favor do ex-agente provincial da villa de Coary, Gustavo Antonio Ribeiro da Silva, a disposição do art. 7.º que manda repôr as porcentagens recebidas e pagar mais os juros de 10 % pelo alcance que lhe foi reconhecido, por não ter entrado em tempo devido com os saldos das arrecadações que fez, visto já ter pago por esta falta, alem do alcance, a multa de que trata o art. 19 da mesma lei; revogam-se as disposições em contrario.

Sala das conferencias em Manáos, 22 de abril de 1879.

S. R.—Os membros da commissão.—*Barão de S. Leonardo.—Estevão José Ferraz.—Pedro Luiz Symphon.*

Toma o n. 17, e tem primeira leitura.

O sr. padre Fernandes:—Lê e manda a mesa o seguinte projecto:

Convindo firmar regra na adopção de uma medida relativa a subsidios pecuniarios com que a provincia concorre em favor de estudantes que procuram cursos superiores no Imperio e fóra d'elle, affim de evitar-se pedidos que muitas vezes a esmo trazem ao recinto desta assembléa, julgo necessario a apresentação do projecto que se segue:

A assembléa legislativa do Amazonas, decreta:

Art. 1.º A provincia manterá, permitindo o estado de seus cofres em estudos de sciencias ou artes, no Imperio ou fóra d'elle até quatro estudantes com o subsidio annual de que trata a lei n. 212 de 6 de Maio de 1871, salvo os existentes.

Art. 2.º Nenhum individuo poderá obter o favor do art. antecedente sem provar que é filho da provincia e se acha preparado no curso completo do lyceo da capital, qualquer que seja o seu destino.

Art. 3.º O estudante que por seu máo comportamento for expulso do lyceo, ainda que depois seja readmettido, perde o direito ao auxilio desta lei.

§ Unico. Tambem perde o direito o estudante que for reprovado dous annos consecutivos ou tiver tres approvações—simpliciter—em quaesquer disciplinas do curso referido no art. 2.º

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Pago d'assembléa legislativa do Amazonas, 22 de abril de 1879.—S. R.—O deputado, *Padre Fernandes*.

Toma o n. 18 e tem a primeira leitura.

O sr. *Simpson*:—Pego a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. *Simpson*:—Pego ainda permissão para apresentar um trabalho por parte da commissão de poderes.—Concedida a permissão lê e manda a mesa o seguinte parecer:

A commissão de poderes tendo examinado a petição e documentos annexos do amauense desta assembléa Raymundo Henrique da Costa, em que solicita desta assembléa aposentadoria no respectivo cargo, é de parecer que se acceite o seguinte projecto:

A assembléa legislativa do Amazonas, resolve.

Art. Unico. Fica aposentado o amauense desta assembléa Raymundo Henrique da Costa, com o respectivo ordenado; revogadas as disposições em contrario.

Sala das conferencias d'assembléa provincial do Amazonas, 22 de abril de 1879.—S. R.—Os membros da commissão.—*Barão de S. Leonardo*.—*Estevão José Ferraz*, vencido.—*Pedro Luiz Simpson*.

Toma o n. 19 e tem a primeira leitura.

O sr. *Tapajós*:—Pede e obtém permissão, por parte da commissão de instrucção publica, para apresentar o seguinte parecer:

O corpo docente da provincia mal pago, como é obvio e o confirma a directoria geral respectiva em seu relatório, onde demonstra que ha porteiro de repartição melhor pago que os lentes do lyceo, tem certamente direito a que esta assembléa lhe preste a merecida consideração, attento o importante assumpto que faz a sua occupação.

E attendendo que s. exc. o sr. presidente da provincia em sua falla apresenta o augmento de vencimentos desta classe de funcionarios como uma medida legitima, nós pedindo apoio aos nobres collegas, apresentamos á sua esclarecida apreciação este projecto:

A assembléa legislativa do Amazonas, decreta.

Art. 1.º No ensino secundario a retribuição pecuniaria será da seguinte forma:

§ 1.º Lyceo da capital.—Cada cadeira terá de ordenado 2:000\$000
gratificação 400\$000 — 2:400\$000

§ 2.º Ensino primario. 3.º entrancia.—Capital: cadeira ordenado. 1:640\$000
gratificação 400\$000 — 2:040\$000

Outras cidades:
Cada cadeira ordenado. 1:320\$000
gratificação 400\$000 — 1:720\$000

§ 3.º—2.º Entrancia:
Cada cadeira ordenado. 1:200\$000
gratificação 400\$000 — 1:600\$000

§ 4.º—1.º Entrancia:
Cada cadeira ordenado. 800\$000
gratificação 400\$000 — 1:200\$000

Art. 2.º O feriado das quintas-feiras de que goza o lyceo será extensivo a todas as escolas da provincia.

Art. 3.º E' livre ao professor ou professora a opção pela cadeira de entrancia em que estiver, podendo recusar o accesso de entrancia superior quando por direito lhe toque.

Art. 4.º Nenhuma cadeira do ensino primario será provida d'ora em diante interinamente.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Pago da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 22 de abril de 1879.

Os membros da commissão.—*Francisco A. Monteiro Tapajós*.—*Pedro Luiz Simpson*.

Tem a 1.ª leitura e toma o n. 20.

Nada mais havendo na 1.ª parte passa-se a

2.ª Parte:

Procede-se a 2.ª leitura dos projectos ns. 11 e 12 (e são julgados objectos de deliberação), 13, 14, 15, e passa-se a 3.ª

E' approvada em 1.ª discussão, sem debate os projectos ns. 3, 4, e 5, e sendo regeitado o de n. 16, que autorisa a conceder uma subvenção ao estudante Raymundo de Amorim Figueira.

Achando-se exgotada a ordem do dia, o sr. presidente, designa para a de amanhã:

1.ª Parte.—Projectos, pareceres, indicações e requerimentos.

2.ª Parte.—2.ª Leitura dos projectos ns. 17, 18, 19 e 20; 3.ª dos de ns. 11, 12, e 16. Discussão do parecer da commissão especial hoje apresentado.

Levanta-se a sessão a uma hora da tarde.

Sessão em 23 de Abril de 1879.

As 11 horas da manhã feita a chamada acham-se presentes os srs. Amerim, Mavignier, padre Fernandes, Ferraz, Canavarro, Barão de S. Leonardo, Batalha, padre Daniel, Simpson, Tapajós, Conrado e Antony.

Abre-se a sessão.

Lida a acta da anterior é approvada.

O sr. 1.º secretario declara não haver expediente.

Ordem do dia

1.ª Parte

O sr. *Ferraz*:—Pego a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. *Ferraz*:—A commissão de força provincial tem prompto o respectivo orçamento e pede a v. exc. que se sirva marcar dia e hora para apresental-o.

O sr. presidente:—Pode fazel-o agora mesmo se o tem presente.

O sr. *Ferraz*:—Lê e manda a mesa o seguinte projecto.

A commissão de força policial tem a honra de submeter a consideração desta assembléa o seguinte projecto:

A assembléa legislativa provincial do Amazonas, resolve.

Art. 1.º A força da guarda policial para o anno financeiro de 1879 a 1880, é fixada conforme o plano annexo á lei n.º 383 de 10 de Outubro de 1878, e os vencimentos serão os da tabella appensa á referida lei.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das commissões da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 23 de Abril de 1879.—Os membros da commissão, *Barão de S. Leonardo*—*Estevão José Ferraz*.

Toma o n.º 21 e tem a 1.ª leitura.

O sr. *Tapajós*:—Pede permissão para apresentar um trabalho da commissão de camaras, e sendo-lhe concedida lê e manda a mesa o seguinte projecto:

A commissão de camaras á quem foram enviados os balanços, orçamentos e mais papeis da camara muni-

pal, desta capital tendo-os examinado attentamente e julgando que sua proposta pode ser convertida em lei, é de parecer que se adopte o seguinte projecto:

A assembléa legislativa provincial do Amazonas, decreta.

Art. 1.º A camara municipal da capital é autorizada a despendar no exercicio de 1879 a 1880 as quantias que lhe são votadas na lei.

CAPITULO I

DA DESPEZA

§ 1.º—Pessoal da camara:		
Secretario	Ord. 1:600\$000	
	Grat. 200\$000	
		1:800\$000
2 Amanuenses...	Ord. 2:000\$000	
	Grat. 400\$000	
		2:400\$000
Porteiro.....	Ord. 900\$000	
	Grat. 200\$000	
		1:100\$000
2 Fiscaes.....	Ord. 3:000\$000	
	Grat. 600\$000	
		3:600\$000
Engenheiro.....	Ord. 1:200\$000	
	Grat. 400\$000	
		1:600\$000
Aferidor.....	gratificação 500\$000	
Procurador 10 % do que arrecadar...	\$	
Agentes fiscaes do interior 20 % idem	\$	
2.º Expediente.....	1:500\$000	
3.º Impressão e publicação de trabalhos	1:800\$000	
4.º Mobilia.....	2:000\$000	
5.º Reparos em edificios municipaes..	700\$000	
6.º—Cemiterio:		
Administrador....	Ord. 1:000\$000	
	Grat. 200\$000	
		1:200\$000
Capellão.....	gratificação 600\$000	
2 Coveiros, diarias.....	2:190\$000	
7.º Commemoração dos fies defuntos..	400\$000	
8.º Guisamento para capella.....	80\$000	
9.º Utensils.....	200\$000	
10. Mercado:		
Administrador....	Ord. 1:200\$000	
	Grat. 400\$000	
		1:600\$000
Porteiro.....	Ord. 600\$000	
	Grat. 300\$000	
		900\$000
2 Vigias.....	Ord. 1:200\$000	
	Grat. 600\$000	
		1:800\$000
11. Porcentagem aos mesmos 10 %....	\$	
12. Expediente e custeio.....	200\$000	
13. Guardas urbanos (3) Grat. 2:700\$000		
Fardamento.....	300\$000	
		3:000\$000
14. Aulas nocturnas:		
3 Professores....	Ord. 1:800\$000	
	Grat. 600\$000	
		2:400\$000
15. Luzes, expediente, livros e despesas miudas.....	600\$000	
16. Premios aos alumnos.....	150\$000	
17. Matadouro publico:		
Administrador....	Ord. 960\$000	
	Porcentagem 40 %	\$
Medico.....	gratificação 1:200\$000	
2 Serventes.....	diarias 1:460\$000	
18. Expediente e Custeio.....	200\$000	
19. Custas judiciaes jury e eleições...	2:500\$000	
20. Festa do Culto Divino e regosijo publico	1:600\$000	

21. Limpeza de ruas e do lixo das casas particulares	8:000\$000
22. Idem das ruas da freguezia de Tauapessassu.....	230\$000
23. Concertos de ruas, limpeza e aberturas de novas.....	1:000\$000
24. Conservação da arborisação.....	1:416\$000
25. Prestação a obra do paço.....	16:000\$000
26. Indemnisação aos prejudicados com arrematção de ruas e praças.....	2:500\$000
27. Calçamento de ruas e concertos de rampas.....	5:000\$000
28. Conservação da estrada da colonia dentro do patrimonio.....	1:000\$000
29. Obra do mercado.....	1:000\$000
30. Aposentados.....	600\$000
31. Eventuaes.....	1:600\$000
32. Exercicios findos.....	\$
33. Reposições e restituções.....	\$
	78:756\$000

CAPITULO II

DA RECEITA

Art. 2.º A receita que a mesma camara fará arrecadar no predito exercicio constará das seguintes verbas:

1.º Aferição de pesos e medidas.....	\$
2.º 2 % do valor dos generos exportados, conforme o estylo.....	\$
3.º Multas.....	\$
4.º Saldo dos exercicios anteriores.....	\$
5.º Prestações e donativos.....	\$
6.º Rendimento do cemiterio.....	\$
7.º Cobrança da divida activa.....	\$
8.º Reposições e restituções.....	\$
9.º Alvarás de licença.....	4\$000
10. Imposto sobre casas commerciaes fóra dos povoados.....	20\$000
11. Idem sobre canôa de regatão.....	50\$000
12. Idem sobre canôa de condução de pedra, areia e madeiras.....	20\$000
13. Idem idem de theatros, cosmoramas e outros espectaculos não gratuitos.	60\$000
14. Idem sobre bailes mascarados durante o carnaval.....	60\$000
15. Idem idem pessoa mascarada nas ruas da cidade, durante aquelle tempo, cada dia.....	5\$000
16. Imposto sobre bilhar e outro qualquer jogo licito.....	60\$000
17. Idem idem sobre qualquer officina e torração de café.....	4\$000
18. Idem idem açougue fóra do mercado.....	10\$000
19. Idem idem quitandas, botequins, boticas, drogarias, padarias, excepto nas freguezias.....	25\$000
20. Imposto sobre hoteis.....	50\$000
21. Idem sobre casa de pasto.....	25\$000
22. Idem sobre lojas ambulantes excepto as de viveres.....	60\$000
23. Idem idem pessoa que vender joias de ouro, prata ou pedras preciosas pelas ruas da cidade e pelo interior.....	250\$000
24. Idem sobre lojas e casas commerciaes em que se venderem joias de ouro, prata ou pedras preciosas	100\$000
25. Idem sobre carroças de condução qualquer e de venda de agoa.....	30\$000
26. Idem sobre escriptorios de agentes de leilões e de commissões.....	20\$000
27. Idem sobre armazens de secco e molhados.....	40\$000

§ 28. Idem idem. lojas ou casas commerciaes em que se vender a retalho, seccos ou molhados, a saber:	
Até..... 1:000\$	10\$000
De mais de 1:000\$ até 2:000\$....	20\$000
De mais de 2:000\$ para cima.....	30\$000
§ 29. Imposto sobre pessoa empregada na extracção de ovos de tartarugas nas praias do municipio.....	5\$000
§ 30. Licença para tirar esmolas excepto as irmandades que tiverem compromissos approvados.....	50\$000
§ 31. Emolumentos sobre nomeações de commandantes de praças.....	25\$000
§ 32. Idem municipal conforme a tabella.	\$
§ 33. Taxas do mercado.....	\$
§ 34. Idem do curro.....	\$
§ 35. Foros de terrenos do patrimonio na razão de dois réis por metro linear de frente.....	\$
§ 36. Laudemios por traspasso dos referidos terrenos na razão de 2 % do valor respectivo.....	\$
§ 37. Alinhamentos de terrenos particulares a razão de 100 réis por metro linear de frente para ruas, travessas, e estradas, nunca porém mais de duas frentes.....	\$
§ 38. 1 % do rendimento liquido dos leilões commerciaes.....	\$
§ 39. As lojas, casas commerciaes e officinas que venderem roupa e calçado estrangeiros pagarão além do imposto respectivo mais o de.....	20\$000

CAPITULO III DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 3.º Ficam approvadas as posturas de 21 de Janeiro e as alterações que fez a camara no regulamento do curro, nos seguintes termos:

Art. 4.º Fica, desde já, prohibido nesta cidade, os bailes e passeios de mascarar, fora do tempo do carnaval. O infractor incorrerá na multa de 30\$000 ou oito dias de prisão.

Art. 5.º Também incorrerá nas penas do artigo antecedente, o mascarar que andar nas ruas, com vestidos indecentes.

Art. 6.º E' igualmente prohibido: O uso pelos mascarar de vestes talares, ou que alluda a qualquer corporação militar, religiosa ou civil. Os infractores incorrerão nas penas de 20\$000 ou seis dias de prisão.

Art. 7.º O tempo do carnaval, de que trata o art. 1.º é o decorrido desde a domingo da quinquagesima até 11 horas da noite de terça-feira, vespera de quarta-feira de cinza.

Art. 8.º Os proprietarios das rezes são obrigados:

§ 1.º Ao pagamento de 1\$500 reis por cada uma das rezes que forem recolhidas ao curro.

§ 2.º A mandar deitar ali capim para o sustento das rezes.

§ 3.º Ao pagamento de 4 réis por kilogramma das rezes abatidas para o consumo, satisfeito diariamente ao respectivo administrador no deposito estabelecido no curro.

§ 4.º A carne para o consumo será retirada do deposito no curro das 4 horas da manhã em diante e depois de pesada.

§ 5.º Cada couro secco ou salgado pagará 10 réis por dia no deposito do curro.

§ Unico. Fica terminantemente prohibido no perimetro da cidade qualquer outro deposito de couros que não o de que trata este artigo; incorrendo os infractores na multa de 30\$000 réis e o dobro na reincidencia.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das commissões da assemblea legislativa provincial do Amazonas, 23 de Abril de 1879.—Francisco Antonio Monteiro Tapajós—Barão de S. Leonardo.

Toma o numero 22, tem a 1.ª leitura.

O sr. **Sympton**:—Como relator da commissão de poderes pede igualmente permissão para apresentar uns trabalhos da mesma commissão, e sendo-lhe concedida, lê e manda a mesa os seguintes:

A commissão de poderes a quem foi submettida a petição de D. Josefina de Freitas Tenreiro Aranha, professora vitalicia do ensino primario da escola mixta desta capital, em que pede um anno de licença para tratar de sua saude como prova com o documento que apresenta, é de parecer que a assemblea tome em consideração o seguinte projecto:

A assemblea legislativa do Amazonas resolve:

Art. unico. O presidente da provincia fica autorisado a conceder a professora do ensino primario da escola mixta desta capital D. Josefina de Freitas Tenreiro Aranha, um anno de licença com os seus respectivos vencimentos para tratar de sua saude; revogadas as disposições contrarias.

Sala das commissões em Manáos, 23 de Abril de 1879.—S. R. Os membros da commissão—Barão de S. Leonardo—Pedro Luiz Sympton—Estevão José Ferraz.

A commissão de poderes a cujo conhecimento veio a petição documentada de Manoel Martinho de Souza e Albuquerque, guarda conferente da collectoria da cidade de Itacoatiara, em que requer seis mezes de licença para ir ao Pará medicar-se, attendendo a informação que deu seu respectivo chefe, é de parecer que seja attendido adoptando-se este projecto:

A Assemblea legislativa provincial do Amazonas resolve:

Art. unico. E' autorisado o presidente da provincia a conceder seis mezes de licença com vencimentos ao guarda da collectoria de Itacoatiara Manoel Martinho de Souza e Albuquerque para medicar-se onde lhe convier; revogadas as disposições contrarias.

Sala das commissões da assemblea legislativa provincial do Amazonas, 23 de Abril de 1879.—S. R.—Os membros da commissão—Barão de S. Leonardo—Estevão José Ferraz—Pedro Luiz Sympton.

Tomam os n.ºs 23 e 24, e tem a 1.ª leitura.

Nada mais havendo nesta parte passa-se a

2.ª Parte

Tem 2.ª leitura os projectos n.ºs 17 e 18 (que são julgados objecto de deliberação) 19 e 20, e passam a 3.ª

Tem 3.ª leitura e vão a imprimir os de n.ºs 11, 12, 13, 14, 15 e 16.

Entra em discussão o parecer da commissão especial que refundio os projectos n.ºs 2 e 7 sobre o abastecimento de agua potavel.

O sr. **padre Daniel**—Peco a palavra.

O sr. **presidente**—Tem a palavra.

O sr. **padre Daniel**—Sr. presidente, antes de apresentar um requerimento a consideração da casa, releve-me esta que eu o preceda de algumas succintas observações.

Sr. presidente, creio que todos sabem que a cidade de Manáos é cercada de agoa dos igarapés que a percorrem em diversos sentidos, offerecendo todos sufficiente quantidade desse liquido, perfeitamente potavel, limpo, cristalino e aliás saudavel. A unica providencia que ha a tomar é para remover a falta de asseio. Isto não se consegue só com chafarizes, que attendendo-se a irregularidade do terreno de Manáos, não se faz talvez com duzentos ou trescentos contos de reis.

Como v. exc. e os meus nobres collegas sabem para a collocação de chafarizes além da canalisação, é preciso uma caixa d'agoa, e machinas movidas a vapor para elevar a agoa a altura capaz de exercer pressão nos repuchos.

Os mananciaes que existem dentro da cidade, em

lugares que despende estas obras por demais despendiosas, são diminutos e insuficientes para abastecer a população. Os únicos que tem capacidade e proporções para isto, são os igarapés denominados—de Manãos—e Caxoeira;—estes estão abaixo do terreno da cidade, onde podem ser collocados chafarizes, mais de 3 a 4 metros.

O sr. Antony:—Muito mais.

O sr. Canavarro:—Dá um aparte.

O sr. padre Daniel:—O chafariz é obra de luxo; não serve para remover o obstáculo, por seu custo extraordinário; uma caixa d'água é obra para vinte ou trinta contos, mas um chafariz não se fará com duzentos a trezentos contos, e por isto, em conformidade do disposto no art. 148 do reg. interno, insisto na preferência do projecto n.º 7 e neste sentido vou mandar o meu requerimento.

Lê e manda a mesa o seguinte requerimento:

«Requeiro, na forma do art. 148 do reg. interno, que se prosiga na discussão do projecto n.º 7.

Sala das sessões da assembléa provincial em 23 de Abril de 1879.—O deputado, *Padre Daniel*.

O sr. presidente:—Está em discussão juntamente com o parecer.

O sr. Ferraz:—Pego a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Parece-me que v. exc. disse que estava em discussão o requerimento e o parecer, por isso posso tratar de ambos.

Sr. presidente, não farei grande esforço, para sustentar o meu parecer, não só porque a preferência que dá ao projecto n.º 2 é de reconhecida justiça, como por que, pelo que coligi durante a justificação que fez o nobre deputado ao seu requerimento, o meu projecto está de antemão condemnado. Vou occupar-me somente da opposição que o meu nobre collega sr. padre Daniel apresentou aqui desde o principio a esse meu infeliz projecto.

Sr. presidente diz o nobre deputado que os chafarizes são obras de luxo e então apresenta a idéa de substituí-la por uma caixa d'água, e quer justificá-la com a barateza do custo.

Sr. presidente, se um chafariz é um objecto de luxo, uma caixa d'água o que será?

O sr. padre Daniel:—Remove perfeitamente a falta de asseio, unica providencia de que se precisa em Manãos, onde ha tanta abundancia de agua potavel.

O sr. Ferraz:—Uma caixa d'água vem revellar que a assembléa legisla para os tempos caducos, por que não ha uma só capital que, no estado de progresso e civilização em que vivemos, se lembre de fazer caixas d'água.

Manãos, uma cidade nova, que deve caminhar para o progresso, e não para o regresso, é que ainda ha de lançar mão dessa idéa caduca, já despresada em todas as capitães?

O sr. Antony:—E' idéa intimamente ligada a idéa de chafarizes.

O sr. Ferraz:—Apoiado; em lá chegarei. Diz-se que um chafariz tem uma caixa d'água; eu não contesto; podem ser duas, movidas a vapor, com machinas de alta ou baixa pressão ou a braço, como a provincia entender, mas tudo isso não custará esses trezentos contos com que o nobre deputado quer nos apavorar, para dar preferencia a sua caixa d'água.

O sr. padre Daniel:—Não pôde custar menos.

O sr. Ferraz:—A caixa de agua remove a falta de asseio, diz o nobre deputado; e os chafarizes tambem não fornecerão agua limpa e asseado?

O sr. Symphon:—Os chafarizes servem-se da caixa d'água.

O sr. padre Daniel:—E' obra de luxo que a provincia não comporta, quando ha outras necessidades mais imperiosas que reclamam providencias.

O sr. Ferraz:—Não é luxo para quem ja tem visto chafarizes.

O sr. padre Daniel:—Não aqui em Manãos, que não temos precisão delles.

O sr. Ferraz:—E porque? Então Manãos deve estar nas condições de não prover a uma das mais urgentes necessidades das populações, e que absorve os cuidados dos poderes publicos em toda a parte? Não por certo.

O sr. padre Daniel:—Mas cumpre tomar medidas ao alcance de seus recursos se se quizer obter as vantagens dessas medidas.

O sr. Ferraz:—A primeira e maior vantagem que devemos ter em vista é proporcionar a população da capital, que é como dizem os nobres deputados tão abundante de mananciaes, agua mais barata do que temos presentemente, apesar da abundancia e facilidade na acquisição. V. exc. sabe que um carreiro vai ali ao igarapé de Manãos que fica a pequena distancia buscar uma pipa de agua e vende um balde por cem réis;—quando elle fór buscar-a nesse grande manancial onde estiver assentada a caixa d'água, quanto custará? Uma pataca talvez.

O sr. padre Daniel:—Com uma simples emenda no projecto v. exc. pôde remover essa difficuldade.

O sr. Ferraz:—Um chafariz, disse o meu nobre collega, pôde custar trezentos contos.

Sr. presidente a idéa de um chafariz com uma caixa d'água junto a elle não importa em mais de trinta contos de réis.

Eu estou abismado diante dessa cifra enorme que o nobre collega phantasiou com tanta segurança; esta quantia é para fazer dez chafarizes.

Para que essa canalisação e machinas a vapor, quando temos dentro do perimetro da cidade vertentes que a isso se prestam?

O sr. padre Daniel:—Não ha nenhuma que tenha proporções para abastecer a população.

O sr. Ferraz:—Junto a ponte do Epirito Santo, bem no centro da cidade, ha uma vertente nestas condições.

O sr. padre Daniel:—Não só não tem proporções, como a agua não presta.

O sr. Ferraz:—Junto do palacete do nosso collega o sr. Barão de S. Leonardo ha uma outra...

O sr. Barão de S. Leonardo:—A agua não é boa.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, as poucas notas que tomei do bem elaborado discurso do meu nobre collega, não me permitem dar mais desenvolvimento a fraca sustentação (não apoiado) com que ainda tentei amparar o meu projecto.

Sei que a minha idéa não é aceita; resta-me todavia a satisfação de tel-a apresentado, e o futuro virá demonstrar qual das duas idéas offerece mais vantagem ao publico e aos interesses da provincia.

Caixa de agua não se usa mais em parte alguma; é até uma expressão irrisoria e ridicula. Em Pernambuco, quando se quer dizer que um sujeito é bebado de profissao chama-se «um caixa d'água.» (Hilariedade.)

Resta-me a satisfação de ter trazido a casa uma idéa de progresso e utilidade publica.

O sr. padre Daniel:—Louvo as boas intenções de v. exc.—mas a idéa é inexequivel.

O sr. presidente:—Como a materia do requerimento prejudica o parecer, vou submeter aquelle a votação em 1.º lugar.

Posto a votos o requerimento do sr. padre Daniel é approvado, ficando portanto prejudicado o parecer.

Vai a imprimir o projecto n.º 7 que autorisa a despesa de vinte contos de réis com a construção de uma caixa d'água.

Achando-se exgotada a ordem do dia o sr. presidente designa para a seguinte:

1.ª Parte:—Projectos, pareceres, indicações e requerimentos

2.ª Parte:—2.ª leitura dos projectos n.ºs 21, 22, 23 e 24; 3.ª leitura dos de n.ºs 17, 18, 19 e 20; 1.ª discussão dos de n.ºs 9 e 10; 2.ª discussão dos projectos n.ºs 3, 4 e 5.

Levanta-se a sessão a uma hora da tarde.

Sessão de 24 de Abril de 1879.

Presidencia do sr. Amorim.

As 11 horas da manhã feita a chamada acham-se presentes os srs. Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Barão de S. Leonardo, Torres, Ferraz, Conrado, Tapajós, Simpson, Batalha e padre Daniel.

Havendo numero legal abre-se a sessão.

O sr. 2.º secretario declara que a acta da anterior não se acha sobre a mesa; e o sr. 1.º secretario que não ha expediente.

Entra-se na ordem do dia.

1.ª Parte

Nada havendo passa-se a

2.ª Parte

Tem 2.ª leitura os projectos n.ºs 21, 22, 23 e 24, que passam a 3.ª

Tem 3.ª leitura e vão a imprimir os projectos n.ºs 7, 17, 18, 19 e 20.

Entra em 1.ª discussão, é approvado sem debate, e passa a 2.ª o projecto n.º 9 que autorisa a compra de uma casa na cidade de Tefé, para escola publica; e bem assim o de n.º 10, que autorisa a despendar 10:000\$000 com os concertos precisos na capella de S. Sebastião desta capital.

O sr. padre Fernandes:—Lê e manda a mesa o seguinte requerimento:

«Requeiro dispensa do interstício para o projecto n.º 10.—Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 24 de Abril de 1879.—O deputado, Padre Fernandes.»

Posto em discussão e a votos é approvado sem debate.

Entra em 2.ª discussão o projecto n.º 3.

E' approvado sem debate o art. 1.º

Lê-se o art. 2.º

O sr. padre Daniel:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. padre Daniel:—Sr. presidente, pedi a palavra somente para apresentar uma emenda a este artigo, e a minha emenda tem por fim, não excluir as camaras municipaes da fiscalisação das fazendas que se acham no caso de obter o premio de que trata esta lei, visto que pela lei organica destas corporações, de 1.º de Outubro de 1828, a ellas pertence a fiscalisação da agricultura e creação em seus municipios; ellas são as mais competentes para informar sobre esses ramos de produção; além disto me parece conveniente que as despesas com a verificação do estado das fazendas para concessão do premio corram por conta dos interessados.

O sr. Ferraz:—Apoiado; este é tambem o meu pensamento.

O sr. padre Daniel:—Por isto vou ler a minha emenda.

Lê e manda a mesa a seguinte:

Emenda ao art. 2.º:

Depois da palavra fazendas, accrescente-se: informando sobre a pretensão a respectiva camara municipal, sendo as despesas destas diligencias pagas pelos interessados.

Supprime-se o resto do artigo.

Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas 24 de Abril de 1879.—O deputado, Padre Daniel.

O sr. presidente:—Está em discussão com art.

O sr. Simpson:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Simpson:—Unicamente para mandar uma subemenda a emenda apresentada pelo meu nobre collega o sr. padre Daniel.

Sr. presidente, eu entendo que a lei concedendo o premio de dois contos de réis a quem quizer estabelecer fazendas de gado nesta provincia, este premio deve ser pago integralmente. (Apoiado.)

Desde porém que se onera o pretendente com as despesas de fiscalisação para poder receber o premio, desaparece o favor da lei, porque essas despesas absorvem grande parte do premio prometido.

Já se tem dado o caso nesta capital de ter-se gasto mais de 800\$000 réis com as despesas de verificação de fazendas para concessão do premio, ficando este portanto reduzido a 1:200\$000 réis—que não compensa os sacrificios, muitas vezes empregados pelos fazendeiros com o fito no premio.

Em consequencia disto é que eu tenho a honra de mandar esta sub-emenda.

Lê e manda a mesa a seguinte:

Sub-emenda a emenda do sr. padre Daniel ao projecto n.º 3.

Depois da palavra municipal—supprime-se o resto. Paço da assembléa em Manaus 24 de Abril de 1879.

—S. R.—O deputado—Pedro Simpson.

O sr. presidente:—Está em discussão com o art. e a emenda do sr. padre Daniel.

Encerrada a discussão e posto a votos o artigo é approved, sendo regeitadas a emenda e sub-emenda.

Entra em discussão o art. 3.º

O sr. padre Daniel:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. padre Daniel:—Para apresentar o seguinte artigo substitutivo. Sr. presidente, eu me parece mais curial que a nomeação desses empregados na fiscalisação das fazendas deve ser feita antes pelo presidente da provincia que é uma autoridade superior e não por um subalterno como é o inspector do thesouro. Por isso vou mandar o meu substitutivo—lê e manda a mesa o seguinte substitutivo ao art. 3.º:

Os empregados das repartições fiscaes que tiverem de verificar ditas fazendas serão nomeados pelo presidente da provincia, que lhes dará as instruções convenientes em ordem a bem desempenhar o seu dever.—Paço da assembléa provincial do Amazonas, 24 de Abril de 1879.—O deputado—Padre Daniel.

O sr. presidente:—Esta em discussão com o artigo.

Encerrada a discussão e posto a votos é approved o art.—salvando o substitutivo, e em seguida approved este.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

E' approved sem debate.

Passa a 3.ª discussão.

Entra em 2.ª discussão o projecto n.º 4.

Lê-se o art. 1.º

O sr. padre Daniel:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. padre Daniel:—Sr. presidente eu de muito bom grado concorreria com o meu voto em prol deste projecto do meu nobre collega o sr. Ferraz, se não estivesse convencido que a patriótica commissão de fazenda tem já consignado na lei do orçamento que está confeccionando a quantia de 10:000\$000 réis para este serviço.

O sr. Ferraz:—Não chega nem para a decima parte do que se precisa fazer.

O sr. padre Daniel:—Mas nós não devemos sobrecarregar somente os cofres provinciaes com esse trabalho para o qual a camara municipal tambem deve concorrer, e a quem de preferencia pertencem as des-

pesas com esse ramo de serviço publico, como v. exe. sabe.

O sr. Ferraz:—A camara não se acha em condições de fazer essas despesas.

O sr. padre Daniel:—Então esperemos melhores tempos.

Sr. presidente, eu sinto ter occasião de combater este projecto pela muita consideração em que tenho o seu nobre autor, que disse nesta casa que tinha suas coegas porque os cofres provinciales tinham dinheiro, e que queria já gastar esse dinheiro.

O sr. Ferraz:—Perdão; eu disse que tinha coegas de empregar esse dinheiro o melhor que fosse possível em bem dos interesses publicos.

O sr. padre Daniel:—E nem as minhas palavras tem outro sentido. Sr. presidente, eu tambem sinto coegas, mas é de que tenhamos a maior economia dos dinheiros publicos; nós que sahimos ha pouco de um grande deficit, devemos empregar o maior cuidado para não voltarizos aos embaraços financeiros em que uma demasiada confiança nos recursos da provincia nos lançou.

Quando o governo se occupa neste momento de desenvolver e auxiliar a lavoura, fonte principal da riqueza publica e particular, e dar-lhe o maior desenvolvimento por meio de medidas protectoras, quando, para equilibrar as finanças do estado, se trata até de cortar os minguados vencimentos do funcionalismo publico, é que se nos vem propôr o emprego de avultadas sommas em calçamentos e chafarizes, deixando a lavoura, de que tanto carece esta provincia, entregue aos seus proprios recursos, abatida de finhar e desaparecer completamente. (Apoiados.)

Eu tambem tenho essas coegas...

O sr. Ferraz:—Não parece.

O sr. padre Daniel:—Tanto tenho, que faço tenção de organizar um projecto autorizando despesas, mas em favor da agricultura, afim de promover o seu desenvolvimento nesta provincia, que é o de que mais carecemos.

Portanto, sr. presidente, entendo que trinta contos de réis com o auxilio para calçamento das ruas é muito dinheiro. Nós devemos tambem auxiliar a lavoura, que unicamente nos pôde garantir o bem estar dos povos, e concorrer para augmento da renda publica, e não nos occuparmos somente dessas obras de luxo...

O sr. Ferraz:—O calçamento das ruas é obra de luxo?

O sr. padre Daniel:—E, sim senhor, as nossas ruas não estão nesse estado que exijam tão grande sacrificio e de prompto. Transita-se muito bem por ellas, o que precisa é a camara empregar mais cuidado na sua conservação e asseio.

Eu digo que o auxilio que a illustre commissão de fazenda quer dar á camara municipal de dez contos de réis para as despesas a fazer com o calçamento das ruas é muito sufficiente; por isso uma vez que esse ramo do serviço publico está contemplado no projecto do orçamento, acho expletivo este projecto especial.

O sr. Ferraz:—Eu não tenho o dom de advinhar.

O sr. padre Daniel:—Mas eu affianço a v. exe.

O sr. Ferraz:—Pode affiançar, mas eu não tenho o dom de advinhar.

O sr. padre Daniel:—Levado, pois, deste principio, eu voto contra o projecto.

O sr. Ferraz:—Contra o projecto, ou contra o artigo que está em discussão?

O sr. padre Daniel:—Contra o artigo, e mesmo contra o projecto todo.

Encerrada a discussão e posto a votos é regeitado o art. 1.º ficando prejudicado o resto do projecto, visto que os demais artigos estão subordinados a este.

Entra em 2.ª discussão o projecto n.º 5, e são approvados sem debates os arts. 1, 2 e 3 de que se compõe.

Achando-se esgotada a ordem do dia, o sr. presidente designa para a seguinte:

1.ª Parte:—Projectos, pareceres, indicações e requerimentos.

2.ª Parte:—1.ª Discussão dos projectos ns. 11 a 16; 2.ª do de n.º 10; 3.ª leitura dos de ns. 21 a 24.

Levanta-se a sessão a uma hora da tarde.

Sessão de 25 de Abril de 1879.

Presidencia do sr. Amorim

As 11 horas da manhã feita a chamada acham-se presentes os srs. Amorim, Mavignier, Padre Fernandes, Torres, Ferraz, padre Daniel, Barão de S. Leonardo, Sympson, Tapajós, Batalha e Conrado.

Abre-se a sessão.

Lida a acta de 23, que na sessão de hontem não foi apresentada, é approvada, sem observação.

Lê-se a de 24.

O sr. padre Daniel diz que apresentou uma emenda ao projecto n.º 2 que estabelecia dous principios distinctos, um que as camaras fossem ouvidas sobre as fazendas que em seus municipios estivessem no caso de gosar do favor da lei;—outro que as despesas de verificação corresse por conta dos interessados: a qual foi regeitada quanto a esta ultima parte, mas quanto a primeira parte, isto é, quanto a intervenção das camaras, entende que ficou em pé, em virtude de uma subemenda apresentada pelo sr. Sympson, que mandava supprimir a 2.ª parte da emenda.

No projecto sobre calçamento tambem se pronunciou contra; houve discussão, entretanto a acta, que deve ser a synopse da sessão, cala esta circumstancia que lhe parece de estylo ser mencionada.

Reclama, portanto, que se faça rectificação neste sentido.

O sr. presidente:—Diz que, quanto a primeira parte da reclamação, tem a ponderar que ambas as emendas foram regeitadas, tanto que estão com a nota competente, e que não tendo o nobre deputado feito separação das duas idéas em sua emenda, ella cahio totalmente.

Quanto a 2.ª parte, que se refere a declaração de ter havido discussão e de ter o nobre deputado se pronunciado contra, vae mandar fazer a rectificação, dando-se a acta por approvada com esta alteração.

O sr. 1.º secretario dá conta do seguinte

Expediente:

1.º José Alves da Fonseca, pedindo um emprestimo de 6:000\$ rs. para fundar uma fazenda de criar gados na foz do Rio-Negro.—A commissão de agricultura.

2.º Officio do secretario do governo, devolvendo de ordem do exm. sr. presidente da provincia a proposta de lei que autorizava o pagamento da quantia de rs. 16:000\$, a Francisco de Souza Mesquita, proveniente de pulpitos de marmore por elle fornecidos á nova matriz desta capital, que a assemblèa lhe reinviara para sancionar por ter passado por dous terços na forma do art. 188 do regimento interno.

O sr. presidente:—Diz que á vista do officio do sr. secretario do governo, cuja leitura a casa acaba de ouvir, e não estando semelhante pratica de accordo com o acto addicional, dá a materia do mesmo officio para ser discutida na sessão seguinte, afim de dar-se uma solução rasoavel a este incidente, não prevenido na lei, e sem precedentes que sirvam de norma; visto como o presidente da provincia só podia, no seo entender, affectar ao governo imperial ou a assem-

pulpitos

bléa geral o conhecimento dessa lei, no caso em que ella offendesse os tratados com as nações estrangeiras, ou os direitos de outras provincias.

3.º Outro officio do mesmo secretario acompanhando a resolução que autorisava a concessão de uma subvenção para auxiliar uma linha de navegação a vapor do porto de Cayena, a qual o extm. sr. presidente da provincia negou saneção.

Procede-se a eleição para dar seu parecer sobre as razões de não saneção e sahem eleitos os srs. Tapajós com 8 votos, Batalha com 7, Barão de S. Leonardo com 6, Conrado e padre Daniel com 4 votos cada um, tendo-se procedido ao desempate pela sorte entre os srs. Mavignier, Torres, Miranda Leão, que obtiveram tambem 4 votos cada um. Foram mais votados os srs. Rodrigues, Canavario e Sympson, com 3 votos cada um, padre Fernandes e Ferraz, 2 votos cada um, Amorim um voto.

Ordem do dia.—1.ª Parte:

○ sr. presidente.—Diz que deve faser sciente a assembléa que o procurador do dr. Ernesto Rodrigues Vieira, que contractou a publicação dos annaes, na sessão do anno passado, ainda não se apresentou até agora para receber o trabalho, e dar cumprimento ao contracto; que a mesa queria rescindir esse contracto, mas como elle foi effectuado em virtude de uma resolução da casa, entende que não pode faser sem outra resolução que autorise a rescisão, e por isto vai submeter a decisão da assembléa.

Consultada a casa se deve ou não ser rescindido o contracto, decide-se pela affirmativa.

○ sr. padre Daniel.—Pego a palavra.

○ sr. presidente.—Tem a palavra.

○ sr. padre Daniel.—Sr. presidente, tendo a assembléa resolvido a rescisão do contracto, e sendo de reconhecida conveniencia a impressão dos annaes, que constituem o historico dos trabalhos das assembléas, visto que as publicações feitas nos jornaes em breve desaparecem, vou apresentar a seguinte indicação:—Lê. Indico que esta assembléa autorise a mesa a contractar com qualquer typographia, a impressão de seus annaes, que estava contractada com o dr. Ernesto Rodrigues Vieira.—Págo da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 25 de abril de 1879.—O deputado, Padre Daniel.

○ sr. presidente.—Está em discussão.

○ sr. Torres.—Pego a palavra.

○ sr. presidente.—Tem a palavra.

○ sr. Torres.—Sr. presidente, pedi a palavra para dar uma explicação sobre isto, e desde já declarar que voto pela indicação do sr. padre Daniel, com a condição porém, de que a mesa me garanta que empregará os meios a seu alcance para effectuar o contracto com a maior economia. O anno passado deixei de celebrar esse contracto porque achei exorbitante o preço exigido pelo pretendente.

○ sr. padre Daniel.—Por quanto?

○ sr. Torres.—Por 4 contos de réis.

○ sr. padre Daniel.—E v. exc. acha exagerada essa quantia para o trabalho que ha a fazer?

○ sr. Torres.—Acho, e tanto assim é, que mesmo na casa se apresentaram propostas inferiores. Entretanto, fazendo eu uma viagem ao Pará em minha auzencia foi esse contracto assignado pelo nobre deputado que hoje occupa a cadeira da presidencia, na qualidade de vice-presidente da assembléa que então era—pelo nobre 1.º secretario actual, então 2.º, em substituição ao sr. Dias dos Santos, que occupava o lugar de 1.º secretario, e pelo sr. Baptista Rodrigues como 2.º secretario, deixando de observar-se a ordem da substituição para completar a mesa, que neste caso devia ser o sr. Ferraz, que se achava na capital.

○ sr. Ferraz.—Então que papel fazia eu que estava na cidade?

○ sr. Torres.—Entendendo, pois, que se tinha procedido com irregularidade na organização da mesa para assignatura do contracto, suspendi a sua execução até que de novo fosse submittido ao conhecimento da assembléa.

Mas ainda não é isto que eu quero, sr. presidente; o que desejo é que a mesa que é occupada por distinctos cavalheiros tomando na devida consideração as minhas palavras abram espaço a concorrência, mandando por em arrematação esse serviço; ou então tomando por base os contractos já existentes procure fazel-o pelo menos preço possível.

○ sr. presidente.—Mande a sua indicação.

Vai á me-a, lê-se e entra em discussão o seguinte:

Requeiro que se chame concurrentes para a impressão dos annaes desta assembléa.

Págo da assembléa legislativa provincial do Amazonas, em 25 de abril de 1879.—O deputado, Torres.

○ sr. presidente.—Diz que a commissão de economia interna da assembléa agradece ao nobre deputado que acaba de apresentar a indicação, a solicitude que toma pelos interesses da provincia, que é muito louvavel; mas não pode deixar de declarar que a mesa não sustentou o contracto que fez com o dr. Ernesto, porque elle não se apresentou, nem por si nem por seu procurador para dar-lhe cumprimento; que por essa razão tão somente é que promoveu a sua rescisão, afim de que esse serviço, que aliás reconhece necessario, não ficasse prejudicado, que se não fora esta consideração havia de cumprir, porque entende que os poderes publicos devem ser os primeiros a respeitar a fé dos contractos. E a respeito do incidente que o mesmo nobre deputado trouxe ao conhecimento da casa com relação ao modo porque foi assignado o contracto, deve dizer que a mesa passada, permitta-se-lhe a expressão, não procedeu regularmente, porque, bom ou mau grado seu, devia cumprir a deliberação da assembléa, quizesquer que fossem as razões de repugnancia de sua parte, porque a mesa é menos do que a assembléa (apoiados). A mesa garante á casa que terá o necessario criterio para fazer o contracto, mas esta vai decidir pela votação. Se passar a indicação do sr. padre Daniel, fica prejudicada a do sr. Torres.

Submittida a votação a indicação do sr. padre Daniel é approvada, ficando prejudicada a do sr. Torres.

○ sr. padre Fernandes.—Pego a palavra.

○ sr. presidente.—Tem a palavra.

○ sr. padre Fernandes.—Pedi a palavra para apresentar uma indicação, mas antes de fazel-o, relevei que abuse por alguns instantes de vossa benevolencia.

Srs., occupando, ainda que immerecidamente uma cadeira neste respeitavel recinto, eu sentiria o espinho da ingratidão ferir minha consciencia, se deixasse de levantar minha debil voz, para apresentar vos uma idéa em beneficio dos meus e vossos constituintes,—o povo. Exultarei de prazer si ella merecer as vossas considerações, e quando não ainda assim mesmo restar-me-ha ao menos o prazer de manifestar a elles os meus bons desejos em melhorar o seu estado.

Como sabeis, srs., o commercio, a lavoura, a industria e as artes são as fontes donde emanam as riquezas que fazem a prosperidade de um estado ou de uma provincia; alliviar portanto o commercio dos pesados tributos; animar a lavoura, a industria e as artes, facilitando-lhes meios para seu maior desenvolvimento, e por consequente mais prosperidade e engrandecimento da provincia, deve ser o nosso ponto principal de partida.

Filhos de um paiz que se póde gloriar de ser livre, como em verdade é, cujas instituições são reconhecidas como as mais livres; adeptos como somos dessa grande Deosa, a Liberdade, (reinando ella na sua

verdadeira orbita) devemos cooperar para que ella respire livremente em todos os ramos da vida social.

Os pesados tributos, que se impõem ao commercio coarctão de alguma maneira a liberdade que deve respirar neste fecundo ramo da vida social, fonte principal da prosperidade e riqueza dos estados; ora sendo lisongeiro o estado de finanças da provincia, Graças a Divina Providencia, chamo a attenção da nobre commissão de Fazenda para a seguinte indicação:—Lê e manda a mesa a seguinte indicação:

«Indico e peço a nobre commissão de fazenda que diminua quanto ser possa o vexatorio imposto sobre canoas de regatão e outros.—Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 25 de Abril de 1879.—O deputado, Padre *Fernandes*.»

Vai ser remetida a commissão de fazenda para tomar em consideração.

O sr. **Tapajoz**:—Peço a palavra.

O sr. **presidente**:—Tem a palavra.

O sr. **Tapajoz**:—Sr. presidente, a commissão de fazenda pede permissão para apresentar o trabalho da lei de orçamento provincial que tem prompto.

Obtida a permissão lê e manda a mesa o seguinte projecto:

A commissão de fazenda tendo examinado os documentos sobre finanças que vieram annexos ao relatório do presidente da provincia é de parecer que se adopte o seguinte projecto de lei para o exercicio de 1879—1880:

A assembléa legislativa do Amazonas, decreta.

TITULO I

Da Despesa

Art. 1.º A despesa provincial para o exercicio de 1879 a 1880 é fixada em 602.975\$496 réis.

Art. 2.º O Presidente da Provincia fica autorisado a despendar a referida quantia pela forma seguinte:

CAPITULO I

Art. 3.º—Corpo legislativo:

§ 1.º Subsidio aos membros d'assembléa e ajuda de custo 800\$000 réis..... 13:000\$000

§ 2.º Pessoal da secretaria. 10:040\$000

§ 3.º Expediente, actos religiosos, impressões, tachygrapho e despesas miudas..... 9:600\$000

32:640\$000

Art. 4.º—Secretaria do governo:

§ 1.º Pessoal da secretaria do governo, inclusive a gratificação de 1:400\$000 ao secretario, conforme a tabella que fica approvada..... 31:000\$000

§ 2.º Expediente, publicação dos actos officiaes e despesas miudas..... 7:800\$000

38:800\$000

Art. 5.º—Instrução publica:

§ 1.º Vencimentos dos empregados da directoria e professores..... 67:800\$000

§ 2.º Alugueis de casas para escolas..... 7:380\$000

§ 3.º Prestação ao seminario episcopal de S. José com sustento e ensino a 16 meninos pobres filhos da provincia 5:760\$000

§ 4.º Gratificação ao reitor. 1:000\$000

§ 5.º Idem ao vice-reitor.. 600\$000

§ 6.º Idem aos professores do ensino secundario do seminario..... 1:800\$000

§ 7.º Expediente da directoria, publicação dos actos officiaes e despesas miudas... 1:200\$000

§ 8.º Idem das escolas, agua, limpeza e compra de mobilia..... 3:560\$000

§ 9.º Subsidio aos estudantes:

José Antonio Rodrigues Pará. 1:200\$000

Lauro Baptista Bittencourt... 1:200\$000

Manoel de Azevedo da Silva

Ramos .. 1:000\$000

Antonio Gomes Corrêa de Mi-

randa..... 800\$000

Manoel Pedro Monteiro Tapa-

jós..... 600\$000

José Estelita Monteiro Tapa-

jós..... 600\$000

João Coelho de Miranda..... 500\$000

Quintino de Sá Cardoso.... 240\$000

Augusto Fabricio Ferreira de

Mattos..... 360\$000

Gabriel Salgado dos Santos.. 360\$000

João Auto de Magalhães Cas-

tro..... 360\$000

Carlos Marcellino da Silva... 360\$000

96:068\$000

Art. 6.º Culto Publico:

§ 1.º Com a festa da semana santa na capital..... 800\$000

Esta quantia será entregue ao encarregado da festa, que prestará contas no thesouro provincial.

§ 2.º Alfaias e paramentos ás matrizes do interior..... 8:000\$000

§ 3.º Guisamento ás mesmas..... 2:000\$000

§ 4.º Alfaias á matriz de N. S. da Conceição da capital, sendo 400\$000 réis para guisamento..... 10:000\$000

§ 5.º Gratificação ao vigario geral da provincial..... 2:400\$000

§ 6.º Idem ao sacristão da matriz da Conceição da capital 600\$000

§ 7.º Concerto, alfaias, e guisamento á igreja que serve de matriz na freguesia de N. S. dos Remedios..... 10:000\$000

§ 8.º Gratificação ao sacristão da matriz dos Remedios. 400\$000

34:200\$000

Art. 7.º Catechese e civilização de indios:

§ Unico. Gratificação ao prefeito dos missionarios..... 1:200\$000

Art. 8.º Saude e caridade publica:

§ 1.º Tratamento de presos pobres, colonos e indigentes recolhidos á enfermaria militar por ordem da presidencia..... 10:000\$000

§ 2.º Luz para as cadeias, sustento e vestuario de presos pobres..... 10:000\$000

20:000\$000

Art. 9.º Obras publicas:

§ 1.º Vencimento dos empregados da repartição ... 7:800\$000

§ 2.º Expediente, impressões e despesas miudas..... 660\$000

§ 3.º Com a construção da edificação do hospital de Caridade..... 20:000\$000

§ 4.º Reparos nos proprios provincias..... 5:000\$000

§ 5.º Para auxiliar a edificação de duas igrejas, uma na

cidade de Toffé e outra na de
Itacoatiara..... 20:000\$000
Estas obras serão feitas com
a assistência fiscal de um en-
genheiro da provincia.

53:460\$000

Art. 10. Repartição da fazenda provincial:

§ 1.º Vencimentos dos em-
pregados do thesouro..... 25:758\$000

§ 2.º Idem dos da recebe-
doria..... 11:240\$000

§ 3.º Expediente do thesou-
ro..... 3:000\$000

§ 4.º Idem da recebedoria. 2:000\$000

§ 5.º Vencimentos dos guar-
das conferentes das collecto-
rias..... 2:000\$000

§ 6.º Porcentagens aos em-
pregados da recebedoria, col-
lectorias e agencias na forma
da tabella em vigor..... \$

43:998\$000

Art. 11. Aposentados:

§ Unico. Vencimentos dos
empregados aposentados..... 21:249\$856

Art. 12. Força provincial:

§ Unico. Com a guarda po-
licial..... 70:000\$000

Art. 13. Diversas despesas:

§ 1.º Illuminação da capital 18:737\$640

§ 2.º Subvenção á Amazon
Steam Navigation company li-
mited..... 58:000\$000

§ 3.º Navegação directa .. 32:000\$000

§ 4.º Apreensão e conduc-
ção de presos de justiça na
provincia..... 1:500\$000

§ 5.º Gratificação ao carce-
reiro da capital..... 1:200\$000

§ 6.º Idem ao de Itacoatiara 240\$000

§ 7.º Com a desapropriação
dos casebres da praça Prin-
ceza Imperial..... 4:000\$000

§ 8.º Resgate das apolices. 55:600\$000

§ 9.º Com o calçamento das
principaes ruas da capital... 10:000\$000

§ 10. Eventuaes..... 5:000\$000

§ 11. Reposições..... \$

186:277\$640

Art. 14. Divida passiva:

§ 1.º Amortisação de juros
de apolices emitidas a 10 %.. 5:110\$000

§ 2.º Idem idem a 8 %..... 360\$000

5:470\$000

602:975\$496

TITULO II

Da receita

Art. 15. A receita provincial para o exercicio de
1879—1880 é orçada em 612:401\$000, que será pro-
veniente das imposições especificadas nos paragraphos
seguintes, que o presidente da provincia fará arrecadar
no referido exercicio e dos saldos dos exercicios
anteriores.

IMPOSTOS

Exportação

§ 1.º 10 % sobre o valor da borracha de qualquer
forma fabricada..... \$

§ 2.º 5 % sobre o guaraná e o peixe
secco..... \$

Interior

§ 3.º 25 % sobre o consumo d'aguardente
excepto a que fór fabricada na provincia.... \$

§ 4.º 8 % sobre outros quaesquer gene-
ros, excepto a madeira..... \$

§ 5.º 4 % na compra e venda de embarca-
ções..... \$

§ 6.º Imposto sobre armazem de fazendas,
ou de molhados por grosso, ou atacado... 60\$000

§ 7.º Idem sobre lojas de fazendas a reta-
lho, ou tabernas, segundo os seus fundos, a
saber:

Até 2:000\$000..... 10\$000

De 2:000\$000 a 5:000\$000..... 20\$000

De 5:000\$000 para cima..... 30\$000

§ 8.º Idem sobre pharmacias e drogarias na
capital..... 50\$000

§ 9.º Idem sobre cartorios e escriptorios de
qualquer natureza..... 20\$000

§ 10 Idem por casa de pasto, ou hotel na
capital..... 25\$000

§ 11. Idem por casa commercial que vender
joias de ouro, prata, plaqué e pedras precio-
sas..... 150\$000

§ 12. Idem por casa commercial em que
se vender drogas, ou medicamentos onde hou-
ver pharmacias, ou drogarias.... 40\$000

§ 13. Idem por casa de commercio que ven-
der roupa feita..... 20\$000

§ 14 Idem por casa de bilhar e outros
quaesquer jogos licitos... 40\$000

§ 15. Idem por lojas ambulantes, ou tabo-
leiros de fazenda..... 60\$000

Exceptuam-se os que venderem viveres.

§ 16. Idem sobre canoas empregados no
commercio de regatão..... 100\$000

§ 17. Idem por barcos a vapor empregados
no dito commercio directo ou indirectamente. 200\$000

§ 18. Idem por lojas ambulantes que ven-
derem joias de ouro, prata, pedras precio-
sas, plaqué, cobre e latão, pelas ruas das ci-
dades, villas e freguezias, fóra dos povoados, e
em canoas de regatão..... 100\$000

§ 19. 2 % na venda dos bens de raiz em
praça judicial, ou em leilão..... \$

§ 20. 2 % dos rendimentos dos leilões com-
merciaes..... \$

§ 21. ½ % sobre o valor dos moveis vendi-
dos em leilão..... \$

§ 22. Imposto sobre lojas de qualquer espe-
cie fora dos povoados..... 30\$000

§ 23. Idem por padarias e açougues nas
cidades..... 20\$000

§ 24. Idem por folha corrida..... 2\$000

§ 25. Idem por canoa empregada na conduc-
ção de pedras, madeira, lenha e areia na capi-
tal..... 20\$000

§ 26. Idem sobre carroças de conducção.. 20\$000

§ 27. Idem sobre catraias empregadas no
embarque e desembarque de pessoas e objec-
tos..... 20\$000

Exceptuam-se os vehiculos e embarcações do
uso particular.

§ 28. 4 % da insinuação de doação maior
de 360\$000..... \$

§ 29. 5 % das heranças e legados excepto
as que adhiem ascendentes ou descendentes.. \$

§ 30. 2 % sobre o valor das fianças crimi-
naes definitivas..... \$

§ 31. 6 % sobre o valor de compra e ven-
da d'eservos..... \$

§ 32. 5 % sobre o provimento de empregos
provinciaes, inclusive o de commandante e ofi-
ciaes da guarda policial..... \$

§ 33. Rendimento dos proprios provinciaes \$

§ 34. Producto da venda de objectos da pro-
vincia e dos proprios em que funcionou o

estabelecimento dos educandos artífices.....	§
§ 35. Multa por infracções de leis e regulamentos.....	§
§ 36. Idem idem dos contractos provinciaes	§
§ 37. Emolumentos de títulos e outros papéis passados pelas repartições provinciaes, nos termos do regulamento n. 26 de 13 de Maio de 1873.....	§
§ 38. Imposto especial sobre lojas de joias	100\$000
§ 39. Idem por fabrica de sabão.....	20\$000
§ 40. Idem por deposito de lenha exposta a venda para consumo dos vapores.....	20\$000
§ 41. Idem sobre casas que venderem pólvora e fogos d'artificio, fabricas, ou depositos para isso destinados.....	30\$000
§ 42. Idem por depositos fluctuantes que receberem generos, ou mercadorias.....	40\$000
§ 43. 2 % sobre transferencia de acção de qualquer companhia, ou empresas.....	§
§ 44. Imposto sobre licença para tirar esmolhas.....	60\$000
Exceptuam-se as irmandades e as commissões de obras de igrejas.	
§ 45. Cobrança da divida activa.....	§
EXTRAORDINARIA	
§ 46. Productos de rendas não classificadas.....	§
§ 47. Premios e donativos.....	§
§ 48. Reposições, restituições e alcances	§
§ 49. Bens do evento.....	§
§ 50. Auxilio concedido pelo governo imperial a guarda policial.....	35:000\$000

TITULO III

Disposições geraes

Art. 16. O presidente da provincia é autorizado a mandar pagar ao escrivão e professor do extinto estabelecimento de educandos Ignacio Nery da Fonseca Junior, os vencimentos a que tiver direito, quando esteve addido ao thesouro provincial.

PERMANENTES

Art. 17. Continua em vigor o art. 48 da lei n. 329 de 25 de maio de 1875.

Art. 18. As casas de commercio de qualquer genero que sejam, poderão pagar por semestre os impostos a que ficam sujeitas.

Art. 19. As casas que se abrirem depois de encerrado o lançamento, pagarão a quota a que forem obrigadas desde 1.º dia do mez em que começarem a industria ou profissão.

Art. 20. Revogam-se as disposições contrarias.

Sala das conferencias em Manaus, 25 de abril de 1879.—S. R.—Os membros da commissão,—Francisco Antonio Monteiro Tapajós.—Pedro Luiz Symphon.

Tem 1.ª leitura e toma o n. 25.

○ sr. Ferraz:—Pego a palavra.

○ sr. presidente:—Tem a palavra.

○ sr. Ferraz:—Sr. presidente, é somente para fazer uma reclamação. Segundo me diz o nobre deputado sr. Symphon, escapou a nobre commissão de fazerenda consignar no projecto que acaba de ser lido as verbas destinadas a subvenções de uns estudantes cujas leis já foram sancionadas.

○ sr. presidente:—Diz que effectivamente se deu essa falta, que a commissão já o prevenio disso—e que o nobre deputado será attendido.

○ sr. Tapajós:—Ha de se restabelecer por meio de emendas na discussão.

○ sr. Ferraz:—Pois bem: estou satisfeito.

○ sr. Symphon:—Como relator da commissão de agricultura, precedendo a permissão do estylo lê e manda a meza o seguinte parecer:

Antonio Amancio Ferrandes, estabelecido no Rio Branco com fazenda de gado, propõe-se a abrir uma picada que dê livre transito entre esta capital e os cam-

pos do Rio Branco, sem onus para a provincia no caso de malograr-se a exploração, a qual começará desta capital d'is mezes depois de assignar o contracto ou quatro mezes depois, partindo o serviço do forte de S. Joaquim, e no caso de levar a effeito a empreza, o governo da provincia pagará ao supplicante cem mil réis por milha contada desde o ponto de partida, ficando a presidencia obrigada a mandar examinar e medir o tracado e o proponente com direito logo depois a ser embolsado: a commissão de agricultura entende que esta proposta é vantajosa e traz um grande melhoramento a capital, pondo-a em comunicação terrestre com aquelle forte e campos de criação e por isso é de parecer que se adopte o seguinte projecto:

A Assembléa Legislativa de Amazonas decreta:

Art. 1.º O presidente da provincia fica autorizado a contractar com Antonio Amancio Ferrandes, ou quem as suas vezes fizer, a abertura de uma picada a partir desta capital ou do forte de S. Joaquim do Rio Branco, ou vice-versa, ficando o contractante com direito a indenisação de cem mil réis por cada milha depois do serviço examinado e medido conforme a proposta que apresentou a esta Assembléa.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Sala das conferencias em Manaus, 24 de Abril de 1879.

S. R.—Os Membros da Commissão,—Dr. David de Canavarro,—João Carlos Antony,—Pedro Luiz Symphon.

Tem a 1.ª leitura e toma o n.º 26.

E nada mais havendo passa-se á

2.ª Parte.

Tem 3.ª leitura e vão a imprimir os projectos ns. 21, 22, 23 e 24.

Entra em 1.ª discussão e é approved sem debate e passa a 3.ª o projecto n.º 41.

Entra em 1.ª discussão o projecto n.º 42, que autorisa o emprestimo de 30:000\$ rs. ao cidadão Manoel Francisco da Rocha Thury, para abastecimento de carnes verdes nesta capital.

○ sr. Ferraz:—Pego a palavra.

○ sr. presidente:—Tem a palavra.

○ sr. Ferraz:—Sr. presidente, em 1.ª discussão só se trata a respeito da conveniencia e utilidade dos projectos, e é neste sentido que vou fazer algumas considerações sobre o que se acha em discussão.

Eu julgo que este projecto não tem utilidade alguma, visto já existir na casa uma prop. sta da camara municipal da capital dando providencias para o abastecimento de carnes verdes; e a esta corporação é que pertence sem duvida tomar a iniciativa neste ramo de serviço.

Tambem não me parece de conveniencia publica este projecto pelo preço elevado em que se fixa o maximo porque se deve vender a carne, 560 rs. o kilo—quando ja tem-se vendido actualmente no mercado carne a 400 rs o kilo.

○ sr. Tapajós:—Isto foi lá um dia; mas o preço corrente é de 600 rs.

○ sr. Ferraz:—Ainda não me parece haver conveniencia, sr. presidente, quando o projecto trata em 1.º lugar do emprestimo de 30 contos de rs., sem juros por 6 annos.

Ora sr. presidente, não ha casa bancaria alguma que faça emprestimo em taes condições..

○ sr. Tapajós:—A fazenda provincial não é casa bancaria,

○ sr. Conrado:—Como quer que seja, é uma idéa muito estravagante

(Trocem-se diversos apartes).

○ sr. Ferraz:—Quando a fazenda precisou de dinheiro, para fazer face aos seus compromissos, emitio apolices das quaes paga juros não pequenos....

O sr. Tapajós:—Não foi o proponente que commendou esse sermão.

O sr. Ferraz:—(Continuando)—e em virtude dessa emissão ainda se acha sob a pressão de uma despesa de 500.000 rs. mensaes.

Por isso, sr. presidente, entendo que não se deve, não se pode absolutamente fazer taes empréstimos; mas se passar o projecto nesta discussão eu aguardo-me para fazer mais largas considerações nas seguintes para demonstrar a sua nenhuma utilidade, e o gravame que traz aos cofres da provincia sem nenhuma vantagem publica.

Encerrada a discussão e posto a votos é aprovado, e passa a 2.ª

São approvados successivamente e sem debate e passam a 2.ª discussão os projectos ns. 13, 14, 15 e 16. Entra em 2.ª discussão o projecto n. 10 que autorisa a despesa de 10.000.000 rs. com a capella de S. Sebastião nesta capital.

Lê-se o Art. 1.º

O sr. Ferraz:—Pego a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—E' para fazer uma pequena observação como autor do projecto. Sr. presidente, eu a respeito de negocios ecclesiasticos, estou muito atrasado.

Nada entendo de irmandades, confrarias, communidades etc.

O sr. padre Fernandes:—E' pena.

O sr. Ferraz:—Por isso desejo que v. exc. me explique se essa igreja de S. Sebastião tem compromisso?

O sr. presidente:—Diz que tem, e aprovado.

O sr. Ferraz:—Bem, neste caso vou mandar uma emenda ao meu projecto nos seguintes termos.

Lê e manda a seguinte:—Emenda ao art. 1.º do projecto n. 10.—Entre as palavras—reis e conclusão, diga-se—como auxilio a conclusão—Paço da assembléa legislativa provincial, 25 de Abril de 1879.—O deputado, Ferraz.

Encerrada a discussão e posto a votos e aprovado o art. e a emenda.

E' aprovado sem debate o art. 2.º e passa-se a 3.ª discussão.

Esgotada a ordem do dia o sr. presidente designa para o dia seguinte

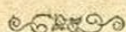
1.ª Parte

Projectos, pareceres, indicações e requerimentos.

2.ª Parte

2.ª Leitura dos projectos ns. 25 e 26, 1.ª discussão dos projectos n. 7, 2.ª do de n. 9, 3.ª dos de ns. 3, 5 e 10. Discussão da materia do officio do secretario do governo, hoje lido no expediente, que acompanhou a proposta da assembléa approvada por dois terços, e devolvida pelo presidente.

Levanta-se a sessão a uma hora da tarde.



Sessão em 26 de Abril de 1879.

Presidencia do sr. Amorim.

As 11 horas da manhã procede-se a chamada e respondem a ella os srs. Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Torres, Ferraz, Canavarro, Barão de S. Leonardo, Tapajós, padre Daniel, Batalha, Sympson e Conrado.

Havendo numero legal abre-se a sessão.

Lida a acta da anterior é approvada.

O sr. 1.º secretario da conta do seguinte

Expediente:

1.º Um officio do secretario do governo, de 24 do corrente, cobrindo o requerimento pelo qual Luiz An-

selmo Baptista pede um anno de licença.—A' commissão de poderes.

2.º Uma petição de Lucas de Oliveira Pinheiro para abastecimento de carnes verdes nesta capital.—A commissão de agricultura.

Não havendo mais expediente passa-se a

Ordem do dia.—1.ª Parte:

O sr. padre Daniel:—Pego a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. padre Daniel:—Sr. presidente, pedi a palavra para apresentar o seguinte projecto:

Convindo plantar a lavoura na provincia, e animar aquelles que, tendo já um principio de cultura, mostrarem tendencia e dedicacão para ella; visto como é este ramo de industria a base da riqueza publica: por isso te ho a honra de apresentar á consideracão desta assembléa o seguinte projecto:

A assembléa legislativa do Amazonas, decreta.

Art. 1.º O presidente da provincia fica autorisado a dispendir até a quantia de 30.000.000 rs. com auxilio a pequena lavoura da provincia.

Art. 2.º Este auxilio será dado aquelle que já tiver principio de cultura dos seguintes generos: seringa, café, cacão, tabaco e guaraná, e que se achar em terras de sua propriedade, exhibindo-se titulos dellas, e que sejam proprias para cultura dos referidos generos.

Art. 3.º Dentro do prazo de tres annos o agraciado sujeitará o trabalho que tiver feito e o desenvolvimento que tiver dado a sua lavoura a um exame que será ordenado pelo presidente da provincia, e se esse trabalho, a juizo de peritos, não corresponder ao auxilio que recebeu, será obrigado a restituir aos cofres provinciales a importancia recebida, e mais os juros de 9 % ao anno.

Art. 4.º Ao contrario se pelo exame se reconhecer que o agraciado aproveitou o auxilio prestado, apresentar em seu trabalho um desenvolvimento correspondente é importancia que recebeu, esta será o premio de seus esforços a dedicacão; a quantia lhe ficará pertencendo definitivamente.

Art. 5.º A importancia do auxilio a cada agricultor não poderá exceder a dois contos de réis, e só será prestada aquelle que se empregar exclusivamente na lavoura d'aquelles generos ou de outros, sem prejuizo dos que ficam mencionados, e além disso, revelar gosto pelo trabalho e intelligencia para poder dirigir-o com vantagem sua e do publico.

Art. 6.º Para garantia da obrigacão contida no art. 4.º prestará o agraciado fiança equivalente perante o thesouro provincial.

Art. 7.º O presidente da provincia mandará em periodos incertos, dentro do referido prazo, visitar os trabalhos do agraciado, e poderá constrangel-o a entrar para o thesouro provincial com a importancia que recebeu se elle não der mostras de querer utilizar dita importancia ao fim a que é destinada.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrario.

Paço da assembléa legislativa do Amazonas, 26 de Abril de 1879.—O deputado, Padre Daniel.

Tem 1.ª leitura e toma o n.º 27.

O sr. Tapajós:—Pego a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Tapajós:—Sr. presidente, eu pedi a palavra para trazer ao conhecimento da assembléa um acto que acaba de praticar uma das autoridades superiores da provincia, que não deve passar desaperecebido.

A assembléa provincial é a guarda das leis e da constituição no territorio de sua jurisdicção, e é por isto que actos destes se devem trazer ao seu conhecimento para ficarem conhecidos e registrados, e depois, quando a imprensa os denunciar, não se lhes contestar a veracidade.

Passo o referir o facto sem exordios nem commentarios.

Em minha casa, isto é, no estabelecimento de olaria, existe um individuo, que tem em sua companhia uma mulher. Ha cousa de tres mezes esta mulher foi com um tio para o lugar Januacá fazer farinha, e desde então não se soube mais noticia della, apesar de ter o dito China empregado os meios para descobri-la. Então aconselhei-o que fosse á policia denunciar o facto, assim de que esta pelos meios de que dispõe, chegue a descobrir o lugar onde essa mulher se acha, ou verificasse se tinha sido victima de algum crime.

Como, porém, seja elle um homem boçal, que exprime-se com difficuldade em portuguez, eu disse a meu filho, que dirige a olaria, e que é empregado desta casa, que fosse com elle para explicar o facto ao sr. dr. chefe de policia.

Effectivamente meu filho foi com o tal individuo hoje, e disse ao sr. chefe de policia—esse homem vem a isto.

Este funcionario, porém, a quem se denunciava o facto de alguma gravidade, porque se tratava de pôr a policia no encalço de um crime, em vez de tomar incontinenti as declarações do homem, além de dar promptas providencias, disse a meu filho:—«eu vou almoçar e depois virei attendêr a isto.»

A este procedimento do chefe de policia, meu filho disse-lhe:—pois bem, como v. s. vai almoçar, eu também tenho as minhas obrigações a cumprir e o homem fica ali para quando v. s. acabar de almoçar.»

A estas palavras disse o chefe de policia bruscamente. «o sr. não pôde sahir d'aqui» e retirou-se para o interior de sua casa.

A vista disto, entendeu meu filho que nada mais tinha ali que ver, tomou a deliberação de retirar-se, apesar da prohibição do sr. chefe de policia, que nada tinha de razoavel, e menos de legal.

Neste acto, porém, e quando meu filho se dispunha a transpor o batente da porta, os dous ordenanças lançaram-lhe a mão, como se fosse a um criminoso, e disseram-lhe: «você não sahe d'aqui.»

Meu filho procurou repellir a aggressão e desembaraçar-se das mãos dos soldados, e ao rumor que isto produziu o sr. dr. chefe de policia sahio no seu portão e disse: «o sr. não sahe daqui—está preso» e accrescentou para os guardas: «segurem este homem: vocês respondem por elle!»

Sr. presidente, isto é uma violencia. é um abuso de autoridade, é um arbitrio inqualificavel. Meu filho é um capitão de guardas nacionaes, não podia ser assim desrespeitado por duas praças de pret; além disto elle nada tinha com a policia, não era criminoso; tinha ido ali apenas para fazer um favor a esse pobre homem—isto não dava direito ao sr. dr. chefe de policia para retel-o violentamente em sua repartição. Com que direito assim procedeu o sr. chefe de policia?

Elle é que devia melhor cumprir os deveres do importante e melindroso cargo de que se acha revestido, que exigem alguns sacrificios das commodidades de quem o exerce.

Elle é quem devia demorar mais alguns minutos o seu almoço, para tomar incontinenti conhecimento da reclamação que se lhe ia fazer, em bem dos interesses da justiça, que devem ser preferidos ás commodidades dos funcionarios a quem a lei incumbe de velar por elles; e não mandar reter meu filho arbitrariamente por seus ordenanças. (Apoiados.)

Meu filho não estava por titulo algum sujeito á sua jurisdicção; não era um criminoso, não era testemunha, não foi notificado por ordem de ninguém; compareceu ali voluntariamente para servir de interprete a esse homem que ia fazer sua queixa a policia—portanto, cumpria ao sr. dr. chefe ouvi-lo immediatamente, e não retel-o caprichosamente, impedindo de ir cuidar também de suas obrigações, e muito menos autorisar que seus ordenanças lhe lançassem as mãos, como se se tratasse de um criminoso ou de algum canalha.

Eu podia fazer com que meu filho apresentasse a casa uma queixa contra esse funcionario por excesso de abuso de autoridade, mas não quero; trago apenas o facto ao conhecimento da assemblèa para que fique elle registrado, e depois quando a imprensa o denunciar não se dizer que é desejo de atacar as autoridades, o governo e a situação.

Prendeu, mas afinal soltou, porque sem duvida reconheceu a arbitrariedade que tinha praticado.

Pego desculpa a assemblèa se abusei por alguns momentos de sua attenção (não apoiados) para tratar de um facto que me diz respeito pessoalmente, mas filio porque entendo que a postergação dos direitos do mais infimo cidadão, affecta os direitos de toda a sociedade, e que é sempre um serviço que se presta a causa publica, denunciar os abusos e vicios de qualquer agente dos poderes publicos. (Apoiados.)

O sr. Sympson:—Está no seu direito; foi uma violencia, um abuso inqualificavel e digno de punição.

O sr. presidente:—Se v. exc. quer pôde apresentar a queixa a assemblèa contra essa autoridade pelo seu procedimento arbitrario e violento; e a assemblèa, estou certo, cumprirá o seu dever, fazendo justiça ao offendido.

O sr. Tapajós:—Não, senhor; eu disse logo no principio de minha exposição, que trazia o facto ao conhecimento da assemblèa sómente para que ficasse elle registrado, e depois não se venha dizer que são inventos da opposição, quando a imprensa se occupar delle. Ha de ficar assentado que um deputado provincial, pae da victima da violencia do sr. dr. chefe de policia, no mesmo dia, a fez conhecida nesta casa. E' quanto me basta. Não apresentarei queixa; accetto o julgamento da opinião publica. Tenho concluido.

O sr. Conrado:—Pego a palavra.

O sr. presidente: Tem a palavra.

O sr. Conrado:—Sr. presidente, apesar de dar muito credito ao que diz o nobre deputado, me parece que seria melhor que seu filho dê a queixa perante esta assemblèa contra a autoridade arguida, porque isto dará lugar a que ella se possa defender.

O sr. Tapajós:—Já disse que não vinha queixar-me; e que só trazia este facto ao conhecimento da casa, para que fique consignado e publico o arbitrio e violencia dessa autoridade.

O sr. Conrado:—Isto importa tirar ao accusado o direito de defeza; fazer-lhe uma accusação destas em plena assemblèa, e não lhe dar espaço para explicar o seu procedimento.

O sr. Tapajós:—Não sei no que importa, nem que explicação possa dar: o que sei é que o facto se passou como acabei de referir a casa.

Nada mais havendo a tratar na 1.ª parte passa-se a 2.ª Parte

Teem 1.ª leitura e passam a 3.ª os projectos ns. 23 e 26.

Entra em 1.ª discussão o projecto n.º 7—que autorisa a despesa de 20:000\$000 réis, com os estudos e construcção de uma caixa d'agua.

O sr. Ferraz:—Pego a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente antecipo-me em declarar que desejarei que o meu nobre collega autor do projecto que se discute, não considere como represalia a opposição que vou manifestar na casa a este projecto, represalia á opposição que elle também manifestou a um outro projecto que eu tive a honra de apresentar.

O sr. padre Daniel:—Aos chafarizes?

O sr. Ferraz:—E' verdade.

Estando o projecto em 1.ª discussão, a qual só deve versar sobre a conveniencia ou utilidade dos projectos, é ali mesmo que vou basear os argumentos que me levam a votar contra o de que nos occupamos.

Diz o projecto em seu 1.º art.—(le) Ora srs. pela quantia fixada pelo nobre deputado para estudos e construcção da obra—vinte contos de réis—se deprehende que a sua intenção, é que ella seja levantada nos pontos em que se acham esses mananciaes de que nos fallou, e neste caso, eu direi que nenhuma conveniencia pôde resultar dessa caixa d'agua para satisfazer a condição essencial que della deve esperar, isto é, a barateza, por quanto terá de ficar collocada muito longe da cidade, e a população continuará a comprar agua por alto preço.

Toda a utilidade deste sacrificio que se quer impôr aos cofres publicos deve dirigir-se principalmente a fornecer a agua a população por baixo preço; que a medida proposta não satisfaz esta condição nenhuma utilidade, nenhuma conveniencia pôde ter: As condições de asseio e salubridade podem conseguir-se por meio de medidas municipaes e policiaes—sem esse grande dispendio aos cofres da provincia.

Agora vou me occupar da idéa de estudos.—Sr. presidente, a provincia está estudada e mais que estudada.

Ha quem lhe saiba perfeitamente todos os pontos, e não se carece de grandes estudos para se determinar o mais apropriado para se assentar uma caixa d'agua. Não é preciso para chegar a este resultado cursar os bancos das academias, possuir conhecimentos especiaes de hydraulica, mineralogia, e não sei que mais, porque está ao alcance da intelligencia mais mediocre. (não apoiado) Estudos! Eu sei bem o que são essas cousas de estudos nesta provincia.

Um engenheiro que fôr chamado para isto vae estudando.... nada faz—e em estudos vão-se os vinte contos de réis!

O sr. Symphon:—V. exc. está declamando.

O sr. Ferraz:—Mas eu quero conceder de barato que assim não seja; quero dar somente para os taes estudos a quarta parte da quantia fixada, isto é, 5:000\$000 ficam apenas 15 contos para construcção da obra.

Quem sabe o que são obras em Manaós pode avaliar se com essa quantia esta ficará concluida, e em condições de satisfazer o fim a que se destina.

Fica no meio, incompleta; é pena perder-se tanto dinheiro em pura perda; no anno seguinte vota-se igual quantia para conclusão da obra; ainda não chega; e assim quando se vier a concluir, se se concluir, estará por um preço fabuloso, como todas as obras de Manaós.

O sr. padre Daniel:—E' levar as cousas muito longe; neste caso nada se deve emprender.

O sr. Ferraz:—Fallo com experiencia dos factos.

A provincia contratou empresa das carnes verdes, fazendo um emprestimo de cem contos de réis, e ficou sem os cem contos de réis, e a população continuou a comer carne por alto preço.

Apresentou-se aqui a idéa de construcção de chafarizes dentro da cidade para commodidade da população, foi rejeitada sob o pretexto de que é luxo;—o luxo parte de nós que pizamos nestes tapetes....

O sr. Symphon:—E por isto mesmo que devemos prescindir dos chafarizes.

O sr. Ferraz:—(continuando).... temos dez contos de réis de subsidio e não temos agua....

Um sr. deputado:—Os deputados geraes teem cincoenta.

Outro sr. deputado:—Pôde renunciar o seu em favor da provincia.

(Trocam-se diversos apartes.)

O sr. Ferraz:—Temos uma igreja immensa sumptuosa....

O sr. padre Daniel:—E tambem será luxo?

O sr. Ferraz:—Temos um mercado que está dividido em biombos (hilaridade), mas não temos calça-

mento das ruas; e diz-se chafarizes é luxo; caixa d'agua é que não é luxo!

Sr. presidente, v. exc. releve-me ser deputado em uma assemblea, que no estado do progresso e civilização em que vivemos, e que todos aspiram, votou a construcção de uma caixa d'agua.

O sr. Canavarro:—Da um aparte que não ouvimos.

O sr. Ferraz:—Quando se disser em outras provincias que no Amazonas, neste oceano de agua doce, a assemblea provincial votou a construcção de uma caixa d'agua, ninguém aacreditará; ha de provocar mo-tejos (não apoiados).

O futuro se encarregará de justificar-me, e provar qual das duas idéas era mais proficua—qual mais susceptivel de bons resultados; os nobres deputados bão de reconhecer que esses vinte contos de réis serão consumidos somente em estudos para a tal caixa d'agua, e atraz delles irão outros....

O sr. Symphon:—Mas quem é incumbido de executar a lei?

O sr. Ferraz:—E' o presidente da provincia certamente.

O sr. Symphon:—Logo v. exc. não tem confiança no administrador da provincia!

O sr. Ferraz:—Segundo a nossa organização administrativa, v. exc. pôde garantir qual será o presidente que terá de dar execução a esta lei? As administrações não são permanentes.

E ainda quando os taes estudos se concluíssem em pouco tempo, despendendo-se com elles somente a quarta parte, como já disse, e com estes quinze contos, é que se ha de concluir essa caixa d'agua que tanto tem cansado a imaginação do nobre autor do projecto?

O sr. padre Daniel:—Não apoiado; o nobre deputado é que se tem cansado com ella.

O sr. Ferraz:—Limitto-me a estas considerações, sr. presidente, que me parecem de muito pezo para se chegar a conclusão de que este projecto nenhuma utilidade, nenhuma conveniencia tem (não apoiados).—Tenho concluido.

O sr. padre Daniel:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. padre Daniel:—Sr. presidente, ainda uma vez, máo grado meu, volto a tribuna para responder aos argumentos produzidos pelo nobre deputado para demonstrar a inutilidade e inconveniencia do projecto em discussão, que, ha de permittir-me, desde já os classifique de contra productentes.

O sr. Ferraz:—Não apoiado.

O sr. padre Daniel:—Desde que o meu nobre collega apresentou um projecto autorizando a construcção de dous chafarizes nesta capital, que tem por fim prover o abastecimento de agua potavel á sua população, é porque entende que ha necessidade dessa medida, que de facto Manaós se recente dessa falta d'agua propria para os mysteres da vida, ou porque não seja boa a que se acha ao alcance de todos, ou pela falta de asseio no modo de sua aquisição.

Como quer que seja, reconheceu ipso facto a utilidade e conveniencia de qualquer medida que se refira a este fim—o abastecimento de agua potavel, dos meios praticos de levar-o a effeito é que deve consistir a divergencia de opiniões.

Como é que agora vem o nobre deputado dizer que não ha utilidade nem conveniencia no projecto?

O sr. Symphon:—E' uma opposição systematica.

O sr. padre Daniel:—Tenho assim respondido á primeira parte da sua argumentação, passo agora a occupar-me da segunda.

Diz o nobre collega que a quarta parte da quantia fixada para a obra, será consumida nos estudos, e que o resto não chegará para sua conclusão.

Entende que esses estudos são desnecessários, porque todo mundo é hydraulico, mineralogico, etc.

Pela minha parte, declaro que se todo o mundo tem esses conhecimentos, eu não tenho; e entendo que não se pôde executar obras desta natureza sem que os profissionais digam—esta agua é boa, aquella não presta....

O sr. Canavarro:—E' necessario exame chimico para verificar a excellencia d'agua.

O sr. padre Daniel:—(continuando) Esta fica tres ou quatro metros abaixo do solo da cidade; esta tem mais o inconveniente de ser invadida pela agua do rio nas enchentes, etc.

Entendo que é preciso determinar todas estas circumstancias, e que só os profissionais pelos meios scientificos, o podem fazer.

Já vê por isto v. exc., que esses estudos são indispensaveis, e que sem elles não se pôde dar começo á obra.

Todos sabem que a agua é um dos elementos que tem mais influencia na vida e saude humana, e por isso não podemos fazer esse estudo senão por meio dos profissionais.

O sr. Ferraz:—Mas se ha um homem de sciencia pago para isto.

O sr. pad. e Daniel:—Pondo de parte esta digressão a que fui arrastado, permitta-me o nobre deputado que classifique ainda de não menos contraproducentes os seus argumentos nesta segunda parte.

Se os estudos não são necesarios, se todos entendem seu tanto de hydraulica, de chimica e mineralogia, tanto melhor, porque se prescindirá dos estudos e toda a quantia será empregada na obra sómente.

Por outro lado, se vinte contos de réis não chegam para construção de uma simples caixa d'agua; mesmo sem os estudos, quanto não é preciso para os chafarizes, que além dos estudos de que decididamente não se poderá prescindir, exige a mesma caixa d'agua, canalização, machinas, aparelhos, etc.?

Não é muito mais natural que essa obra gigantesca fique em caminho do que uma simples caixa d'agua?

Quanto ao modo de execução da lei e emprego do dinheiro, corre por conta da confiança que v. exc. depositar no administrador que tiver de executar a.

O sr. Ferraz:—Mas que administrador teremos nesse tempo?

O sr. padre Daniel:—Disse o nobre deputado do nobre de sua declamação (permitta-me a expressão) que a idéa de caixa d'agua é uma idéa retrograda.

Sr. presidente, Pelletan disse que o mundo marcha....

O sr. Ferraz:—Eu não fallei aqui em Pelletans,—não fiz citação de autores.

O sr. padre Daniel:—(continuando).... mas elle não disse como o mundo marchava.

Basta percorrer o imperio, para vermos, nas provincias ainda as mais adiantadas, bellas caixas de agua prestando-se perfeitamente ao abastecimento de agua potavel de suas populações.

O sr. Ferraz:—E chafarizes, não?

O sr. Antony:—E na Europa tambem.

O sr. padre Daniel:—Sr. presidente, reproduzindo a a gumentação que já exhibi nesta casa eu disse que a construção de chafarizes em Manãos, é inexecuavel attendendo á irregularidade de seu terreno acidentado, e a collocação dos mananciaes, que pela excellencia e abundancia de sua agua, podem ser aproveitados para isto, achar-se muito baixo do nivel da capital, de maneira que reclama muitos trabalhos de arte para execução da obra—trabalhos, que a elevarão a um custo extraordinario, que as forças da provincia não podem comportar.

E tudo isto para que?

Para termos dous chafarizes!

Pergunto eu ao meu nobre collega—é ou não é de urgente necessidade prover sobre o asseio e abastecimento de agua potavel nesta capital?

Um sr. deputado:—A camara é que cumpre prover a este respeito.

O sr. Ferraz:—A camara não tem verba para isto.

O sr. padre Daniel:—Como já disse Manãos está cercado de agua pura e saudavel porque quasi todos os mananciaes que existem dentro da cidade ficam ao alcance das agoas do rio, que os vem visitar periodicamente na estação do inverno.

Do que precisamos, pois, é de preservar a agua potavel dessa invasão, e rodeal-a de condições de asseio.

Basta ter uma caixa d'agua para se chegar a este resultado, sem grandes sacrificios para os cofres publicos, e grande demora na conclusão da obra, por sua simplicidade e diminuto custo.

A provincia que ainda ha pouco gemeu sob a pressão de um deficit avultado e desanimador, deve necessariamente assustar-se com a idéa dessas emprezas que ameaçam com a volta desses embarços financeiros.

De que nos serve pavonearmos-nos com bellos chafarizes nas praças publicas, calcamento das ruas, etc. quando outros ramos de serviço publico, que se prendem directamente ao bem estar dos povos, e ao desenvolvimento da produção, reclamam medidas salutaras e promptas?

Foi por isto que eu apresentei o meu humilde projecto, que satisfazendo a providencia de que se precisa, tem vantagem de não gravar a provincia com despesas excessivas, (apoiados) como o do nobre deputado, com seus chafarizes, que por menos de quinhentos contos não se poderá concluir.

O sr. Ferraz:—V. exc. a principio disse que era de trescentos contos.

O sr. padre Daniel:—De trescentos a quinhentos contos; eu não entendo de hydraulica, e por isso não posso *à priori* fixar uma cifra positiva. Tenho concluido.

Encerrada a discussão e posto a votos é aprovado e passa a 2.ª discussão.

Entra em 2.ª discussão o projecto n.º 9, que autorisa a compra de uma casa para escola publica na cidade de Tefé—e são approvados successivamente e sem debate os arts. 1.º e 2.º de que se compõe; passa a 3.ª

Entra em 3.ª discussão o projecto n.º 3, que manda vigorar por dez annos a lei n.º 182 de 14 de Julho de 1868.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, esta lei n.º 182 de 14 de Julho de 1868, que manda vigorar por este projecto, me parece que foi revogada, por uma lei apresentada pelo sr. Symphon, se não estou enganado.

O sr. Symphon:—Não apoiado.

O sr. Ferraz:—Eu digo isto, porque estou lembrado de que v. exc. apresentou aqui um projecto revogando algumas leis....

O sr. Symphon:—Apresentei, sim senhor, mas não comprehendia esta.

O sr. Ferraz:—Pois bem estou satisfeito, quanto a esta parte.

Agora pergunto eu quanto é o premio que se dá aos fazendeiros que estiverem nas condições da lei?

O sr. Mavignier:—E' de dous contos de réis.

O sr. Ferraz:—Este favor comprehende tambem as fazendas do Rio Branco?

O sr. Mavignier:—Essa hypothese está prevenida na lei, que lerei se v. exc. da licença (lé a integra da lei n.º 182 de 14 de Julho de 1868). Vê v. exc. que as fazendas do Rio Branco, não se acham comprehendidas na disposição da lei.

O sr. Ferraz:—Bem, estou satisfeitiíssimo, e nada mais tenho a dizer.

Encerra-se a discussão, e posto a votos é aprovado. Vai a comissão de redacção.

Entra em 3.ª discussão o projecto n.º 5, que regula a cobrança dos impostos sobre os generos exportados para o estrangeiro por meio da navegação directa.

O sr. Mavignier:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Mavignier:—Pedi a palavra para apresentar um art. substitutivo ao art. 1.º do projecto em discussão.

Lê e manda a mesa o art. substitutivo seguinte:

Substitutivo ao art. 1.º do projecto em discussão. Depois da palavra orçamentos provinciales, diga-se e não no valor official dos generos como entende a repartição da fazenda provincial, contra a clarissima disposição da lei n.º 355 de 14 de Outubro de 1878. Illi-minne—e o resto.—Págo da assembléa 26 de abril de 1879.—O deputado, *Mavignier*.

Entra em 3.ª discussão com o projecto, e não havendo quem tome a palavra, e posto a votos é aprovado o projecto salvando o substitutivo, o qual, em seguida, é também aprovado.

Vai a comissão de redacção.

Entra em 3.ª discussão o projecto n.º 10, que autorisa a despesa de 10 contos de réis, com auxilio a conclusão da igreja de S. S. bastião desta capital.

E' aprovado sem debate, e vai a comissão de redacção.

Entrando em discussão a materia do officio do secretario do governo, que acompanhou a proposta de lei não sancionada, que autorizou o pagamento de 16:000\$00 rs. a Francisco de Souza Mesquita, verifica-se não haver numero legal.

O sr. presidente designa para ordem do dia seguinte:

1.ª Parte.—1 projectos, pareceres, indicações e requerimentos.

2.ª Parte.—2.ª Leitura do projecto n.º 27. 3.ª dos de ns. 25 e 26; 1.ª discussão dos de ns. 17, 18 e 19; 2.ª dos de ns. 11, 12, 13, 14, 15 e 16. Discussão da materia anteriormente dada para ordem do dia e que deixou de ser discutida.

Levanta-se a sessão.

Termo de 28 de Abril de 1879.

Presidencia do sr. Amorim.

As horas do estylo presentes os srs. deputados Amorim, Aristides, Ferraz, Batalha, Sympson, Miranda Leão e Tapajós.

O sr. presidente declarou não haver sessão por falta de numero.

Para constar se lavrou este termo.

Henrique Barbosa de Amorim. P.—Aristides Justo Mavignier, 1.º S.—Estevão José Ferraz, 2.º S.

Termo de 29 de Abril de 1879.

Presidencia do sr. Amorim.

As horas do estylo presentes os srs. deputados Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Dias dos Santos, Tapajós, Antony, Ferraz, Sympson, Miranda Leão e Conrado.

O sr. presidente declarou não haver sessão por falta de numero.

Para constar se lavrou este termo.

Henrique Barbosa de Amorim. P.—Aristides Justo Mavignier, 1.º S.—Padre José Maria Fernandes, 2.º S.

Sessão de 30 de Abril de 1879.

Presidencia do sr. Amorim.

As 11 horas da manhã feita a chamada acham-se presentes os srs. Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Ferraz, Dias dos Santos, Conrado, Tapajós, B. de S. Leonardo, Antony, Miranda Leão, e Torres.

Havendo numero legal abre-se a sessão.

Lida a acta da anterior é aprovada.

O sr. 1.º secretario da conta do seguinte expediente: 1.º Officio do secretario do governo communicando ter s. exc. o sr. presidente da provincia prestado sua sancção a resolução desta assembléa que—regula a cobrança de impostos municipaes.

Interada.

2.º Dito do mesmo remettendo o officio do inspector do thesouro publico provincial, cobrando um requerimento dos empregados da mesma repartição em que pedem augmento de vencimentos.

A comissão de fazenda.

3.º Petição do bacharel Theodoro Thadden de Assumpção, solicitando 6 mezes de licença com seus vencimentos.

A comissão de poderes.

4.º Francisco Antonio de Carvalho requerendo melhora d. aposentadoria.

A comissão de poderes.

5.º Euzébio Luiz Antonio de Menezes, pedindo um auxilio de 40\$000 rs. mensaes em favor de um seu filho que estuda na escola militar da corte.

A comissão de instrucção.

6.º Mathias Carlos Monteiro de Arango, pedindo um empréstimo de 5 contos de rs. sem juros pelo prazo de 5 annos para fundar uma fazenda de criação de gado.

A comissão de agricul. ura.

Exgotado o expediente, o sr. presidente declara que se acha na ante-sala o sr. Joaquim José Paes da Silva Sarmento, nomeado 3.º vice-presidente da provincia, que vem prestar juramento; e nomeia os srs. Conrado, Dias dos Santos, e Antony para introduzi-lo no recinto.

Comparece o sr. Sarmento, presta o juramento do estylo e reentra se acompanhado pela mesma comissão, que o havia introduzido.

Entra-se na ordem do dia.

Primeira parte.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—E' somente para apresentar um requerimento.

Lê e manda a mesa o seguinte requerimento:

«Constando-me que se acham devidamente preparados os papeis do major Felinto Elysio Fernandes de Moraes, requero que seja distribuida a comissão respectiva a petição do mesmo major e mais papeis a ela annexos para terem o devido andamento.

Págo da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 30 de abril de 1879.—O deputado, *Ferraz*.

O sr. presidente:—Informado pelo sr. 1.º secretario, declara que os papeis a que se refere o requerimento já foram remetidos á comissão de fazenda.

O sr. Ferraz:—Pede e obtem permissão para retirar o seu requerimento á vis. da informação.

O sr. Tapajós:—Obtendo a permissão do estylo, lê e manda a mesa a redacção dos projectos ns. 3, 5 e 10, que ficam sobre a mesa para entrar na ordem dos trabalhos.

Segunda parte.

Tem 2.ª leitura o projecto n.º 27, é julgado objecto de deliberação, e passa a 3.ª

Tem 3.ª leitura os projectos n.º 23 (orçamento pro-

vincial) e 26. Vão a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos.

E' approved em 1.^a discussão, sem debate, e passa a 2.^a, o projecto n. 17.

Entra em 1.^a discussão o projecto n. 18.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, não pedi a palavra para me oppor ao projecto em discussão...

Um sr. deputado:—Então não pode fallar.

O sr. Ferraz:—Não estou fora da ordem, porque, con quanto não me opponha à medida do projecto, todavia entendo que se deve suspender a sua discussão até que tenha uma solução o projecto apresentado pelo sr. padre Fernandes, com relação a subvenções de estudantes, que implica com todas essas pretensões já apresentadas na casa.

E' uma medida generica que comprehende todas as outras no mesmo sentido, e que por isso não podem deixar de ficar prejudicados.

O sr. Miranda Leão:—Passando o projecto que contém medida geral para regular estas concessões, todas essas pretensões ficam prejudicadas, porque o projecto só exclue as já existentes em virtude de leis anteriores.

O sr. Ferraz:—Eu adopto este projecto, mas adopto também o outro, e por isso é que fiz esta observação para esclarecer-me a este respeito. Com a explicação do sr. Miranda Leão estou satisfeito.

O sr. presidente:—Diz que passando o projecto do sr. padre Fernandes os demais neste sentido ficam prejudicados.

Encerrada a discussão e posto a votos é approved — e passa a 2.^a discussão.

Entra em 1.^a discussão o projecto n. 19—aposentando o Amanuense da secretaria da assemblèa Raymundo Henrique da Costa.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente como membro da comissão que confeccionou este projecto, assignei-me vencido. Divergi da opinião dos meus illustres collegas, e por isso devo expender, as razões que a isso me levaram.

Primeiramente ha uma lei que autorisa o presidente da provincia a aposentar o empregado...

O sr. Dias dos Santos:—Mas attenda que se trata de um empregado da Assemblèa, e que a esta compete aposentar-o independente de intervenção da presidencia.

O sr. Ferraz:—Sei muito bem que é um empregado da assemblèa, mas ha uma lei que confere ao presidente da provincia attribuição para aposentar os empregados provinciaes...

O sr. Dias dos Santos:—Mas os da assemblèa são aposentados directamente por ella, independente da sancção.

O sr. Ferraz:—Isto é que eu desejava que o nobre deputado me provasse.

O sr. Dias dos Santos:—E' do acto adicional.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, não venho trazer aqui um argumento singular; uma idéa nova, pois existem precedentes em que se apoia.

O sr. Gabriel, indo des'a casa uma lei aposentando o sr. dr. Canavarro, elle, na qualidade de vice-presidente, sancionou.

O sr. Dias dos Santos:—Não o devia fazer.

O sr. Miranda Leão:—E porque v. exe não fez o seu dever sendo deputado nessa occasião?

O sr. Ferraz:—Eu só soube tempos depois—e além disto podia ter razões para essa condescendencia com o sr. Gabriel.

O sr. Miranda Leão:—Então a assemblèa também podia ter.

O sr. Dias dos Santos:—Devia ter devolvido a lei para que a assemblèa mesmo lhe desse execução na forma do regimento.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, feita esta consideração eu ainda tenho outra objecção que me levou a divergir da opinião dos de mais membros da comissão.

Nos papeis que instruem a petição, não affirmo, por que confesso que estava um tanto atrapalhado...

O sr. Barão de S. Leonardo:—Eu reparei nisso!—(Hilaridade.)

O sr. Ferraz:—Ah! V. exc. reparou;—pois bem, o meu nobre collega reparou que eu estava um tanto atrapalhado com os taes papeis, e por isso pareceu-me na contagem dos annos que apenas se verificam treze annos de serviço. Não affirmo; posso estar enganado, e não me opponho a aposentadoria desse empregado, mas quero que venha pelos canaes competentes.

Pode ser muito verdadeiro o principio que os nobres deputados estabeleceram com relação as aposentadorias dos empregados da assemblèa; mas sr. presidente, parece-me que uma aposentadoria pela presidencia tem mais força, é mais regular...

(Não apoiados; trocam-se diversos apartes, e reclamações.)

O sr. presidente:—Peço aos nobres deputados que prestem attenção aos seus apartes, porque assim o tachygrapho não os pode tomar de uma vez, e pode dar lugar depois a reclamações.

O sr. Dias dos Santos:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Dias dos Santos:—Sr. presidente, o nobre deputado que acaba de sentar-se disse que as suas razões de divergencia com os seus collegas de comissão, só tem por fim que as couzas venham pelas canaes competentes; porque entende que a assemblèa não pode aposentar directamente os seus empregados.

Eu digo, porém, que ella assim procedendo exerce um acto de sua attribuição, que lhe é conferido pelo art. 13 do acto adicional, que assim se exprime:—(lé). Isto em geral;—mas no art. 10—inclusivamente o § 11, estabelecem as excepções a regra geral, isto é, as materias sobre que pode providenciar, e dar execução independente de sancção, nestes termos, (lé):

Bem; é uma das attribuições da assemblèa organizar o seu regimento, por tanto todas as attribuições conferidas por esse regimento dimanam do acto adicional, (apoiados). Ora o nosso regimento estabelece que a assemblèa pode aposentar os empregados de sua secretaria, logo ella exerce uma attribuição legitima que lhe foi conferida pelo acto adicional.

O sr. Ferraz:—V. exc. diz que é do acto adicional, e eu vejo que só é do regimento.

O sr. Dias dos Santos:—Parece que me expliquei com claresa; o acto adicional autorisa a assemblèa para organizar seus regimentos independentes de sancções: ella organisa o regimento e inclue nelle attribuição de aposentar os empregados de sua secretaria sem intervenção do executivo; esta attribuição pois, resulta da disposição do acto adicional, que lhe deu a faculdade de organizar seu regimento (Muito bem: apoiados).

Tenho concluido.

Encerrada a discussão e posto a votos é approved, e passa a 2.^a discussão.

Entra em 2.^a discussão o projecto n. 11.

Art. 1.^o—O presidente da provincia é autorizado a conceder a Matheus Soares Bello, um empréstimo de 6 contos de rs. por espaço de 3 annos sem juros, para montar a sua serraria a vapor, em uma das margens do Solimões, perto desta capital, prestando fiança idonea.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

levar

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, tenho-me manifestado sempre contra estes abusos porque entendo que o cofre provincial não é banco, não é caixa económica, não é monte pio de soccorro, para fazer taes empréstimos.

Alem de que, sr. presidente, a provincia querendo fazer esse favor, querendo ajudar, auxiliar essa empresa, deve auferir algum interesse; mas eu vejo no art. 1.º a clausula de ser sem juros.

Pois o dinheiro da provincia que tanto tem custado, ha de se estar a emprestar a Pedro, a Paulo, a José, sem interesse algum para a fazenda publica nem para a população?

Que interesse tem a provincia, que vantagens resultam dessa serraria?

E por isto que ja se pede aqui empréstimos até para cada um fazer a sua casa.

Está decido, não voto pelo artigo.

Encerrada a discussão e posto a votos é aprovado, assim como os arts. 2.º 3.º e 4.º sem debate.

Passa a 3.ª discussão.

Entra em 2.ª discussão o projecto n.º 12.

Art 1.º A presidencia da provincia é autorizada a fazer um empréstimo de 30:000\$000 a Manoel Francisco da Rocha Thury pelo prazo de 6 annos sem juros, a vista de fiança idonea, e se o permittirem os cofres provinciaes.

O sr. Ferraz:—Pego a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, em 1.ª discussão mostrei a nenhuma conveniencia deste projecto, a sua nenhuma utilidade; apesar disto passou, e se acha em 2.ª discussão.

Pedi a palavra ainda uma vez para mostrar que é inutil este projecto, 1.º porque a provincia não pôde fazer empréstimos; em segundo lugar porque o fim a que elle se propõe está quasiprehendido, porque presentemente temos abundancia de carne no mercado por baixo preço em comparação com o de que gozava anteriormente.

Todos sabem que a carne nestes ultimos tempos tem regulado de 400 a 500 rs. o kilogramma, com probabilidade de baixar.

V. exc. sabe que as fazendas da nação no Rio Branco estão arrendadas a um tal Bastos...

Um sr. deputado:—Olhe que é commendador.

O sr. Ferraz:—Não sei se é commendador, isto pouco importa. O certo é que esse sr. Bastos pelo seu contracto com o governo, tem de apresentar no fim do arrendamento o numero de rezes constante do arrelamento official, pelo qual recebo as fazendas, isto é, segundo sou informado, 3 000 cabeças.

Ora, possuindo as mesmas fazendas, segundo informações que tenho, mais de 12 mil cabeças, é preciso que o contractante corte largo nas remessas para dar venimento ao gado excedente; e tirar o maior proveito possível, com manifesto prejuizo da fazenda publica.

E para onde ha de elle mandar esse gado senão para Manaus?

Já vê v. exc. que em breve vamos ter o nosso mercado repleto, abarrotado de carne, e por consequente, o preço ha de baixar consideravelmente.

Como, pois, em taes circumstancias, autorisar um empréstimo oneroso para se fornecer esse genero pelo alto preço de 560 rs. o kilogramma?

Trinta contos de réis sem juros, para se montar uma empresa de carnes verdes, e vender-se carne por 560 réis o kilogramma, é para se ganhar muito dinheiro!

Eu sou avesso a estas conzas de empréstimos, maximé, quando a provincia não se acha nas circumstancias de fazer taes sacrificios, e nem o bem estar da

população actualmente reclama essa medida, como já demonstrei; e ainda mais quando no mesmo sentido existe na casa uma proposta da camara municipal; que deve ser preferida, já por sua competencia na materia, já porque offerece mais garantia, visto que o dinheiro fornecido para a compra do gado é recolhido ao fim de cada semana, e finalmente porque já foi experimentada praticamente e produziu bons resultados.

E se nesta casa foi impugnado um projecto para calçamento das ruas, e outro para abastecimento de agua potavel, apresentados pelo humilde orador, (não apoiados) por luvuosos; que classificação pôde ter este de empréstimo para uma coisa de que não ha mais carencia, que já perdeu a razão de ser?

Isto é que é um verdadeiro luxo, e nós como representantes da provincia não devemos cooperar para elle.—Tenho concluido.

Encerrada a discussão é aprovado, e consecutivamente, sem debate os arts. 2.º, 3.º e 4.º.—Passa a 3.ª discussão.

Entra em 2.ª discussão o projecto n.º 13,—que autorisa a concessão de um subsidio de 1:200\$000 annual ao estudante Anacleto Langbeck Canavarro para estudar musica na Italia.

Fica addido por implicar com o projecto n.º 13.

Entra em 2.ª discussão e é aprovado sem debate o de n.º 14,—e bem assim o de n.º 15 e passam a 3.ª discussão.

Entra em 2.ª discussão o de n.º 16, que concede um anno de licença ao amanuense da secretaria da assembléa Manoel José Zuany de Azevedo.

São approvados sem debate os arts. 1 e 2 de que se compõe.

O sr. padre Fernandes:—Lê e manda a mesa o seguinte requerimento:—Requeiro dispensa dos intersticios para o projecto n.º 16. Sala das sessões da assembléa provincial do Amazonas, 30 de abril de 1879.—O deputado, Padre Fernandes.

O sr. presidente:—Está em discussão.

O sr. Ferraz:—Pego a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, sinto dizer que voto contra este requerimento. Sou um dos membros da commissão que confeccionou o projecto; reconheço que o nosso empregado está doente, segundo os attestados medicos que apresentou, mas me parece que não ha precisão de entrar já no goso da licença, que o seu estado não é tal que exija esse atropello na marcha do projecto. Reconheço os sentimentos humanitarios que animam o meu nobre collega, e que o levaram a apresentar o seu requerimento, mas voto contra.

Posto a votos é aprovado.

Verifica-se não haver numero legal; o sr. presidente designa para ordem do dia seguinte:

1.ª Parte:—Projectos, pareceres, indicações e requerimentos.

2.ª Parte:—3.ª leitura do projecto n.º 27, 1.ª discussão dos d. n.ºs 21, 22, 23 e 24; 2.ª Discussão do de n.º 7, e 3.ª dos de n.ºs 9 e 16. Discussão da redacção dos projectos n.ºs 3, 5 e 10.

Levanta-se a sessão.

Sessão de 1 de Maio de 1879.

Presidencia do sr. Amorim

A's 11 horas da manhã feita a chamada, acham-se presentes os srs.—Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Ferraz, Conrado, Tapajós, Sympson, Barão de S. Leonardo, Dias dos Santos, Torres, Miranda Leão, e Antony.

Havendo numero legal, abre-se a sessão.

Lida a acta da anterior, é approvada.

O sr. 1.º secretario da conta do seguinte Expediente

1.º Um requerimento de Joaquim Ferreira Franco, pedindo que se autorise a camara municipal de Macicoré a pagar-lhe a quantia de 1003 rs. a que tem direito, incluindo-se para isso verba no respectivo orçamento.—A' commissão de camaras.

2.º Dito de Antonio Fernandes Jorge, pedindo prorrogação da licença com que se acha por mais 6 meses.—A' commissão de p.deres.

Ordem do dia—1.ª Parte.

O sr. Mavignier:—Lê e manda á meza o seguinte projecto:

No intuito de dotar o commercio da provincia com os melhoramentos mais reclamados senão necessários ao seu desenvolvimento e progresso, tenho a honra de submeter á consideração des a illustrada assembléa o seguinte projecto de lei.

A Assembléa Legislativa do Amazonas, decreta.

Art. 1.º O prelo da provincia é autorizado a conceder privilegio por 15 annos á companhia ou companhias que se organisarem nesta capital, ou fora della, que queiram levar a effecto a seguinte medida:

§ Unico. Construção de um trapiche nesta capital para embarque e desembarque de cargas e em que possa a elle atracar durante todo anno quaisquer vapores e outras embarcações, mediante o pagamento de uma taxa razoavel.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Pago da Assembléa Legislativa do Amazonas, 1.º de maio de 1879.

S. R. O deputado—Aristides Justo Mavignier.

Tem a 1.ª leitura e toma o n. 28.

O sr. Symptom:—Lê e manda á meza o seguinte projecto:

Sendo de utilidade publica a creação de uma parochia mais no Rio Purús com a sua sede no lugar denominado Nova Colonia da Bella Vista, entre as freguezias do Ariman e Labria, cujos districtos são os mais extensos, e onde existe já uma igreja prompta, casas de telhas e uma população de mais de 4000 almas, tenho a honra de apresentar á consideração desta assembléa o seguinte projecto:

A Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas decreta:

Art. 1.º Fica creada no Rio Purús uma freguezia no lugar denominado Nova Colonia da Bella Vista, com a invocação de N. S. de Nazareth.

Art. 2.º Os limites e megarão do furo—Curacurá, até o Rio Caman inclusive.

Art. 3.º A respeito desta nova freguezia e seus limites, o presidente ouvirá o prelado diocesano.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Pago da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 1.º de maio de 1879.—S. R.—O deputado, Pedro Luiz Symptom.

Tem a 1.ª leitura e toma o n. 29.

E nada mais havendo na 1.ª passa-se á 2.ª parte.

Tem 3.ª leitura e vai a imprimir o projecto n. 27

São approvados em 1.ª discussão e sem debate os projectos ns. 20, 21, 22, 23 e 24, e passam a 2.ª

O sr. Symptom:—Lê e manda á meza o seguinte requerimento:—Requeiro dispensa dos interstícios para o projecto n. 23, que concede um anno de licença a D. Joseolina de Freitas Tenreiro Aranha.

Pago da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 1.º de maio de 1879, o deputado—Pedro Symptom. Posto em discussão e votação é approvado sem debate.

Entra em 2.ª discussão o projecto n. 7.

Art. 1.º E' o governo da provincia autorizado a dispendir até a quantia de 20 contos de rs., com os estudos e construção de uma caixa d'agua potavel.

O sr. Mavignier:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Mavignier:—E' para apresentar um artigo substitutivo ao artigo 1.º do projecto.

Lê e manda a mesa o seguinte artigo substitutivo ao art. 1.º do projecto n. 7:

O presidente da provincia é autorizado a conceder privilegio por 15 annos a companhia ou companhias que se organisarem nesta capital ou fora della, que queiram levar a effecto o melhoramento das fontes d'agua potavel existentes nesta capital, por meio de encanamento ou deposito, construindo chafarizes nos lugares convenientes a uso do governo da provincia, ouvindo a camara municipal, com direito de cobrar uma taxa razoavel pela agua que supprir aos particulares e ao governo, cuja taxa será marcada pelo governo da provincia em tabella para isso organizada.

Pago da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 1.º de maio de 1879, o deputado—Mavignier.

O sr. presidente:—Está em discussão. Se não querem discutir devo ponderar que este artigo prejudica o projecto todo. Vou submeter a votação em primeiro lugar o art. do projecto salvando o substitutivo, os srs. deputados que o approvam queiram levantar se.

O sr. Antony:—(Pela ordem). Sr. presidente, eu desejava que v. exc. explicasse bem esta votação para a qual me acho um tanto confuso.

V. exc. põe em votação o art. salvando o substitutivo; mas este prejudica o art. e o projecto todo como v. exc. disse, logo se resolve o substitutivo que destróe o art. do projecto, não posso prestar o meu voto a este; se votar por este não posso mais votar pelo substitutivo sem incoherencia, porque, eu devo preferir uma das duas idéas.

Parece-me, portanto, que se devia pôr em votação primeiro o substitutivo que prejudica o art., porque se passas e estava o art. prejudicado, e se não passasse se submeteria a votação o art.

O sr. Conrado:—Mas é um art. substitutivo.

O sr. Miranda Leão (pela ordem)—Peço licença para ler o art. 176 do regimento interno, que responde perfeitamente á duvida em que v. exc. labora: (lê)

O sr. presidente:—Era o que eu ia explicar a v. exc.—a summa do art. 176. E' necessario que se approve o art. primitivo para haver o que se substituir, porque, se este for regeitado, já não tem lugar o substitutivo, e o projecto fica todo regeitado, visto que o art. 1.º encerra a idéa principal.

Posto a votos o artigo é approvado, e bem assim o substitutivo.

O sr. presidente:—Entendo que o resto do projecto está prejudicado, todavia porei sempre em votação os demais artigos.

Art. 2.º Dita caixa d'agua deverá ser situada no igarapé de Manãos ou em outro qualquer manancial mais proximo do centro da cidade, no qual sejam abastecidas as pipas d'agua para consumo da população. Posto a votos é regeitado.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Approvado. Passa á 3.ª discussão.

Entra em 3.ª discussão o projecto n.º 9, que autorisa a compra de uma casa para escola publica na cidade de Tefé.

O sr. Tapajós—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Tapajós—Pedi a palavra para apresentar simplesmente um requerimento que vou mandar á mesa.

Vae á mesa o seguinte requerimento: «Requeiro addiamento do projecto n.º 9 em discussão por 3 dias. Pago da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 1.º de Maio de 1879.—O deputado, Tapajós.»

Entra em discussão e é aprovado sem debate.

Fica adiada a discussão do projecto n.º 9.

Entra em 3.ª discussão o projecto n.º 15, que concede um anno de licença com seus vencimentos ao amanuense da secretaria da assembleia Manoel José Zuany de Azevedo.

É aprovado sem debate e vai á commissão de redacção.

Entram em discussão as redacções dos projectos n.º 3—que manda vigorar por mais 10 annos a lei n.º 182 de 14 de Julho de 1868; n.º 5 que regula a cobrança dos direitos provinciaes sobre os generos exportados directamente para o estrangeiro; e n.º 10 que autorisa a despesa de 10:000:000 réis para auxiliar a obra da igreja de S. Sebastião destituida.

São approvadas e vão á sancção.

O sr. presidente declara esgotada a ordem do dia.

O sr. Ferraz (pela ordem):—Sr. presidente, v. exc. ha qua hora ou cinco sessões passadas annunciou a discussão da materia do officio do secretario do governo relativa a uma lei não sancionada pela presidencia, e reenviada pela assembleia, e como acaba de declarar esgotada a ordem do dia sem apparecer essa materia desejava saber se não se achava incluída na ordem do dia de hoje.

Sr. presidente:—Eu direi ao nobre deputado que desde a 1.ª sessão em que se deu esta materia para ordem do dia, tem sido ella repetida nas demais, não se tem o seguilo a discussão, por falta de numero na occasião que lhe tocava.

Só hontem foi que por esquecimento, deixou ella de ser incluída, e por isso não pode ser hoje discutida, mas já está aqui annunciada para ordem do dia de amanhã.

Ordem do dia—1.ª Parte.

Projectos, pareceres, indicações e requerimentos.

2.ª Parte.—2.ª leitura dos projectos ns. 23 e 29; 1.ª discussão dos projectos ns. 25 e 26; 2.ª discussão dos de ns. 17, 18, 19 e 23; 3.ª dos de ns. 11, 12, 14, 15, e 16; discussão do officio do secretario do governo relativo á lei devolvida.

Levanta-se a sessão uma hora da tarde.

Termo de 2 de Maio de 1879

Presidencia do sr. Amorim

As horas do estylo presentes os srs. Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Conrado, Ferraz, Tapajós, Dias dos Santos, Sympson, São Leonardo, e Miranda Leão; não havendo numero sufficiente o sr. presidente declarou não haver sessão.

Para constar se lavrou este termo.—Henrique Barbosa de Amorim. P.—Aristides Justo Mavignier, 1.º S. padre—José Maria Fernandes 2.º dito.

Termo de 3 de Maio de 1879.

Presidencia do sr. Amorim.

As horas do estylo presentes os srs. deputados Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Ferraz, Sympson, Dias dos Santos, Torres, Tapajós, Miranda Leão, e Conrado.

O sr. presidente declarou não haver sessão por falta de numero.

Para constar lavrou-se este termo.—Henrique Barbosa de Amorim. P.—Aristides Justo Mavignier, 1.º S. padre José Maria Fernandes, 2.º S.

Sessão em 5 de Maio de 1879.

Presidencia do sr. Amorim.

As 11 horas da manhã feita a chamada acham-se presentes os srs. Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Barão de S. Leonardo, Ferraz, Dias dos Santos, Sympson, Tapajós, padre Daniel, Baptista Rodrigues, Antony, Miranda Leão e comparece depois o sr. Conrado.

Abre-se a sessão.

Lida a acta da anterior é approvada.

O sr. 1.º secretario dá conta do seguinte expediente:

1.º Officio do secretario do governo communicando ter s. exc. o sr. presidente da provincia, sancionado as resoluções desta assembleia que lhe foram reenviadas a saber:—uma que autorisa a despesa de dez contos de réis com o auxilio a obra da igreja de S. Sebastião desta capital—outra que manda vigorar por mais dez annos a lei n.º 182 de 14 de Julho de 1868—outra que regula a cobrança dos direitos sobre os generos exportados directamente para o estrangeiro—outra que autorisa uma indemnisação a Deodato Gomes da Fonseca—e outra finalmente que autorisa a pagar ao estudante Manoel da Silva Ramos a quantia de duzentos mil réis que deizenos recebeu.—Incluída.

2.º Firmino Antonio de Souza Coelho enviando documentos para provar o que allegou em sua petição dirigida a assembleia o anno passado.—A' commissão em cujo poder se acham os papeis relativos a esses documentos.

3.º Manoel Antonio Rodrigues Pará alfores da guarda policial, pedindo 6 mezes de licença para tratar-se.—A' commissão de poderes.

4.º Deodato Gomes da Fonseca fazendo uma proposta para o calçamento das ruas da cidade.—A' commissão de obras publicas.

5.º José Cardoso Ramalho pedindo verba na lei do orçamento para indemnisação de uma desapropriação que soffreu.—A' commissão de fazenda.

Ordem do dia

1.ª Parte

O sr. Tapajós:—Como relator da commissão de redacção, e precedendo a permissão do estylo, lê e manda a mesa a redacção do projecto n.º 16 que autorisa a conceder um anno de licença ao amanuense da secretaria da assembleia, Manoel José Zuany de Azevedo.

Fica sobre a mesa para entrar na ordem dos trabalhos.

O sr. Dias dos Santos:—Como relator da commissão de agricultura, e precedendo a permissão do estylo, lê e manda a mesa o seguinte parecer:

A commissão de agricultura a quem foram submettidos os requerimentos de José Alves da Fonseca e Matheus Carlos Monteiro, pedindo o 1.º seis contos de réis e o 2.º cinco contos para montarem fazendas de criação de gado, e um outro requerimento de Antonio José Fernandes Junior, pedindo o empréstimo de quinze contos de réis para montar um eugenho de assucar e café na colonia Maracajú, é a commissão de parecer que presentemente não se pôde attender a esses pedidos de particulares, visto como a assembleia tem de legislar sobre a materia, auxiliando esses mesmos ramos de industria, porém de modo que possa aproveitar a mais creadores e lavradores.

Sala das commissões da assembleia, em 5 de Maio de 1879. Antonio Dias dos Santos.—José Baptista Rodrigues.

Fica sobre a mesa.

O sr. padre Daniel:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. padre Daniel:—Sr. presidente, lendo agora o projecto que tive a honra de apresentar a esta

assembléa, no sentido de auxiliar a pequena lavoura na provincia—e que tem o n.º 27, deparei com uma alteração em sua publicação no jornal hoje distribuido na casa, devido talvez a engano de copia, mas um engano que traz um absurdo, porque destróe não só a construcção grammatikal na redacção, como altera o sentido logico do artigo em que elle se encontra.

Refiro-me ao adverbio—não—introduzido no art. 4.º, e que precede o verbo reconhecer—que torna o artigo absurdo incomprehensivel—nestes termos: (lê) «Ao contrario se pelo exame que se—não—reconhecer que o agraciado aproveitou o auxilio prestado, apresentar em seu trabalho um desenvolvimento correspondente á importancia que recebeu, esta será o premio de sua dedicacão e esforços etc.» o que seria um absurdo.

Portanto peço a v. exc. que mande rectificar este engano para que o projecto não corra assim defeituoso.

O sr. presidente:—Diz que a reclamação do nobre deputado será attendida.

O sr. Mavignier:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Mavignier:—Lê e manda a mesa o seguinte projecto:

Convindo determinar de modo mais consentaneo com a topographia do territorio, e commodidade dos habitantes, os limites da freguezia de Manãos com a de Itacoatiara, fixado pelo art. 3.º da lei n.º 432 de 29 de Julho de 1865—submetto á consideração da assembléa o seguinte projecto:

A assembléa provincial do Amazonas decreta:

Art. unico. Fica pertencendo ao municipio desta capital todo o rio Autas até extremar com o municipio de Borba, revogado nesta parte o art. 3.º da lei n.º 432 de 29 de Julho de 1865 e quaesquer disposições em contrario.

Pagó da assembléa legislativa do Amazonas, 5 de Maio de 1879.—S. R.—O deputado, *Aristides Justo Mavignier*.

Tem a 1.ª leitura e toma o n.º 30.

O sr. Symphon:—Como relator da commissão de poderes, e precedendo a relacção do estylo, lê e manda a mesa o seguinte parecer:

A commissão de poderes lendo a petição de Antonio Fernandes Jorge, escrivão da recebedoria desta provincia, enviada do Recife, em que pede mais seis mezes de licença com todos os seus vencimentos, considerando que o supplicante já foi contemplado generosamente por esta assembléa que lhe concedeu seis mezes de licença, pela lei n.º 395 de 26 de outubro do anno passado com todos os seus vencimentos, isto é, ordenado e porcentagens, e em cujo goso ainda se acha, entende que não tem lugar o que ora requer o supplicante, e que por isso a mesa indefira a sua petição.

Sala das conferencias em Manãos, 5 de Maio de 1879.—*Barão de S. Leonardo—Pedro Luiz Symphon—Estevão José Ferraz.*

Fica sobre a mesa para entrar na ordem dos trabalhos.

Exgotada a 1.ª parte passa-se a

2.ª Parte

Tem a 2.ª leitura, são julgados objecto de deliberação, e passa a 3.ª, os projectos ns. 28 e 29.

E approvedo sem debate em 1.ª discussão e passa a 2.ª o projecto n.º 25 (orçamento provincial).

Entra em 1.ª discussão o projecto n.º 26, que autorisa o presidente da provincia a contractar com Antonio Amancio Fernandes a abertura de uma picada desta capital aos campos do Rio Branco.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, a idéa deste projecto não resta a menor duvida que é de grande utilidade para a provincia; é de summa vantagem...

O sr. Antony:—Logo nada pôde fallar contra elle em 1.ª discussão na qual só se trata da utilidade e conveniencia.

O sr. Ferraz:—Eu lá chegarei.

Mas essa vantagem, sr. presidente, existiria realmente se o proponente se obrigasse á abertura de uma estrada, ainda que estreita, e não a fazer como diz o projecto uma simples picada. Isto tira toda a força da utilidade e da conveniencia que deve militar em seu favor; porque se essa picada for aberta, começando do forte de S. Joaquim no Rio Branco, quando chegar a esta capital, e se apresentar á autoridade competente para conhecer desse trabalho o relatorio do trajecto percorrido, é tempo sufficiente para que essa picada se ache completamente obstruida, e o trabalho inutilisado.

Se se tratasse de uma estrada ainda que fosse de 2 ou 3 metros de largura, a vantagem seria incontestavel, mas uma picada, que dê lugar somente a passagem para se buscar os campos do Rio Branco, tira toda a força do pensamento.

O sr. Antony:—E uma estrada destas faz-se com cem mil réis por milha?

O sr. Ferraz:—Eu não sou entendido em materia de picada; ha engenheiros na casa que desejaria ouvir a este respeito, e que melhor podem explicar se essa picada estará ou não obstruida quando o empresario, depois de atravessar o Rio Branco, até esta capital, vier apresentar o resultado de seus trabalhos ao presidente da provincia.

O sr. Antony:—Se o nobre deputado sabe o que é uma picada, para que quer ouvir os engenheiros?

O sr. Ferraz:—O nobre deputado diz que eu sei o que é uma picada, e que por isto não preciso ouvir engenheiros. Sr. presidente, todos sabem o que é uma picada aberta em uma mata, mas os engenheiros são por certo os mais competentes para emitir opinião em uma materia que se refere a sua profissão.

O sr. padre Daniel:—V. exc. permite um a parte?

O sr. Ferraz:—Pois não.

O sr. padre Daniel:—Essa picada de que falla o proponente é para passar uma caravana de 30 ou 40 homens; e por isso onde passa uma caravana destas hade deixar vestigios que não desaparecem com tanta facilidade em tão pouco tempo.

O sr. Ferraz:—Mas que vantagem pode-se tirar somente desses vestigios? esses 30 ou 40 homens de que se compõe a caravana podem seguir um atraz do outro, e a picada reduzir-se a 3 ou 4 palmos somente de largura.

O sr. Miranda Leão:—Se for só cortando o caminho para passar um homem atraz do outro, de certo não vale apena.

O sr. Antony:—Porque não vale apena?

O sr. Barão de S. Leonardo:—Se a abertura for tal que não se possa medir, elle não poderá receber a indemnisação.

O sr. Antony:—Apoiado. Querem então uma estrada de cem mil réis por milha?

O sr. Ferraz:—Eu deixo a consideração da casa as observações que acabo de fazer, não porque me opponha a idéa do projecto em si, que como disse a principio é de grande alcance para a provincia, no caso de ser levado a effeito regularmente; mas porque me parece que se se fizer simplesmente uma picada a cem mil réis por milha, nenhum interesse virá para a provincia—que terá de gastar sessenta a setenta contos de réis, e ficará nisto.

O sr. Antony e Dias dos Santos:—Pedem a palavra.

O sr. Dias dos Santos:—Cedo a palavra ao sr. Antony, como membro da commissão.

O sr. presidente:—Tem a palavra o sr. Dias dos Santos, por ser o mais velho.

O sr. Dias dos Santos:—Sr. presidente, vou apenas explicar o meu voto a respeito da materia de que se trata, porque o meu nobre collega o sr. Ferraz com quanto lhe pareça que o projecto é de utilidade para a provincia, enra todavia em duvida sobre o meio proposto para levar a effeito seu pensamento.

Sr. presidente, todos reconhecem que o descobrimento de um caminho que ponha em communicação por via terrestre os campos do Rio Branco com esta capital....

O sr. Ferraz:—Por este descobrimento não vale apenas o sacrificio que a provincia terá de fazer.

O sr. Dias dos Santos:—(continuando).... este descobrimento resolve um problema que sae dos interesses provinciaes para entrar na ordem dos interesses geraes (apoiados).

O sr. Ferraz:—Não por tanto dinheiro.

O sr. Dias dos Santos:—Não é tanto dinheiro como pensa o nobre deputado; porque eu digo a v. exc. que não se poderá chegar a este resultado logo por meio de uma estrada com grandes proporções.

Quando se emprehe a abertura de uma estrada começa-se sempre por abrir uma simples picada para firmar a direcção e facilitar o estudo do terreno.

O sr. Ferraz:—Se me fallar em simples picada perde todo o merecimento a idéa do projecto.

O sr. Dias dos Santos:—Ha de necessariamente ser uma simples picada como a que mandou fazer o governo quando se quiz determinar o patrimonio da camara, porque seria inutil fazer-se logo um trabalho demorado e dispendioso, com este caminho etc., quando muitas vezes se tem de variar de rumo, alterar a direcção pelas exigencias do terreno.

O sr. Ferraz:—Elle não faz distincção se é des-
tocado.

O sr. Dias dos Santos:—Nem precisa que o seja, seria uma exigencia desnecessaria.

O que precisa é que a picada tenha proporções para manejar os instrumentos afim de saber-se a direcção que se tem a seguir.

Esse homem que se propõe a fazer esse trabalho, não sendo profissional, não pôde determinar as direcções que tem de seguir, de modo que nós possamos traçar o trabalho graphico no papel, do qual precisamos para fazer os estudos no gabinete.

Attendendo a estas considerações eu entendo que não se pôde exigir mais do proponente, e que o projecto sob todos os pontos de vista é de conveniencia e utilidade para a provincia e deve ser approvado; tanto mais quando nenhuma despesa traz a provincia sem a realidade da empresa. Tenho concluido.

O sr. Conrado:—Como quer que seja é muito caro uma braça de picada por cem reis.

O sr. presidente:—Tem a palavra o sr. Antony.

O sr. Antony:—Pouco tenho a acrescentar depois do que disse o meu nobre collega o sr. Dias dos Santos.

Está-se aqui fazendo questão de picada mais ou menos larga.

Não se pode fazer um trabalho destes sem primeiramente abrir-se uma picada; pode esta ser de 3, 4 ou 5 metros, ou ter as proporções somente para passar a visada dos instrumentos.

Isso pouco importa, e nem a questão se deve estabelecer neste terreno.

O que é que o proponente nos vem propôr?

E' verificar a praticabilidade de um caminho terrestre desta capital para o Rio Branco.

Não é possivel que elle, para chegar a este resultado, se ponha com um terçado na mão sosinho a cortar os ramos para se internar na mata.

Ha de empregar nesta empreza uma caravana de 50 a 100 homens.

O sr. Ferraz:—Mas pôde ser um atraz do outro, e por tanto não ficar mais espaço do que para passagem de um homem.

O sr. Antony:—Ainda assim ha de deixar o signal de sua passagem para dizer que chegou ao Rio Branco, e que cem homens foram atraz delle.

Eu não sei como é que este homem se propõe a uma empresa destas e por tão diminuto preço, que não pôde absolutamente compensar as despesas, os encommodos, soffrimentos e perigos a que se vae achar exposto, e o que é mais sem certeza de bom exito; porque afinal elle pôde ser obrigado a recuar diante de difficuldades, quiza insuperaveis (apoiados).

Eu não me sacrificaria ao ponto de embrenhar-me nessas matas como besta feroz, exposto as intemperies, a molestias, e encontros com os indios selvagens, por tão mesquinho lucro.

O sr. Ferraz:—60 ou 70 contos é uma bagatella.

O sr. padre Daniel:—E' de certo, a vista dos sacrificios.

O sr. Antony:—A questão reduz-se a estes termos: Este homem faz a viagem, apresenta-se na capital com attestado do commandante do forte do Rio Branco, e diz eu quero receber o dinheiro; o presidente para ordenar o pagamento manda proceder a medição da picada; se essa não offerece proporções para passagem dos instrumentos, então é porque nunca existio a picada e neste caso nada receberá.

Tudo o mais são objecções que não teem procedencia e que devem ser despresadas.

Não havendo mais quem peça a palavra dá-se por encerrada a discussão. Pôsto a votos é approvado.

Entra em 2.ª discussão e é approvado sem debate o projecto n.º 17.—Passa-se a 3.ª

Entra em 2.ª discussão o projecto n.º 18.

Art. 1.º—«A provincia manterá, permittindo o estado de seus cofres, em estudo de sciencias ou artes no imperio ou fóra delle, até 4 estudantes, com o subsidio annual de que trata a lei n.º 212 de 6 de maio de 1871, salvo os existentes.»

E' approvado sem debate.

Art. 2.º—«Nenhum individuo poderá obter o favor do artigo antecedente sem provar que é filho da provincia e se acha preparado no curso completo do lyceu desta capital, qualquer que seja o seu destino.»

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Para mandar uma emenda a este artigo. Lê e manda a mesa a seguinte:

Emenda ao artigo 2.º do projecto n.º 18.

Elimine-se a palavra—que é filho da provincia.

Paço da assemblea provincial do Amazonas em 5 de Maio de 1879.—O deputado, Ferraz.

Votes:—Não apoiados; não é possivel.

O sr. Ferraz:—(continuando) sr. presidente já ouvi uns 5 ou 6 não apoiados, e por isso vou acrescentar algumas palavras para justificar a minha emenda.

Um sr. deputado:—Não ha justificação possivel.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente v. exc. sabe que já lá se foi o tempo em que se dizia—a Bahia é dos Bahianos.

E' preciso ter mais patriotismo; attender-se as condições especiaes de cada provincia.

Um sr. deputado:—As provincias devem ter a sua autonomia.

O sr. Ferraz:—V. exc. pode dizer o que quizer que não poderá provar a vantagem que resulta dessa restricção egoista (não apoiados).

Eu vou demonstrar a injustiça da condição que pretendo illiminar com a minha emenda.

Evlu

de barcos

Evlu

Suponhamos, sr. presidente, que um empregado publico, que em razão de seu emprego é obrigado a deixar sua provincia natal, e a vir prestar seus serviços no Amazonas, chega a esta provincia trazendo um filho de peito. Cria-se esse menino nesta provincia, em quanto seu pae lhe presta relevantes serviços; attinge a idade de cursar as aulas, entra para o nosso lyceu e completa nelle os seus estudos com aproveitamento. Porque razão não ha de esse menino ter direito ao beneficio desta lei, só porque lhe falta uma condição toda accidental, qual a do lugar do nascimento, quando elle se acha identificado com os interesses da provincia, pela criação que nella recebeu? Não é uma injustiça privar-o desse direito quando seu pae tem talvez, prestado importantes serviços a provincia?

O sr. Dias dos Santos:—E' preciso attender as condições especiaes da provincia, que contém grande população de fóra, e vem prestar-lhes seus serviços.

O sr. Ferraz:—E' exacto. O Amazonas por suas condições especiaes de ser uma provincia nova, cuja maioria da população se compõe de adventícios, não pode adoptar a medida restrictiva sem manifesta injustiça.

Nós não legislamos para o presente, mas para o futuro.

Não devemos adoptar uma idéa odiosa e egoista, permita-se-me a expressã, quando vemos a provincia invadida por essa população de colonos cearenses, que aqui vem fixar residencia e desenvolver familia, e que trazem filhos que daqui a alguns annos estarão no caso desta lei.

O sr. Tapajós:—Os que cá nascerem ficam com o mesmo direito; não ha injustiça nenhuma.

O sr. Barão de S. Leonardo:—Eu voto contra o artigo, porque entendo que essa restricção é odiosa, a vista da immensidade de colonos cearenses que vem augmentar a população da provincia.

(Trocam-se diversos apartes).

Posto a votos o artigo é approved, salvando a emenda, e regeitad esta.

Art. 3.º O estudante que por seu máo comportamento for expulso do lyceu, ainda que depois seja readmittido, perde o direito ao auxilio desta lei.

§ Unico. Tambem perde o direito o estudante que for reprovado dous annos consecutivos ou tiver tres approvações—simpliciter—em quaesquer disciplinas referidas no art. 2.º.

O sr. Ferraz:—Pego a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Quanto ao artigo nada tenho que dizer, mas no § ha uma disposição que me parece injusta (lé). Tambem perde o direito o estudante que for reprovado 2 annos consecutivos; ou tiver 3 approvações—simpliciter—etc.

Quanto a 1.ª parte do §, acho justo; quanto a 2.ª parte parece-me um rigor excessivo. Sr. presidente, uma approvação é sempre uma recommendação em favos do estudante, quer seja por 2 quer seja por 3 votos. Muitas vezes circumstancias accidentaes fazem com que um bom estudante faça má figura no exame.

O sr. Dias dos Santos:—Nesta parte não tem razão; é preciso incitar a mocidade ao estudo.

O sr. Ferraz:—Além de que nós sabemos como se dão essas approvações simpliciter.

O sr. Miranda Leão:—As vezes por mal entendido capricho.

O sr. Ferraz:—E' exato: muitas vezes o capricho de um lente, a má vontade aos pais do estudante etc. pode manchar o mais brilhante exame (apoiados).

O sr. Antony:—A presença dos examinadores e o apparato do acto, as vezes faz o estudante perder 50 por cento de sua habilitação na materia.

Um sr. deputado:—As vezes até com isto os lentes fazem politica.

O sr. Ferraz:—Já vê v. exc. que tambem pôde entrar a politica no resultado dos exames.

Quanto as duas reprovções concedido, porque já é preciso a manifestação de duas opiniões contra o estudante, o que tira de alguma sorte a illa de parcialidade; quanto, porém, as approvações simpliciter, me parece uma injustiça sujeitar um direito a opinião de um só homem, muitas vezes dictada pela paixão ou má vontade.

Vou, pois, mandar uma emenda neste sentido.

Lê e manda a mesa a seguinte emenda ao § 1.º do artigo 3.º:

«Elimine-se as palavras—ou tiver 3 approvações simpliciter.

Sala das sessões da assembléa em Manaus 5 de Maio de 1879.—O deputado, Ferraz.

Encerrada a discussão e posto a votos é approved o artigo salvando a emenda e em seguida approveda tambem esta.

Art. 4.º—Revogam-se as disposições em contrario.

E' approved sem debate, passa a 3.ª discussão.

Entra em 2.ª discussão o projecto n.º 19 que apresenta o amanuense da secretaria da assembléa Raymundo Henrique da Costa.

E' approved sem debate e passa a 3.ª

O sr. Mavignier:—Lê e manda a mesa o seguinte requerimento:

«Rqueiro dispensa dos interstícios para o projecto n.º 19.

Sala das sessões da assembléa provincial do Amazonas, em 5 de Maio de 1879.—O deputado, Mavignier.

E' approved sem debate.

Retiram-se do recinto os srs. Conrado e Ferraz.

Entra em 2.ª discussão o projecto n.º 23 que concede um anno de licença a professora da escola mixta D. Josefina de Freitas Tenreiro Aranha.

E' approved sem debate e passa a 3.ª

Entra em 3.ª discussão, é approved sem debate e vai a comissão de redacção o projecto n.º 11 que concede um empréstimo de seis contos de réis a Mathews Soares Bello, para montar uma serraria a vapor.

Entra em 3.ª discussão o projecto n.º 12 que autorisa um empréstimo de trinta contos de réis a Manoel Francisco da Rocha Thury, para montar uma empresa de carnes verdes.

O sr. Tapajós:—Pego a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Tapajós:—E' sómente para submeter a consideração da casa este requerimento.

Lê e manda a mesa o seguinte:

«Requiro addiamento do projecto n.º 12 até que a comissão a quem foi enviada a proposta de Lucas de Oliveira Pinheiro, dê o seu parecer sobre ella.

Sala das sessões da assembléa provincial do Amazonas em 5 de Maio de 1879.—O deputado, Tapajós.

E' approved sem debate.

Entra em 3.ª discussão o projecto n.º 14 (orçamento das camaras municipaes do interior).

O sr. Tapajós:—Pego a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Tapajós:—Para apresentar um art. additivo ao projecto n.º 14.—Lê e manda a mesa o seguinte: Elimine-se a palavra—Manicoré—e acrescente-se este art. 2.º:

A camara municipal da Villa de Manicoré é autorizada a despendar no exercicio de 1879 a 1880 as quantias seguintes:

§ 1.º Pessoal:	
Secretario, ordenado.	1:000.000
gratificação	200.000
Amanuense, ordenado	600.000
gratificação	200.000

Fiscal, administrador do cemiterio e a-	
feridor, ordenado	600\$000
gratificação	200\$000
Porteiro e continuo, ordenado	400\$000
gratificação	100\$000
Procurador e tiscas de fora porcenta-	
gem 10 %	5
2.º Custas judiciais, jury e eleições.	400\$000
3.º Expediente	300\$000
4.º Festa do Culto Divino	300\$000
5.º Limpeza de ruas, praças, e aber-	
turas de novas	1:500\$000
6.º Concerto de rampa	600\$000
7.º Aluguel de casa	720\$000
8.º Com a construcção de um cemi-	
terio e capella	5:000\$000
9.º Com a edificacão de uma cadeia.	5:000\$000
10 Compra de mobila	1:360\$000
11 Gratificação ao mestre de musica	
para ensinar 12 meninos pobres, inclusi-	
ve os instrumentos	600\$000
12 Eventuaes	300\$000

A camara fará arrecadar a mesma receita votada no presente exercicio para a camara municipal de Tefé.

Fica obrigada a contribuir com a quantia de doze contos de reis, para a camara municipal da capital, que applicará no pagamento do seu novo paço.

Revogão-se as disposições em contrario.

Sala das conferencias da assemblea provincial do Amazonas em Manaus, 5 de Maio de 1879.—Francisco A. Monteiro Ta ajós.—Burão de S. Leonardo—José Baptista Rodrigues.

O sr. padre Fernandes:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. padre Fernandes:—Para apresentar tambem um art. additivo (Lê e vai a mesa o seguinte):

Art. additivo ao projecto n. 14 para onde convier: Fica autorizada a camara municipal de Manicoré a dispendir até a quantia de 12 contos de reis com a compra ou construcção de uma casa para suas sessões.

Paço da assemblea provincial do Amazonas em 5 de maio de 1879.—Padre Fernandes.—Miranda Leão.

Encerrada a discussão é approvado o projecto salvando os additivos, os quaes são em seguida tambem approvados. Vai a redacção.

Entra em 3.ª discussão o projecto n. 15 que concede 6 meses de licença ao official da secretaria da presidencia, A. Teixeira Ponce de Leão, e 5 meses a D. Felismina Monteiro Ch. e Nina.

O sr. Symphon:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Symphon:—Sr. presidente como membro da commissão de poderes, pedi a palavra, não para fallar contra o projecto por ella apresentado, mas para offerecer a consideração da casa um artigo additivo ao projecto.

(Lê e vai a mesa o seguinte) Additivo ao projecto n. 15.

«Tambem fica o mesmo presidente autorizado a conceder 6 meses de licença com seus vencimentos ao aiferes da guarda policial Manoel Antonio Rodrigues Pará, para tratar de suas molestias adquiridas no serviço militar no Rio Madeira por ordem superior.

Paço da assemblea legislativa provincial do Amazonas em 5 de maio de 1879. O deputado—Pedro Symphon.

E' approvado o projecto salvando o additivo, e em seguida approvado tambem este. Vai a redacção.

Entra em discussão a materia do officio do secretario do governo relativa a não sancção da lei que autorisa o pagamento da quantia de 16:000\$000 rs. a Francisco de Souza Mesquita, reinviada pela assemblea em virtude de a ter feito passar por 2 terços na forma do regimento.

O sr. Symphon:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Symphon:—Rogo a v. exc. que tenha a bondade de me mandar trazer o officio.

Sr. presidente, antes de dizer alguma coisa sobre a materia deste officio, vou fazer a sua leitura, para que fique elle tomado ipsis verbis pelo tachygrapho: (lê)

«De ordem do exm. sr. presidente da provincia de-claro a v. s. afim de fazer chegar ao conhecimento da assembléa legislativa provincial que o mesmo exm. sr. por lhe parecer offensivo do art. 15 da lei de 12 de Agosto de 1834, a forma pela qual foi tomada a resolução da mesma assemblea de reinviar o projecto que autorisa o pagamento de dezeseis contos de réis a Francisco de Souza Mesquita a que foi negado a sancção, porque entendeu a assemblea, de conformidade com o art. 188 do seu regimento, que os dois terços de votos pelos quaes fez passar o referido projecto, e dos quaes trata o citado art. 15, são contados em relação ao n.º de membros presentes, ao contrario do que se acha declarado em diversos avisos e da opinião dos nossos mais acreditados publicistas, que entendem serem os dous terços contados em relação ao numero de que se compõe a assemblea e não somente os dos presentes, resolve a vista do art. 7.º da respectiva lei de interpretação, levar o mencionado projecto ao conhecimento do governo e da assemblea geral para esta definitivamente decidir sobre a sua sancção.»

Sr. presidente, não me julgo habilitado a discurrir um assumpto tão importante como o de que se trata neste officio.

O sr. Dias dos Santos:—Não apoiado.

O sr. Symphon:—Considerando porém, sr. presidente, que tenho o rigoroso dever, como membro d'esta assemblea de defender as suas prerogativas constitucionaes (apoiados) e concorrer com o meu voto para manter o respeito devido a sua dignidade, vou por isso uzar do direito que esta cadeira me confere, para desempenho do honroso mandato que me foi confiado.

Bem sei, sr. presidente, que me será difficil estabelecer a these de direito e desenvolvê-la com proficiencia, porque me fallecem os conhecimentos profissionaes, (não apoiado) a pratica da tribuna, e a facilidade da palavra, tao necessarios para certamens desta natureza (não apoiados)

Entretanto, confiando na benevolencia de meus illustres collegas, tantas vezes manifestada com relação ao humilde orador (não apoiados) quanto lhe tem cabido occasião de fatigar a attenção da casa—na justiça da causa, e na logica dos factos—eu vou occupar-me da questão, se bem que com acanhamento

Antes porém de entrar no assumpto, devo declarar que não venho advogar a materia do projecto em si; porque fui sempre contrario a este pagamento...

O sr. padre Daniel:—Apoiado; e eu tambem.

O sr. Symphon:—(Continuando) por me parecer exagerado, tanto assim que como membro da commissão de fazenda o anno passado, tendo confeccionado um parecer, que assignei, opinando para que a presidencia mandasse avaliar os pulpitos, e entregando-o a um outro membro da commissão o dito parecer não mais appareceu!

Fique pois este facto bem patente, e consignado para que não se entenda jamais que neste momento, pretendo advogar interesses particulares de quem quer que seja.

Dous me parecem os pontos cardaes da questão:

A doutrina sobre o modo de se verificar a passagem da proposta devolvida pelos dous terços e a conveniencia ou não conveniencia aos interesses da provincia.

Vou ler o art. 15 do acto adicional em que se fundou o presidente da provincia para declarar o offensivo a elle a materia do projecto.

O sr. padre Daniel—Art. 15 do acto addicional?

O sr. Sympson—Sim senhor. (lê):

«Se o presidente julgar que deve negar sanção, por entender que a lei ou resolução não convem aos interesses da provincia, o fará por esta formula—volte á A. L. Provincial expondo debaixo de sua assignatura as razões em que se fundou. Neste caso será o projecto submettido a nova discussão; e se fôr adoptado tal qual, ou modificado no sentido das razões pelo presidente allegadas, por dois terços de votos dos membros da Assemblèa, será reinviado ao presidente da provincia, que o sancionará.»

Ora, o sr. presidente negou sanção ao projecto, por não convir aos interesses da provincia, entendendo que a quantia decretada para esse pagamento era excessiva.

A assemblèa porém, julgou o contrario, e com a autoridade que lhe é propria depois de nova discussão, o approvou, tal qual, por dous terços de votos dos membros presentes, na forma do art. 188 do seu regimento e o reinviou a presidencia, que neste caso era obrigada a sancioná-lo, em virtude da expressão taxativa do referido art. 15 do acto addicional, quando diz—que o sancionará.

Não é uma disposição facultativa, que dê ao executor o direito se quer de oppôr objecções.

O legislador constitucional, com esta disposição salutar e terminante, quiz estabelecer um correctivo ao capricho das administrações, que muitas vezes por um mal entendido amor proprio, ou por falsa apreciação, pretendem nullificar a opinião da maioria da provincia manifestada por meio de seus representantes, antepondo-lhes os dictames de sua vontade, caso em que parece que se achou o sr. Barão de Maracajú, nesta questão.

S. exc. não quiz obedecer a esta disposição constitucional; não quiz cingir-se a opinião do governo, contida no aviso n. 34 de 5 de Março de 1839 § 4.º

O sr. Dias dos Santos—Em materia de avisos pouco vale quando temos disposição constitucional expressa.

O sr. Sympson—...S. exc. entendeu que a sua autoridade é superior a lei, ao governo, a assemblèa; que a sua opinião individual devia supplantar o juizo da maioria desta casa, e devolveu de novo o projecto sem sanção pelas razões que vemos exaradas no officio que faz objecto desta discussão.

Vejamos se s. exc. teve razão em seu modo de proceder.

S. exc. não andou bem quando entendeu que os dous terços de votos á que se refere o art. 15 do acto addicional, necessarios para que uma lei qualquer seja reinviada á sanção, devem ser contados com relação ao numero total dos membros de que se compõe a assemblèa em seu estado completo.

E' certo que a questão tem soffrido controversia, mas para a assemblèa do Amazonas se acha ella resolvida, em virtude de disposição positiva de seu regimento, que ninguem tem o direito de nullificar senão pelos canaes competentes, isto é, por acto revogatorio do mesmo poder que o confeccionou.

E quando mesmo se queira contestar á assemblèa provincial o direito de firmar em seu regimento a doutrina que ali se acha consagrada a este respeito—nem a disposição da lei, nem as decisões do governo, nem a opinião dos publicistas que se occuparam da especie, firmam doutrina contraria.

Assim por exemplo—o aviso de 28 de Março de 1840—declara que os dous terços para o caso vertente são relativos aos membros presentes.

O sr. Antony—Mas ha um outro aviso em contrario.

O sr. Sympson—Eu lá cheguei; tenho minhas

notas e vou por ellas para não transtornar a ordem dos argumentos.

N'esse mesmo anno a commissão das assemblèas provinciales no parlamento por seu parecer de 22 de Julho, confirma esta doutrina, baseada nos seguintes pontos que passo a ler: (lê) «1.º no grande inconveniente e absurdo que se deve seguir do principio contrario, pois que admittido elle poderá uma pequena minoria embaraçar todas as decisões da assemblèa legislativa provincial, attenta a dificuldade de obter a reunião quasi completa de um corpo colectivo, ainda que não muito numeroso;

«2.º no art. 78 da constituição, citado no dito aviso, pois que n'esse art. se determinou que para haver sessões dos conselhos geraes de provincia, bastava achar-se presentes mais de metade do numero de seus membros;

«3.º no art. 82 da mesma constituição, onde expressamente se declara que as resoluções d'aquelles conselhos fossem tomados a pluralidade absoluta de votos dos membros presentes.»

E' uma interpretação authentica que vem em apoio do procedimento da assemblèa, da disposição legal de seu regimento, emanada de poder competente, e que tira ao acto de s. exc. o cunho de legalidade com que o quiz revestir, firmando-se na disposição do art. 15 do acto addicional, na doutrina de avisos revogados, e contradictorios, e na opinião de publicistas que não citou.

Ainda uma autoridade respeitavel na materia, vem corroborar a doutrina do parecer da commissão das assemblèas provinciales que citei textualmente—e apoiar o procedimento da assemblèa do Amazonas nesta questão.

E' a da secção do Imperio do conselho de estado a quem foi em 1843, novamente submettida a questão, a qual concordou com a doutrina já expendida pelo principio de direito de que—os ausentes da assemblèa não formam casa nem deliberam. «*Vota absentium accrescunt presentibus*».

Apezar, porém, destas decisões, ainda em 1844 o governo baixou o aviso de 28 de Março, declarando que os dous terços devem ser contados com relação ao numero total de membros de que se compõem as assemblèas em seu estado completo.

Mas, reconhecendo o seu nenhum fundamento e procedencia, não tardou a ser revogado pelo aviso de 28 de Junho de 1848 expedido pelo ministerio Paula e Souza, que restabeleceu a doutrina contraria.

Em 1857 foi ainda agitada esta questão pelos jornaes da Corte, e da discussão havida, ficou demonstrado que a interpretação de que os dous terços se devem referir a totalidade das assemblèas, restringe a attribuição de fazer leis de interesses provinciales.

Como, pois, pretende s. exc. apoiar a sua opinião em avisos, quando a maior parte dos que ha expedidos sobre a especie lhe é contraria?

Soccorreu-se ainda s. exc. á opinião de publicistas notaveis, mas não os citou: eu vou supprir essa lacuna citando alguns que se occuparam da materia.

Um publicista norte-americano, o sr. Hamilton, disse a este respeito:

«Se os dous terços de todos os senadores fossem indispensaveis, a inexactidão de muitos d'elles em comparecer trazia consigo todos os inconvenientes e vagares que a necessidade da unanimidade costuma a trazer.

A historia dos governos em que este systema prevalece é a historia da impotencia, da perplexidade, e da desordem; o tribunate de Roma, as dietas da Polonia e os Estados Geraes da Hollanda serão bons argumentos para provar-o, se a nossa propria historia não nos dispensasse de ir procurar exemplos fora de casa!»

O sr. desembargador Rogrigues, de Sousa publicista

brazileiro na sua analyse e commentarios da constituição do Imperio corrobora esta opinião decidindo-se pelos 2 terços dos votos dos membros presentes, como a mais concorrente com a logica, e com a natureza das deliberações tomadas pelos corpos collectivos, quando não ha disposição expressa.

Bem andou, pois a assembléa provincial do Amazonas, quando organison o seu regimento interno estabelecendo expressamente a regra, para evitar duvidas; e sendo como é lei da provincia, que por assim dizer já tem passado em julgado sem contradicção, nem dos presidentes, nem do governo geral, nem do parlamento, a quem são remetidos todos os actos legislativos provinciaes, com que direito se pretende hoje tolher a sua execução, sob o pretexto de que fere disposições constitucionaes, apoiando-se em avisos contradictorios, e em opiniões sem autoridade? (Apoiados; muito bem.)

Fica, pois, demonstrado que mal andou o presidente da provincia o sr. Barão de Maracaju, deixando de sancionar a lei reinviada por esta assembléa sob pretexto de irregularidade no modo porque foi ella adoptada por 2 terços, quando o fez de conformidade com as disposições de seu regimento.

O sr. Dias dos Santos.—E andou muito bem na sua demonstração.

O sr. Symphon.—S. exc. andou completamente as tontas nesta questão.

Um sr. deputado.—Como em tudo mais.

O sr. Symphon.—Agora vou ao segundo ponto. Se s. exc. negou saneção ao projecto por entender que não convinha aos interesses da provincia, desde que lhe foi elle reinviado por esta assembléa em virtude do art. 15 do acto adicional, isto é, por tel-o feito passar por 2 terços, qualquer que fosse o modo porque se verificasse esses dois terços, elle não tinha arbitrio para conhecer do acto da assembléa, cumpria-lhe sancionar o projecto em face do § 4.º do Aviso n. 34 de 5 de Março de 1859—que expressamente diz:—é obrigado a sancionar-o; porque não é inconstitucional e nem revogavel a lei neste sentido, como preceitua o aviso de 5 de Fevereiro de 1851.

O sr. Antony.—O que admira é que se condemne os Avisos, e v. exc. só tem citado avisos.

O sr. Symphon.—Vou responder ao aparte do nobre deputado o sr. Antony. Eu não tenho citado somente avisos; tenho citado tambem escriptores, publicistas illustres nacionaes e estrangeiros em apoio de minha opinião, tenho argumentado com disposição positiva da lei constitucional e regimental.

Mas, a presidencia soccorreu-se afinal a uma triste evasiva para se furtar ao cumprimento de seu dever; isto é, a um original apello ao governo e assembléa geraes, a cujo conhecimento diz que vai levar o projecto para decidir se deve ou não ser sancionado.

Com este procedimento s. exc. deu uma triste ideia de seus conhecimentos administrativos.....

O sr. Rodrigues.—Ha muito tempo que elle a dá.

O sr. Antony.—Não apoiado.

O sr. Symphon.—S. exc. parece ter confundido as disposições do art. 15 com as do art. 16 do acto adicional, e uma ligeira analyse basta para demonstrar-o.

O projecto foi modificado?

Offende os direitos de outras provincias ou os tratados feitos com as nações estrangeiras? Offende a constituição do imperio na forma do art. 7.º da lei de interpretação? E' inconveniente e menos util á provincia?

Estas são as especies do art. 16 que passo a ler (lê)

Art. 16 Quando, porem, o presidente negar a sancção por entender, que o projecto offende os direitos de alguma outra provincia, nos casos declarados no § 8

do art. 10 ou os tratados feitos com nações estrangeiras, e a Assembléa provincial julgar o contrario por dous terços dos votos, como no artigo precedente será o projecto, com as razões allegadas pelo presidente da provincia, levado ao conhecimento do governo e Assembléa geraes, para esta definitivamente decidir se elle deve ou não ser sancionado.

Onde foi s. exc. buscar argumento de paridade para proceder com o projecto em questão na forma deste art. 16 do acto adicional?

O sr. Tapajóz.—Que tem o art. com os pulpitos!

O sr. Symphon.—Por qualquer das hypothesees que se encare a questão s. exc. andou mal, deixando de sancionar o projecto que lhe foi reinviado. (Apoiados).

Se elle fere os interesses da provincia sob o ponto de vista de excesso no pagamento autorizado, esse pequeno sacrificio pecuniario não exige um desacato formal a uma deliberação desta Assembléa como se se tratasse da salvação publica; não exige um ataque positivo a disposição expressa de seu regimento. (Apoiados)

Dada esta hypothese, ainda assim, a responsabilidade era unicamente da Assembléa que entendeu moralizar o acto de uma das administrações passadas, que fez a encomenda sem ajustar preço, sujeitando-se portanto as contingencias della; que mandou receber os objectos podendo fazer com mais economia para os cofres provinciaes. (Apoiados)

Além disto, s. exc. como delegado do governo, donde dimanam os avisos, que firmam doutrina em materia administrativa, devia observar o de 5 de Fevereiro de 1851, que declara não serem inconstitucionaes nem revogaveis as leis feitas neste sentido.

Não procede, por tanto, nenhuma das razões com que s. exc. apadrinhou o seu acto; e sou obrigado a declarar que s. exc. errou, e errou crassamente....

O sr. Antony.—Se errou foi levado por boas intenções de zelar os interesses da provincia, e não por supina ignorancia.

O sr. Symphon.—O falso zelo pelos interesses da provincia não justifica a infracção das leis, que abre um precedente muito mais perigoso.

S. exc. errou, ou quiz propositalmente cerciar as prerogativas da assembléa provincial quiz dar um beliscão na dignidade deste corpo colectivo para sobresahir-se.

O sr. Antony.—Não apoiado.

O sr. Symphon.—S. exc. deo com isto uma prova da tendencia predominante na situação que infelizmente dirige os destinos do paiz para o despotismo, cerciando todas as prerogativas, mistificando as doutrinas mais aceitaveis e correntes, nulificando todas as instituições. (Apoiados)

S. exc. veio crear uma divergencia entre a administração e o poder legislativo provincial, divergencia sempre nociva aos interesses publicos, visto que estes poderes, ainda collocados em terrenos oppostos, com relação aos principios politicos, devem todavia manter certa harmonia, cada um na esphera de suas attribuições, para assegurar o bem estar dos povos sob sua jurisdição. (Apoiados)

A assembléa deve, pois, com justiça, uzar da faculdade que lhe confere o art. 19 da lei de 12 de agosto de 1834, e aviso n. 34 de 5 de março de 1859—§ 3.º—e para isto peço permissão para submeter a consideração da casa a seguinte moção que tem por fim, mandar publicar e correr como lei o projecto em questão.

Tenho concluido.

Vozes.—Muito bem! Muito bem!

Vai a meza, lê-se e entra em discussão a seguinte moção:

Indico que a respeito do projecto que trata do pagamento dos pulpitos, se observe o art. 19 do acto ad-

dicional, desde que dentro dos 10 dias contados da 2.^a enviatura não lhe der a presidencia sua sancção, como prescreve o art. 188 do Regimento e o citado art., o qual foi explicado pelo aviso n. 128 de 6 de Novembro de 1838.

S. R. Paço da Assemblèa Legislativa Provincial do Amazonas em Manaus 5 de Maio de 1879. O deputado.— *Pedro Symphon.*

O sr. presidente:—Está em discussão.

Os srs. Antony e padre Daniel—Peço a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra o sr. padre Daniel por ser o mais velho.

O sr. padre Daniel—Sr. presidente, como v. exc. sabe e a casa, eu na qualidade de membro da comissão especial encarregada de examinar e emitir parecer sobre a resolução devalvada a esta assemblèa e as razões com que a presidencia fundamentou a não sancção, eu me assigrei vencido e depois votei contra o parecer organizado pela maioria dessa comissão, porque entendia e entendo que a quantia de 16:000\$000 réis era realmente exorbitante.

Mas, agora, sr. presidente, que tenho de votar em favor desta indicação eu devo declarar á casa as razões porque vou assim proceder.

A questão para mim mudou de face. Já não tenho como representante da provincia de zelar por seus interesses, pela economia dos dinheiros publicos, mas de pugnar pelas prerogativas da corporação de que faço parte, pela observancia fiel dos preceitos constitucionaes e de suas disposições regulamentares.

O sr. Dias dos Santos—Apoiado.

O sr. padre Daniel—Não posso conformar-me com as razões de s. exc. para deixar de sancionar o projecto reinviado por esta assemblèa, em consequencia de ter sido apoiado pelos dous terços na forma de seu regimento, sob pretexto de que fere as disposições do acto adicional.

Estas razões, sr. presidente, não resistem a mais ligeira analyse; (apoiados) no caso vertente, s. exc. não podia deixar de sancionar o projecto (apoiados). não podia deixar de cumprir o art. 15 do acto adicional que assim se exprime: (lê)

«Se o presidente julgar que deve negar a sancção, por entender que a lei ou resolução não convem aos interesses da provincia o fará por esta formula:—Volte á assemblèa legislativa provincial—expondo debaixo de sua assignatura as razões em que se fundou. Neste caso será o projecto submettido a nova discussão; e se for adoptado tal qual, ou modificado no sentido das razões pelo presidente allegadas, por dous terços de votos dos membros da assemblèa, será reinviado ao presidente da provincia, que o sancionará.»

O sr. Dias dos Santos—A expressão é positiva.

O sr. padre Daniel—Mas, sr. presidente, sem entrar na questão dos dous terços, sob o ponto de vista constitucional, que já foi vantajosamente illucidada pelo illustre orador que me precedeu, parece-me que esta questão, para a assemblèa do Amazonas está terminada, não tem mesmo razão de ser, desde que o seu regimento estatue expressa e positivamente que os dous terços devem ser dos membros presentes—isto é de quantos bastem para haver sessão; e se a assemblèa pôde funcionar com 11 membros, desde que o projecto passar por dous terços de 11, está nas condições de ser sancionado.

Eu encaro a questão sob outro ponto de vista, isto é, com relação a competência de s. exc. para devolver o conhecimento do projecto ao governo e á assemblèa geraes.

As razões de não sancção deste projecto assentão no facto de offender elle aos interesses da provincia sómente, pelo gravame que traz a seus cofres com esta despesa excessiva.

Neste caso não pode elle ser submettido ao conhecimento do governo e da assemblèa geral para resolver sobre sua sancção, e uma vez reinviado pela assemblèa, o presidente da provincia é obrigado a sancioná-lo.

Mas ainda na hypothese de ser elle offensivo aos tratados com as nações estrangeiras, ou aos interesses de outras provincias ou inconstitucional, não era s. exc. o competente para submettel-o ao conhecimento do governo e da assemblèa geral, mas sim a assemblèa provincial, como se deprehende da disposição do acto adicional que passo a ler—(lê)

—Art. 16: «Quando, porém, o presidente negar sancção por entender, que o projecto offende os direitos de alguma outra provincia, nos casos declarados no § 8 do art. 10 ou os tratados feitos com nações estrangeiras, e a assemblèa provincial julgar o contrario por dous terços dos votos como no art. precedente será o projecto, com as razões allegadas pelo presidente da provincia, levado ao conhecimento do governo e assemblèa geraes, para esta definitivamente decidir se elle deve ou não ser sancionado.»

Quem é que deve levar ao conhecimento do governo e da assemblèa geral?

E' a assemblèa provincial sem duvida e não a presidencia (apoiados).

A resolução de que nos occupamos não está neste caso, mas ainda quando estivesse não competia á s. exc. o procedimento que a respeito della teve.

Sr. presidente, não posso conformar-me, como já disse a principio, com as ultimas razões de s. exc. para não sancionar a resolução reenviada, desde que não vão de accordo com os principios constitucionaes; não posso conformar-me com actos que ferem as disposições da lei organica desta corporação; como deputado provincial corre-me o dever de sustentar as suas prerogativas, em desempenho do mandato que imerecidamente (não apoiados) me foi confiado pelo voto popular; e por essa razão sou forçado a votar pela indicação.

O sr. presidente—Tem a palavra o sr. Antony.

O sr. Antony—Sr. presidente, eu não vou entrar nesta discussão porque confesso que não vim preparado para ella, fui colhido de surpresa.

Não desejo metter-me neste intrincado labirinto de avisos, e opiniões de publicistas que se exhibio na casa. Cumpre-me porém, não deixar passar sem protesto as palavras um tanto duras que o meu nobre collega que em primeiro occupou a tribuna lançou sobre o actual administrador da provincia. S. exc. disse que o presidente errou crassamente.

O sr. Symphon—Eu fallei em these.

O sr. Antony—Se s. exc. errou, errou em boa intenção de acatellar os interesses da provincia.

O sr. padre Daniel—Pode-se errar com boa ou má intenção, o que não deixa de ser erro.

O sr. Antony—O orador a que me refiro disse que o presidente tinha revelado supina ignorancia, e empregou outras palavras que me parecem duras e mal cabidas quando se trata de um funcionario altamente collocado...

O sr. Symphon—V. exc. fere-se em uma das pontas do dilemma;—ou o presidente errou por ignorancia ou procedeu intencionalmente com o fim de desmoralisar a assemblèa.

O sr. Antony—O nobre deputado encaram o procedimento do presidente da provincia pelo prisma da politica...

(lla diversos apartes).

O sr. Antony—(Continuando) disse que s. exc. quiz dar um beliscão na assemblèa.

Que precisão tem s. exc. de dar beliscões na assemblèa, com a qual tem dispensado todas as atenções

(não apoiados); tem manifestado o louvável desejo de manter a mais cordial harmonia, em bem do interesse publico da provincia que administra?

Em que já revelou elle o proposito de desmoralizar esta corporação?

Sómente por não sancionar esta lei?

O sr. Symson—Não podia negar a sancção desde que lhe foi reenviada pela assembléa.

O sr. Antony—Podia; o que diz a este respeito o nosso regimento.

O sr. Dias dos Santos—O argumento por ahi não vai bem.

(Trocaram-se muitos apartes ao mesmo tempo).

O sr. Antony—Sr presidente, eu não posso continuar com esta bateria de apartes.

Já disse que não vim preparado para esta discussão; o que tive em vista sómente foi não deixar passar sem protesto de minha parte as expressões acrimoniosas que se atirou contra o presidente da provincia e contra a situação que nada tem que ver com uma lei que autorisa um pagamento.

O sr. padre Daniel—Dá um aparte.

O sr. Antony—Eu não entro em intenções de ninguem; citei apenas palavras que ouvi proferidas neste recinto; mas suffocado com a bateria de apartes que de todos os lados me foram lançados...

O sr. Barão de S. Leonardo—Eu não dei um só aparte a v. exc.

O sr. Antony—Agradeço a v. exc. essa consideração. Mas como ia dizendo—suffocado por um chuveiro de apartes perdi o fio das considerações que pretendia fazer.

Disse mais o nobre orador que o espirito de violencia e absolutismo era a tendencia predominante do partido liberal, que qualificou ainda de demolidor.

Eu não dei logo um aparte, para protestar contra esta asserção, porque pretendia tomar a palavra para repellil-a.

O partido a que pertence o actual presidente da provincia, não é demolidor; pelo contrario é regenerador.

(Não apoiados; reclamações).

Um sr. deputado—Isto é ahi com os historicos.

O sr. Antony—Aqui não há historicos.

(Continuam os apartes).

O sr. Antony—Sr. presidente, sou forçado a sentar-me, porque reconheço o proposito da maioria em não me deixar fallar (não apoiados).

Limito-me portanto a este protesto contra as expressões do nobre deputado, quer com relação ao administrador da provincia, quer com relação ao partido a que pertence.

O sr. Symson—V. exc. fallou como um perfeito cavalheiro, mas não me convenceu.

O sr. Miranda Leão—(pela ordem) Sr. presidente, se a assembléa andou bem ou não, fazendo passar a resolução pelos dous terços, e reenvial-a ao presidente, não importa para a questão; o que lhe cumpre agora é proceder na forma do art. 190 do seu regimento, e para isto não é necessaria a indicação apresentada pelo nobre deputado o sr. Symson.

A mesa deve mandar publicar e correr como lei, desde que se findaram os dez dias, contados da data em que foi a resolução reenviada a presidencia, e que esta deixou de sancionar.

O sr. presidente—Devo ponderar a v. exc. que a mesa tem cumprido o seu dever, mas como a materia do officio é contraria ao proprio regimento ella entendeu de submetel-a a decisão da casa.

Encerrada a discussão e posta a votos a indicação é approvada.

O sr. Antony—(pela ordem) Pede para se incluir na ordem do dia seguinte o projecto n.º 9.

Exgotada a ordem do dia o sr. presidente designa a seguinte:

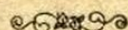
1.ª Parte:—Projectos, pareceres, indicações e requerimentos.

2.ª Parte:—2.ª Leitura do projecto n.º 30, 3.ª dos de ns. 28 e 29.

1.ª Discussão do projecto n.º 27, 2.ª des de ns. 7, 20, 21 e 24; 3.ª des de ns. 19 e 23.

Discussão da redacção do projecto n.º 6. e dos pareceres das comissões de poderes e agricultura, apresentados hoje.

Levanta-se a sessão.



Sessão em 6 de Maio de 1879.

Presidencia do sr. Amorim.

As 11 horas da manhã feita a chamada acham-se presentes os srs. Amorim, Mavignier, padre Fernandes Ferraz, Symson, padre Daniel, Tapajós, Dias dos Santos, Barão de S. Leonardo, Torres, Conrado, B. Rodrigues e Antony.

Havendo numero legal abre-se a sessão.

O sr. 2.º secretario declara que a acta da anterior não se acha sobre a mesa; e o sr. 1.º secretario que não ha expediente.

Entra-se na ordem do dia.

1.ª Parte

O sr. Ferraz—Peço a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. Ferraz—Sr. presidente, não tenho por fim, tomando a palavra nesta occasião, fazer accusações contra ninguem, prevalecendo-me da cadeira que occupo nesta casa; entretanto, lendo o *Commercio do Amazonas* de hoje deparei com um artigo contra o vigario de Canumán, que desde já declaro que não conheço e por isso julgo de meu dever chamar a attenção da casa para o que ahi se diz.

Accusa-se esse vigario, não sei se, com fundamento ou sem elle, de ter dado diverso destino a quantias votadas para a igreja a seu cargo.

Não sei o que ha de verdadeiro nesta accusação; o meu fim é somente pôr de sobre aviso a nobre commissão de fazenda para que tenha muito em vista essas verbas que se costumam consignar todos os annos na lei de orçamento para igrejas.

Esse vigario é accusado de se ter locupletado com os dinheiros da igreja; não quero constituir-me echo de taes accusações; não venho asseverar cousa alguma...

O sr. Symson—E nem é esta assembléa a competente para entrar no conhecimento desse facto, que constituindo um crime previsto no código esta sujeito a acção criminal (apoiados).

O sr. Ferraz—Já disse que eu não vinha reclamar ou propôr medida alguma a este respeito, o meu fim sómente é prevenir a assembléa e a nobre commissão de fazenda sobre essas verbas que annualmente se incluem na lei do orçamento para as igrejas.

O sr. Barão de S. Leonardo—Eu conheço o vigario de Canumán, e posso affiançar que é homem muito de bem, e incapaz de semelhante procedimento.

O sr. Ferraz—Eu louvo-me na informação que acaba de dar-me em aparte o nobre collega sr. Barão de S. Leonardo.

O sr. padre Daniel—Essas quantias fornecidas para obras das matizes não ficam só a cargo dos vigarios, mas sim de uma commissão para isso nomeada; esta commissão é que tinha de responder por esses abusos, se os houvesse.

O sr. Ferraz—Sr. presidente, eu dispenso-me de fazer a leitura do art. a que me refiro perante a

Assembléa porque não tenho em vista reproduzir a accusação feita pelo jornal. E' apenas uma advertencia a casa.

O sr. presidente:—Pensei que v. exc. ia concluir por um requerimento pedindo informações.

O sr. Ferraz:—Não sr.; peço desculpa a casa se por alguns momentos abuzei de sua attenção, unicamente para a observação que fiz.

O sr. apajós:—Como relator da comissão de Camaras, precedendo a permissão do estylo, lê e manda a mesa o seguinte parecer:

A comissão de camaras a cujo conhecimento veio a petição de Joaquim Ferreira Franco, procurador da camara de Manicoré, em que pede indemnisação da quantia de cem mil réis que dispenseo em viagem por ordem da mesma camara para fazer o lançamento das casas commerciaes e cobrança dos impostos pelo districto da villa, como prova com o documento que juntou da mesma camara, considerando que já passou em 3.ª discussão o projecto de orçamento municipal da referida villa, é de parecer que a mesa defira a sua petição no sentido de requerer á mesma camara para ser pago pela verba eventuaes.

S. R. Sala das conferencias em Manáos, 6 de Maio de 1879.—Os membros da comissão, *Francisco Antonio Monteiro Tapajós*.—*Barão de S. Leonardo*.—*Jose Baptista Rodrigues*

Fica sobre a mesa para entrar na ordem dos trabalhos.

E como relator da comissão de redacção lê ainda e manda á mesa a redacção do projecto n. 15, separado em 3 projectos distinctos, a saber: n. 15 (a) que concede 5 mezes de licença com seus vencimentos á professora do bairro dos Remedios *D. Felismina Monteiro Checks Nina*; n. 15 (b) que concede 6 mezes de licença ao official archivista da secretaria do governo *Antonio Teixeira Ponce de Leão*, e n. 15 (c) que concede igual favor ao alferes da guarda policial *Manoel Antonio Rodrigues Pará*.

Lêo mais as redacções dos projectos n. 25 (a) do anno passado que crea uma collectoria na villa de Manicoré; e n. 41 deste anno, que autorisa um emprestimo de 6:000\$000 rs. a *Matheus Soares Bello*, para montar uma serraria a vapor.

Ficam sobre a mesa para entrar na ordem dos trabalhos.

E nada mais havendo nesta parte passa-se a

2.ª Parte.

Tem 2.ª leitura, é julgado objecto de deliberação e passa a 3.ª o projecto n. 30, que altera os limites da comarca de Manáos com os da de Itacoatiara no Rio Autás. Tem 3.ª leitura e vão a imprimir os projectos n. 28 e 29.

E' approvedo sem debate em 1.ª discussão e passa a 2.ª o projecto n. 27 que regula a concessão de auxilios a pequena lavoura.

Entra em 2.ª discussão o projecto n. 20 Art. 1.º No ensino secundario a retribuição pecuniaria será da seguinte forma:

§ 1.º Lyceo da capital.	
Cada cadeira tera de	
ordenado.....	2:000\$
Gratificação.....	400\$
	2:400\$000

§ 2.º Ensino primario.

3.ª ENTRANCIA

Capital

Cada cadeira ordenado.....	1:640\$
Gratificação.....	400\$
	2:040\$000

Outras Cidades

Cada cadeira ordenado.....	1:520\$
Gratificação.....	400\$
	1:920\$000

§ 3.º 2.ª Entrancia.

Cada cadeira ordenado.....	1:200\$
Gratificação.....	400\$
	1:600\$000

§ 4.º 1.ª Entrancia.

Cada cadeira ordenado.....	800\$
Gratificação.....	400\$
	1:200\$000

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—E' para apresentar um § additivo ao art. 1.º do projecto n. 20, (lé)

§ Additivo ao art. 1.º do projecto n. 20.

Os vencimentos dos empregados da directoria da instrucção publica serão os da tabella annexa, e no ensino secundario a retribuição pecuniaria será da seguinte forma:

(Segue-se o § 1.º do projecto.)

Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 6 de Maio de 1879.—*E. J. Ferraz*.

Tabella de vencimentos dos empregados da directoria da instrucção publica.

Director ordenado.....	3:000\$000
Gratificação.....	600\$000
	3:600\$000
Secretario ordenado.....	2:000\$000
Gratificação.....	400\$000
	2:400\$000
Porteiro ordenado.....	1:200\$000
Gratificação.....	200\$000
	1:400\$000

Vai a mesa e entra em discussão com o art.

O sr. Symphon:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Symphon:—Rogo a v. exc. que tenha bondade de me mandar a emenda ou art. additivo do sr. Ferraz.

O sr. Ferraz:—(para o orador) Peço a v. exc. tambem que resalve a redacção, porque foi feito aqui mesmo na bancada.

O sr. Symphon:—Eu não vou occupar-me da analyse da redacção, mas sim do pensamento. Peço a v. exc. que tenha ainda a bondade de mandar-me fornecer a outra tabella da directoria da instrucção publica.

(O orador é satisfeito.)

O sr. presidente:—Convindo o sr. vice-presidente para occupar a cadeira da presidencia, porque ali na bancada posso prestar mais serviços n'esta discussão ministrando algumas informações aos nobres collegas.

O sr. vice-presidente:—(Tapajós) occupa a cadeira da presidencia.

O sr. Symphon:—Sr. presidente, a comissão de fazenda, quando confeccionou este projecto augmentando os vencimentos do corpo docente da provincia, não fallou nos vencimentos dos empregados da directoria da instrucção publica, porque entendeu que esses empregados estão bem remunerados, (não apoiados) o director da instrucção publica, de conformidade com a tabella de 31 de Dezembro de 1873 tem de ordenado 3:000\$, o secretario 1:600\$000 e o porteiro 900\$.

Por esta tabella, sr. presidente, vê-se que esses empregados não estão mal pagos, porque o serviço que existe a cargo da directoria tambem não é tal que exija uma remuneração maior.

O sr. Antony:—Não é tão pouco; o expediente com toda a provincia.

O sr. Symphon:—Eu pergunto: qual é o trabalho que tem tido o actual director da instrucção publica?

O sr. Ferraz:—O que tem tido ou o que devia ter? Se o homem não cumprio o seu dever, isto não prova que o director não tem que fazer.

O sr. Dias dos Santos:—Se elle cumprisse os seus deveres, de certo que o trabalho não era pouco.

O sr. Barão de S. Leonardo:—Não pôde porque tem muitos empregos.

O sr. Sympson:—Eu acceito o aparte que acaba de dar o sr. Barão de S. Leonardo, dizendo que o director da instrução publica tem muitos empregos e por isto não pôde cumprir bem os deveres do emprego de que se trata.

O sr. Barão de S. Leonardo:—Não pôde occupar tantos empregos, principalmente indo 2 vezes por semana a colonia — Maracajú, visitar ali os enfermos.

O sr. Sympson:—Já vê v. exc. e a casa que o ordenado de 3:000\$000 rs. é mais que sufficiente para nada fazer.

O sr. Ferraz:—Não é tanto assim; v. exc. é injusto.

O sr. Sympson:—Eu mostrarei que esse funcionario não merece augmento, porque o serviço a seu cargo é quasi nenhum.

O sr. Ferraz:—Sempre tem o quasi.

O sr. Sympson:—Pouco ou nada ha que fazer na directoria; e a prova é que a mór parte do tempo gastam em conversas pouco edificantes na secretaria. Até os meninos do lycéo fazem do proprio edificio, club em que discutem á guisa de deputados os actos que se debatem nesta casa.

Vejam o desrespeito que vae por aquelle estabelecimento!

O sr. Conrado:—V. exc. é suspeito.

O sr. Sympson:—Não apoiado; sou até amigo do sr. director, como particular, porque é muito sympathico (*hilaridade*); mas não posso deixar de reconhecer que não ha ali a necessaria moralidade.

O sr. Dias dos Santos:—Isso é uma verdade.

O sr. Conrado:—O defeito é talvez do regulamento, que não dá ao director os meios coercitivos.

O sr. Sympson:—O regulamento faculta meios coercitivos, sufficientes para oppôr uma barreira a esses desvios da mocidade.

O sr. Conrado:—A expulsar do lycéo.

O sr. Antony:—Isso para quem tem vergonha, é uma grande cousa.

O sr. Sympson:—A quem v. exc. se refere?

O sr. Antony:—Está claro que me refiro áquelles que fazem essas cousas que o nobre deputado está reprovando.

O sr. Sympson:—Logo é aos meninos? Mas os meninos se educam...

O sr. Antony:—Em casa é que elles se educam, e não nas aulas onde só vão beber a instrução.

Um sr. deputado:—E tambem a desmoralisação.

O sr. Sympson:—Portanto, sr. presidente, é vóz publica, nós todos sabemos que o lycéo, com raras excepções de alguns lentes, que justiça lhes seja feita cumprem o seu dever como um verdadeiro sacerdocio, parece mais um circo de gladiadores onde os meninos se vão divertir, do que um estabelecimento de educação da mocidade, pela falta de respeito que ali impera; logo, não se pôde chegar a outra conclusão, sinão de que o director não tem a força moral necessaria para bem desempenhar os deveres do seu cargo.

E' uma lastima.

E se digo isto é porque ha poucos dias ainda se deu ali um facto desagradavel; escapou de ser victima da imprudencia dos meninos um respeitavel ancião, homem de educação, empregado do referido lyceu, por ter observado a elles a sua constante falta de decoro, resultando disto ser o velho desacatado, mettido dentro de um circulo e ameaçado de esgrimir o pugilato e afinal de ser expulso da repartição!

E' até onde pode chegar a insubordinação, sr. pre-

sidente, e o que se torna mais notavel é que não consta que o sr. director tivesse nem sequer admoestado esta mocidade imprudente, cujo aproveitamento instructivo é absolutamente nenhum, como se vê do quadro estatistico annexo ao seu relatorio.

O que será desta mocidade?

As paredes do lyceu estão cheias de garatujas immoraes, que muito depõe contra o zelo do director.

Como é que se pretende augmentar o ordenado dos empregados da directoria, quando nenhum accrescimento de trabalho existe neste ramo de serviço, quando nem a disciplina e nem a moralidade observam no estabelecimento?

O sr. Ferraz:—E no tempo do dr. Ernesto existia tudo isto?

O sr. Sympson:—Causou reparo ao nobre deputado que o projecto elevando os vencimentos dos lentes do lyceu não se occupasse do director nem dos empregados da directoria!

Sr. presidente, o projecto não só trata do ensino secundario, mas tambem de todo o corpo docente da provincia; e se não estendeu o augmento áquelles empregados, foi porque entendeu a commissão que elles se acham bem remunerados.

Aguardo-me para tornar a fallar da materia em 3.ª discussão se fôr preciso.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, ouvi com toda a attenção o meu nobre collega que abundou em considerações para se oppôr ao additivo e a tabella que apresentei; mas de tudo quanto disse só tirei uma conclusão....

O sr. Conrado:—E' que o nobre deputado quiz agarrar a primeira occasião que se lhe offereceu para fazer accusações ao director.

O sr. Ferraz:—O nobre deputado prevenio-me o pensamento. Exactamente; o nobre deputado aproveitou a occasião que eu ingenuamente lhe offereci, para accusar o director....

O sr. Sympson:—Não apoiado; não preciso prevalecer-me da immuniidade da tribuna para accusar a ninguem; o que disse aqui posso dizê-lo em qualquer parte. E' uma verdade.

O sr. Ferraz:—Eu não digo que v. exc. se prevaleceu da tribuna para isso, mas que aproveitou a occasião que o meu additivo lhe veio offerecer.

Sr. presidente, a minha tabella não trata de moralidade deste ou daquelle empregado; não se trata do director actual; porque se um cargo é hoje exercido por um máo empregado, pôde ser amanhã até por v. exc. em quem sobram as habilitações e moralidade.

Não me occupo de individualidades quando me proponho a elevar os vencimentos do emprego, que de um momento para outro pôde mudar de pessoal.

A minha tabella e emenda elevando a 3:600\$000 rs. os vencimentos do director da instrução publica, não é cousa que espante; este augmento tem por fim estimular o funcionario a desenvolver mais zelo e actividade no cumprimento de seus deveres....

O sr. Sympson: V. exc. está corroborando as minhas asserções; se elle precisa de estímulo, é porque não os cumpre bem.

O sr. Antony:—E quem sabe se produziria os fructos que v. exc. deseja?

O sr. Ferraz:—Nem todos os directores devem ser encarados com a mesma prevenção; v. exc. tem um exemplo no sr. dr. Gustavo, que durante o tempo que exerceo esse cargo prestou excellentes serviços a instrução publica.

Um sr. deputado:—Mas foi aposentado.

O sr. Sympson:—Com o voto de v. exc.

O mesmo sr. deputado:—Não apoiado; oppuz-me desta bancada.

O sr. Sympson:—Nesse tempo não havia tachygrapho.

O sr. Ferraz:—Mas vamos ao secretario.

Pela tabella actual o ordenado e gratificação do secretario é igual ao professor.

Ora se a commissão de fazenda entendeu conveniente elevar o ordenado dos professores que estava em igualdade com o secretario, parece de justiça que o do secretario seja elevado na mesma proporção, conservando-se a igualdade.

Mas diz o meu nobre collega que me precedeu que o secretario nada tem que fazer.

Ora sr. presidente, haverá repartição alguma que não tenha que fazer? Então para que existem ellas?

O sr. Sympson:—Tem muito pouco.

O sr. Ferraz:—Este muito pouco—é um exagero.

O sr. Sympson:—O professor tem mais que fazer de que o director mesmo.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, sinto referir-me nesta occasião a classe de professores quando nesta casa se acham professores a quem devo fazer a devida justiça, que honram a classe por sua illustração e zelo no desempenho de seus importantes deveres; mas é preciso confessar, que ha professores que fazem do magisterio uma verdadeira *sinecura*.

O sr. Conrado:—A culpa não é do professor mas daquelles a quem incumbe a inspecção de seus actos.

O sr. Sympson:—Dá um aparte.

O sr. Ferraz:—Se diz por uma ironia, eu declaro ao nobre deputado que felizmente conheço quem está acima de mim em habilitações.

Mas deixando este incidente passo a occupar-me do porteiro. E' a terceira pessoa da secretaria; não vale nada, é um infeliz homem que fecha a porta. O que tem elle de ordenado? E' uma miseria.

O sr. Sympson:—Novecentos mil réis é uma miseria!

O sr. Ferraz:—Se v. exc. descesse da altura em que está collocado, para occupar a posição de porteiro de uma repartição, e tivesse de sustentar uma numerosa familia com esses mesquinhos vencimentos, não havia de considerá-los uma fortuna.

O sr. Sympson:—V. exc. está me fornecendo argumentos.

O sr. Ferraz:—Desejo que venha a tribuna para se aproveitar dos meus argumentos em apoio de sua opinião.

O sr. presidente:—Pondero ao nobre deputado que não deve dirigir-se senão a casa.

O sr. Ferraz:—Agradeço a v. exc. a advertencia; eu me distraio com os apartes e deixo-me levar por elles, e este torneio constante me fatiga; por isso vou concluir dizendo que é um acto de justiça esse augmento de vencimentos que apresentei a consideração da casa.

O sr. Conrado:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Conrado:—Para apresentar uma emenda ao projecto n.º 20 (le e vae a mesa a seguinte):

Emenda ao projecto n.º 20. Art. 1.º

Fica a presidência da provincia autorizada a reformar a instrucção publica, procurando melhorar a marcha da ensino publico, mandando admitir os melhores methodos e modos do ensino, uniformisando-o, organisando novo regulamento e regimento interno para as escolas, horarios, classificações etc. etc. Passando o art. 1.º do projecto para o 2.º e 2.º para o 3.º e assim os outros.

Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas 6 de Maio de 1879.—O deputado, *Conrado*.

O sr. Amorim:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Amorim:—Sr. presidente, eu tinha vindo a bancada sómente com a intenção de dar algumas explicações aos nobres oradores que se tem empenhado na discussão do projecto, ou para pôr a disposição dos meus nobres collegas a minha humilde palavra (não apoiados)....

O sr. Ferraz:—Muito competente.

O sr. Amorim:—(Continuando) em uma materia em que me acho mas em contacto por fazer parte do lyceu na qualidade de lente (apoiados).

Mas o rigor com que se houve, o sr. Sympson, e a exaggeração, permitta-me a expressão, que empregou o sr. Ferraz, me levaram a tomar parte nesta discussão.

Previno a casa de que o secretario também é bibliothecario....

O sr. Ferraz:—Eu ignorava essa circumstancia.

O sr. Amorim:—Ha dez annos, que a excepção do director, não se tem augmentado os vencimentos dos empregados do lyceu.

Agora que se trata de augmentos dos professores, equiparou-se o ordenado do secretario do lyceu ao professor da capital, no que se procedeu com justiça.

O porteiro é também o bedel; não tem só obrigação de abrir e fechar a porta; mas de assistir no lyceu até a hora de fechar, e a fazer o serviço que pertence ao bedel, por isso também é justo que tenha um augmento de vencimentos por esse accrescimento de serviço.

Quanto ao director, acho que está bem pago com o que tem; elle não é mais do que um lente, e tem o dobro do que percebem os lentes; portanto não ha razão para se augmentar ainda os seus vencimentos.

Neste sentido vou mandar o meu substitutivo:

Substitutivo ao additivo do sr. deputado Ferraz.

Secretario e bibliothecario, ord.	1:640\$000
grat.	400\$000
	2:040\$000
Porteiro e bedel..... ord.	800\$000
grat.	200\$000
	1:000\$000

Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 6 de Maio de 1879.—O deputado, *Amorim*.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—E' para pedir ao meu nobre collega autor do substitutivo uma explicação a respeito de um ponto em que não me parece razoavel.

O secretario pela tabella actual tem ordenado igual ao dos lentes do lyceu: augmentando-se os vencimentos destes funcionarios, porque razão não se conservou a proporção no ordenado do secretario, continuando a mesma igualdade?

Se os serviços do secretario fariam jus a que elle tivesse vencimentos iguaes aos lentes, hoje que se augmentam estes vencimentos sem accrescimento de trabalho, parece de justiça que se augmente também os do secretario.

Espero uma explicação de s. exc. neste sentido.

O sr. Amorim:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Amorim:—Sr. presidente, o nobre collega não quiz ouvir a minha explicação. Eu disse que o secretario do lyceu tinha ordenado igual ao professor primario desta capital. S. exc. pergunta porque razão não se igualou os vencimentos deste funcionario aos dos lentes do lyceu, mas eu direi a casa que o lente é obrigado a todas as materias do lyceu, d'aqui resulta uma grande responsabilidade. Comprehende-se facilmente que é necessario possuir maior somma de conhecimentos, e que funcionarios nestas condições devem ter maiores vencimentos (apoiados).

Foi por isto que a nobre commissão de fazenda estabeleceu esta differença, aliás muito razoavel, que eu tive de appludir e voto por ella.

O sr. Sympson:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Symphon: Eu desejo que v. exc. tenha a bondade de me mandar o artigo additivo apresentado pelo sr. Conrado.

(O orador é satisfeito)

Sr. presidente, acabo de ler a emenda que se servio mandar a mesa o sr. deputado Conrado. Desta emenda eu infiro ainda que s. exc. está de accordo comigo a respeito do lyceo desta capital.

O sr. Conrado:—Não é só do lyceo é toda a instrucção publica da provincia que me parece que não vai muito bem.

O sr. Symphon:—A emenda diz (lê)—Logo é porque não é boa a que temos.

Um sr. deputado:—E' pessima.

O sr. Symphon:—(Lê) Logo é porque a instrucção publica não tem organização regular, é mais um cahos do que um corpo docente, isto é, um corpo que tem por fim instruir a mocidade.

O sr. Ferraz:—E o que vai pelo interior.

O sr. Symphon:—(lendo) Reorganizar novo regulamento e regimento interno. Logo é porque o regimento interno ora existente não presta.

O sr. Conrado:—Dizem-me que não ha.

O sr. Symphon:—Sr. presidente, não ha muito tempo que a instrucção publica foi reformada. Em 1873 esta assembléa deu ampla faculdade a administração para reformal-a.

Um sr. deputado:—Em 1872.

O sr. Symphon:—Acceito a correção; foi em 1872. Entretanto que agora se vem pedir que de novo se dê autorização para reformar esse ramo do serviço publico, como muito bem se quizer, a vontade....

Um sr. deputado:—Como todas as autorizações

O sr. Symphon:—... porque o presidente da provincia entende que a instrucção assim como está vai marchando para um cahos.

Eu tenho lido o regulamento; mas não vejo ali motivo para ser reformada.

O sr. padre Daniel:—Apoiado. O que precisa é de bons professores.

O sr. Symphon:—O que é preciso é que se execute com energia as disposições desse regulamento; que o director imprima a necessaria moralidade no ensino, que faça respeitar os professores pelos meninos; que haja mais educação do que ha. Eu julgo que este artigo additivo ou emenda é contra prodente, que não deve passar, e voto contra elle.

O sr. Conrado:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Conrado:—Sr. presidente, pedi a palavra somente para responder a um aparte do sr. padre Daniel e a uma das asserções do sr. Symphon. Disse o sr. padre Daniel que basta que tenhamos bons professores,—não é tanto assim. Desde que não houver methodo no ensino....

O sr. padre Daniel:—A melhor pedagogia é a aptidão do proprio professor.

O sr. Conrado:—Não é tal; tanto que em todas as partes onde a instrucção publica merece mais attenção, e tem apresentado melhor desenvolvimento se estabelecem escolas de pedagogia, onde os professores vão aprender a ensinar; e estas escolas tem produzido excellentes resultados (apoiados).

Disse o sr. Symphon que a minha emenda importa uma autorização para o presidente reformar a instrucção como quizer, a vontade, só porque elle entende que assim não vai bem.

Eu descubro nas palavras do nobre deputado uma certa prevenção, como se a minha emenda tivesse um cunho de parcialidade, conferindo esta autorização ao actual administrador.

Sr. presidente, eu quando apresentei a minha emenda foi persuadido que a instrucção publica, que

tanta influencia exerce na vida intima do cidadão, como na ordem social, que contribue poderosamente para a perfectibilidade dos povos e regeneração dos costumes, não deve ser encarada jamais pelo prisma dos mesquinhos interesses partidarios, (apoiados).

Entendi que tratando-se de um ramo tão importante do serviço publico, nós deviamos deixar de parte as distincções politicas, e cuidar somente no cumprimento de nossos deveres como representantes da provincia, (apoiados).

Sr. presidente, a instrucção publica na provincia está atrasadissima; ainda ha pouco eu vi um professor que veio prestar exame no lyceu que não sabia assignar o seu proprio nome. (Hilaridade). Não é exageração; é um facto que foi presenciado por muitas pessoas.

Eu o que queria era que a assembléa autorisasse o presidente da provincia a fazer uma reforma ampla....

Um sr. deputado:—Não com o meu voto.

O sr. Conrado:—...porque estou certo que s. exc. nomearia uma comissão de cidadãos habilitados para organizar o plano da reforma, o novo regulamento etc.

O sr. Symphon:—Porque a directoria não organizou?

O sr. Conrado:—O meu fim era este; mas como vejo uma certa prevenção no animo dos meus nobres collegas, eu ficarei satisfeito pela consignação da minha emenda na acta e nada mais.

Encerrada a discussão é approvedo o artigo 1.º e seus §§, salvando as emendas, é regeitada a emenda do sr. Conrado e approvedo o substitutivo do sr. Amorim ao additivo do sr. Ferraz, que fica prejudicado. São approvedos successivamente e sem debate os arts. 2.º, 3.º e 4.º.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, como vai seguir-se o art. 5.º, que manda revogar as disposições em contrario, apressei-me em pedir a palavra para apresentar este art. additivo que quero collocar entre o 4.º e 5.º artigos.—Lê e vai a mesa o seguinte:

Art. additivo ao projecto n. 20, para onde convier. —Art. O cargo de director da instrucção publica é incompativel com outro qualquer emprego geral ou provincial. Paço da assembléa do Amazonas, 6 de Maio de 1879.—O deputado, *Estevão J. Ferraz*.

O sr. presidente:—Está em discussão.

O sr. Amorim:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Amorim:—Sr. presidente, de dous modos se pode matar uma idéa; ou accumulando-a de muito favor; ou esgotando-a completamente. O meu nobre collega autor do additivo em discussão é activissimo....

O sr. Ferraz:—V. exc. vio isto?

O sr. Amorim:—Se passar o art. additivo, o director ficará adstricto aos vencimentos do lyceu, por que não pode accumular outro qualquer emprego, e neste caso dir-se-hia que é necessario augmentar esses vencimentos, porque o director tem muito que fazer; que vai occupar-se exclusivamente das obrigações desse cargo, etc.

Mas, sr. presidente, eu devo pronunciar-me com franqueza, receio que se esse additivo fizer parte dessa lei, ella seja devolvida sem sancção.

O sr. Ferraz:—E porque?

O sr. Amorim:—Porque o director actual é muito amigo do presidente.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Unicamente para duas palavras. Sr. presidente, louvando-me no que disse o sr. Amorim, quero tornar saliente que eu não venho nesta casa inspirado pela presidencia, porque se assim fosse, eu

devia ter consciencia de que a lei que envolvesse a idéa do meu additivo seria devolvida, e neste caso me absteria de apresentá-lo.

Encerra-se a discussão, e procedendo-se a votação é rejeitado.

E' approvedo sem debate o art. 5.º—Passa o projecto á 3.ª discussão.

Volta o sr. Amorim a cadeira da presidencia.

Entra em 2.ª discussão o projecto n. 21.—(Força policial.)

Art. 1.º A força da guarda policial, para o anno financeiro de 1879 á 1880, é fixada, conforme o plauo annexo a lei n. 383 de 10 de outubro de 1878, e os vencimentos serão os da tabella appensa a referida lei.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—E' para apresentar um additivo que será collocado onde convier, e deixo de fazer considerações sobre elle, aguardando-me para justificar o se soffrer impugnação.

Lê e manda a mesa o seguinte:—O presidente da provincia fica autorisado a substituir por officiaes honorarios do exercito, reformados ou da guarda nacional, os officiaes que por molestia ou outro qualquer motivo estiverem ausentes do corpo. Sala das sessões da assemblèa legislativa provincial do Amazonas, em 6 de Maio de 1879.—O deputado, Ferraz.

O sr. presidente:—Está em discussão.

O sr. Symphon:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Symphon:—Rogo a v. exc. que tenha a bondade de mandar-me o additivo em discussão.

(O orador é satisfeito.)

Sr. presidente, como tenho de votar contra o additivo do meu illustre collega, eu vou expender algumas razões que me levam a isto. Eu entendo que esta assemblèa não deve dar essa authorisação a presidencia porque ella não é necessaria.

O sr. Ferraz:—Não é necessaria ?

O sr. Symphon:—Não é necessaria e nem se deve fazer substituição dos officiaes da guarda policial, com officiaes reformados, e honorarios do exercito, ou da guarda nacional, porque isto implica com sua organização.

O sr. Ferraz:—Não apoiado.

O sr. Symphon:—Entendo que a organização da guarda policial é muito differente dos corpos militares. A guarda policial é uma força toda local, ao passo que se lhe tem dado uma organização bellica. Isto é contrario ao que se deprehende de acto adicional que dá faculdade para criação desta milicia toda especial.

Entretanto, sr. presidente, existe nesta casa a lei de força confeccionada pela commissão de força provincial do anno passado, dando a guarda policial uma organização militar; o presidente da provincia creio que organizou um regulamento, que me parece, ainda não foi submittido a approvação desta assemblèa. Agora o meu nobre collega quer que se dê esta authorisação para servirem em lugar dos officiaes da guarda policial, officiaes do exercito ou da guarda nacional.

Para que ? Quaes são essas exigencias do serviço publico que reclamam essas substituições, que trazem uma duplicata de pagamento de vencimentos ?

Pois não basta gastar já a provincia perto de 80 contos com este ramo do serviço publico, que não satisfaz os seus fins e quando o corpo ainda não está completo.

O sr. Antony:—Já está completa.

O sr. Symphon:—O serviço da guarda municipal, não está no caso de exigir essas substituições, por que só deve ser empregada na policia da cidade, e para isto não carece de officialidade.

O sr. Ferraz:—Não apoiado; como se comprehendendo soldados sem officiaes.

O sr. Symphon:—Bastam os sargentos para

distribuir o serviço. Se é para se empregar a guarda policial em destacamentos nas fronteiras, contra a lei expressa, que o veda, neste caso tem razão; mas se ella não deve ser deslocada, por isso que se chama guarda municipal, então não vejo fundamento para se onerar os cofres publicos com essas substituições e por isso voto contra.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, o tempo tem-se adiantado, mas apesar disto vejo-me forçado a defender o meu additivo.

O sr. Symphon:—Já vê que não é razoavel.

O sr. Ferraz:—Quando digo que vejo-me forçado, é pela circumstancia da hora que está adiantada, e não porque a idéa que apresento não seja de conveniencia para o serviço publico.

Disse o nobre deputado que não havia necessidade dessas substituições de officiaes da guarda policial que por qualquer motivo se acharem fóra do corpo, por officiaes honorarios, reformados, ou da guarda nacional, e procurou apoiar sua opinião com as razões que expendeu no seu bem elaborado discurso.

Eu vou em poucas palavras, porque o tempo urge, mostrar que a opinião do nobre deputado pode chegar a um absurdo.

Dê-se o caso que alguns officiaes da guarda policial, por motivo de molestia, como já existe nesta casa uma petição de um, o sr. Pará, peço licença e que as necessidades do serviço publico exijam que outros sejam distraídos em commissões no interior da provincia.

O sr. Symphon:—E' por isso mesmo que eu acho que não deve dar-se organização militar a guarda policial.

O sr. Ferraz:—Neste caso a guarda terá de ser abandonada.

O sr. Symphon:—Ficam os sargentos.

O sr. Ferraz:—Diz o nobre deputado que ficam os sargentos !

Srs. nunca pode ser dispensada a presença do official nos corpos de força publica qualquer que seja a sua organização; porque o official é que imprime a força moral e mantém a disciplina.

Quem tem uma idéa do que é o soldado reconhece esta verdade.

Ainda uma vez insisto para que se deva dar esta authorisação.

A guarda policial, não é como entende o nobre deputado uma força local; s. exc. confunde corporação municipal com guarda policial.

A força local, que não pode mover-se das capitães chama-se guarda urbana—força municipal etc.

Mas a guarda policial é creada não só para manter a ordem na capital como em toda a provincia.

Nós não vivemos só para a cidade; não é só na capital que o cidadão tem direito a ser garantido em sua vida e propriedade; o interior também tem direito a esse favor, e exige mais cuidados porque longe das autoridades a pratica dos crimes é mais facil.

Um sr. deputado:—Haja vista Borba, Itacoatiara etc.

O sr. Ferraz:—Quantos crimes não ficam impunes por esses sertões, porque a autoridade não tem força publica a sua disposição para prender os criminosos ?

Como pois, pretender-se que os officiaes ou soldados da guarda policial não possam ser empregados em destacamentos fóra da capital ?

O sr. Mavignier:—Menos nas fronteiras.

O sr. Ferraz:—Havia exigencia do serviço publico...foi muito bem mandado; e só o governo geral pode tomar contas.

O sr. Mavignier:—Não apoiado, a assemblèa

é muito competente para apreciar os actos das administrações.

O sr. Ferraz:—Não contesto, mas somente apreciar. Ao governo geral é que compete approvar ou deixar de approvar, á vista da exigencia do serviço publico que reclamou essa medida.

O que eu quero é que haja um meio de satisfazer aos interesses do serviço publico; porque si hoje a situação é liberal, amanhã pode ser conservadora.

V. exc. sabe que gregos e troianos tem lançado mão da força policial para eleições. Quantas vezes não se vê corpos bem organizados ficarem desfalcados de officiaes?

Ora se nesses sertões não os persegue a molestia como no Madeira, ou Santo Antonio; pode haver outras causas que os obriga a conservar-se fora do corpo um ou mais officiaes; e ficar a guarda desfalcada. E sem officiaes não se pode distribuir o serviço. E' neste unico caso que o presidente pode usar da autorização.

Parce-me que não tenho agradado—mas peço desculpa por ter abusado da attenção da casa tão a miúdo (não apoiado.)

O sr. Tapajós:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Tapajós:—Sr. presidente, prometto não entreter muito tempo a casa; mas não posso deixar de dizer algumas palavras a vista da discussão. Eu não só voto contra o additivo como contra o projecto.

O sr. Ferraz:—Então v. exc. não quer guarda policial?

O sr. Tapajós:—Quero guarda, mas como ella deve ser; a guarda policial deve ser composta de cidadãos moralizados e honestos, que inspirem confiança; que sejam uma verdadeira garantia da segurança da vida e propriedade dos outros cidadãos.

Mas, sr. presidente, eu vejo que ao contrario, o pessoal de que se compõe a nossa guarda policial, é um elemento de desordem, de perturbação da tranquillidade publica.

Eu estou cansado de ver desordens feitas pela propria policia, encarregada de manter a ordem publica.

O sr. Ferraz:—Não contesto que o pessoal não seja dos melhores.

O sr. Tapajós:—Nã secretaria da policia deve existir um officio que para ali dirigi ao sr. dr. chefe de policia, e do qual não tive resposta, nem soube do resultado. Nesse officio eu communicava a essa autoridade ter presenciado de minha janela em uma tarde, dous factos que passo a referir.

Sabio um homem de uma taberna que fica perto de minha casa; eis que chegam-se a elle uns guardas policiaes, que supponho estavam de serviço porque se achavam armados, sem um motivo qualquer, dão-lhe vós de prisão, e desembainhando os sabres la o foram levando debaixo de pranchadas. Não sei se o levaram para a cadeia ou não, mas o que posso assegurar é que elle apanhou até desaparecer de minha vista.

D'ahi a meia hora pouco mais ou menos um destes mesmos policiaes, já de volta, vê passar um pobre velho cearense, deita-lhe a mão a camisa e diz—está preso; o dono da casa onde se passava esta scena quiz intervir em favor do pobre velho, ponderando ao soldado que era um homem inoffensivo; mas foi ameaçado de apanhar tambem se se mettesse.

Isto deve constar na secretaria da policia.

Uma noite destas estava em minha casa, quando alta noite ouço gritar um velho na rua; chego a janela para ver o que se passava. Era um policia que maltratava o pobre velho, porque queria por força que lhe desse cachaca para beber e o pobre velho não tinha dinheiro para dar-lhe.

De noite não se vê uma patrulha, a não ser fasendo barulho; ou pelas pontes, uns sentados em cima outros embaixo.

Quando ha alguma bebedeira não se vê sinão fardas de policia envolvidas nella.

Se a guarda policial é precisa ser guardada então vamos crear outra instituição, para guardar esta. Por isto eu voto contra o projecto.

O sr. Baptista Rodrigues:—Apoiado.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, eu devo dizer alguma coisa em favor do projecto, como membro da comissão de força policial.

S. exc., o sr. Tapajós, disse que vota contra o additivo e contra o projecto; mas deve ver que a presente lei não é mais do que uma continuação da do anno passado; e s. exc., o anno passado votou por ella.

O sr. Mavignier:—Pensando que preenchesse os seus fins.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, eu creio em tudo quanto acabo de ouvir o nobre deputado referir na casa; mas, sr. presidente, não é para admirar que entre gente sem educação se dê factos de embriaguez—de uma patrulha se desviar de seus deveres. D'ahi, porém, não deve concluir-se a inutilidade da instituição.

Nos corpos de linha, nos corpos bem disciplinados se dão esses desvios, e até actos peiores de insubordinação. E por isso se deve concluir a necessidade de extinguir a força de linha?

Um sr. deputado:—Mas é porque ha mãos commandantes.

O sr. Ferraz:—Mas nós devemos agora ter em vista o official que dirige o corpo. E' um official muito distincto (apoiado.)

Nós não devemos exigir tanto de uma coisa que agora é que começa, que ainda não attingio toda a sua perfeição—tanto mais quando o regulamento d'ella se oppõe a uma disciplina mais energica por meio de castigos corporaes.

O sr. Tapajós:—E' exacto; mas é preciso a tal solitaria.

O sr. Ferraz:—Solitaria! E nos corpos de linha não ha solitaria? E por ventura não tem até fugido soldados da solitaria.

O major Felinto, militar muito distincto, tem mandado recolher soldados do 3.º a solitaria.

Não só devia haver solitaria, era preciso tambem tronco. Como querem que se chegue a perfeição senão com meios desta ordem?

O sr. Simpson:—Mas é contra a constituição que abolio o tronco.

O sr. Ferraz:—Eu estou fallando por hypothese; não dê outra interpretação ás minhas palavras. Não só seria necessario a solitaria como tambem o tronco porque o regulamento veda o emprego da pancada.

V. exc. e a casa relevem-me ter abusado por tanto tempo da sua attenção.

Encerrada a discussão e posto a votos o art. 1.º é approvado salvando o additivo do sr. Ferraz, e regeitando este.

E' approvado sem debate o art. 2.º—e passa a 3.ª discussão.

Entra em 2.ª discussão e é approvado sem debate o art. unico do projecto n. 24, que concede 6 mezes de licença a Manoel Martinho de Souza e Albuquerque.

Passa a 3.ª—Entra em 3.ª discussão o projecto n. 7.

O sr. Ferraz:—Requer addiamento do projecto por 3 dias.—E' approvado o requerimento.

Entra em 3.ª discussão o projecto n. 9, que autorisa a compra de uma casa na cidade de Telfé para escola publica.

O sr. padre Fernandes:—Lê e manda a mesa a seguinte emenda:

«Depois das palavras—cidade de Tefé acrecente-se—e a do professor da villa de Silves que se presta para escola de ambos os sexos.

Sala da assembléa legislativa provincial do Amazonas em 6 de Maio de 1879.—O deputado, *Padre Fernandes*.

O sr. presidente:—Está em discussão.

O sr. Conrado:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Conrado:—E' sómente para declarar que voto contra; não só contra o projecto como contra a emenda; porque entendo que—se a provincia tem dinheiro para comprar casas para escolas publicas; é melhor que as mande fazer apropriadas. Não vejo na provincia predios com as necessarias acommodações, conforme o systema moderno; e me parece que em Silves e Tefé não pôde existir pessoa habilitada para construí-las. Por esta razão voto contra o projecto e emenda.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Prometto ser breve, para não infastiar aos meus nobres collegas.

Sr. presidente, tenho acompanhado este projecto; votei por elle na 1.ª e 2.ª discussões; mas agora voto contra, porque entendo que isto de compra de casas para escola é uma historia.

O sr. Dias dos Santos:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Dias dos Santos:—E' somente para apresentar um additivo ao projecto n. 9. As expressões do nobre deputado o sr. Ferraz me produziram certo acanhamento; entretanto como s. exc. conhece as minhas boas intenções, sempre resolvi-me a apresentar o meu additivo. (Vae a mesa o seguinte)

«Fica tambem o mesmo presidente autorizado a comprar a Salomão G. Levy uma casa na mesma cidade de Tefé, para camara municipal e cadeia.

Sala das sessões da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 6 de Maio de 1879.—O deputado, *Dias dos Santos*.

O sr. presidente:—Está em discussão.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, agora digo eu como o meu nobre collega; bastante sentido vou fallar contra o seu additivo, porque s. exc. me merece muita sympathia, e eu procuro sempre retribuir as suas attentões para comigo.

Mas, sr. presidente, essa casa que indica para ser comprada com destino a casa de camara e cadeia da cidade de Tefé, já foi apresentada nesta casa e a assembléa não aceitou. Não trato da construcção da casa, do que ella é, ou o que deixa de ser.

Só tratarei da lembrança de se propôr a compra dessa casa para camara municipal...

Um sr. deputado:—E cadeia.

O sr. Ferraz:—E cadeia tambem? Logo é a mesma de que já esta casa uma vez se occupou; e eu lembro-me bem, porque tenho memoria de anjo, nessa epocha votei contra, e continuo a votar.

Mas fique v. exc. certo que isto é uma cousa que parece até ociosa.

Encerrada a discussão é aprovado salvando a emenda e additivo, sendo estes tambem approvados successivamente.

Entra em 3.ª discussão o projecto n. 19, que apresenta o amanuense da secretaria da assembléa Raymundo Henrique da Costa.

E' aprovado sem debate; vae a redacção.

Entrando em 3.ª discussão o projecto n. 23 que concede um anno de licença a D. Josephina de Freitas Tenreiro Aranha, retirão-se os srs. Ferraz e padre Daniel.

Verificando-se não haver n. legal o sr. presidente levanta a sessão designando para a ordem do dia a mesma da de hoje que deixou de ser discutida.

Levanta-se a sessão.

Sessão de 7 de Maio de 1879.

Presidencia do sr. Amorim

As 11 horas da manhã feita a chamada achão-se presentes os srs. Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Ferraz, Sympson, Tapajós, Barão de S. Leonardo, Conrado, Torres, Dias dos Santos, B. Rodrigues e Antony.

Abre-se a sessão.

Lê-se a acta da sessão de 5 que ainda não tinha sido approvada.

O sr. Conrado:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Conrado:—Peço para se lhe mandar a acta.

Sr. presidente, pedi a palavra para fazer uma reclamação.

Parece que o secretario a quem compete tomar as notas para confecção da acta na forma do art. 42 § 1.º do regimento, não prestou a devida attentção.

Diz a acta que eu me retirei da casa quando entrou em discussão a materia do officio do secretario do governo relativamente a lei dos pulpitos, o que não é exacto; eu não tenho outras palavras para me expressar. Não é exacto isto. Eu retirei-me ao findar a discussão e votação do projecto n. 19.

Havia ainda outros consignados na ordem do dia e que devião seguir—os antes de entrar em discussão a materia do officio. Como é, pois, que se diz na acta que eu retirei-me da casa ao entrar em discussão aquelle officio?

O sr. Ferraz:—Apoiado. Eu me retirei ao annunciar-se a discussão do projecto n.º 23.

O sr. Conrado:—Eu não posso deixar passar sem reparo semelhante asserção, portanto peço que seja ella ractificada na acta.

O sr. presidente:—Antes de mandar fazer a ractificação, eu devo dizer ao nobre deputado que me parece que a exposição da acta está fiel; não tenho inteira lembrança, mas supponho que os nobres deputados se retiraram já no fim da sessão, quando apenas faltava a discussão desse officio.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, estou bem certo que nós nos retiramos da casa quando se annunciou a discussão do projecto n.º 23. Pela ordem do dia vê-se que ainda depois desse projecto havião outros antes de entrar em discussão esse officio do secretario do governo.

Lembro-me perfeitamente desta circumstancia—passou o projecto n. 19 que se refere á aposentadoria de um empregado desta casa, e depois deste projecto annunciando-se o de n.º 23 eu retirei-me.

O sr. Conrado:—Muito bem.

O sr. presidente:—Eu não tenho idéa fixa; o que posso assegurar é que quando v. exc. retirou-se estava quasi exgotada a ordem do dia; entretanto tem a palavra o sr. 2.º secretario para explicar.

O sr. padre Fernandes:—(2.º secretario) declara que é exacto o que allegão os srs. Conrado e Ferraz, que de facto se retiraram do recinto antes de entrar em discussão o projecto n.º 23.

O sr. presidente:—Neste caso vai-se reformar a acta com esta alteração.

Lida a acta de 6 é approvada sem observações.

O sr. 1.º secretario declara que não ha expediente.

Entra-se na ordem do dia.

1.ª Parte

O sr. Ferraz—Peço a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. Ferraz—Sr. presidente, senti profundamente que por encommodos de saúde tivesse me retirado da casa na sessão do dia 5, e que em minha ausência, se discutisse a materia do officio que se lê na acta de hoje.

O sr. Symppon—V. exc. vai fallar sobre o vencido.

O sr. Ferraz—Não vou fallar sobre o vencido; vou fazer algumas observações que não me parece fora de proposito. A acta de hoje não menciona, como é costume mencionar, quaes os deputados que tomaram a palavra pró e contra nesta discussão, mas constando-me que ella fôra bastante calorosa, constando-me que tomou parte activa nella um nobre collega, um dos caracteres mais distinctos desta casa, um collega que eu na qualidade de membro da minoria o considerava a meu lado para um fim justo, porque eu tinha em vista os principios estabelecidos pelos grandes homens do paiz que entendem que as assembleas provinciales não são corporações politicas...

O sr. presidente—Previno a v. exc. que se quer somente fazer recriminações, eu não posso conceder-lhe a palavra.

O sr. Ferraz—Não senhor.

Não tenho a intenção de fazer recriminações e accusações a ninguém. Mas como ia dizendo, sr. presidente, contava com esse distincto membro a meu lado para um fim justo.

O sr. Symppon—Mas, a minoria da casa é liberal, e como é que s. exc. diz que pertence a ella?

O sr. Ferraz—Contava com esse distincto membro desta casa a meu lado para reforçar o fraco apoio que eu prestava á administração, porque não é de hoje que s. exc. me manifestava a communhão de idéas neste sentido, e deo não pequenas provas de que advogava com sinceridade á causa da administração actual.

O sr. Dias dos Santos—Peço ao nobre deputado que repita a frase.

O sr. Ferraz—V. exc. quer que falle mais claro, pois bem; digo que v. exc. deo-me muitas provas de que apoiava francamente a administração actual.

O sr. Dias dos Santos—Então tudo isto é comigo? eu logo vi.

O sr. Ferraz—V. exc. que votou por uma felicitação apresentada pelo sr. Barão de S. Leonardo na sessão passada, eu contava que na presente sessão, que tão pouco tempo faz da epocha em que teve lugar essa felicitação—eu contava; digo, que s. exc. não recusasse o concurso de sua voz autorizada em favor dessa administração, que ha pouco lhe merecera uma felicitação.

O sr. Symppon—Eu sinto que v. exc. fosse obrigado a retirar-se por causa de seus encommodos, pois muito desejava ouvir-o nessa discussão.

O sr. Ferraz—V. exc. devia ter presenciado o meu desejo de discutir, mas o meu máo estado de saúde não permitia. Tive de me ausentar.

O sr. Symppon—Ausencia intencional!

O sr. Ferraz—Eu, pois, aproveito o ensejo para pedir ao meu nobre collega a quem me refiro, que me diga com a franqueza que lhe é propria se já não nos acompanha no apoio que prestamos a administração, visto que, nada me tem querido dizer a este respeito em particular; desejava que s. exc. me declarasse se a administração já não lhe agrada; quaes os motivos que o levaram a distanciar-se della; que ao menos venha dizer em publico e nesta casa as razões que o levaram ao campo contrario.

O sr. Antony—Elle diz que teve razões para se apartar da minoria.

O sr. presidente—O nobre deputado abriu um precedente que talvez lhe traga desgostos.

Um sr. deputado—Não discutio porque fugio.

O sr. Dias dos Santos—Peço a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. Dias dos Santos—Sr. presidente, eu uzarei da palavra neste momento, porque se me offerece oportunidade para fazer manifestações que desejaria evitar por motivos muito especiaes.

O sr. Ferraz—Eu não interpellei a v. exc.; fiz um simples pedido.

O sr. Dias dos Santos—Esse pedido mesmo me offerece essa oportunidade. Causou reparo ao nobre collega que eu não me tivesse aberto com elle em particular sobre o meu modo de pensar presentemente a respeito da actual administração que ambos sustentamos nesta casa na sessão passada.

Eu confesso, sr. presidente, que me sentia contrariado por não dar expansão a esse meu genio de franqueza, que o nobre deputado fez a justiça de reconhecer em mim.

Começou pois, s. exc. por dizer que constou-lhe que ergui a minha fraca voz, neste recinto contra a administração, empenhando-me nessa discussão a que allude.

S. exc. foi mal informado; eu não tomei a palavra nessa questão, mas é certo que em apartes disse alguma coisa em apoio dos distinctos oradores que combatião a doutrina com que a presidencia fundamentou o seu procedimento. Não estava ainda resolvido para isto: mas direi que deveres imperiosos, deveres inherentes a minha dignidade de representante da provincia, me impunhão essa conducta.

Sr. presidente, o nobre deputado procurando dar-me ensejo para me manifestar, procurou ao mesmo tempo estranhar que minha attitudo nesta casa na presente sessão, não fosse a mesma da sessão passada.

O sr. Ferraz—Dá um aparte.

O sr. Dias dos Santos—...que me achasse collocado em posição diversa d'aquella em que me vio o anno passado.

Mas eu pergunto ao nobre deputado se a administração, no espaço de tempo que medeia entre uma e outra sessão se limitou aos factos do anno passado? Eu pergunto se factos ultteriores não podem ter-me dado razões para collocar-me em opposição?

Pois devo declarar ao nobre deputado que deu-me e demais; e se eu ainda não tinha tomado a deliberação de os expender nesta casa, é porque motivos muito particulares me obstavão; mas direito tinha-o de sobra.

O sr. Ferraz—Direitos de offensas?

O sr. Dias dos Santos—Não se trata de offensas; não vim aqui para desaggravar offensas pessoais, que não devem influir no procedimento dos representantes da provincia (apoiados).

Mas, como dizia, sr. presidente, estava me preparando para dizer alguma coisa a este respeito; um acaso me desviou deste caminho.

O nobre deputado me chama agora para este terreno, com essa especie de interpegação, que revistio com as formas de um pedido.

O nobre deputado que vê que a casa está constituida quasi em maioria absoluta; s. exc. que é um dos mais esforçados athletas das idéas conservadoras, deixa-se ficar nas fileiras da minoria que representa as idéas contrarias.

E porque?

Eu é que devo estranhar ao nobre deputado a posição em que se acha e que o separa de mim.

Estava acostumado a vel-o a meu lado defendendo os principios de eterna justiça.

O sr. Ferraz:—E qual é a justiça?

O sr. Dias dos Santos:—Pergunte a consciencia da casa, e ella o dirá.

V. exc. já viu minoria com força? A minoria é sempre fraca, para impor as suas idéas.

Ainda ha poucos dias nós estávamos em quasi unanimidade, em que termos esta hoje constituida essa minoria, de que s. exc. faz parte?

Em que consiste a divergencia que o levou aos arraiaes contrarios?

Eu continuo no meu posto; fazendo parte da maioria em que predomina o elemento que me trouxe a esta casa. (Apoiados.)

Portanto, sr. presidente, em conclusão direi ao nobre deputado, que, apreciando-se o seu procedimento e o meu, me parece que o d'elle é mais de estranhar.

O sr. Ferraz:—Ponha-me isto em pratos limpos.

O sr. Dias dos Santos:—De minha parte está a maioria a que sempre pertenci; mas v. exc. que defende principios contrarios, quando ainda ha pouco estava a meu lado; quando o vi sempre comigo em toda a parte; sustentando os mesmos principios, isto é, o anno passado, acha-se separado de mim.

O sr. Ferraz:—Eu não sei se estamos separados; pergunto-o?

O sr. Dias dos Santos:—Mas eu estou declarando agora. S. exc. acha-se separado de mim, e por conseguinte também da maioria.

Eu, portanto, é que estou no lugar que sempre occupei. Adhesões momentaneas não estabelecem compromissos permanentes com relação aos principios.

Com estas poucas palavras, sr. presidente, julgo ter correspondido ao desejo do nobre deputado, que parece ter tido em vista somente provocar uma manifestação de minha parte; manifestação que me parecia escusada, porque os factos e o meu procedimento se encarregariam de fazel-o. Tenho concluido.

O sr. Tapajós:—Pego a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Tapajós:—Como relator da commissão de redacção, e precedendo a permissão do estylo, lê e manda a mesa a redacção do projecto n. 19, que apresenta o amanuense da secretaria da assembléa Raymundo Henrique da Costa.

(Fica sobre a mesa para entrar na ordem dos trabalhos.)

Aproveitando-me ainda da palavra, tenho um requerimento a apresentar no sentido de pedir informações acerca de um facto grave que ultimamente se deu na cidade de Itacoatiara e que reclama providencias energicas de quem as compete dar, para evitar a sua reprodução.

Eis aqui o meu requerimento: (lê.)—Requeiro que se peça informações á presidencia da provincia, acerca do attentado praticado em Itacoatiara pelo subdelegado de policia, contra a pessoa do cidadão cearense Pedro Basilio Cavalcante, de que trata o jornal *A Provincia* em sua edição de 6 do corrente. Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, em 7 de Maio de 1879.—O deputado, Tapajós.

Antes, porém, de o mandar a mesa e submittel-o a discussão, permita-me v. exc. e a casa que diga algumas palavras sobre elle, e faça outras observações que se ligam ao meu procedimento como homem publico e politico de certo tempo a esta parte.

Como v. exc. e a casa sabem sou conservador, e conservador vermelho, ha muitos annos. Não hostilizo a ninguém só porque não communga as minhas idéas, porque eu sigo estes principios—que liberaes e conservadores são todos brasileiros, isto é—estão todos dentro dos limites da constituição; (apoiados) estão todos sob a protecção das leis que garantem ao cidadão o direito de pensar e proceder segundo sua consciencia (apoiados) sem offensa dos direitos alheios. (Apoiados.)

Não entendo que se deva perseguir um liberal porque segue as idéas desse partido.

O sr. Conrado:—O direito é reciproco.

O sr. Tapajós:—A prova de que adopto com sinceridade estes principios e de que os pratico, é que sempre tratei com distincção liberaes que me pareciam merecer minhas attentões por suas boas qualidades, e tive não poucas occasiões de prestar-lhes alguns serviços, na altura de minha importancia social, e influencia no meu partido, obtendo para elles alguns favores, repartindo com elles postos da guarda nacional, etc.

Mas, srs., essa idéa que eu tinha até certo tempo de que se deve respeitar indistinctamente os direitos de todos os adversarios, parece que tem soffrido alguma alteração em meu espirito, e que se vai de alguma sorte desvanecendo, para dar lugar a sentimentos contrarios.

O sr. Conrado:—Isso é máo.

O sr. Tapajós:—Quando subio o partido liberal eu, com quanto fosse conservador, e desejasse deveras o predomínio de suas idéas—entendi, todavia, que elle já estava cansado por um dominio de quasi 10 annos; que era tempo de ceder o lugar ao partido contrario que devia ter-se retemperado no ostracismo, e adquirido forças para gerir os negocios do estado.

Até certo ponto estimei essa mudança, mesmo porque começava a lavar certa divergencia no seio do partido a que pertencia, e a apparecer alguns conservadores na alta gerencia dos negocios publicos, cujo procedimento não me agradava.

Pensava eu, sr. presidente, que esses homens que por tantos annos fora do poder, levaram a maltratar os conservadores, a accusal-os de malversações e immoralidades, procurariam evitar esses vícios e defectos que imputavam aos adversarios e seguiriam uma conducta opposta, inspirando-se nos sentimentos de justiça e moralidade.

E dei provas de que tinha estimado esta mudança, pelas quaes tive de ficar em desintelligencia com os meus correligionarios, que, com razão ou sem ella, entendiam o contrario.

Apresentou-se o sr. 2.º vice-presidente Guilherme José Moreira, para prestar juramento, sem estar munido da carta imperial...

O sr. Conrado:—Mas tinha sido publicada a nomeação no jornal official.

O sr. Tapajós:—Como quer que seja, fazia-se opposição para se lhe dar posse, creio que dentro dos limites da lei...

O sr. Symphon:—Ominosa administração dos 6 dias.

O sr. Tapajós:—Eu, porem, divergindo dos meus correligionarios neste ponto, entendi que uma vez que o homem estava nomeado, que mais tarde ou mais cedo as couzas havião de tomar outra face, porque a situação era delles, devíamos mostrar-nos generosos e cavalheiros, não oppondo ephemeros obstaculos que não tardariam a desaparecer pela força das circunstancias; e na qualidade de vereador da camara apresentei-me, fiz prestar o juramento e dei-lhe posse, bem convencido que os novos dominadores iam regenerar o paiz.

O sr. Antony:—E agora vem faser o seu acto de contricção.

O sr. Tapajós:—Não é acto de contricção, por que não me arrependo do que fiz.

Venho apenas declarar que estou descrente da apregoada regeneração que os dominadores do dia prometiam ao paiz, por que em lugar da moralidade, da justiça e da seriedade que esperava delles, vejo todos os dias o arbitrio, a violencia e o desrespeito ás leis e ás instituições transformadas em meios de governo.

O sr. Antony:—Não apresenta um só facto.

O sr. Baptista Rodrigues:—Os jornaes ahi estão denunciando todos os dias.

(Trocaram-se muitos apartes.)

O sr. Tapajós:—Concorri para que o 2.º vice-presidente tomasse posse da administração, e depois para que se desse posse á nova camara, que ainda ha-je está na gerencia da municipalidade.

Isto prova que estava de boa fé; que sacrificava os meus sentimentos partidarios ao bem do paiz, que devia resultar dessa mudança politica; que resignava-me a contingencia das evoluções politicas; porque entendo que as situações não devem ser eternas, e que uma situação que se perpetua no poder gasta-se, enfraquece e torna-se nociva a gerencia dos negocios publicos.

Mas bem depressa, sr. presidente, reconheci, que não tinha razão, e que as minhas esperanças eram completamente illudidas. (Apoiados e não apoiados.)

Sr. presidente, ha dias passados levantei a minha fraca voz nesta casa para accusar o chefe de policia pelo escandalo e violencia que praticou contra um meu filho, contra um capitão da guarda nacional, que foi a sua secretaria apresentar-lhe um homem que reclamava providencias para descobrimento de um crime.

O sr. Dias dos Santos:—O dr. chefe de policia era incapaz disso; é um homem muito honesto e moderado.

O sr. Tapajós:—Se não era capaz—fel-o. Disse-se que não o conhecia.

O sr. Conrado:—Garanto ao nobre deputado que elle não conhecia o filho de v. exc.

O sr. Tapajós:—Conhecesse ou não; não tinha o direito de empregar os soldados, seus ordenanças, para reter um homem que não estava por titulo algum sujeito á sua jurisdicção. Mas aqui não é que está o escandalo; mas em vir ainda em cima enxovalhar-me pelo jornal official, por que tive a ousadia de denunciar o facto nesta casa como deputado provincial.

O sr. Conrado:—Mas isso foi o jornal e não o chefe de policia.

O sr. Tapajós:—Eu nada tenho com a redacção do jornal neste negocio; tenho que me haver com o sr. dr. chefe de policia.....

O sr. Dias dos Santos:—Isto é injustiça, por que elle não deve ser responsavel pelo que dizem os jornaes.

O sr. Tapajós:—O responsavel deste jornal deve ser um testa de ferro, talvez seja até algum preso da cadeia, e por tanto eu não estou nas circunstancias de me occupar desse testa de ferro; quem quer que seja o escriptor desse artigo, se queria resalvar a pessoa do dr. chefe de policia da responsabilidade moral do que ahi se contem, assignasse, para que eu me podesse dirigir a elle.

Vou ler a casa alguns topicos desse artigo, em que se pretende ferir a minha dignidade, por meio de insinuações e indirectas: (Lê).

«O publico deverá ter lido no *Jornal do Amazonas* de 4 do corrente o que se passou na sessão d'assembléa de 26 do mez ultimo, e como nós deverá ter ficado a par da maneira porque o sr. Tapajós esse *mimoso filho adoptivo da provincia*, deu expansão ao seu genio, já entrado em annos e por isso muito conhecido, accusando o dr. chefe de policia.»

Isto é só proprio do escriptor ou dos redactores do jornal—*Amazonas*.

Em primeiro lugar quiz esse escriptor pôr em duvida a minha qualidade de brasileiro, com esse qualificativo de filho adoptivo da provincia, que para dar-lhe um sentido maligno escreveu em italico—reproduzindo uma falsidade que já tenho vantajosamente combatido, e provado o contrario com documentos authenticos.

Não sou brasileiro, sr. presidente, porque não sou patoteiro como elles.

Tenho 67 annos de idade e de-de 1829, que presto serviços ao meu paiz, sempre como brasileiro.

Se fosse portuguez e me tivesse naturalizado eu teria muita honra nisso; porque o nascer aqui ou ali não é que dá direito, mas sim os serviços que se presta ao paiz que se tem escolhido para patria de cada um.

O sr. Dias dos Santos:—Mas v. exc. nega aos filhos de fora da provincia o direito de gozarem dos favores da mesma provincia.

O sr. Tapajós:—Não me levem para esse lado, sinão teria muito que dizer.

Sou filho do Brasil, porque se o não fosse estaria naturalizado e teria o mesmo direito que outro qualquer nascido no paiz.

O sr. Conrado:—Ninguem contesta isto; v. exc. dá má interpretação as expressões do jornal; dizer que é filho adoptivo da provincia não é contestar-lhe a sua qualidade de brasileiro.

O sr. Tapajós:—Tenha paciencia que eu vou lá.

Agóra, quanto a allusão que faz o jornal de ser *mimoso filho da provincia*—querendo com isto dizer que tenho recebido muitos favores della—devo dizer que outros, sem lhe ter prestado os serviços que eu lhe tenho prestado, têm sido mais aquinhoados.

A primeira viagem que fiz ao Amazonas foi em 1832—e nessa occasião não vim cá pedir auxilios, nem procurar empregos, vim commerciar. Nessa época Manaus não era ainda nem freguezia; eu tinha relações com os meus amigos do Pará, e ajudado por um sr. do Rio de Janeiro que então estava aqui, dirigimo-nos á assembléa do Pará, pedindo para elevar este lugar á villa. Ora já vê, v. exc., que eu tenho mais direito aos favores da provincia do que esse rabiscador que, quando eu já lhe prestava serviços, elle não era nascido talvez.

Em 1835, quando esta provincia estava em desordem eu vim com o commandante Bararua pacifica-la, e conduzi 13 embarcações por entre cabanos, entre ellas algumas do pai do nobre deputado que fica a minha esquerda (o sr. Antony).

O sr. Antony:—E' exacto; sei desse facto por tradição.

O sr. Tapajós:—Em 1853 quando desceu d'aqui o sr. presidente Aranha, passou em Obidos, e esteve em minha casa; e nessa occasião animou-me para vir estabelecer-me no Amazonas; aconselhou-me e pediu-me mesmo que viesse porque entendia elle que eu podia prestar alguns serviços á nova provincia, então muito falta de pessoal, e melhorar a minha fortuna.

Em consequencia disto abandonei os meus commodos ali, e apresentei-me nesta provincia, não como um aventureiro, mas com uma comitiva de operarios, de escravos para montar officinas que trouxe de baixo. Desde então tenho estado a servir, prestando constantemente meus serviços sempre que a causa publica os reclama.

Porque razão se diz que sou *mimoso filho da provincia*?

Filho mimoso da provincia é quem chega aqui tocando leques com bandurra, e que d'ahi ha pouco apresenta bonita fortuna por meio de especulações, ou que é logo coberto de rendosos empregos.

O sr. Tapajós está cansado de trabalhar, e de servir a provincia, e mal chegam os seus minguados haveres para pô-lo a si e a sua familia ao abrigo de privações, no ultimo quartel da vida.

Eis o filho mimoso da provincia, que no entender do escriptor do *Amazonas*, tem sido coberto de favores della.

Não quero empregos para mim, que já estou velho; também não os quero para os meus filhos; tenho um nesta casa contra a minha opinião, e conto que breve será demittido.

Como é que se diz que sou um mentiroso; que vim

aqui caluniar o sr. chefe de policia, e se procura fazer insinuações offensivas á minha dignidade?

Sr. presidente, de tudo isto eu concluo que estamos em uma situação pessima. (Não apoiados da opposição.)

O sr. Baptista Rodrigues—Apoiado; até corrupta.

O sr. Tapajós—Tanto assim é, que os liberaes mais distinctos estão afastados do partido.

Fui aggreddido pelo jornal official porque accusei a policia, entretanto aqui está um jornal liberal—*Provincia*—accuzando tambem a policia.

Vozes da opposição—Não apoiado; não é liberal!

O sr. Tapajós—E' liberal; toda a provincia o reconhece como tal; o paiz inteiro.

Vou mais adiante para provar a corrupção da situação.

O sr. Sympson—Haja vista para o presidente do conselho.

O sr. Tapajós—A assembléa teve a bondade, o patriotismo de dar uma subvenção a dous filhos meus para estudarem. Um já se acha no segundo anno do curso de engenharia na escola de mathematicas da Corte; e outro que se destina á medicina já têm todos os seus preparatorios feitos, e deve matricular-se em Março do anno vindouro.

Sr. presidente, eu não sou rico, mas tambem não sou pobre que mendigue esmolas; os meus recursos não me dão para manter nas faculdades longe de mim os meus filhos, porque é preciso dar-lhes uma mesada sufficiente para viverem com decencia, e alguns meios de que disponho estão enterrados em propriedades que pouco produzem. A assembléa, patriótica como é, já me tem auxiliado; já concorreu para a formação de um de meus filhos, e agora concedeu subvenção para mais dous, com o que estou muito satisfeito e animado.

Mas, sr. presidente, precisando fazer chegar a meus filhos o ultimo trimestre que acaba em Junho, eu requeri á s. exc. me mandasse fornecer os 300\$000; porque é preciso recolher aqui na thesouraria geral para que elles recebam lá por intermedio do thesouro. Tenho confiança nos meus filhos, mas quero que vá pelos canaes competentes.

S. exc. teve a bondade de despachar—como requer. Trago isto ao conhecimento da casa, sr. presidente, só para demonstrar que chegamos a uma época em que os despachos das autoridades superiores são chicanados e até nullificados pelos subalternos.

Além do despacho do sr. presidente, elle mandou mais uma portaria ordenando o pagamento.

Hoje fui ao thesouro e me disseram—não pôde ser agora attendido, porque ainda é preciso informações.

Ora se o sr. presidente tivesse precisão de informações a respeito do que eu lhe requeri, que foi o seguinte:—(lê) se elle pozesse em duvida a minha allegação, em vez de despachar simplesmente—como requer—teria primeiro mandado ouvir ao sr. inspector do thesouro, e elle então diria o que entendesse.

Mas desde que s. exc. disse—como requer—estava tudo terminado; o sr. inspector não podia mais oppor objecções, a menos que não se considere superior ao presidente da provincia, e tenha a pretensão de emendar ou corrigir os seus actos.

Enteirado que o sr. inspector assim procede para comigo só porque sou conservador. E' para me pagar os serviços que eu lhe prestei para fazel-o o que elle está sendo.

Entende talvez o sr. inspector que é um escandalo a provincia concorrer com uma subvenção para ajudar um pobre velho que lhe tem prestado serviços para educação de dous filhos, que nella tiveram o berço. Não ha escandalo nenhum nisto. E' um favor com effeito; mas é um favor patriótico.

Escandalo é de dizer-se—fica reentregue no lugar de contador o empregado demittido, somente para fazer juz aos vencimentos relativos ao tempo em que esteve fora do emprego.

O sr. Conrado—Mas se elle foi demittido illegalmente, a reparação era justa.

O sr. Sympson—Não apoiado; a demissão foi muito legal.

O sr. Tapajós—Sr. presidente, eu não quero estar a consumir mais tempo a casa a proposito do incidente que esse artigo do jornal suscitou; deixo-lhe a triste gloria de ter a coragem de insultar a um velho, que se tivesse ainda os seus 30 a 35 annos de idade não o faria recuar, e como servidor do estado vou de novo reclamar a s. exc. contra o procedimento do sr. inspector.

O sr. Conrado—Era o que v. exc. devia ter logo feito.

O sr. Tapajós—Se tenho obtido alguns favores da provincia, não lhe tenho sido inteiramente inutil; em quadras bem difficéis e dolorosas, de calamidade publica, eu tenho posto a disposição de sua população desvalida, e até mesmo d'aquelles que não o são, os meus serviços como homœopatha, como nas epidemias do colera—febre amarella—e bexigas—, pelo que tive felicitações desta assembléa e dos presidentes da provincia.

A' um homem nestas condições não se pôde ironicamente chamar—filho mimoso da provincia—para figurar-o como um parasita de sua seiva.

Tenho concluido, sr. presidente, e vou mandar o meu requerimento.

O sr. presidente—Está em discussão.

O sr. Antony—Peço a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. Antony—Sr. presidente, a commissão de instrucção publica tem um trabalho prompto e pede a v. exc. permissão para apresental-o.

O sr. presidente—Se o tem presente pode fazel-o agora mesmo.

O sr. Antony—E' um parecer sobre a petição de João Antonio Coelho, que solicita um pequeno auxilio para cursar as aulas do lyceu nesta capital; mas antes de fazer a sua leitura, eu farei algumas ligeiras considerações a respeito do projecto que a commissão julgou dever confeccionar em conclusão do seu parecer.

Existe na casa um projecto do nobre deputado o sr. padre Fernandes tomando uma medida generica sobre estas concessões de subsidios a estudantes.

Mas a commissão entendeu que a pretensão deste peticionario não devia estar comprehendida nessa disposição geral, por que, ali no projecto se trata de mandar estudar sciencias ou artes dentro ou fora do imperio, mas para seguir cursos regulares nas faculdades que existem fora da provincia; entretanto que o peticionario quer somente uma pequena quantia como auxilio para estudar no lyceu desta capital. E' um favor todo especial.

Devo informar a casa que este moço é merecedor de protecção por seu bom comportamento e dedicacão ao estudo; é pauperrimo, o unico arrimo que tem é sua pobre mãe que em nada pôde ajudal-o.

Talvez seja discipulo de v. exc. (para o sr. presidente) e portanto deve conhecer a sua aptidão para o estudo.

Por esta razão a commissão entendeu de submeter a consideração da casa o seguinte projecto.

A commissão de instrucção publica a quem foi presente a petição de João Antonio Coelho, natural desta cidade, em que pede lhe seja concedida uma subvenção annual de 240\$ para concluir nesta capital os preparatorios que lhe faltão a fim de matricular-se em uma das academias do imperio onde pretende

curar a medicina, attendendo que o peticionario é um estudante que sempre teve comportamento exemplar e deu provas de applicação e aptidão para os estudos superiores, attendendo mais que é verdade quanto allega relativamente ao estado de fortuna de sua familia, estado que é notorio a muitos dos nobres deputados, a commissão é de parecer que se adopte o seguinte:

A Assembléa Legislativa do Amazonas—Resolve:

Art. 1.º O presidente da provincia é autorisado a conceder ao estudante do Lyceo desta capital João Antonio Coelho, a subvenção annual de 240\$ rs. afim de concluir nesta cidade os seus estudos de preparatorios.

Art. 2.º Revogam-se disposições em contrario.

Paço da Assembléa legislativa provincial do Amazonas, 6 de Maio de 1879.—Os membros da commissão.—S. R. João Carlos Antony—Conrado C Nicoláo.

Tem a 1.ª leitura e toma o n.º 31.

O sr. Conrado:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Conrado—Sr. presidente eu me oppo-nho ao requerimento de informações apresentado pelo sr. Tapajós, porque me parece, estou completa-mente convencido que o presidente da provincia e o chefe de policia cumprirão o seu dever independente de qualquer exigencia desta assembléa; entendo que é inutil, e por isto voto contra elle.

O sr. Tapajós:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Tapajós:—Sr. presidente, attendendo as observações que o nobre deputado acaba de fazer, peço permissão a casa para retirar o meu requerimento, porque estou certo que um deputado não ha de aqui vir affirmar uma cousa que não seja verdadeira.

(Concedida a permissão retira o requerimento.)

2.ª Parte

Tem 3.ª leitura e vae a imprimir o projecto n.º 30.

Entra em 2.ª discussão o projecto n.º 22.

Art. 1.º A camara municipal da capital é autorisada a despendar no exercicio de 1879 á 1880 as quantias que lhe são votadas na lei.

CAPITULO I

DA DESPEZA

§ 1.º—Pessoal da camara:

Secretario Ord. 1:600\$000
Grat. 200\$000

1:800\$000

2 Amanuenses... Ord. 2:000\$000
Grat. 400\$000

2:400\$000

Porteiro..... Ord. 900\$000
Grat. 200\$000

1:100\$000

2 Fiscaes.....Ord. 3:000\$000
Grat. 600\$000

3:600\$000

Engenheiro..... Ord. 1:200\$000
Grat. 400\$000

1:600\$000

Aferidor..... gratificação

Procurador 10 % do que arrecadar... \$

Agentes fiscaes do interior 20 % idem \$

2.º Expediente..... 1:500\$000

3.º Impressão e publicação de trabalhos 1:800\$000

4.º Mobilia..... 2:000\$000

5.º Reparos em edificios municipaes.. 700\$000

6.º—Cemiterio

Administrador.... Ord. 1:000\$000
Grat. 200\$000

1:200\$000

Capellão..... gratificação

2 Coveiros, diarias..... 600\$000

2:190\$000

7.º Commemoração dos fieis defuntos.. 400\$000

8.º Guisamento para capella..... 80\$000

9.º Utensils..... 200\$000

10. Mercado:

Administrador.... Ord. 1:200\$000
Grat. 400\$000

1:600\$000

Porteiro..... Ord. 600\$000
Grat. 300\$000

900\$000

2 Vigias..... Ord. 1:200\$000
Grat. 600\$000

1:800\$000

11. Porcentagem aos mesmos 10 %.... \$

12. Expediente e custeio..... 200\$000

13. Guardas urbanos (3) Grat. 2:700\$000

Fardamento..... 300\$000

3:000\$000

§ 14. Aulas nocturnas:

3 Professores.... Ord. 1:800\$000
Grat. 600\$000

2:400\$000

§ 15. Luzes, expediente, livros e despesas miudas..... 600\$000

§ 16. Premios aos alumnos..... 150\$000

§ 17. Matadouro publico:

Administrador... Ord. 960\$000
Porcentagem 10 % \$

Medico..... gratificação 1:200\$000

2 Serventes..... diarias 1:400\$000

§ 18. Expediente e Custeio..... 200\$000

§ 19. Custas judiciaes jury e eleições... 2:500\$000

§ 20. Festa do Culto Divino e regosijo pu-blico 1:600\$000

§ 21. Limpeza de ruas e do lixo das casas particulares 8:000\$000

§ 22. Idem d a da freguezia de Tauapes-sassu..... 230\$000

§ 23. Concertos de ruas, e aberturas de novas..... 1:000\$000

§ 24. Conservação da arborisação..... 1:416\$000

§ 25. Prestação a obra do paço..... 16:000\$000

§ 26. Indemnisação aos prejudicados com arrumação de ruas e praças..... 2:500\$000

§ 27. Calçamento de ruas e concertos de rampas..... 5:000\$000

§ 28. Conservação da estrada da colonia dentro do patrimonio..... 1:000\$000

§ 29. Obra do mercado..... 1:000\$000

§ 30. Aposentados. 600\$000

§ 31. Eventuaes..... 1:600\$000

§ 32. Exercicios findos..... \$

§ 33. Reposições e restituções..... \$

78:756\$000

O sr. Mavignier:—Lê e manda a mesa a se-guinte:

• Emenda ao § 17 do projecto n.º 22.

• Gratificação ao medico, em lugar de 1:200\$000 diga-se 600\$000 réis.

• Paço da assembléa legislativa provincial do Ama-zonas, 7 de Maio de 1879.—O deputado, Mavignier.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, eu pergunto a nobre commissão de camaras, se essa verba de 1:200\$ rs. para o medico, não foi proposta pela camara ?

O sr. Tapajós:—Sim, senhor.

O sr. Ferraz:—Diz o meu nobre collega que foi proposta pela camara. Nós devemos ter em considera-ção as propostas da camara no que refere aos seus orçamentos, e uma vez que ella consignou essa quan-tia para o medico, é porque entende que não achará quem acceite o cargo por menos.

O sr. Mavignier:—O trabalho do medico é muito diminuto; é só chegar no curro e ver a carne.

O sr. Ferraz:—Diz o nobre 1.º secretario que o medico não tem que fazer. Qual será o medico que por 13600 réis diarios querera ir todos os dias ao matadouro em horas improprias?

O sr. Sympson:—E o medico da camara é sómente para ir ao curro? Não é tambem encarregado de tratar da pobreza?

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, a paga de qualquer serviço deve estar em relação a categoria; ora, eu me parece que um cozeiro ganha mais de cinco patacas por dia.

O sr. Baptista Rodrigues:—Mas tem mais trabalho.

O sr. Ferraz:—Pois o medico não tem mais trabalho que o capellão do cemiterio? O capellão é que é uma verdadeira sinecura (não apoiados). E' uma injustiça esta redução; a assembléa pode votal-a, mas a camara não ha de achar quem acceite o lugar. Só esta idéa de cinco patacas rebaixa o medico que acceita. Voto contra a emenda.

O sr. Antony:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Antony:—Sr. presidente, eu vou dar alguns esclarecimentos a este respeito. Eu não votarei por esta emenda que manda diminuir a gratificação do medico da camara, reduzindo-a a 600\$000 réis, porque sei que elle se obrigou por um contracto a tratar tambem dos pobres em suas casas; e tendo em vista este accrescimento de trabalho, foi já que a camara consignou esta gratificação de um conto e duzentos mil réis. Por isto voto contra a emenda.

O sr. Mavignier:—Neste caso eu retiro a minha emenda.

O sr. presidente:—Convida o sr. vice-presidente para occupar a cadeira da presidencia, e toma assento na bancada.

O sr. Amorim:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Amorim:—Peço a v. exc. que se digne mandar o relatorio da camara municipal da capital. (O orador não pôde ser satisfeito, porque o documento reclamado está em poder da commissão).

Pois bem; ficarei sem documento.

Sr. presidente, pedi o relatorio da camara municipal para mostrar a casa que ella não trata de medico do partido publico como declarou o nobre deputado o sr. Antony, para justificar a gratificação de um conto e duzentos mil réis que está consignada para o medico do curro.

Se a camara reunisse ao medico das carnes verdes a obrigação de tratar a pobreza desvalida em suas casas; então seria justa e razoavel essa gratificação. Mas nem no relatorio, nem no orçamento a camara tratou dessa obrigação.

Assim, pois, para examinar sómente as carnes no curro, 600\$000 réis é mais que sufficiente.

O medico não assiste a matança; basta ir para lá ás 5 horas, quando a carne já está prompta para ser retirada do matadouro.

O sr. Ferraz:—A carneação começa ás 3 horas.

O sr. Amorim:—Que importa isso: basta que elle veja a carne na occasião de ser conduzida.

Ora, se esta assembléa sabe que a camara da capital está a braços com difficuldades; se para auxiliá-la no restabelecimento de suas finanças sujeiton as camaras de Manicoré e Borba a concorrerem com uma forte quantia, afim de que ella se possa desempenhar de compromissos anteriores parece qua não se pôde attender esses augmentos de gratificações que contribuem para aggravar ainda mais o seu estado financeiro.

Entendo que a emenda é razoavel.

O sr. Antony:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Antony:—Sr. presidente, não foi sem algum fundamento que eu assegurei que o medico da camara tem obrigação de medicar os pobres do municipio em suas casas; porque, eu consultando com o presidente da camara a este respeito, este me disse que ia augmentar a gratificação do medico, mediante um contracto, pelo qual elle ficaria sujeito a este onus.

O sr. Dias dos Santos:—E v. exc. conhece esse contracto?

O sr. Ferraz:—E' uma presumpção de que se tenha feito visto que se fez o augmento da gratificação.

O sr. Antony:—Eu fui apanhado de supetão, nesta questão mas na seguinte sessão poderei exhibir informações positivas a este respeito. Por em quanto retiro a asserções; porque posso ter cahido em erro, avançando uma cousa que não passasse de projecto.

O sr. Sympson:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Sympson:—Sr. presidente, eu estava resolvido a votar contra esse § 17, na parte que diz respeito á gratificação do medico, para a qual se consignou a quantia de 1:200\$000 réis annuaes, na supposição de que as funcções desse facultativo se limitassem a assistir a matança do gado no curro.

O sr. Amorim:—Assistir a matança não; elle não faz mais do que examinar a carne, no que não gasta mais de 5 minutos.

O sr. Sympson:—Mas considerando que no municipio ha muitos pobres que não estão nas condições de comprar se quer os medicamentos, quanto mais pagar 5\$000 rs. por visita medica, que não devem ficar no desamparo, e muitas vezes morrerem a mingoa.

O sr. Amorim:—Não ficam, porque o nosso collega o sr. Tapajós se encarrega dessa tarefa.

O sr. Sympson:—Portanto eu entendo que a camara tem obrigação de velar pelos enfermos pobres e desvalidos, os quaes devem recorrer ao medico da camara para os tratar em suas enfermidades.

Um sr. deputado:—Pois não; esperem por isto.

O sr. Sympson:—Por isso eu vou mandar um substitutivo ao § 17 nestes termos.

Lê e manda a mesa o seguinte:

Substitutivo ao § 17 do art. 1.º do projecto n. 22.

Gratificação ao medico de partido da camara com obrigação de receitar e medicar os pobres, que apresentarem attestação do parochio.—1:200\$ rs.—Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 7 de Maio de 1879.—O deputado—*Sympson*.

O sr. Amorim:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Amorim:—Sr. presidente, eu pedi a palavra para fazer notar que assim como esta redigido o substitutivo do sr. Sympson, o medico fica sem obrigação de ir ao curro.

O sr. Sympson:—V. exc. pôde ampliar.

O sr. Amorim:—Ainda assim, comprehendendo os dous trabalhos, eu sinto oppôr-me a emenda do meu nobre collega. V. exc. sabe como são estas cousas —diz-se que se dá essa gratificação com o onus de tratar os pobres; mas ainda quando se achasse quem quizesse acceitar o cargo, nem por isso os pobres ficariam garantidos em suas molestias...

Um sr. deputado:—Terá por unico trabalho receber o ordenado no fim do mez.

O sr. Amorim:—Mas ainda não é por isto, sr. presidente, ha uma outra consideração que me parece de muito peso, para não acceitarmos essa emenda. E' que a passar esta medida teremos de ver o hospital de caridade por muito tempo no estado em que se acha transformado em quartel de policia; porque desde que ha quem trate os doentes em suas casas, dir-se-ha que não se precisa de hospital. (Apoiados).

O sr. Symphon:—Peco a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Symphon:—Sr. presidente, eu creio que o regimento me faculta retirar o meu substitutivo, e pois, á vista principalmente da ultima consideração que fez o nobre deputado que acaba de sentar-se, eu retiro o meu substitutivo.

O sr. Amorim:—Esqueceu-me ainda dizer que s. exc. não podia innovar na proposta augmentando obrigações, porque o art. 60 do nosso regimento expressamente o veda.

Retirão-se os srs. Conrado e Torres.

Verifica-se não haver numero legal.

O sr. Symphon:—(Pela ordem) pede para se dar para ordem do dia seguinte o projecto n. 29.

O sr. presidente designa para ordem do dia seguinte.

1.ª Parte.

Projectos, pareceres, indicações e requerimentos.

2.ª Parte.

As materias anteriormente designadas que não foram discutidas.

3.ª leitura do projecto n. 31, 1.ª discussão do projecto n. 29.

Levanta-se a sessão.

Sessão em 8 de Maio de 1879.

Presidencia do sr. Amorim.

As 11 horas da manhã feita a chamada respondem a ella os srs. Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Torres, Ferraz, Conrado, Dias dos Santos, Baptista Rodrigues, Symphon, Antony, Barão de S. Leonardo, Miranda Leão e padre Daniel.—Abre-se a sessão.

Lida a acta da anterior e approvada.—O sr. 1.º secretario dá conta do seguinte expediente:

Uma petição do vigario da Villa da Conceição de Maués, solicitando um auxilio para reparos da Matriz a seu cargo.—A' commissão de obras publicas.

Entra-se na ordem do dia.—1.ª Parte.

O sr. Tapajós:—Por parte da commissão de redacção, e precedendo a permissão do estylo, lê e manda a meza a redacção do projecto n. 9 que autorisa a compra de duas casas na cidade de Telfé, uma para escola publica e outra para paço municipal e cadeia; e a de outra na Villa de Silves para escola de ambos os sexos.

Fica sobre a meza.—2.ª parte.

Tem 2.ª leitura e passa a 3.ª o projecto n. 31.

Continua a 2.ª discussão do projecto n. 22 (orçamento da camara municipal da capital).

Retiram-se os srs.—Torres e Ferraz.

O sr. presidente:—declara que tendo ficado encerrada na sessão anterior a discussão do art. 1.º e seus §§, vae submeter a votação.

E' approvado o art. salvando a emenda do § 17, e em seguida approvada tambem esta.

Art. 2.º A receita que a mesma camara fará arrecadar no predito exercicio constará das seguintes verbas:

1.º Aferição de pesos e medidas.....	§
2.º 2 % do valor dos generos exportados, conforme o estylo.....	§
3.º Multas.....	§
4.º Saldo dos exercicios anteriores.....	§
5.º Prestações e donativos.....	§
6.º Rendimento do cemiterio.....	§
7.º Cobrança da divida activa.....	§
8.º Reposições e restituições.....	§
9.º Alvaras de licença.....	45000
10. Imposto sobre casas commerciaes fóra dos povoados.....	205000
11. Idem sobre canõa de regação.....	505000

§ 12. Idem sobre canõa de condução de pedra, areia e madeiras.....	205000
§ 13. Idem idem de theatros, cosmoramas e outros espectaculos não gratuitos.....	605000
§ 14. Idem sobre bailes mascarados durante o carnaval.....	605000
§ 15. Idem idem pessoa mascarada nas ruas da cidade, durante aquelle tempo, cada dia.....	55000
§ 16. Imposto sobre bilhar e outro qualquer jogo licito.....	605000
§ 17. Idem idem sobre qualquer officina e torração de café.....	45000
§ 18. Idem idem açougue fóra do mercado.....	105000
§ 19. Idem idem quitandas, botequins, boticas, drogarias, padarias, excepto nas freguezias.....	255000
§ 20. Imposto sobre hoteis.....	505000
§ 21. Idem sobre casa de pasto.....	255000
§ 22. Idem sobre lojas ambulantes excepto as de viveres.....	605000
§ 23. Idem idem pessoa que vender joias de ouro, prata ou pedras preciosas pelas ruas da cidade e pelo interior.....	2505000
§ 24. Idem sobre lojas e casas commerciaes em que se venderem joias de ouro, prata ou pedras preciosas	1005000
§ 25. Idem sobre carroças de condução qualquer e de venda de agua.....	305000
§ 26. Idem sobre escriptorios de agentes de leilões e de commissões.....	205000
§ 27. Idem sobre armazens de secco e molhados.....	405000
§ 28. Idem idem, lojas ou casas commerciaes em que se vender a retalho, secco ou molhados, a saber:	
Até..... 1:000§	105000
De mais de 1:000§ até 2:000§.....	205000
De mais de 2:000§ para cima.....	305000
§ 29. Imposto sobre pessoa empregada na extração de ovos de tartarugas nas praias do municipio.....	55000
§ 30. Licença para tirar esmolas excepto as irmandades que tiverem compromissos approvados.....	505000
§ 31. Emolumentos sobre nomeações de commandantes de praias.....	255000
§ 32. Idem municipal conforme a tabella.	§
§ 33. Taxas do mercado.....	§
§ 34. Idem do curro.....	§
§ 35. Foros de terrenos do patrimonio na razão de dois réis por metro linear de frente.....	§
§ 36. Laudemios por traspasse dos referidos terrenos na razão de 2 % do valor respectivo.....	§
§ 37. Alinhamentos de terrenos particulares a razão de 100 réis por metro linear de frente para ruas, travessas, e estradas, nunca porém mais de duas frentes.....	§
§ 38. 1 % do rendimento liquido dos leilões commerciaes.....	§
§ 39. As lojas, casas commerciaes e officinas que venderem roupa e calçado estrangeiros pagarão além do imposto respectivo mais o de.....	205000

O sr. Symphon:—Peco a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Symphon:—Eu desejava, sr. presidente, que v. exc. ou os illustres membros da commissão de camaras, se dignasse informar-me, se fora m consigna-

dos na proposta da mesma camara os §§ 14 e 15 do capitulo 2.º que diz respeito a sua receita.

Para nenhuma outra camara do interior se acha creado este imposto, e nem consta que haja em outra qualquer parte.

No § 14 se crea o imposto de 60\$000 rs. sobre os bailes mascarados, e no § 15 mais 5\$000 rs. por cada pessoa mascarada.

Isto é um excesso de imposto. Parece que não é razoavel gravar a população que quer sahir mascarada com mais 5\$000 réis por pessoa, quando se cobra 60\$000 réis pelos bailes. Isto é até irrisorio. Eu desejava saber como é que a camara havia de tornar efectiva esta disposição, como é que obrigaria 100 ou 200 mascarados que sahem á rua de uma vez a pagar esse imposto.

Essa postura torna-se inexecutable; é melhor não a crear para evitar a sua inevitavel e constante infracção.

O sr. Dias dos Santos—E todavia eu votarei por ella se vier na proposta da camara.

O sr. Symson—E' preciso empregar o corpo de policia todo, estabelecendo repetidos conflictos, que podem trazer graves consequencias.

Entendo que nós não devemos adoptar esta disposição ainda mesmo que ella viesse na proposta da camara; por isto vou apresentar uma emenda ao art. 2.º

Um sr. deputado—Não espera a explicação da commissão?

O sr. Symson—Eu leio a minha emenda, e a commissão explicará na discussão della.

Lê e vae á mesa a seguinte emenda ao art. 2.º do projecto n. 22: «Supprimam-se os §§ 14 e 15. Paço da assemblêa legislativa provincial do Amazonas, em 8 de Maio de 1879.—O deputado, Symson.»

O sr. Dias dos Santos—Peço a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. Dias dos Santos—E' somente para pedir á nobre commissão de camaras que se digne informar se effectivamente esses impostos creados pelos §§ 14 e 15 vieram na proposta da camara, porque no caso de ter vindo eu pederia ao nobre deputado autor da emenda para retirá-la; mas se não houve proposta da camara então eu não voto por esses §§, porque entendo que é materia da exclusiva competencia das municipalidades.

O sr. Tapajós—Peço a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. Tapajós—E' para satisfazer ao nobre deputado que acaba de sentar-se, dando a informação que pede.

A commissão cingio-se a proposta da camara; é o que me cumpre informar. Agora a casa ha de permitir-me que acrescente algumas palavras acerca do argumento com que se pretende combater as disposições dos §§ 14 e 15 do art. 2.º deste projecto, fundado na inexecutableidade, porque se diz que apresentando-se 100 ou 200 mascarados na rua não ha meios de obrigá-los a pagar o imposto.

Sr. presidente, entendo que quando a lei é formulada e sancionada é para se cumprir.

Quando o poder publico dispõe de força mora / nunca lhe faltam meios para obrigar a cumprir as leis.

Se se apresentassem nas ruas 100 ou 200 mascarados, tinha a autoridade do chefe de policia e do presidente da provincia para fazer respeitar a lei.

Quem desrespeita a lei está sujeito ao emprego dos meios que a autoridade tem a sua disposição para torná-la efectiva.

Um sr. deputado—Porque razão se ha de empregar esses meios contra quem se divertir?

O sr. Tapajós—Não é divertir-se quem procura rebaixar a propria dignidade e estragar os costumes. O homem, a quem Deus fez a sua semelhança,

transformar-se em burro, em macaco e andar pelas ruas praticando desatinos, não é divertimento; isto não é civilização, é voltar aos dias mais atrasados da humanidade.

O sr. Conrado—Não ha tal; em Roma, em Veneza e outros paizes muito mais civilizados do que o nosso é onde o carnaval tem maior desenvolvimento.

O sr. Dias dos Santos—Devemos reprimir a licença.

O sr. Barão de S. Leonardo—Eu voto pelos §§ que impõe sobre os mascarados porque conheço que se tem abuzado da mascara para fazer-se allusões insultuosas ás autoridades, e até á religião.

O que está nos termos da civilização moderna é reprimir o escandalo dessas bacchanas que só servem para perverter os costumes, para lançar o ridiculo sobre tudo que ha de mais respeitavel por meio de allusões grosseiras (apoiados).

O sr. Dias dos Santos—Isso é proprio do liberalismo.

Os srs. Conrado e Antony—Não apoiado; não foi o liberalismo que creou o carnaval.

O sr. Antony—Peço a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. Antony—Sr. presidente, eu não queria tomar parte nesta discussão; é com acanhamento que entro nella.

Mas não posso deixar de manifestar o meu sentimento com relação ás palavras que neste recinto ouvi do meu nobre collega o sr. Tapajós.

Um sr. deputado—Elle está no seu direito; é conservador vermelho.

O sr. Antony—Não me importa com isto; nada tem que ver aqui as idéas politicas.

O sr. Conrado—Entretanto a camara que propoz a medida é liberal, e eu voto contra ella.

O sr. Antony—Não entro na questão de moralidade, porque tudo que fere a moralidade publica está sujeito a repressão, e as leis têm outros meios para isto, sem ser necessario recorrer a criação de impostos (apoiados).

Mais uma simples consideração basta para demonstrar que a lei é inexecutable, e que longe de remediar o mal, pode crear sérios embaraços e perturbações da ordem publica.

Quem será o competente para andar de rua em rua examinando quem teve o atrevimento de se mascarar sem ter pago o imposto, para tirar-lhe a mascara e levá-lo para a cadeia ou obrigá-lo a pagar os 5\$000?

Quando toda a cidade por accinte se lembrasse de tomar mascarados para sahir a rua, onde iria a autoridade buscar força sufficiente para conter a população?

E quantos conflictos não se dariam entre os mascarados e a força publica que os quizesse violar no meio da rua?

O sr. Tapajós—E' da actualidade faltar com o respeito a lei.

O sr. Conrado—Não apoiado.

O sr. Antony—Pois além de se lançar o imposto de 60\$000 réis sobre os bailes, ainda se pretende impôr outro sobre cada pessoa que se quizer mascarar? E para que? Para impedir que a população se divirta.

Pois, sr. presidente, não será licito ao operario, ao artista, que anda todo o dia nos seus labores, sobre os andaimes, divertir-se a seu modo nas horas de folga?

O sr. Tapajós—Isso prova que elle não trabalhou, porque se trabalhasse havia de querer descansar, e não crisar as ruas com uma mascara na cara.

O sr. Antony—Eu vejo neste imposto um principio de desrespeito á lei; porque desde o dia em que se fosse cobrar o imposto, um policia viesse arrancar a mascara para verificar a identidade de pessoa de

algun sujeito menos pacifico, não será para admirar se se travar uma luta entre a população e a força publica, que ou ha de deixar-se desmoralisar, ou commetter excessos lamentaveis.

O sr. Dias dos Santos:—Para isto era preciso que houvessem muitos prégadores como v. exc.

O sr. Antony:—Não sou pregador; mas sempre pregarei contra os impostos vexatorios, e sem razão de ser como este que se pretende lançar sobre a população que se quer divertir.

Voto portanto contra os §§ 14 e 15, e a favor da emenda do sr. Sympson.

O sr. Dias dos Santos:—Pego a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Dias dos Santos:—Sr. presidente, não tinha intenção de occupar a tribuna com esta materia. Fui sempre apologista dos principios e por isso a questão não tem importancia.

O sr. Antony:—Não tem importancia? Um imposto pessoal que se quer lançar sobre a população?

O sr. Dias dos Santos:—(continuando)... não tem importancia que justifique tamanho arancel.

Eu estranho tanto mais esta opposição que se faz, quando vejo membros eminentes do partido conservador se levantarem para advogar uma cauza...

O sr. Sympson:—Justa; é direito do povo (apoiados).

O sr. Dias dos Santos:—...uma causa que só aos liberaes pertence defender.

Um sr. Deputado:—Não apoiado; é um absurdo.

O sr. Dias dos Santos:—Sr. presidente, é certo que ambos os partidos politicos do paiz estão adstrictos, aos principios de moralidade, mas é incontestavel que o partido conservador tem neste ponto a proeminencia, (apoiados e não apoiados).

E se nós vemos que muitos dos caracteres liberaes da provincia reprovam o uso desses individuos que rebaixam a especie, praticando indecencias e desatinos sob a salvaguarda da mascara...

Um sr. deputado:—Então o partido liberal é immenso, porque todo o mundo se diverte pelo carnaval.

O sr. Dias dos Santos:—Quem é que pôde dizer nesta casa que todos os mascaras que encobrem suas formas naturaes não tem em vista offender o decórdo das familias, e a pureza dos costumes?

Se ha alguém que deve ter mais empenho em re-frear o uso e abuso dos mascaras é por certo o pae de familia, porque é a ella principalmente que se dirige os abusos, e máos exemplos.

Eu diria que se tivessemos outros meios directos de impedir os abusos, de acabar mesmo com esse uso pernicioso e anachronico, deviamos lançar mão delle; mas uma vez que não os temos que não podemos romper de uma vez com esse preconceito arraigado no espirito publico, ao menos ponhamos em pratica esse meio indirecto, lançando uma imposição sobre aquelles que se querem entregar a esses desvários.

Um sr. deputado:—Mas agora é que se reconhece tudo isto.

O sr. Antony:—A igreja mesmo é que permite o uso do carnaval.

(Trocão-se diversos apartes)

O sr. Dias dos Santos:—Em taes circumstancias, sustento que o carnaval deve ser abolido, e se não o podemos fazer directamente, façamos pelos meios indirectos oppondo difficuldades pecuniarias aos que se querem entregar a esse divertimento pernicioso.

Desde que a proposta emana da camara, poder competente para regular as causas do municipio, deve ser approvada.

O sr. Conrado:—Então o partido conservador inscreveu mais esta legenda na sua bandeira—guerra ao carnaval!

O sr. Tapajós:—Pego a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Tapajós:—Sr. presidente o partido conservador nada tem q' ver com isto. Se até agora não se tem tratado deste ponto nesta casa, é porque as camaras anteriores não tinham apresentado em suas propostas; mas agora que o fez, não devemos desprezar a idéa que é boa.

Um sr. deputado:—E' crear um imposto vexatorio.

O sr. Tapajós:—Não tem nada de vexatorio; quem quer dançar paga. E para evitar que os pais de familia sejam obrigados a vestir de mascaras os seus proprios filhos desde o berço por assim dizer.

(Trocã-se muitos apartes—sussurro e conversações particulares.)

O sr. Tapajós:—Sr. presidente, ou eu fallo só; ou então desisto da palavra.

O sr. presidente:—Atenção

O sr. Tapajós:—Isto já não são apartes, é uma conversa.

Como ia dizendo, sr. presidente, os pais de familia, a vista da tendencia da população, veem-se muito atormentados por seus proprios filhos, e obrigados a transigir com elles consentindo que acompanhem a onda geral de perversão interrompendo assim a educação recatada que recebem no lar domestico, porque entre aquelles que lhes são iguaes lá vae o pretinho, lá vae o tapuinho, lá vae o malcreadinho, lá vae o gaiato das ruas que lhes inspiram os máos costumes e a tendencia para os vícios.

O sr. Antony:—Nas escolas publicas se dá a mesma cousa sem ser preciso andarem de mascaras. Tambem ali se vê os meninos de boas familias de envolta com os pervertidos.

O sr. Tapajós:—Na escola é o professor o responsável, é a quem compete inspecção o procedimento dos meninos.

O sr. Antony:—Dentro da escola; mas quando sahem para a rua nada pôde fazer o professor.

O sr. Tapajós:—Na rua é o pae de familia a quem compete velar pela moralidade de seus filhos.

Como quer que seja eu voto por elle; porque entendendo que não é imposto pessoal visto que ninguém é obrigado a andar mascarado.

O sr. Antony:—E' tolher o direito de liberdade que cada um tem de se metamorphosear.

O sr. Tapajós:—O homem é homem e a mulher é mulher, deixemo-nos destas metamorphoses com que nada lucra a sociedade nem a civilização, (apoiados).

Sr. presidente, em materia que se prende a moralidade publica todo o rigor é justificavel.

Deve-se começar pela educação da mocidade, não ha nada mais prejudicial a ella do que esta licença sem limites (apoiados).

O sr. padre Daniel:—Pego a palavra,

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. padre Daniel:—Sr. presidente, pedi a palavra unicamente para responder a um aparte do sr. Conrado, quando disse que o divertimento do carnaval era permitido pela igreja.

O sr. Conrado:—V. exc. está enganado; quem deu esse aparte foi o sr. Antony.

O sr. padre Daniel:—Pois bem; aceito a rectificação.

Como sacerdote, como cura de almas devo protestar contra esta asserção; porque a igreja para pôr um freio a esses desvários carnavalescos tem instituido o Jubileo, o *laus perene* as 40 horas, para chamar ao templo os fieis, e desviar-os desses excessos reprovados.

Não ha um só homem que tenha recebido uma educação moral e religiosa que não deplore sinceramente esse uso pernicioso.

Quantas familias não tem já lamentado os descuidos neste genero.

Como v. exc. sabe e a casa, o homem que deita uma mascara sobre o seu rosto natural não revela boas intenções, porque se as tivesse não procuraria disfarçar-se.

Dito isto como um protesto contra o aparte, resta-me manifestar que sempre fui contrario aos impostos vexatorios; se me fosse licito fazer um artigo dizendo «fica abolido o carnaval» eu o faria; sempre fui de parecer que se ha abusos acabe-se com elles.

Mas como não é possível atacar de frente preconceitos, que apesar do estado de civilisação do seculo, predominam infelizmente no espirito publico, accellando o pensamento da camara a quem compete por sua organização, adoptar medidas energicas para reprimir os abusos, podemos todavia modificar o imposto para tornal-o mais suave de maneira que não encontre muita opposição na sua cobrança.

Assim em lugar de 60\$000 rs. que estabelece o § 14 pôde-se reduzir a 30\$000, e em lugar de 5\$000 do § 15, diga-se 2\$000—e neste sentido vou mandar a minha emenda.

O sr. Antony:—Este imposto é até inconstitucional.

O sr. Sympson:—E' absurdo.

O sr. padre Daniel:—Sr. presidente, em additamento ás observações que fiz, direi ainda que não são os impostos vexatorios e excessivos os mais proprios para augmentar as rendas publicas, porque, ao contrario elles animam o contrabando e a transgressão das leis e regulamentos, e nesta provincia mesmo temos o exemplo do que se deu com o commercio de regatão e licenças para extracção de ovos de tartarugas.

Quanto mais alto é o imposto mais se desenvolve o contrabando, para se furtar ao rigor do fisco.

Sir Robert Peel, esse grande financeiro inglez, demonstrou theoricamente esta verdade economica.

Portanto, sr. presidente, entendo que não é o augmento do imposto que ha de trazer a extincção dos bailes carnavalescos; pelo contrario dar-se-hia os maiores abusos e excessos da parte da autoridade para reprimil-os.

Seria necessário pôr em actividade toda a policia para evitar o contrabando, isto é, os mascarados que percorressem as ruas sem ter pago o imposto.

Um sr. deputado:—Isso era se houvesse policia.

O sr. padre Daniel:—Eu fallo da policia como ella deve ser; não trato da policia que precisa ser policiada.

Vou mandar a minha emenda. (Lê e vai a mesa a seguinte):—Emenda aos §§ 14 e 15. Em lugar de 60\$ rs. diga-se 30\$ e em lugar de 5\$ rs. diga-se 2\$ rs. Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, em 8 de Maio de 1879.—O deputado, *Padre Daniel*.

O sr. Sympson:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Sympson:—Sr. presidente, eu ainda volto á tribuna para continuar a declarar que voto contra os §§ 14 e 15, porque julgo que são impostos vexatorios; impostos sobre a população que se quer divertir em uma quadra para isso destinada por um uso inveterado; quer-se abolir esse uso que, pelas allusões que faz, serve de correctivo a sociedade por meio de uma imposição directa, como esta que se diz que a camara municipal propoz.

O sr. Dias dos Santos:—V. exc. pode provar que seja uma imposição directa?

O sr. Sympson:—Se v. exc. entende que não é, fique com o seu modo de pensar, que eu fico com o meu.

Entende o nobre deputado que imposto vexatorio é aquelle que é obrigatorio, isto é, sobre um objecto ou

facto que constitua uma necessidade para a população.

A theoria não me parece das mais correntes e acceitaveis.

Pelo menos é um meio de coarctar um direito que a constituição garante...

O sr. Tapajós:—Ninguem os constringe a andar de mascarados.

O sr. Sympson:—Sr. presidente, isto é um imposto pessoal, porque vai directamente recahir sobre uma parte da população que está acostumada a divertir-se assim; e quando a assembléa geral, ha annos aboliu o imposto pessoal, a assembléa provincial do Amazonas quer agora crear um em proveito das rendas municipaes!

Este imposto vai de encontro aos usos inveterados e que tem sido conservados até hoje porque, como já disse, é um meio de moralizar os costumes, e o caso do *ridendo castigat mores*. E querendo-se de chofre acabar por meio de uma tal imposição, importa esta deliberação em fornecer á população um pretexto para se rebelar contra as autoridades e contra as instituições. Eu desejava que v. exc. me mandasse apresentar a proposta da camara.

O sr. Dias dos Santos:—V. exc. então duvida dos membros da commissão?

O sr. Sympson:—Não duvido, mas desejava sómente ver os termos dessa proposta com relação a este ponto.

O sr. Tapajós:—(Pela ordem). Sr. presidente, desde que membros da assembléa provincial duvidam de qualquer proposição que como membro de uma commissão emitto na casa, é falta de dignidade, é falta de cavalheirismo continuar a fazer parte de qualquer commissão: estou demittido, não quero mais ser membro da commissão de camaras.

O sr. Sympson:—Falta de dignidade de quem?

O sr. presidente:—Convida o sr. vice-presidente para occupar a cadeira, e toma assento na bancada.

O sr. Conrado:—Peço a palavra pela ordem.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Sympson:—Eu ainda estou com a palavra.

O sr. Conrado:—Peço a palavra pela ordem, somente para dar uma explicação. Eu tambem ia requerer que fosse presente a proposta da camara municipal, porque um membro mesmo da camara me declarou que não veio na proposta de lá este § 15—e á vista da direcção que tem tomado a presente discussão, eu vou mandar o seguinte requerimento:

Requeiro que seja presente á casa a proposta da camara municipal, ficando addida por 24 horas a discussão do projecto n. 22.

Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 8 de maio de 1879. O deputado—*Conrado*.

Vai a mesa e entra em discussão.

O sr. Sympson:—Sr. presidente, eu estava com a palavra quando o nobre deputado, o sr. Conrado, a pediu pela ordem, e por isso não me acho exautorado do direito de continuar a fallar e requerer tudo quanto for necessario para a discussão.

Entretanto, sr. presidente, apesar de ter declarado que não duvidava da honrada commissão de camaras, eu exigi que me fornecesse a proposta da camara, não para ver se existia nella o § relativo ao imposto que eu queria extinguir, mas para verificar os termos em que estava concebido o pensamento da municipalidade.

E, sr. presidente, como v. exc. estando na bancada, disse que era isso falta de dignidade, provoço uma explicação.

O sr. Dias dos Santos:—Isto foi em relação a si mesmo.

O sr. presidente: (sr. Tapajós):—Eu referi-me a mim proprio; e nem podia fazel-o com relação a outro qualquer membro da assembléa.

O sr. Symphon:—Promovendo esta explicação, que aceito, tenho por fim restabelecer a harmonia que por um momento me pareceu interrompida por uma expressão de v. exc.

O sr. presidente (Tapajós):—E' praxe pedir-se informações á commissão que confecciona qualquer trabalho, e desde que se põe em duvida as suas informações, é indignidade dos membros della continuarem no seu posto. Isto é o que eu quiz dizer.

O sr. Symphon:—Ja disse que acceitava a explicação de v. exc.

O sr. Amorim:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Amorim:—Sr. presidente, tive a honra de ser convidado pela nobre commissão de camaras—para conferenciar, e por isso deixei a cadeira para ministrar tambem algumas informações a respeito deste trabalho, e mesmo porque me chamaram á discussão as expressões do sr. Antony, quanto ao conflicto que imaginou travado entre a força publica e o povo por causa deste imposto e as do sr. Symphon, quando disse que o imposto é pessoal, talvez no sentido restricto da palavra.

O sr. Miranda Leão:—O que está em discussão é o requerimento de addiamento.

O sr. Amorim:—Bem; então não discutirei. Fico com a palavra para usar della no caso de ser regeitado o addiamento.

Encerrada a discussão do requerimento do sr. Conrado e posto a votos é regeitado.

Continua a discussão do artigo.

O sr. Miranda Leão:—(Pela ordem) Lembro a v. exc. que não pode presidir a discussão deste projecto porque foi membro da commissão.

O sr. vice-presidente:—Convida o sr. 1.º secretario para occupar a cadeira da presidencia.

Occupar a cadeira da presidencia o sr. 1.º secretario passa o sr. 2.º para 1.º e é convidado o sr. Dias dos Santos para o lugar de 2.º

O sr. Amorim.—(continuando) Sr. presidente, se podesse por um momento imaginar que entre mascarados que percorrem as ruas desta cidade se possa travar conflictos e perturbações da ordem publica, para se desvanecer esta suposição toda gratuita, basta considerar que o codigo de posturas não permite que depois de Ave Marias, continuem os mascarados a andarem na rua. Ora, se a população tivesse essa tendencia para desobedecer e desrespeitar as leis e as autoridades, ao ponto de se empenharem conflictos com a força publica, já teriamos tido não poucas occasiões por causa de mascarados andarem a noite...

O sr. Antony:—Mas teremos de vel-as por causa dos 5:000 rs. por cabeça. Isto é mais positivo.

O sr. Amorim:—O conflicto é imaginario; se a população do Amazonas fosse animada desse espirito de revolta que o nobre deputado receia, tel-o ia manifestado opondo-se a esta disposição do codigo de posturas. Mas ao contrario nós vemos que todos obedecem.

Um sr. deputado:—Assim mesmo dão-se abusos
Outro sr. deputado:—E' preciso estirpar o mal.

O sr. Amorim:—Agora tratando do imposto pessoal.

O sr. Miranda Leão:—Em todo caso é sempre um imposto.

O sr. Amorim:—Imposto pessoal é o que é obrigatorio, que o individuo tem de pagar quer queira quer não. Mas o de que se trata não está neste caso, porque ninguém é obrigado a mascarar-se, e nem o uso de mascara é de absoluta e indeclinavel necessidade da população. Por isso quem quer divertir-se

paga o tributo. Por tanto eu devo diser a assembléa ou pelo menos aquelles amigos que tomarem a nuvem por Juno, que as camaras municipaes sempre gravaram os bailes de mascarados com impostos de 40 e 50:000 rs. porque é uma industria que deve contribuir para a receita municipal.

O sr. Antony:—Agora alem de se elevar o imposto sobre os bailes sobrecarrega-se mais com 53 por cada pessoa mascarada.

O sr. Dias dos Santos:—V. exc. parece que está com muita vontade de mascarar-se.

O sr. Antony:—E v. exc. com vontade de organizar um convento de frades em Manãos.

O sr. Amorim:—Desta pequenina imposição nos tres dias de carnaval, sempre resulta um bom rendimento para a camara, que não se lhe deve negar tanto mais quando sahe elle do peculio dos ociosos que tem de sobra para taes desperdícios; porque, sr. presidente, bem poucos pais de familias, que tenham em vista o equilibrio de suas finanças domesticas contribuirão com seu contingente para esta fonte de receita.

Mas o que é certo é que esta consignação de verba é altamente lucrativa sobre pessoas insignificantes, cujo desperdicio não affecta a vida social.

Eu pelo menos ainda não vi nenhum dos nobres deputados membros desta assembléa mascarados pelas ruas.

Portanto nem precisava dizer, só se vê nessa alluvia que percorre as ruas mascarada, a indecencia; rapaziños maltrapilhos que augmentam a repugnancia que taes espectaculos causão aos homens sensatos e honestos.

A camara concorre indirectamente para acabar com essa immoralidade.

O que lucra a população com esses espectaculos que nos fornece o chamado carnaval em nossa terra?

Só se vê nas ruas uns molequinbos, immundamente vestidos. Entretanto a policia sem disposição alguma camararia prohibio o divertimento tradicional que se fazia pelo tempo de S. João. Isto sim, é que era um divertimento popular. Mas 4 maltrapilhos crusando as ruas com um bocado de papelão no rosto é um divertimento que não tem mais rasão de ser na epocha de civilisação que atravessamos.

Por toda a parte começa já o carnaval a cahir em desuso.

Sr. presidente, parece-me que tenho externado o meu pensamento em favor dos §§ sobre que temos de votar.

No correr da discussão entre os collegas, veio a tella da discussão, não sei como, o tiramento de esmolas para os santos.

Ora, sr. presidente, haverá cousa mais innocente do que tirar esmolas? Entretanto a camara, para evitar abusos, lançou sobre esse mister um imposto pesado, contra o qual ainda ninguém reclamou.

Como é, pois, que se reprava que ella lance um imposto sobre mascarados?

Voto por tanto pelos §§ e contra a emenda.

O sr. Miranda Leão:—(Pela ordem) peço a v. exc. que quando tiver de submeter a votação a emenda do sr. Symphon, ponha em separado cada um dos §§. porque eu quero votar por um e por outro não.

Encerrada a discussão é approvado o art. e seus §§ salvando as emendas, sendo em seguida regeitadas estas.

Verifica-se não haver numero legal; o sr. presidente designa para ordem do dia.

1.ª Parte

Projectos, indicações, pareceres e requerimentos.

2.ª Parte

Continuação das materias anteriormente designadas que não forão discutidas.

Levanta-se a sessão.

Sessão de 9 de Maio de 1879.

Presidencia do sr. Amorim

As 11 horas da manhã feita a chamada acham-se presentes os srs. Amorim, Mavignier, padre Fernandes Ferraz, Torres, Tapajós, Dias dos Santos, padre Daniel Miranda Leão, Baptista Rodrigues e Conrado.

Havendo numero legal abre-se a sessão.

Lida a acta da anterior é approvada.

O sr. 1.º secretario dá conta do seguinte expediente:

1.º Um officio do secretario do governo transmittindo a assembléa outro do inspector do thesouro provincial, cobrindo uma petição do porteiro da recebedoria José Anacleto Zuany, em que solicita 6 mezes de licença com os vencimentos.

—A' commissão de fazenda.

2.º Alexandre Paulo de Brito Amorim, trazendo a consideração da assembléa o accordão da relação de Belem que obteve em seu favor na acção que move a fazenda provincial do Amazonas.

O sr. presidente declara que vai mandar archivar esta peça, porque entende que nenhum outro destino se lhe pôde dar, visto como ainda depende do recurso de revista.

Ordem do dia.

1.ª Parte.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, se não me engano existe na casa uma ou duas leis não sancionadas que ainda não tiveram solução: parece-me que são duas resoluções tendentes a impressão do dicionario topographico da provincia, e da grammatica da lingua indigena, e outra de que não me recordo agora.

Tambem ainda não appareceu o projecto da aposentadoria do ex-inspector do thesouro, que foi consignado na lei do orçamento do anno passado; e que se mandou separar em projecto especial, por não ter relação com o texto.

O sr. presidente:—Eu agradeço a solicitude com que v. exc. se occupa dos negocios da assembléa, e aproveito o ensejo para pedir aos illustres membros das commissões respectivas, que apresentem esses trabalhos o mais breve que fôr possível.

Nada mais havendo a tratar-se passa-se a 2.ª parte: Tem 3.ª leitura e vai a imprimir o projecto n. 31, que concede uma subvenção ao estudante João Antonio Coelho, para estudar preparatorios no lyceo desta capital.

O sr. padre Daniel:—Requer dispensa dos interstícios para este projecto; é approvado o requerimento.

O sr. presidente declara que vai ser contemplado na ordem do dia.

Entram em discussão e são approvadas sem debate as redacções dos projectos n. 15 (A) que concede cinco mezes de licença a professora D. Felismina Monteiro Cheks Nina; n. 15 (B) que concede seis mezes de licença ao official archivista da secretaria do governo Antonio Texeira Ponce de Leão; n. 15 (C) que concede igual favor ao alferes da guarda policial Manoel Antonio Rodrigues Pará;—n. 11 que autorisa a conder um emprestimo de 6:000\$000 rs. a Matheus Soares Bello, para montar uma serreria a vapor; e n. 16, que concede um anno de licença ao amanuense da secretaria da assembléa, Manoel José Zuany de Azevedo.—Vão todos a sanção.

Entrão em discussão e são approvados sem debate os pareceres da commissão de camaras sobre a petição de Joaquim Ferreira Franco; da commissão de poderes, sobre a pretensão de José Alves da Fonseca e outros que pedião auxilios para fundação de fazendas de gado e um engenho de moer cana na colonia Maracajú.

Entra em 3.ª discussão, é approvado sem debate, e vai a redacção o projecto n. 17 que dispensa na lei n. 138 de 1.º de agosto de 1865, em favor do ex-agente provincial da Villa de Coary, Gustavo Antonio Ribeiro da Silva, a disposição do art. 7.º da mesma lei.

Entra em 2.ª discussão o projecto n. 26:

Art. 1.º O presidente da provincia fica autorizado a contratar com Antonio Amancio Fernandes, ou quem as suas vezes fizer, a abertura de uma picada a partir desta capital, ou do forte de S. Joaquim do Rio-Branco, ou vice-versa, ficando o contractante com direito a indemnisação de cem mil réis por cada milha depois do serviço examinado e medido, conforme a proposta que apresentou a esta assembléa.

O sr. Conrado:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Conrado:—Sr. presidente, eu vou requerer addiamento da discussão deste projecto porque não estando na casa nem o sr. Antony, nem o sr. Canavarro, nem o sr. Sympson, não posso pedir explicações a respeito deste projecto.

Na forma porque está redigido este artigo não se pôde saber a direcção que deve tomar a picada; por que eu vejo aqui somente (lê) a abertura de uma picada a partir desta capital ao do forte de S. Joaquim no Rio-Branco, e vice-versa.

Este vice-versa não sei a que se refere.

Vou, pois, mandar o seguinte requerimento:

Requeiro addiamento da discussão do projecto n. 26 por tres dias.

Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas 9 de Maio de 1879.—O deputado—Conrado.

O sr. presidente:—Observa que o final do projecto diz—conforme sua proposta declara que o fim da picada é pôr em communicação os campos do rio Branco com esta capital; e que passando o projecto se remette copia da proposta a presidencia para por ella se regular na confecção do contracto.

O sr. Conrado:—Nesse caso desisto do meu requerimento, peço para retirá-lo.

Continua a discussão do artigo.

O sr. Mavignier:—Lê e manda a mesa a seguinte:

Emenda ao art. 1.º do projecto n. 26:

«Depois das palavras—ou quem suas vezes fizer—acrescente-se—ou com quem mais vantagens offerecer.

Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 9 de Maio de 1879.—O deputado—Mavignier.»

Encerrada a discussão é approvado o artigo salvando a emenda, sendo esta tambem approvada em seguida.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario. E' approvado sem debate; passa a 3.ª

Continua a 2.ª discussão do projecto n. 22.

Lê-se e approva-se sem debate o art. 3.º e seus §§.

Lê-se o Art. 4.º

O sr. Dias dos Santos:—manda a mesa as seguintes emendas:

1.ª Elimine-se o § 3.º do art. 4.º que manda cobrar 4 rs. por kilogramma da carne das rezes abatidas para o consummo.

Sala das sessões da assembléa provincial do Amazonas, em 9 de Maio de 1879.—O deputado—Dias dos Santos.

2.ª Elimine-se o § 6.º do mesmo artigo, que prohibe outro deposito de couros no perimetro da cidade, a não ser no curro.

Sala da assembléa provincial do Amazonas, em 9 de Maio de 1879.—O deputado—Dias dos Santos.

Encerrada a discussão e posto a votos o artigo é approvado, salvando as emendas; sendo estas regeitadas.

E finalmente é approvado sem debate o art. 5.º

Passa a 3.ª discussão.

Entra em 3.ª discussão o projecto n. 23, que concede licença a professora D. Josephina de Freitas Tenreiro Aranha.

Retiram-se os srs. Ferraz e Conrado.

Verifica-se não haver numero legal.

O sr. presidente:—designa para ordem do dia seguinte:

1.ª Parte

Projectos, pareceres, indicações, e requerimentos.

2.ª Parte

1.ª Discussão dos projectos n.º 9, 19, 28, 29, 30 e 31

2.ª Discussão dos de n.º 25 e 27.

3.ª Dos de n.º 18, 20, 21 e 24.

Discussão da redacção do projecto n. 25 do anno passado.

Continuação das materias já designadas que não foram hoje discutidas.

Levanta-se a sessão.

Sessão em 10 de Maio de 1879.

Presidencia do sr. Amorim.

As 11 horas da manhã feita a chamada, achão-se presentes os srs.: Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Ferraz, Antony, padre Daniel, Conrado, Barão de São Leonardo, Dias dos Santos, Tapajós, Sympson, e Baptista Rodrigues.

Havendo numero legal abre-se a sessão.

Lida a acta da anterior é approvada.

O sr. 1.º secretario dá conta do seguinte Expediente.

1.º Messias José de Oliveira, pedindo um auxilio para conclusão da obra de uma capella que fez na cidade de Itacoatiara, com a invocação da Virgem de Nazareth.—A commissão de fazenda.

Ordem do dia—1.ª Parte.

O sr. Sympson:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Sympson:—Sr. presidente eu li hoje na synopse dos trabalhos desta casa publicada no *Commercio do Amazonas* uma decisão de v. exc. sobre uma petição de Alexandre Paulo de Brito Amorim, com relação ao accordo proferido pelo Tribunal da Relação em seu favor condemnando a fazenda provincial na demanda que o mesmo Amorim moveu para indemnização de perdas e danos que diz ter sofrido com a rescisão do contracto com elle feito para a linha de navegação directa.

V. exc. mandou archivar essa petição.

Eu penso, sr. presidente, que é esta uma questão muito grave sobre a qual esta assembléa devia tomar uma medida qualquer.

Hontem não pude vir á casa por emcommodo de saúde, e se estivesse presente eu teria logo feito algumas observações á respeito dessa decisão dada por v. exc. mas não tendo-o podido fazer prevaleço-me da occasião para apresentar um requerimento.

Antes porém de mandar á mesa permitta-me v. exc. e a casa que eu o motive.

O sr. Antony:—E' materia vencida.

O sr. Ferraz:—Não apoiado é um requerimento que elle vai apresentar.

O sr. Sympson:—Sr. presidente, os julgamentos são definitivos desde que são proferidos em segunda instancia.

O sr. Dias dos Santos:—E v. exc. nega que ainda está sujeito a outro recurso?

O sr. Conrado:—Tanto está que o procurador da corôa já interpoz o recurso de revista.

O sr. Sympson:—Eu chego lá. A demanda cor-

reo no juizo dos feitos d'esta cidade; tendo decahido o autor por sentença do dr. juiz de direito, interpoz o recurso de appellação e o tribunal competente, proferio sua sentença em ultima instancia revogando á da primeira.

O sr. padre Daniel:—Ainda temos a revista.

O sr. Sympson:—Este recurso só pode uzar delle o procurador da corôa em dois casos especiaes; por injustiça notoria e nulidade manifesta.

O sr. Antony:—E quem é o juiz desta cauza é v. exc.?

O sr. padre Daniel:—E este recurso não tem effeito suspensivo?

O sr. Sympson:—Não senhor; embora o procurador da corôa tenha interposto o recurso de revista, este recurso não produz effeito suspensivo, a parte tem o direito de execução.

Um sr. deputado:—Não nas causas contra a fazenda.

O sr. Sympson:—Se se tratasse de uma demanda commum, desde o momento que a parte obtem o accordo em segunda instancia pode extrahir a carta de sentença, e dar-lhe execução.

Portanto, sr. presidente, como não se trata de uma causa commum mas de uma questão em que se acham envolvidos os interesses da provincia da Amazonas, é que o autor se dirige a esta assembléa para dar-lhe conhecimento do accordo afim de que ella tome uma deliberação a respeito no sentido de autorisar a presidencia a entrar em composição com o credor da fazenda, a fim de que a provincia não seja sacrificada com o pagamento dessa quantia enorme de quinhentos contos com que se acha ameaçada; porque, srs., a decisão é clara e positiva.

O sr. Conrado:—Não foi por unanimidade; houve divergencia.

O sr. Sympson:—Entretanto v. exc. tomou a deliberação de mandar archivar essa petição, deliberação que me parece não ter sido muito regular; porque entendo que toda a petição dirigida a esta assembléa deve ter um destino.

O sr. padre Daniel:—Foi deliberação da casa.

O sr. Tapajós:—Deliberação da casa, não; porque eu não ouvi pôr a votos.

O sr. padre Daniel:—Eu ouvi a assembléa toda manifestar-se neste sentido.

O sr. Dias dos Santos:—Apoiado.

O sr. Sympson:—Sr. presidente, eu julgo que a intenção do credor da provincia, em virtude desse accordo proferido pelo tribunal superior, é muito boa.

Veio pedir que esta assembléa promova por meios conciliatorios esta indemnização...

Votes:—Não apoiado!

O sr. Sympson:—(Continuando)...porque em vez de quinhentos contos, sob cuja pressão se acha a fazenda provincial, pode ficar reduzida esta indemnização a uma somma muito inferior, evitando assim a completa ruina da provincia.

Como v. exc. sabe si se tratasse de um devedor commum, a execução seria prompta; e o credor não tinha mais do que fazer penhora nos bens do devedor mas diversos avisos tem declarado que, quando os particulares obtem sentença contra a fazenda publica, só podem promover a indemnização pelos meios legislativos. Torno a repetir, a questão é muito grave, e entendo que se deve mandar ouvir a respeito uma ou mais commissões que tenham relação com a materia, tanto mais que eu me persuado que a assembléa não deliberou sobre a petição a que me refiro.

O sr. Conrado:—Não tem nada que deliberar.

O sr. Dias dos Santos:—Eu felicito o sr. presidente da assembléa pela deliberação que tomou.

O sr. Sympson:—Um dever de consciencia me obriga a apresentar o requerimento que vou submet-

ter á consideração da casa, a fim de que seja votado algum quantitativo para indemnisação desta dívida, mediante parecer da comissão a que for enviada.

O sr. Dias dos Santos:—Não apoiado.

O sr. Ferraz:—(Ao sr. Dias dos Santos.) A v. exc. deve a provincia este onus; rescindiram um contracto que estava em seu pleno vigor.

O sr. Symphon:—Vou ler o meu requerimento. Lê e manda á mesa o seguinte requerimento:

«Requeiro que a petição de Alexandre Paulo de Britto Amorim, seja enviada a comissão de fazenda para dar seu parecer a respeito.

Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, em 10 de maio de 1879. O deputado—*Symphon*.

Concluindo, declaro á casa que cumprio um dever de consciencia, e que o futuro se encarregará de justificar-me.

Os srs. Conrado, padre Daniel e Antony:—Pedem a palavra.

O sr. presidente:—Com quanto me pareça que a materia é vencida, todavia querendo dar amplitude á discussão, admitirei o requerimento do nobre deputado e o submeteréi á discussão.

Mas, antes, devo dizer que se tomei a deliberação de mandar archivar um requerimento que tinha por fim somente dar conhecimento á casa do accordão do tribunal da relação, não o fiz senão quando vi toda a assembléa manifestar a sua opinião. Entretanto, como não fiz consulta em termos positivos, admitirei o requerimento do nobre deputado, como já disse.

Tem a palavra o sr. padre Daniel.

O sr. padre Daniel:—Sr. presidente, desde já declaro que voto contra o requerimento do nobre deputado o sr. Symphon.

O sr. Symphon:—E' injustiça.

O sr. padre Daniel:—Primeiro porque quando v. exc. consultou a assembléa, esta pronunciou-se quasi unanimemente em favor da resolução de mandar archivar a petição.

O sr. Ferraz:—Se v. exc. quer atirar a luva, eu aceito a luva; o sr. presidente não consultou a casa.

O sr. Dias dos Santos:—Mas a casa se manifestou expontaneamente, logo que o sr. presidente annunciou o seu pensamento.

O sr. padre Daniel:—Segundo porque acho extemporanea que a casa tome conhecimento hoje de uma questão que está affecta ao poder judiciario.

O sr. Symphon:—A questão está finda.

O sr. padre Daniel:—Não está finda; visto que pende ainda do recurso da revista, e este recurso traz o effeito suspensivo pela natureza da acção.

O sr. Symphon:—Nos casos que figurei não tem effeito suspensivo.

O sr. padre Daniel:—Tem effeito suspensivo desde que o procurador da Corôa e suberania nacional interpoz o recurso, é porque reconheceu que existia alguma das hypotheses em que tal recurso tem lugar qualquer alvedrio nosso neste assumpto é intempestivo, e por isto voto contra o requerimento.

O sr. Tapajós:—Peço a palavra pela ordem.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Tapajós:—E' para muito pouco dizer. A questão é vencida, permita v. exc. que lhe diga que não deve deixar discutir o requerimento. V. exc. hontem deu a sua decisão que foi definitivamente aceita pela casa. Eu votaria a favor do requerimento, mas já que v. exc. deu esta decisão é materia vencida, que não pode occupar de novo a attenção da assembléa.

O sr. Symphon:—Sendo como é materia tão importante?

O sr. Tapajós:—Eu declaro que estou de accordo com o modo de pensar do nobre deputado, autor do requerimento, mas entendo que não devemos entreter o tempo com cousas que nada adiantam.

Parece-me que, assim como v. exc. resolveu como materia de ordem, mandando archivar o requerimento, e ninguem se oppoz á essa deliberação, tambem como questão de ordem não deve hoje admitir esta discussão.

O sr. presidente:—Eu disse que tinha dado destino á petição, porque vi o pronunciamento da assembléa neste sentido, mas como não houve consulta positiva sobre a qual se dêsse lugar a votação, continua em discussão o requerimento do sr. Symphon.

Tem a palavra o sr. Antony.

O sr. Antony:—Sr. presidente, voto contra o requerimento em discussão, porque não se póde fallar contra o vencido.

Eu não me achava na casa hontem, mas sabendo da decisão de v. exc. a este respeito tive de louval-o, por me parecer consentanea com a razão e justiça. Nenhum outro destino podia dar-se a este requerimento, se assim se póde chamar, porque elle nada pedia, e apenas vinha dar conhecimento a assembléa do accordão que tinha obtido em seu favor. Isto não era razão bastante para que a assembléa se occupasse já desta materia. Em quanto o poder judiciario não disser a sua ultima palavra sobre a questão, o poder legislativo nada tem que ver com elle. (Apoiados).

O sr. Symphon:—Todo o cidadão tem o direito de petição.

O sr. Antony:—Mas elle nada pedia; apenas, como já disse, vinha dar conhecimento a assembléa do accordão; por isso muito bem procedeo o sr. presidente mandando archivar essa petição.

O sr. Dias dos Santos:—Merece os nossos elogios.

O sr. Antony:—Por isso voto contra o requerimento do nobre deputado.

O sr. presidente:—Tem a palavra o sr. Conrado.

O sr. Conrado:—Voto contra o requerimento, porque me parece que qualquer decisão nossa sobre a materia presentemente, é extemporanea.

Ou o sr. Amorim perde a questão ou vence definitivamente, depois de exgotados todos os recursos por parte da fazenda.

Se perde nada tem que faser o poder legislativo a respeito; se ganha elle deve dirigir-se ao thesouro provincial para incluir no relatorio que tem de apresentar annualmente a esta assembléa, a existencia dessa dívida, a fim de que na lei do orçamento sejam consignados fundos para seu pagamento. Não vejo necessidade de se autorisar esses meios conciliatorios antes de estar a questão definitivamente julgada. Eu não entendo de direito mas me parece que a marcha a seguir deve ser esta.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, eu voto a favor do requerimento, não só porque quero ser coherente com a manifestação que hontem fiz aqui, como porque entendo que todo o papel que vem a esta casa deve ter uma resolução, um destino qualquer.

Disse a comissão a quem fosse enviado—o pretendente não tem direito...

Um sr. deputado:—Mas se elle nada pedia! Vinha apenas dar parte a assembléa que tinha obtido um accordão em seu favor.

Outro sr. deputado:—Com um requerimento destes nada tem que ver a comissão.

O sr. Ferraz:—... (continuando) mas não se devia mandar trancar.

O sr. presidente:—Observo ao nobre deputado que a petição não foi mandada trancar; está recolhida aos archivos da assembléa para opportunamente se tomar conhecimento de seu conteúdo.

Voices:—Votos!

O sr. presidente:—Se nenhum deputado quer mais a palavra sobre o requerimento, dou como encerrada a discussão.

Posto a votos o requerimento é rejeitado.

2.ª Parte

Entra em 1.ª discussão o projecto n.º 28.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, a materia deste projecto me parece desnecessaria e sem utilidade alguma; porquanto a companhia do Amazonas por uma das clausulas do seu contracto tem obrigação de construir um trapiche com proporções para embarque e desembarque em todo o tempo do anno.

Um sr. deputado:—Pois esperem por isto!

O sr. Dias dos Santos:—Nesta parte tem razão!

O sr. Ferraz:—O governo que obrigue a companhia a cumprir o contracto nesta parte.

Portanto, acho desnecessario que a provincia carregue com esta despesa.

O sr. Mavignier:—A provincia não despende nada.

O sr. Ferraz:—Então não prestei bem attenção ao artigo. (Lê) Então sobre quem recae esta despesa?

O sr. Mavignier:—A despesa com a obra é feita á custa da companhia que se organisar para isto.

O sr. Ferraz:—Mas o onus vem a recahir, por que a companhia terá de exigir uma taxa do commercio e de quem tiver de se servir do trapiche; portanto é uma imposição que se lança sobre o povo, quando a companhia tem obrigação de fornecer um de graça.

O sr. Antony:—Não apoiado; a companhia tambem teria de exigir a mesma taxa.

O sr. Ferraz:—Um dos nobres collegas, o sr. Miranda Leão, já teve um privilegio que foi rescindido por inexecuvel; ora se o nobre deputado não pode levar a effeito essa obra, não é provavel que haja quem a queira organisar agora com uma companhia para o mesmo fim, e assim esta lei continuara a ser letra morta.

Portanto, fica demonstrada a sua nenhuma utilidade e justificada a razão que me leva a votar contra elle.

O sr. Antony:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Antony:—Sr. presidente, do que expendeu o nobre deputado, não se podia inferir a inutilidade do projecto; nós temos rigorosa necessidade de promover os meios de desembarque do nosso porto, pois o de que nós nos servimos é pessimo.

O sr. Ferraz:—O que eu acho extraordinario, é obrigar-se o povo a contribuir com uma taxa, quando a companhia tem obrigação de fornecer um trapiche.

O sr. Antony:—Eu lá chego.

S. exc. disse que a companhia do Amazonas tem a obrigação de fornecer um trapiche, eu queria que o nobre deputado me mostrasse esta clausula.

O sr. Ferraz:—Posso affirmar que já li isso.

O sr. Antony:—Houve essa clausula no primeiro contracto, mas affianço a v. exc. que foi eliminada na innovação, a qual não posso dizer se foi em 1858 ou em 1856, mas é certo que hoje não tem.

Por essa razão é que eu desejava que v. exc. me mostrasse essa clausula.

O sr. Ferraz:—Mas ainda assim o projecto é desnecessario a vista de outras razões que apresentei, porque subsistem.

O sr. Antony:—Além disto, sr. presidente, no verão os batelões não podem chegar até a praia para facilitar o desembarque, é preciso que os carros e cavallos penetrem dentro d'agua, do que resulta grande difficuldade nas cargas de mercadorias, e não haverá negociante algum que se recuse a pagar uma taxa, não segundo o arbitrio do empresario, mas a que fôr fixada em tabella organizada pelo presidente da pro-

vincia; porque se a taxa fôr excessiva, ninguém desembarcará lá.

Por conseguinte o projecto, longe da ser inutil; é de grande vantagem e utilidade para esta capital.

Sinto que o nobre deputado que contractou primeiramente esta empresa, encontrasse tantos tropêssos que o obrigaram a recuar para agora se dizer que é inexecuvel.

Entregasse a sua causa á pessoas mais competentes, mas eu entendo que a inexecuibilidade não proveio se não da falta de fundos.

O sr. Ferraz:—E na verdade é necessario grandes capitães, porque é preciso ter armazens para depositos dos generos e de mercadorias.

Um sr. deputado:—Para que esses depositos? O trapiche é sómente para descarga.

O sr. Ferraz:—Não pôde prescindir de ter armazem, um trapiche alfandegado como deve ser o de que se trata.

O sr. Antony:—A companhia do Amazonas reduzio Manãos a ter um deposito fluctuante que para nada serve; a castanha é comida pelos ratos, outros generos não se pôdem ali depositar, porque o navio faz agoa por todas as taboas do seu convez.

Eu voto pelo projecto, porque não traz despesa alguma para a provincia.

O sr. padre Daniel:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. padre Daniel:—Sr. presidente, eu voto pelo projecto em discussão, porque entendo que é de summa conveniencia, tanto mais quando estou informado que a companhia do Amazonas não tem mais obrigação de construir o trapiche, como disse o sr. Antony, desde que renunciou o privilegio dos noventa annos, ficou desobrigada desse onus e de outros como o da fundação de colonias.

Mas ainda mesmo que ella tivesse essa obrigação, o trapiche seria da companhia, e ella teria da mesma forma o direito de exigir uma taxa daquelles que se servissem do seu trapiche. Mas tendo cessado para a companhia a obrigação de fazer trapiche, é necessario promover os meios de levar a effeito este melhoramento de que tanto se resente esta capital. E este projecto vem satisfazer perfeitamente esta necessidade.

O sr. Ferraz:—E' lei para inglez vér, é só para augmentar volume.

O sr. padre Daniel:—V. exc. não pode deixar de reconhecer a falta sensivel que ha em uma obra desta natureza, que concorre para o desenvolvimento do commercio e é de muito mais utilidade publica do que o chafariz.

O sr. Ferraz:—V. exc. dá-me licença para um aparte? Trapiche é luxo, calçamento é luxo; caixa d'agua é que não é luxo.

O sr. padre Daniel:—Voto, portanto, pelo projecto, porque estou convencido da sua utilidade.

O sr. Rodrigues:—A provincia não gasta nem um X.

O sr. Dias dos Santos:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Dias dos Santos:—Sr. presidente, pedi a palavra sómente para explicar o meu voto ao projecto n.º 28. Eu sempre tive intenção dar o meu voto em favor deste projecto, primeiro pela consideração que voto ao seu autor, e em segundo lugar pela necessidade que ha de um trapiche nesta capital.

O sr. Antony:—Então v. exc. tambem reconhece.

O sr. Dias dos Santos:—Sem duvida, porque o desembarque da maneira que se faz aqui, é muito inconveniente para o commercio; porque baldeia-se as mercadorias para um deposito fluctuante sem acomodações até serem conduzidas a seus destinos, é por isso sem duvida que o governo incluiu nos contractos com a companhia do Amazonas a obrigação de cons-

Trapiche

trahir um trapiche. O anno passado tendo eu de tratar de alguns pontos em relação a companhia tive de estudar muito bem os seus contractos e confesso que não encontrei a nullificação dessa clausula, tanto assim que era nessa falta de cumprimento por parte da companhia que eu pretendia basear um pedido de informações para dar lugar a discussão. Entretanto como não perdemos nada em organizar uma companhia que realice esse melhoramento sem prejuizo do interesse do commercio, porque a companhia do Amazonas teria sempre de auferir uma taxa pelo serviço do trapiche de sua propriedade, não ha inconveniente em adoptar este projecto; se bem que fique de pé a obrigação da companhia de navegação de fazer o trapiche conforme a clausula de seu contracto.

Encerrada a discussão é approved, e passa á segunda.

Entra em primeira discussão, é approved sem debate, e passa a 2.ª o projecto n. 29.

Entra em 1.ª discussão o projecto n.º 30.

O sr. Antony:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Antony:—Sr. presidente a intenção do nobre deputado signatario deste projecto é boa; mas eu quizeria que me dissessem onde irá o municipio de Serpa buscar rendimentos para faser face as despesas já votadas em seu orçamento, contando sem duvida, com a arrecadação dos impostos pertencentes a essa porção de municipio que pelo projecto se transfere para o da capital? Nos vamos com isto desequilibrar as finanças da camara de Itacoatiara.

O sr. Dias dos Santos:—Ellas depois se hão de equilibrar.

O sr. padre Daniel:—Os limites estão traçados por natureza; e são estes que o projecto agora estabelece.

O sr. Antony:—Eu, como disse, acho boa a intenção do nobre autor do projecto, e reconheço que nos limites actuaes ha uma certa anomalia resultante da topographia do territorio, mas tambem descubro este inconveniente, que me parece de muito peso, attendendo-se que o municipio de Itacoatiara ficará muito reduzido.

E' sómente a objecção que tenho a oppor, e que deixo a consideração da casa.

Encerrada a discussão posto a votos é approved.

Entra ainda em 1.ª discussão é approved sem debate passa a 2.ª o projecto n. 31.

Entram em discussão e são approvedas sem debate as redacções dos projectos ns. 25 L do anno passado que crea uma collectoria no municipio de Manicoré; e 19 deste anno que aposenta o amanuense da secretaria da assembléa, Raymundo Henrique da Costa.

Vão a sancção.

Entra em discussão a redacção do projecto n. 9, que autorisa a compra de casas para escola em Silves e Tefé, e uma para paço da camara municipal e cadeia em Tefé.

O sr. padre Fernandes:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. padre Fernandes:—Para apresentar um requerimento.

Lé e manda a mesa o seguinte requerimento:

«Requeiro que a mesa na occasião de remetter o projecto n. 9 a sancção separe em projectos especiaes as materias contidas no mesmo projecto.

Sala das sessões da assembléa provincial em Manáos 10 de maio de 1879. — O deputado—*padre Fernandes.*

O sr. presidente:—Antes de submeter a discussão e votação este requerimento eu devo declarar ao nobre deputado que isto é trabalho da commissão e não da mesa, por isto se v. exc. quer fazer alteracção póde fazel-o.

O sr. padre Fernandes:—Faz a alteracção.

O sr. presidente:—Está em discussão.

O sr. Symphon:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Symphon:—Peço a v. exc. para mandar-me trazer o requerimento. (O orador é satisfeito)

Sr. presidente, eu como membro da commissão de redacção, ainda que indevidamente, (não apoiado) não posso deixar de votar contra o requerimento do meu nobre collega, porque na discussão das redacções trata-se sómente de apreciar a ordem grammatical, se está perfeitamente de harmonia com o vencido na casa, ou se resulta alguma incoherencia ou absurdo.

Parece que nada disto se dá na redacção do projecto, que é fiel transumpto do que foi vencido na 3.ª discussão.

O sr. Ferraz:—Ha incoherencia.

O sr. Symphon:—Em que consiste a incoherencia?

O sr. Ferraz:—O projecto reúne despesas que devem ser pagas por cofres diversos.

O sr. Symphon:—Não ha tal.

O art 137 do regimento é expresso a este respeito, (lé) «A redacção será posta em discussão, na qual poderá ser emendada, e depois a votos, e quando se mostrar que o vencido envolve incoherencia, contradicção ou absurdo manifesto, poderá o p objecto voltar a uma 4.ª discussão, a fim sómente de corrigil-o no ponto contestado.»

Diz o nobre deputado que me honrou com seu aparte, que a redacção contem incoherencia, porque reúne despesas que correm por diversos cofres.

E pergunto a s. exc. por quaes dos cofres vão ser pagas estas despesas?

O sr. Ferraz:—Pelo municipal e provincial sem duvida.

O sr. Symphon:—Não apoiado.

O que passou nesta casa é que essas despézas fossem effectuadas sómente pelos cofres provinciaes. A assembléa autorizou o presidente da provincia a comprar duas casas para escolas publicas em Tefé e Silves, e outra para paço da camara municipal e cadeia de Tefé; está claro que o presidente não póde executar esta lei sinão por conta dos cofres provinciaes.

V. exc. sabe que a redacção não se póde afastar do vencido; póde sómente contestar a grammatica; dar melhor forma ao pensamento, mas nunca innoval-o; não póde afastar-se do que foi passado na casa. E' escusado dizer mais que eu não posso, nem a casa deve aceitar um requerimento contra uma medida que já foi vencida.

Desde o momento que assim se pratica, eu serei forçado a pedir minha exoneração.

O sr. padre Daniel:—Sendo assim....

O sr. presidente:—Estão em discussão a redacção e requerimento.

O sr. padre Daniel:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. padre Daniel:—Sr. presidente, não me passou pela mente hostilizar a commissão de redacção; em 1.º lugar, porque respeito muito a intelligencia dos meus nobres collegas que a compõem e em 2.º porque de facto a redacção não envolve incoherencia.

Se me manifestei no sentido do requerimento foi porque entendi que era mais conveniente que fossem separadas as materias do projecto. Isto não affecta a redacção: apenas se pede uma providencia para não collocar a administração na alternativa de negar sua sancção a todo o projecto, achando-se entretanto envolvida alguma medida que lhe parecesse dever sancionar.

O projecto comprehende 3 despesas distinctas....

O sr. Symphon:—Que todas devem ser pagas pelos cofres provinciaes.

O sr. padre Daniel:—... Despesas municipaes, geraes e provinciaes; a redacção englobou estes tres principios em um só projecto. Eu não condemnô o seu modo de pensar, mas me parece que era mais congruente separar estas despesas; entretanto se a nobre commissão toma como censura ao seu trabalho esta exigencia, desde já declaro que voto contra o requerimento.

Encerrada a discussão e posta a votos é approvada a redacção, e regeitado o requerimento.

Vae a sancção.

Entra em 2.^a discussão o projecto n.º 27.

São approvados sem debate os arts. 1.º e 2.º

Art. 3.º Dentro do prazo de tres annos o agraciado sugeará o trabalho que tiver feito e o desenvolvimento que tiver dado á sua lavoura a um exame que será ordenado pelo presidente da provincia e se esse trabalho, a juizo de peritos, não corresponder ao auxilio que recebeu, será obrigado a restituir aos cofres provinciaes a importancia recebida e mais os juros de 9% ao anno.

O sr. padre Daniel:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. padre Daniel:—E' para mandar a seguinte emenda:

«Em lugar das palavras—dentro do prazo—diga-se—no fim do prazo. Sala das sessões da assemblea provincial do Amazonas em 10 de Maio de 1879.—O deputado, *Padre Daniel*.»

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, com quanto tenha votado contra o art. 1.º, base de todo o projecto, mas como passasse o 2.º vejo que passará o resto, e por isto vou tambem mandar uma emenda ao art. 3.º

Vai á mesa a seguinte emenda:

«Ao art. 3.º do projecto n.º 27: Em lugar de 9%—diga-se 20%. Sala das sessões da assemblea legislativa provincial do Amazonas em 10 de Maio de 1879.—O deputado, *Ferraz*.»

O sr. presidente:—Estão em discussão o art. e as emendas.

O sr. padre Daniel:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. padre Daniel:—Sr. presidente, pedi a palavra para declarar que voto contra a emenda apresentada pelo sr. deputado Ferraz porque a considero injusta.

Como v. exc. e a casa sabem, o juro legal, o juro da mora é de 9%, e não é esta casa que deve fazer uma lei autorizando a usura, quando tem o dever de dispensar toda a protecção a este ramo de industria. Nós deploramos a industria nômade de nossa população exercida por esses rios pestilenciaes e epidemicos, onde vai em procura dos productos naturaes; e onde encontram, em sua maior parte, senão a morte, molestias incuraveis. Alem disto, senhores, os seringaes vão rareando; em breve não se encontrará mais senão em regiões muito remotas, e ainda mais sujeitos a esses principios delecterios.

Chegado a este ponto em que se ha de empregar essa população nômade que abunda na provincia do Amazonas?

Trocem-se diversos apartes.

Em breve não se encontrará borracha senão nos lugares mais longiquos, por que nos seringas mais proximos, os seringueiros estão estragando as arvores com o systema do arrocho.

Sr. presidente, eu sou o primeiro a reconhecer que a extracção da borracha tem concorrido muito para o estado financeiro a que ultimamente chegamos, pela elevação do impôsto que esta industria pôde supportar sem desanimo para aquelles que n'ella se empregam.

Mas ella ha de desaparecer e a nossa população ficará reduzida ao pauperrismo, porque já não poderá andar errante. Este estado de couzas é contrario aos interesses da provincia, que consiste na permanencia da familia, da educação da prole, que é a base da vida social; no exercicio e pratica dos sentimentos religiosos, de que se vê privada essa população assim esparsa pela vastidão desses rios, onde raras vezes tem occasião de cumprir os seus deveres para com Deus, o que além de embrutecer o espirito estraga o coração.

Se ha assumpto que mereça a nossa protecção e benevolencia é por certo a lavoura da provincia, e principalmente a pequena lavoura que agora começa a despontar. Essa attracção, esta, permitta-se-me a expressão, esta miragem, que fascinava a população de que os seringas enriquecem de um momento para outro, vai felizmente desaparecendo.

Um sr. deputado:—Não ha seringueiro rico. (Trocem-se diversos apartes).

O sr. padre Daniel:—Tanto mais quando os pequenos lavradores não tem protecção do governo...

O sr. Tapajós:—Nem precisão della.

O sr. padre Daniel:—Foi por isto que eu organizei este projecto com o auxilio de outros amigos. Eu quero que os nobres deputados derramem a luz senão a provincia ficará pauperrima.

O sr. Ferraz:—Uma provincia riquissima como é o Amazonas?

O sr. padre Daniel:—Tudo isto deve desaparecer.

O sr. Ferraz:—V. exc. si se occupou da borracha, não tratou dos outros productos naturaes como a copahyba, a salsa etc.

O sr. padre Daniel:—Tudo isto vai desaparecer com o tempo, ninguém se illuda, pelo menos nas regiões mais accessiveis. E' tempo de cuidar do verdadeiro ramo de riqueza e prosperidade de todos os paizes cultos—a lavoura—que prende o homem ao solo e desenvolve todas as outras fontes de producção. Concluindo invoco a protecção da assemblea para este projecto.

O sr. Mavignier:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Mavignier:—E' para apresentar a seguinte emenda:

Lê e vai á mesa:

«Em lugar de 9% diga-se—6 por cento. Paço da assemblea legislativa provincial do Amazonas em 10 de Maio de 1879.—O deputado, *Mavignier*.»

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, pedi a palavra para me pronunciar contra a subemenda do sr. Mavignier. Com a minha emenda, o nobre deputado e os meus collegas deram-me apartes de juros da lei e juros da mora.

Sr. presidente, a fazenda provincial não é casa bancaria para estar dando dinheiro com juro ou sem juros. Estes favores devem ter por fim uma utilidade publica.

Ora o artigo está concebido nestes termos (lê) «...e se esse trabalho não corresponder ao auxilio que recebe, será obrigado a restituir aos cofres provinciaes a importancia recebida e mais os juros de 9% ao anno.

Este pagamento de juros aqui estabelecido é uma pena que se impõe ao lavrador desidio-o, que não se occupou com zelo e constancia no seu trabalho, ao especulador que só quiz se apoderar do dinheiro da provincia sem dar-lhe applicação correspondente ao favor que recebeu. Ora eu augmentando estes juros não faço mais do que augmentar a utilidade do projecto, elevando a penalidade para evitar abusos.

O sr. padre Daniel—Então v. exc. tem em vista remover abuzos?

O sr. Ferraz—Sim, senhor.

O sr. padre Daniel—Neste caso basta o juro da mora; e note v. exc. mais que elle tem de restituir a quantia recebida, que no caso contrario lhe ficaria pertencendo.

O sr. Ferraz—Ainda assim; é muito rasoavel a minha emenda para prevenir estes escandalos.

Ha de acontecer com esta lei como com a lei de premios aos creadores de gados e agricultores, a respeito da qual se diz tanta couza! Como por exemplo que se deu premio a um sujeito que foi comprar farinha a diversos e apresentou-a como fabricada por elle; outros que obtiveram premios de creação, comprando novilhas para prefazer o numero das rezes precisas, etc.

O sr. padre Daniel—O governo terá meios de nullificar estas fraudes.

O sr. Ferraz—O governo é sempre illudido pelos patóteiros.

Encerrada a discussão procede-se a votação.

E' approvedo o art. salvando as emendas.

E' regeitada a emenda do sr. Ferraz que eleva a 20 % os juros; e approveda a do sr. Mavignier que reduz a 6 %.

São approvedos successivamente sem debate os artigos 4.º, 5.º, 6.º, 7.º e 8.º.

Passa á 3.ª discussão.

São approvedas em 3.ª discussão e vão a redacção os projectos n.º 21 e 24.

Entra em 3.ª discussão o projecto n.º 23.

Retiram-se os srs. Ferraz e padre Daniel.

Verifica-se não haver numero para deliberar.

O sr. presidente—Designa para ordem do dia: 1.ª Parte—Projectos, pareceres, indicações e requerimentos.

2.ª Parte:—3.ª discussão dos projectos ns. 22, 30 e 31.

Continuação das materias anteriormente designadas. Levanta-se a sessão.

Sessão de 12 de Maio de 1879.

Presidencia do sr. Amorim

As 11 horas da manhã, feita a chamada, acham-se presentes os srs. Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Ferraz, Tapajós, padre Daniel, Dias dos Santos, Miranda Leão, Canavarro, Torres, Antony, e comparece depois da chamada o sr. Baptista Rodrigues.

Havendo numero legal, abre-se a sessão.

Lida a acta da anterior é approveda.

O sr. 1.º secretario dá conta do seguinte:

Expediente.

1.º Petição de Bernardina Maria da Conceição, em que requer que se consigne verba na lei do orçamento para indemnisação de um terreno de que foi despossada por interesse publico, nas ruas Isabel e dos Educandos.—A' commissão de camaras.

2.º Dita de Martiniano Ferreira dos Anjos, em que pede melhora de aposentadoria.—A' commissão de poderes.

3.º Dita de Raymundo Gomes da Silva Porto, offerecendo uma casa de sua propriedade para escola publica na Villa de Cudajás, pela quantia de 4:600.000.—As commissões de fazenda e de instrucção publica.

4.º Um officio do sr. deputado Conrado, comunicando que por motivos de molestia deixa de comparecer ao resto da sessão.—Inteirada.

Não havendo mais expediente, entra-se na ordem do dia.

1.ª parte.

O sr. Canavarro—Peço a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. Canavarro—Sr. presidente, eu pedi a palavra para apresentar um projecto que me parece de grande conveniencia para a mocidade amasonense, porque tem por fim dar maior desenvolvimento á instrucção publica aproveitando muitas intelligencias vigorosas que abundam na provincia, e que muitas vezes por falta de recursos, não podem cultivar o seu espirito seguindo um curso nas aulas superiores. Espero que os meus nobres collegas lhe prestarão o seu apoio.

Lê e manda a mesa o seguinte projecto:

Para firmar uma regra geral na adopção de uma salutar e patriótica medida em relação a subsidios pecuniarios com que a provincia protege em beneficio de estudantes que almejam seguir cursos superiores no Imperio ou fora delle julgo consentaneo com a razão e justiça, apresentar o seguinte projecto:

A Assembléa Legislativa do Amazonas, — decreta:

Art. 1.º A provincia manterá, permittindo seus cofres, em estudos de sciencias ou artes, no Imperio ou fora delle, até 20 estudantes com o subsidio annual de 1:200\$000 rs. inclusive os existentes.

Art. 2.º Para poder obter o favor do artigo antecedente, deve prestar fiança relativa á quantia do subsidio de 5 annos.

Art. 3.º Se no praso marcado não tiver aproveitado, será obrigado a indemnizar a provincia o que ella tiver despendido.

§ Unico. No estudo de sciencias, o estudante que for expulso do lyceu por seu máo comportamento, perde o direito ao favor do art. 1.º, como tambem aquelle que tiver duas reprovações consecutivas.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario. Sala das Sessões da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 12 de maio de 1879.—O deputado, dr. A. David Vasconcellos de Canavarro.

Toma o n. 32.

O sr. Tapajós—Peço a palavra.

O sr. presidente—Eu darei a palavra a v. ex. opportunamente. Na forma do art. 147 do regimento, convido os srs. deputados a elegerem a commissão de 3 membros que tem de refundir o projecto ora apresentado e o de n. 18 que contem materia identica.

Corre o escrutinio e são elitos para compor a commissão de refuzão os srs. Dias dos Santos, com 9 votos; padre Fernandes; com 5 votos; e Ferraz, com 4 votos; designado pela sorte em desempate com os srs. Symphon e Canavarro, que obtiveram tambem 4 votos cada um; obtendo mais os srs. padre Daniel 2 votos, Antony, Tapajós, Torres, Miranda Leão e Mavignier, 1 voto cada um.

Entra o sr. Baptista Rodrigues.

Vão a commissão de refuzão os projectos n. 18 e 32

O sr. presidente—Tem a palavra o sr. Tapajós.

O sr. Tapajós—Sr. presidente, a commissão de fazenda tem um trabalho prompto para apresentar, e pede a v. exc. dia e hora para fazel-o.

O sr. presidente—Se o tem presente póde fazel-o agora mesmo.

O sr. Tapajós—Lê e manda a mesa os seguintes pareceres:

A commissão de fazenda a quem foi entregue a petição de Eugenio Gentil da Motta, em que pede a esta assembléa um emprestimo da quantia de um conto de réis, a qual pretende applicar na edificação de uma casa, é de parecer que seja indeferida a sua pretensão.

Sala das conferencias em Manaos, 12 de Maio de 1879.—Os membros da commissão—Francisco Antonio Monteiro Tapajós. — Pedro Luiz Symphon. — José Coelho de Miranda Leão.

A comissão de fazenda tendo lido a petição e mais papéis que apresentou Felinto Elísio Fernandes de Moraes, é de parecer que se indefira a sua petição, visto que a reclamação que faz a esta assembleia é injusta, por não lhe assistir direito algum, como já foi declarado pela presidência da provincia em despacho exarado em 10 de Novembro de 1877, em um requerimento do supplicante baseado em informações do thesouro e finalmente por não ter provado o allegado.

Sala das conferencias em Manáos, 12 de Maio de 1879.—Os membros da comissão *Francisco Antonio Monteiro Tapujós—Pedro Luiz Symphon—José Coelho de Miranda Leão.*

Ficam sobre a mesa.

Aproveitando-me da palavra por parte da comissão de redacção, apresento tambem estes dous trabalhos que se acham promptos:

Lê e manda a mesa as redacções dos projectos n.º 21, que fixa a força policial da provincia; e n.º 24, que concede 6 mezes de licença ao guarda da collectoria de Itacoatiara Manoel Martinho de Souza e Albuquerque.

Ficam sobre a mesa.

O sr. Dias dos Santos:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Dias dos Santos:—Sr. presidente, a comissão de agricultura tem um trabalho para apresentar, que se refere a proposta de Lucas de Oliveira Pinheiro, que lhe foi enviada; mas este trabalho não é parecer, por isso requiero que seja dado o projecto n.º 12, que tem relação com a mesma proposta, para ordem do dia de amanhã, afim de que a comissão possa apresentar esse trabalho.

Vou mandar o meu requerimento.

Lê e vai á mesa o seguinte requerimento:

«Requero que se dê para ordem do dia de amanhã o projecto n.º 12, que autorisa a fazer um emprestimo de 30 contos de réis á Manoel Francisco da Rocha Thury. Paço da assembleia legislativa provincial do Amazonas, em 12 de Maio de 1879.—O membro da comissão, *Dias dos Santos.*»

O sr. presidente:—Está em discussão.

O sr. Antony:—Peço a palavra.

O sr. Antony:—Eu desejava que o meu nobre collega autor do requerimento, explicasse melhor o seu pensamento.

Nós votamos em uma das sessões passadas um addiamento a esse projecto n.º 12, até que a comissão de agricultura, a quem foi enviada a proposta de Lucas Pinheiro no mesmo sentido, dê-se o seu parecer sobre ella.

Parece que, em quanto a comissão não dê o seu parecer, nós não podemos nos occupar do projecto addiado.

O sr. Dias dos Santos:—Eu dei a razão.

O sr. Antony:—Mas eu digo que o requerimento do nobre deputado vae d'encontro ao que ficou vencido na casa, importa a estarmos a desfazer todos os dias aquillo que está assentado por decisão da assembleia.

O parecer ainda não foi apresentado, portanto não se pôde dar o projecto para ordem do dia.

O sr. Dias dos Santos:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Dias dos Santos:—Sr. presidente, não é só por meio de um parecer que a comissão pôde manifestar o seu pensamento sobre a proposta; tambem o pode fazer por uma emenda na discussão do projecto. Assim se pratica muitas vezes por economia de tempo.

Este é o pensamento da comissão; quer dar solução a proposta que foi submettida ao seu conhecimento por meio de uma emenda, e por isso é que eu requeri que fosse dado para ordem do dia, afim de offe-

recer na occasião de ser discutido a emenda, que envolve a idéa que teria de fazer objecto do parecer.

O sr. Miranda Leão:—Não se pode fazer isto; a comissão é obrigada a dar o parecer.

O sr. presidente:—Me parece que o requerimento do nobre deputado, sr. Dias dos Santos, reduz a questão a este ponto:—quer que venha a discussão o projecto e então a comissão apresentará o seu parecer por meio de uma emenda.

O sr. Dias dos Santos:—Ha ainda mais uma razão para se recorrer a este expediente, e vem a ser que os membros desta comissão não estão presentes acham-se dispersos e não tem sido possível juntal-os para deliberar.

Encerrada a discussão e posto a votos é approved o requerimento.

O sr. Canavarro:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Canavarro:—Sr. presidente, em uma das sessões passadas entrando em discussão o projecto n.º 13 que concede um subsidio ao estudante Anacleto Langbeck Canavarro, para estudar musica na Italia, foi addiado porque se disse que implicava com o projecto n.º 18 que estabelece medidas geraes para concessão de taes subsidios.

Eu não queria tomar parte na discussão deste projecto por motivos que me são todos particulares, mas não posso conformar-me com esse addiamento pelos fundamentos em que o basearam.

O projecto n.º 18 regula a concessão de subsidios gratuitos, sem onus de indemnisação para os estudantes; entretanto que o projecto n.º 13, trata de um emprestimo, pois que no seu art. 2.º diz:—«Logo que o estudante conclua os seus estudos, e se estabeleça indemnizará a provincia o que houver ella gasto em seu favor.»

Não se achando portanto esta especie comprehendida no projecto n.º 18, não tem applicação ao projecto n.º 13 o addiamento votado pela assemblea para todos os projectos cuja materia implicassem com a d'aquelle

Por isso vou submeter a consideração da casa o seguinte requerimento:

«Requero que seja discutido na 2.ª parte da ordem do dia de hoje o projecto n.º 13.

Sala das sessões da assemblea legislativa provincial do Amazonas, em Manáos, 12 de Maio de 1879.—O deputado—*Canavarro.*»

Vae á mesa e entra em discussão.

O sr. Antony:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Antony:—Sr. presidente, eu foi um dos signatarios do projecto n.º 13 mas não me impede isto de fazer algumas considerações a respeito do requerimento que o nobre deputado apresentou para que entre o mesmo projecto em discussão.

O addiamento votado pela assemblea foi muito regular; porque não procedem os argumentos do nobre deputado, fundados na differença do titulo com que se concede o subsidio, dando a este de que trata o projecto n.º 13 o character de emprestimo, para d'ahi chegar a conclusão de que não se acha comprehendido na letra do projecto n.º 18.

Semelhante differença é todo gratuita, sr. presidente, porque em todo o caso é sempre um subsidio que se presta para estudar qualquer que seja a forma ou condições estabelecidas para essa concessão.

Se passar o projecto n.º 18; o pretendente pode se apresentar ao presidente e requerer um dos lugares, declarando que recebe o subsidio como um emprestimo; e se não passar se continuará então na discussão do projecto n.º 13, que não fica prejudicado sinão no primeiro caso. (Apoiados.)

Encerra-se a discussão e posto a votos é regeitado.

O sr. Tapajós:—Como relator da comissão

especial para dar parecer sobre diversas propostas de leis, não sancionadas pela presidência, precedendo a permissão do estylo, lê e manda e mesa os seguintes pareceres:

A comissão, eleita para conhecer das razões da presidência da provincia com que negou sanção a resolução desta assembléa, que autorizou a despesa de 7:000\$000 com a reimpressão do dictionario historico e topographico da provincia por Lourenço da Silva Araujo Amazonas, e da grammatica e dictionario da lingua indigena, organizada pelo major Pedro Luiz Sympson; considerando que é da attribuição das assembléas provinciaes legislar sobre a instrucção publica e promovê-la para ser difundida pela população, e reconhecendo que é de utilidade publica a reimpressão da primeira; e com especialidade a publicação da ultima que trata da cultura da lingua vernacula do paiz e por consequencia sua publicação de todo o interesse para a provincia em particular e para o paiz em geral, entende que não devem proceder as razões dadas pela presidência de ser a resolução contra os interesses da provincia e portanto é de parecer que seja a dita resolução reinviada a presidência para ser sancionada.

Sala das conferencias 12 de abril de 1879.—Os membros da comissão.—*Francisco A. Monteiro Tapajós.*—*Barão de S. Leonardo.*—*Bernardo J. Batalha.*—*Padre Daniel Pedro M. de Oliveira.*

A comissão especial a quem foi presente a resolução desta assembléa que autorizou o pagamento da quantia de 700\$000 ao bacharel Ernesto Rodrigues Vieira, que lhe foi mandada descontar das prestações de seu contracto para publicação dos actos officiaes, cuja resolução não foi sancionada, examinando attentamente as razões dadas pela presidência, entende que não deve a assembléa concordar com ellas, porque não se firmão em direito algum, e que deve a dita resolução ser adoptada tal qual se acha, e de novo seja enviada a presidência para sancional-a.

Sala das conferencias aos 12 de Maio de 1879.—Os membros da comissão.—*Francisco A. Monteiro Tapajós.*—*Barão de S. Leonardo.*—*Bernardo J. Batalha.*—*Padre Daniel Pedro M. de Oliveira.*

A comissão especial nomeada para examinar as razões da não sanção do projecto de lei que remitte a divida de 8:000\$000, a que se acha obrigado Antonio José Serudo Martins, como fiador de Agostinho Domingues de Carvalho, ex-collector de Itacoatiara, vem dar o resultado de sua incumbencia do seguinte modo:

Funda-se o presidente para negar sanção nos avisos n.º 298 e 59 de 13 de Julho de 1860, § 5.º e 14 de Janeiro de 1862, § 3.º que declaram não competir ás assembléas provinciaes a remissão de dividas.

Em primeiro lugar a doutrina de avisos não póde de modo algum, crear preceitos ou modos porque as assembléas exercitam as suas attribuições, porque nenhuma lei ou disposição constitucional confere ao poder executivo esse direito, que só a assembléa geral o póde ter, dentro da orbita traçada pelo art. 16 do dito acto adicional; isto posto, não podem aquelles avisos servir de regra a negativa da sanção.

Em segundo lugar, quando mesmo esses avisos tivessem a força de obrigár as assembléas provinciaes, sua doutrina se não compadece com as disposições dos artigos 10 § 6 e 11, § 14 do acto adicional, que conferindo ás mesmas assembléas o direito de legislar sobre a fiscalisação de emprego das rendas publicas provinciaes e regular a administração dos bens da provincia, implicitamente conferio as mesmas assembléas, o poder de remittir dividas ou dar outro qualquer emprego ás rendas provinciaes, como o exigirem as conveniencias publicas, ou os principios de justiça.

Assim, pois, é a comissão especial de parecer que as razões da presidência, são improcedentes e não po-

dem ser acceitas; estando por consequente, o projecto no caso de passar por dous terços, nos termos do acto adicional.

Sala das sessões da assembléa, em Manaos 12 de Maio de 1879.—Os membros da comissão.—*José Baptista Rodrigues.*—*Francisco Antonio Monteiro Tapajós.*—*Pedro Luiz Sympson.*—*Dr. Antonio David V. de Canavarro,* vencido.

2.ª Parte.

Entra em 2.ª discussão o projecto n. 31:

Art. 1.º O presidente da provincia é autorizado a conceder ao estudante do lyceo desta capital João Antonio Coelho, a subvenção annual de 240\$000 rs, afim de concluir nesta cidade os seus estudos de preparatorios.

O sr. padre Daniel:—Lê e manda á meza a seguinte emenda ao art. 1.º do projecto n. 31:

Depois da palavra preparatorios—acrescente-se—e bem assim ao seminarista Francisco Por Deus das Chagas e Mello, a subvenção annual de 360\$000 rs. para estudar no seminario episcopal do Pará.

Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas em 12 de maio de 1879. O deputado—*padre Daniel*

O sr. Ferraz:—Peço a palavra:

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz.—Sr. presidente, me é agradável sempre que tenho de entrar em debates suscitados de chofre, me é agradável, não porque tenha a pretensão de passar por orador de improviso, mas porque com isto fica provado que não venho com o espirito prevenido para taes discussões.

O projecto n. 31, trazido a esta casa pelos nobres collegas os srs. Conrado, e Antony, como membros da comissão de instrucção publica, foi precedido de algumas considerações deste ultimo, pelas quaes demonstrou não só que o pretendente era digno do favor que solicitava desta assembléa, como também que a materia do projecto não estava comprehendida na especie do projecto n. 18, considerações que calaram em meu espirito. S. exc. disse aqui que o estudante João Coelho, era filho de uma mulher pauperrima, que era o seu unico amparo, e que demonstrava muita dedicação e aproveitamento no estudo; mas que por falta absoluta de recursos não podia sequer cursar as aulas do nosso lyceu, sendo necessario privar-se das horas do estudo para entregar-se a algum trabalho que lhe proporcionasse os meios de subsistencia. Isto não pode passar desaperebido a quem é chefe de familia. Apresentado o projecto caminha serenamente, e atravessa incolume a 1.ª discussão; eis porém, que na 2.ª o sr. padre Daniel pretende que se faça extensivo esse favor todo especial ao seminarista Chagas, com maior quantia, elevando a subvenção deste a 360\$000 rs. annuaes.

Sr. presidente, as subvenções a estudantes é um favor, e um favor especial para ir estudar dentro ou fora do imperio.

O projecto n. 31 ainda torna mais especial este favor concedendo a subvenção para estudar em sua propria casa, isto é, no lugar de sua residencia.

Eu prestei-lhe o meu voto em attenção ás considerações que expendeu o nobre deputado que o apresentou, e continuarei a prestar, mas não posso apoiar a emenda, porque ella tira o merecimento do favor, tornando-o commum a todos que se quizerem prevalecer do coração bondoso dos nobres deputados.

Eu não sei até onde irá esta condescendencia da assembléa.

Este projecto abre um precedente, que começa já a produzir os seus máos effeitos. Hoje na 2.ª discussão apresenta-se o sr. Chagas, amanhã virão outros, de maneira que até chegar o projecto ao seu termo, estará enxertado de tal forma, que pode vir a prejudicar a idéa primitiva.

Estudante pobre

São favores que a assembléa não pode estar barateando...

O sr. padre Daniel:—Dá um aparte.

O sr. Ferraz:—Eu já disse que isto era mais do que um favor, era uma esmola; mas que a assembléa entendeu dever dispensar a um moço que mereceu uma informação lisongeira de um membro desta casa; o que faz objecto da emenda, porém, é um destes favores que deve prejudicar a provincia.

O sr. padre Daniel:—Não apoiado; não ha de ser 360\$000 rs. por anno, que lhe creará embaraços.

O sr. Ferraz:—Não é a quantia de 360\$000 rs. que ha de desfalar as suas rendas, mas é o precedente que esta concessão vem abrir.

Amanhã toda a população de Manaus estará necessitada de auxilios semelhantes, nada mais facil do que pedir a um deputado para apresentar uma emenda, elle a apresenta, e a assembléa por espirito de equidade vota a subvenção; e ahi temos grande copia de subvenções a pezar sobre os cofres provinciaes.

Um sr. deputado:—Isso é levar as cousas muito longe.

O sr. Ferraz:—As razões com que o nobre deputado apoiou o projecto n. 31 o tornam um favor todo especial, que não está comprehendido na lei que se pretende fazer como medida geral para taes concessões.

O estudante pode morar perto do lycéu, e não ter meios para o frequentar.

Votei por elle, mas não voto pela emenda, do que peço desculpa ao seu nobre autor.

O sr. padre Daniel:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. padre Daniel:—Serei breve.

Antes de tudo devo declarar á casa que o seminarista para quem peço a diminuta subvenção de 360\$ rs. annuaes; não tem pae nem mãe, nem protecção alguma, por conseguinte está nas mesmas circumstancias de merecer a protecção que esta assembléa pretende dispensar ao estudante Coelho, e que tanto influiram no animo do nobre deputado, que agora impugna o favor que eu desejo tornar extensivo ao mesmo seminarista.

O sr. Ferraz:—E' porque já é mais de um, e assim o favor degenera em prodigalidade.

O sr. padre Daniel:—Sr. presidente, quando eu pedi esta pequena subvenção, é porque conheço de perto esse seminarista.

As vocações para o clero são raras, e por isso devem ser aproveitadas, porque dellas é que sahem os verdadeiros sacerdotes; e eu folgo de affiançar que esse seminarista tem uma vocação decidida para o estudo ecclesiastico.

O Pará e Amazonas, mais do que qualquer outra provincia precisa de aproveitar essas vocações, porque com difficuldade se encontram sacerdotes que queiram se internar nas vastas regiões de seu territorio, resultando d'ahi a impossibilidade de se crear freguezias em lugares aliás populosos, e até de prover de parochos as freguezias já creadas, porque o clero destas provincias é muito resumido. O sr. bispo diocesano tem lutado constantemente com essa difficuldade. Apparece esse moço que até está regendo a cadeira de 1.^a letras no seminario episcopal, com decidida vocação para o estudo ecclesiastico, esta assembléa que tem sido magnanima para com outros, ha de agora negar esse pequeno auxilio?

Eu tenho estado no seminario e tenho apreciado de perto as boas qualidades desse seminarista; garanto que tem um excellente comportamento. E' viuvo....

O sr. Ferraz:—Ah! então elle já foi casado?

O sr. padre Daniel:—E' viuvo, mas tem apenas 21 annos.

Um sr. deputado:—E' pintor.

O sr. Ferraz:—O nobre deputado diz que tambem é pintor; logo tem uma profissão lucrativa que pode proporcionar-lhe os meios de vida.

O sr. padre Daniel:—E' pintor; mas o que quer v. exc. que ganhe um artista principiante e desconhecido?

Além disto, se quizer se prevalecer da arte para viver, será obrigado a deixar os estudos para se entregar ao trabalho, e renunciar a sua vocação. E' mesmo para evitar isto que eu peço este auxilio em seu favor.

V. exc. disse que sympathisou com o projecto....

O sr. Ferraz:—Unicamente pela informação do sr. Antony.

O sr. padre Daniel:—Pela mesma razão deve sympathisar com o meu candidato, que se acha talvez em peores condições. Se é pobre do metal, tem a riqueza do coração.

Um sr. deputado:—Tem uns filhinhos no Ceará

O sr. Ferraz:—Pois elle quando era solteiro não quiz estudar, agora depois de viuvo é que lhe appareceu essa vocação para o estudo?

O sr. padre Daniel:—Isso não depõe contra elle; ha muitos sacerdotes distinctos, por suas luzes e dedicação, que foram casados. O homem pode hoje pensar de uma maneira e amanhã reflecte e dizer quero ser sacerdote. O pensamento do homem caminha sempre para sua perfectibilidade.

Eu entrego a causa do meu candidato á apreciação da casa, ella decidirá o que for de justiça e desde já me submetto á sua deliberação.

O sr. Canavarro:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Canavarro:—Sr. presidente, eu vou votar, não só a favor do projecto, como da emenda do sr. padre Daniel, porque tenho conhecimento da pessoa a quem ella se refere, que foi meu visinho na Cachoeira; e além disto porque acho bem empregada qualquer quantia dos cofres provinciaes que se applica a instrucção publica da provincia, no intuito de aproveitar as intelligencias e vocações de seus filhos.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—E' para ainda uma vez declarar que não me conveni com as razões apresentadas pelo meu nobre collega o sr. padre Daniel.

S. exc. desenvolveu-se perfeitamente como sempre costuma, mas eu tenho a mania de não me convencer facilmente. S. exc. disse que esse moço, que já é viuvo, pretende ordenar-se, isto é, adoptar á vida ecclesiastica, para a qual tem decidida vocação.

Não contesto a vocação. Mas se elle tem taes pretensões, as quaes eu muito louvo, e s. exc. tanto deseja ver realisadas essas pretensões, se tanto deseja auxiliar esse moço, ha um meio mais simples para chegar a este resultado. S. exc. é o mais competente para se dirigir ao nosso prelado diocesano, esse varao virtuoso, cuja bolsa está sempre aberta em favor dos necessitados.

Um sr. deputado:—A bolsa do bispo, está vazia.

O sr. padre Daniel:—As congruas dos diocesanos actualmente são por demais mesquinhas, que mal chegam para as despesas mais urgentes, que não são pequenas.

O sr. Ferraz:—Mas como ia dizendo, sr. presidente, s. exc. rvdm.^a quando aqui esteve por duas vezes, uma senhora viuva recorreo a elle e pediu-lhe que levasse seus filhos para educar. S. exc. prometteu que os mandaria buscar...

Um sr. deputado:—E cumpre a sua palavra.

O sr. Ferraz:—... e as crianças lá foram, e ninguém sabe se serão padres ou marinheiros, porque não tinham ainda vocação conhecida: e podem muito

hem depois de receber uma certa educação recusarem-se a vida ecclesiastica.

Ora se s. exc. rvdm.^a assim procedeu com essas creanças, cuja vocação não é conhecida, com maioria de razão não se negará a auxiliar este moço, que como o nobre deputado affirma, apresenta vocação decidida para o clero. Mas não; s. exc. não quer tomar esse trabalho de se dirigir ao prelado diocesano, collocando essa creança... (hilaridade) quero dizer esse viuvo, sob a protecção immediata de s. exc. rvdm.^a, quando estou certo que elle havia de attender...

O sr. padre Daniel:—Tanto attendeo que elle ja está no seminario por intervenção de s. exc. rvdm.^a

O sr. Ferraz:—Se assim é, elle ja está á caminho, e portanto nós devemos abster-nos de abrir as portas ao escandalo com este precedente.

Encerrada a discussão e posto a votos é aprovado o art. salvando a emenda; sendo esta tambem approvada em seguida.

E' approvedo sem debate o art. 2.^o, e passa a 3.^a discussão.

Entra em 2.^a discussão o projecto n. 25, (orçamento provincial.)

São approvedos sem debate os arts. 1.^o e 2.^o

Art. 3.^o Corpo legislativo:

§ 1.^o Subsídio aos membros da assembléa e ajuda de custo 800\$000..... 13:000\$000

§ 2.^o Pessoal da secretaria..... 10:040\$000

§ 3.^o Expediente, actos religiosos, impressões, tachygrapho e despesas miudas. 9:600\$000

32:640\$000

O sr. Antony:—Pede explicação a respeito da quantia de 800\$900 rs. fixada para ajuda de custo dos membros da assembléa provincial; e diz que, não se podendo saber quaes serão os deputados eleitos para a legislatura seguinte, não se pode avaliar quanto tera de gastar-se com esta verba; podendo acontecer que uma só ajuda de custo a absorva.

O sr. Tapajós:—Como membro da commissão de fazenda diz que esta quantia foi calculada tomando por base a que se despendeo na presente sessão com este serviço: e que se na seguinte exceder o presidente da provincia augmenta o credito.

E' approvedo o art. com os paragraphos.

Art. 4.^o—Secretaria do governo:

§ 1.^o Pessoal da secretaria do governo, inclusive a gratificação de 1:400\$000 ao secretario, conforme a tabella que fica approvada 31:000\$000

§ 2.^o Expediente, publicação dos actos officiaes e despesas miudas..... 7:800\$000

38:800\$000

O sr. Ferraz:—Diz que no § 1.^o se consigna a verba total de 31:900\$000 rs. inclusive a gratificação de 1:400\$000 rs. ao secretario do governo, conforme a tabella que fica approvada; mas a tabella a que se refere o paragrapho é a que manda elevar a gratificação do secretario do governo a dous contos de réis. Ha pois uma differença de 600\$000 rs. e por isso eu vou mandar uma emenda a este paragrapho. Lê e vai a mesa a seguinte emenda:

Em vez de 31:000\$000 rs.—diga-se 31:600\$000 rs. ficando elevada a 2:000\$000 rs. a gratificação ao secretario. Paço da assembléa provincial do Amazonas, em 12 de Maio de 1879.—O deputado, Ferraz.

O sr. Tapajós:—Como relator da commissão de fazenda diz que as palavras—fica approvada—com relação a tabella, não comprehende a gratificação do secretario e por isso a commissão distinguio fixando aquella gratificação em 1:400\$000 réis. E' claro que a tabella nesta parte fica alterada.

O sr. Dias dos Santos:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Dias dos Santos:—Sr. presidente, o nobre deputado, o sr. Ferraz, sustenta a idéa de que ha uma tabella approvada...

O sr. Antony:—Não esta approvada.

O sr. Dias dos Santos:—Está approvada, menos na parte que se refere a gratificação do secretario do governo...

O sr. Antony:—Nos agora é que vamos approv-a.

O sr. Dias dos Santos:—...entretanto que se approvou tambem o augmento de vencimentos de outros empregados. Eu não sei se hovi bem, por isso é que peço uma explicação, porque se esses augmentos não foram autorisados por lei, eu voto contra todo o artigo.

O sr. Antony:—E v. exc. entende que o sr. Barão de Maracajú havia de augmentar ordenados sem autorisação legislativa?

O sr. Dias dos Santos:—Aguardo as explicações da commissão, para formar o meu juizo.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, o honrado membro da commissão de fazenda a quem ouvi com toda a attenção, disse em resumo, que a commissão tomou por base para seu calculo, os vencimentos consignados nesta tabella, menos na parte que se refere ao secretario do governo.

S. exc. não justificou sua opinião a este respeito.

Entendo que o secretario não deve ser excluido deste melhoramento.

Ao menos por deferencia.

(Ha um aparte).

O sr. Dias dos Santos:—Qual deferencia! Não se pode ter deferencia com quem não tem comnosco; ha de se fazer o que for conveniente.

O sr. Ferraz:—O nobre deputado quer arrastar a questão para um terreno odioso; eu não me importa que o secretario do governo se chame Manoel Francisco Machado, ou tenha outro qualquer nome; que seja liberal, conservador, progressista, historico ou genuino.

O sr. presidente:—Peço ao nobre deputado que entre na ordem.

O sr. Ferraz:—Sim, senhor; eu digo que se me quer arrastar para um terreno odioso em que eu não desejo entranhar-me.

O sr. padre Daniel:—Para que asedar assim a discussão?

O sr. Ferraz:—Não ha asedume; eu não venho aqui com idéa politica; porque se quer encerrar o meu procedimento pelo prisma de interesses politicos?

Sómente porque o secretario é liberal?

O sr. presidente:—V. exc. livrite-se á materia do artigo.

O sr. Ferraz:—Sim, senhor; eu respeito muito a v. exc.

A tabella menciona a gratificação ao secretario, marcando para ella uma certa quantia; a commissão não quiz conformar-se com essa proposta do presidente ao passo que se conforma com as demais.

Porventura o secretario não é tambem empregado da secretaria?

Não está prestando serviços á provincia?

O sr. Mavignier:—O secretario do governo é empregado geral; entre os outros ha tambem muitos liberaes e nem por isto a commissão deixou de aceitar o augmento.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, eu tenho me arredado um pouco do sentido em que desejava discorrer; os apartes me fizeram desviar do rumo que tinha em vista.

Eu, vendo que a commissão dava como approvada

a tabella dos vencimentos dos empregados da secretaria, e reconhecendo que havia essa diferença na somma total, não podia advinhar que a comissão tinha em mente reduzir a gratificação do secretario, sendo mais natural attribuir a um engano essa diferença. Foi esta a razão porque entendi apresentar a minha emenda.

Concluo declarando que não estou convencido com a explicação que deu o honrado membro da comissão; s. exc. não foi feliz com o que trouxe a consideração da casa.

O sr. Tapajós:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Tapajós:—Sr. presidente, quando a comissão de fazenda confeccionou a lei do orçamento não se occupou de politica nem de individualidades (apoiados). Se v. exc. prestasse mais um pouco de attenção veria que a parte que se refere ao secretario do governo está fora da tabella (lé).

O sr. Ferraz:—Dá um aparte.

O sr. Tapajós:—Perdoe-me.

(Trocaram-se diversos apartes).

O sr. presidente:—Peço attenção.

O sr. Tapajós:—Não é só porque está fora da tabella mas porque a comissão entendeu que o secretario do governo não é empregado provincial.

O sr. Dias dos Santos:—Entendeu muito bem.

O sr. Tapajós:—Nem todas as provincias dão estas gratificações aos secretarios do governo; se fosse de rigor dar gratificações aos empregados geraes que prestam serviços a provincia, então devia-se tornalas extensivas aos empregados da alfandega de Manaus—aos vigarios, chefe de policia, inspector da thesauraria geral etc, que todos são empregados geraes e prestam serviços a provincia.

Se hoje é um liberal que occupa esse lugar, amanhã será um conservador, e este como aquelle terão a mesma gratificação.

Se fosse por espirito de partido, então a comissão teria suprimido toda a gratificação. Mas a comissão entendeu que devia apenas guardar a relação com o augmento dos outros empregados, que nada tem pelos cofres geraes.

Quanto ao secretario tem 1:600\$000 rs. pelo cofre geral—e pelo provincial 1:400\$ rs. etc.; ficará com 3:000\$000 rs. se se elevar a gratificação a 2:000\$0.0—segue-se que a provincia virá a pagar mais do que o governo geral; ficará a gratificação maior do que os vencimentos proprios do emprego.

Agora para que se comprehenda bem que nisto procedo somente com espirito de justiça, e sem prevenção a respeito da pessoa que exerce este cargo, devo acrescentar, como em aparte, que esse moço até é meu parente.

O sr. Ferraz:—Eu não sabia disto.

Encerrada a discussão é approved o artigo e regeitada a emenda.

Art. 5.º—Instrução publica:

§ 1.º Vencimentos dos empregados da directoria e professores.....	67:800\$000
§ 2.º Aluguéis de casas para escolas..	7:380\$000
§ 3.º Prestação ao seminario episcopal de S. José com sustento e ensino a 16 meninos pobres filhos da provincia.....	5:760\$000
§ 4.º Gratificação ao reitor.....	1:000\$000
§ 5.º Idem ao vice-reitor.....	600\$000
§ 6.º Idem aos professores do ensino secundario do seminario.....	1:800\$000
§ 7.º Expediente da directoria, publicação dos actos officiaes e despesas minudas.....	1:200\$000
§ 8.º Idem das escolas, agua, limpeza e compra de mobilia.....	3:560\$000

§ 9.º Subsidio aos estudantes:

José Antonio Rodrigues Pará.....	1:200\$0.0
Lauro Baptista Bittencourt.....	1:200\$000
Manoel de Azevedo da Silva Ramos....	1:000\$000
Antonio Gomes Corrêa de Miranda.....	800\$000
Manoel Pedro Monteiro Tapajós.....	600\$000
José Estelita Monteiro Tapajós.....	600\$000
João Coelho de Miranda.....	500\$000
Quintino de Sá Cardoso.....	250\$000
Augusto Fabricio Ferreira de Mattos....	360\$000
Gabriel Salgado dos Santos.....	360\$000
João Auto de Magalhães Castro.....	360\$000
Carlos Marcellino da Silva.....	360\$000
	96:680\$000

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—E' apenas para pedir uma pequena explicação aos membros da comissão ou a v. exc. mesmo se m'a poder dar.

O § 6.º deste artigo diz—«gratificação aos professores do ensino secundario do seminario 1:800\$ réis»; eu desejava saber quantas são as cadeiras que se retribuem com essa quantia, e quaes as materias que constituem o ensino secundario n'aquelle estabelecimento.

Peço desculpa de minhas continuas exigencias; quando se trata da lei do orçamento da provincia; eu não quero votar por um só de seus artigos sem estar inteiramente convencido da utilidade dessa despesa.

O sr. presidente:—Diz que as materias que se ensinam no seminario são as que se chama—curso de humanidades.

O sr. Ferraz:—Bem; é o curso de humanidades; e são 4 os professores por quem é distribuida essa quantia?

O sr. Canavarro:—São as cadeiras leccionadas por um só professor; eu sei porque já tive ali um estudante.

O sr. Ferraz:—V. exc. vê o aparte do nobre deputado; diz que é um só individuo que lecciona as 4 disciplinas; portanto essa quantia toda é para esse individuo somente, e não para 4. Parece-me muito.

Um sr. deputado:—Não apoiado; mais tem os professores do lyceio para ensinar uma só materia.

Encerrada a discussão e posta a votos é approved o art. e seus §§.

Art. 6.º Culto publico:

§ 1.º Com a festa da semana santa na capital..... 800\$000

Esta quantia será entregue ao encarregado da festa, que prestará contas no thesouro provincial.

§ 2.º Alfaias e paramentos ás matrizes do interior..... 8:000\$000

§ 3.º Guisamento ás mesmas..... 2:000\$000

§ 4.º Alfaias á matriz de N. S. da Conceição da capital, sendo 400\$000 réis para guisamento..... 10:000\$000

§ 5.º Gratificação ao vigario geral da provincia..... 2:400\$000

§ 6.º Idem ao sacristão da matriz da Conceição da capital..... 600\$000

§ 7.º Concerto, alfaias, e guisamento á igreja que serve de matriz na freguesia de N. S. dos Remedios..... 10:000\$000

§ 8.º Gratificação ao sacristão da matriz dos Remedios..... 400\$000

34:200\$000

O sr. Mavignier:—Lê e manda a mesa o seguinte:

«§ additivo ao art. 6.º Com auxilio a igreja de Castanheiro, no Rio Negro 500\$000—e a de N. S. de Nazareth de Itacoatiara 500\$000.

Sala das sessões da assembléa provincial do Amazonas em 12 de Maio de 1879.—O deputado, *Mavignier*.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Primeiramente é para mandar uma emenda relativa aos 10:000\$000 réis, que se votou para a igreja de S. Sebastião, que não vejo ali incluídos.

Lê e manda a mesa o seguinte:

Additivo ao art. 6.º do projecto n.º 25.

«Com auxilio para conclusão da obra da igreja de S. Sebastião desta capital 10:000\$000.

Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, em Manaus, 12 de Maio de 1879.—O deputado, *Ferraz*»

O sr. Miranda Leão.—Isto já é lei, e a comissão tem de offerecer a emenda para consignar os fundos necessários para sua execução.

O sr. Ferraz:—Continuando com a palavra vou oppôr-me a emenda do nobre 1.º secretario.

Sr. presidente, é de alta conveniencia esta assembléa votar estas quantias para igrejas, mas a experiencia tem demonstrado que com essas pequenas verbas nada aproveita; principalmente para a igreja de Itacoatiara que está em pessimas circumstancias.

O sr. Mavignier:—Não é para a matriz; é para uma igreja feita por um particular a custa de esmolas.

O sr. Ferraz:—E' este senhor que aqui veio solicitar um auxilio desta assembléa?

Tanto peor, voto contra porque elle que a começou que a acabe.

O sr. Mavignier:—Este não a fez com os seus recursos somente, mas com auxilio de esmolas que tirou para esse fim.

O sr. Ferraz:—Eu refiro-me a matriz; cujo estado é lastimoso, e não ha de ser com essa pequena quantia que se poderá melhorar essas ruínas a que se acha reduzida. Até na cabeça dos Santos teminhos de cabas.

Quanto a essa igreja a que se refere o nobre deputado, uma vez que foi construida a expensas desse senhor elle acabará de cobri-la.

Passou na casa uma lei dando 10:000\$000 réis para a igreja de S. Sebastião desta capital, devemos cuidar primeiro de nossa casa, e depois das dos outros. (Reclamações.)

O sr. padre Daniel:—E o interior que concorre para as rendas do thesouro não deve gosar também dos beneficios?

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, votando-se... 10:000\$000 réis para a igreja de S. Sebastião; mais 10:000\$000 para concertos e alfaias da igreja de N. S. dos Remedios, que é bem empregado, porque todos reconhecem o estado em que se acha aquella matriz...

O sr. Dias dos Santos:—Hei de dizer ao vigário dos Remedios para lhe dar os agradecimentos.

O sr. Ferraz:—Parece que o nobre deputado com isto quer fazer espirito figurando-me como opposito a tudo quanto é da igreja; entretanto quem se lembrou aqui de pedir 10:000\$000 réis para a igreja de S. Sebastião?

O sr. Miranda Leão:—Não responda a apartes que perde o fio do discurso.

O sr. Ferraz:—Como é que se empresta sentimentos irreligiosos a quem assim procede? Como é que se vem polluir uma intenção boa?...

Um sr. deputado:—A expressão não é parlar.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, declaro que os apartes desviaram-me da direcção que queria dar ao meu argumento.

O sr. Miranda Leão:—Já vê que perdeu o fio do discurso.

O sr. Ferraz:—Parece que v. exc. me quer debicar?

O sr. Miranda Leão:—Não sou capaz; eu preveni a v. exc. que não respondesse a apartes.

O sr. Ferraz:—Em conclusão, declaro que voto contra o additivo do sr. Mavignier.

O sr. Antony:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Antony:—Sr. presidente, vou já declarando que penso diametralmente opposto ao nobre deputado o sr. Ferraz.

O sr. Ferraz:—V. exc. é sempre assim.

O sr. Antony:—S. exc. entende que, uma vez que não se póde votar quantias avultadas para as egrejas de modo que possam fazer um trabalho completo, não se deve votar nenhuma.

Não me parece procedente este modo de pensar; a constancia e a pertinacia vencem muitas difficuldades, e esses pequenos auxilios, repetidos a miudo e bem aproveitados, podem dar bons resultados, ao menos evitar que as igrejas existentes fiquem completamente em ruínas e sejam abandonadas pela população, com receio de ser esmagada debaixo de suas paredes esbarracadas.

Com relação, porém, a matriz de Itacoatiara, acho que com effeito essa quantia de nada serviria, porque, permitta-se-me a expressão, ha curraes de bois que têm mais asseio.

Um sr. deputado:—E' má comparação.

O sr. Antony:—Já pedi desculpa á casa para uzar della.

Por isso mesmo entendo que não se deve negar um auxilio para a igreja de N. S. de Nazareth, que tem proporções para matriz, e que ainda ha de vir a ser a matriz dali; construida unicamente a exforços de um cidadão que ha tantos annos se tem dedicado a esse piedoso encargo; esse homem que todos os annos larga seus affazeres para ir ao Madeira e aos outros rios tirar esmolas para andamento da obra; e que somente agora recorre a esta assembléa pedindo uma esmola para sua conclusão talvez.

Como, em taes condições, negar-se-lhe este pequeno auxilio de 500\$000 réis?

Posso garantir ao nobre deputado que a igreja de que nos occupamos é superior ás melhores matrizes da provincia; com excepção da nova matriz da capital.

O sr. Ferraz:—A provincia não lhe encomendou o sermão.

O sr. Antony:—Se o governo tivesse encomendado o sermão talvez que em lugar de uma obra bem construida como está, tivessemos uma igreja de seringueiras.

O sr. Ferraz:—Mas v. exc. é o engenheiro das obras publicas...

O sr. Antony:—Não me chame para este terreno. Todos sabem como estas cousas se fazem, sem que o engenheiro mais exigente possa obstar.

A igreja de Castanheiro está situada no sitio de um cidadão que tem prestado muitos serviços ao Rio Negro; é a unica capella que ali temos para fazer lembrar naquellas paragens a nossa religião, pois nessa longa extensão até Venezuela, não se encontra outro templo, senão essa igreja do sr. Thomaz d'Aquino, convidando o povo para orar.

O sr. Ferraz:—Mas os habitantes dessas regiões já oravam antes de ter essa capella no sitio do sr. Thomaz de Aquino.

O sr. Antony:—Havia uma outra casa de oração, mas era de palha. Negar-se, pois, esse pequeno auxilio, quando nós devemos concorrer com 10:000\$ réis para a igreja dos Remedios, que ainda está em bom estado, e para uma outra que pertence a uma irmandade, não me parece de justiça.

Voto, portanto, pelo additivo do sr. Mavignier.

O sr. Canavarro:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Canavarro:—Parece-me que é ocasião de apresentar também um additivo dando um pequeno auxilio a uma igreja das mais importantes da provincia e que tem ficado em completo esquecimento.

Devo aqui fazer uma advertencia: tenho dado provas de que não só sou um medico humanitario, como que também tenho sentimentos religiosos, e a prova é que já construí uma linda capella no Careiro unicamente com os meus recursos, mas nada peço para ella. Eis aqui o meu additivo.

Lê e manda á mesa o seguinte additivo ao art. 5.º:

«Com reparos da igreja de Santo Angelo de Tauapessassú, 500\$000 réis. Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 12 de Maio de 1879.—O deputado, Canavarro.»

O sr. Antony:—E' pouco.

O sr. Tapajós:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Tapajós:—Sr. presidente, a comissão de fazenda quando tratou deste artigo, destes concertos e esmolas para as igrejas da provincia, teve em vista gastar pouco dinheiro e aproveitar muito. (Apoiado). Pensou a comissão que estar-se a votar todos os annos quantias para igrejas era um nunca acabar, por isso ella entendeu que era melhor construir igrejas novas, que substituíssem completamente as que já não são susceptíveis de concerto por sua má construcção; mas como as que devem ser novamente construídas não podem ficar promptas já, e as velhas não viessem a desabar completamente, incluiu essas pequenas verbas para concertos, que tem servido de thema a muita cousa.

A idéa da comissão foi que se começasse a construcção de igrejas novas nas cidades da provincia, depois se seguirião as das villas e povoações na ordem de sua cathogoria e população, mas como isto podia demorar muitos annos, se deo essas quantias mesquinhas a titulo de reparos, para se ir servindo das que existem.

Por isto era mais conveniente que não se fizesse alteração, porque agora pode-se votar vinte contos de réis para começo de duas igrejas nas duas cidades do interior. Estas duas emendas para a nova igreja de Itacoatiara e Castanheiro, eu as aceito de muito boa vontade; eu conheço esta ultima ha muitos annos; sei que é a unica que ha ali, onde os povos se reúnem para rezar a ladainha, na falta de sacerdote que celebre outros officios divinos. Quanto ás outras eu entendo que por enquanto se devia abster de taes despesas para não perturbar o calculo já feito. Entretanto a casa resolverá como entender.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, eu ia desistir da palavra quando o nobre deputado o sr. Tapajós no seu bem elaborado discurso expendeu as razões que teve a comissão para limitar as verbas destinadas a reparos e concertos de igrejas; mas o final de suas observações deo lugar a que de novo usasse della.

S. exc. disse que aceitava as emendas que consignarão auxilios para a igreja de Itacoatiara e de Castanheiro, erectas por particulares, apezar do proposito em que estava a comissão de promover a construcção de igrejas novas, razão porque havia despesado as verbas anteriormente votadas para reparos nas igrejas existentes...

O sr. Tapajós:—A comissão não despesou.

O sr. Ferraz:—Mas como se esqueceu de consignar essas pequenas verbas da lei do orçamento do anno passado para concertos de algumas igrejas?

O sr. Tapajós:—Não esqueceu.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, o deputado que

ora occupa a attenção da casa também é religioso; o anno passado eu apresentei aqui uma emenda votando uma quantia para reparos da igreja de S. Gabriel, que foi incluída na lei do orçamento entretanto não a vejo reproduzida na presente lei donde concluo, que a comissão despesou essa verba por consideral-a também desnecessaria.

O sr. Tapajós:—O exercicio da lei acaba em Julho, e por isso póde ser paga até lá; a comissão não tinha que reproduzir o que ainda está em vigor.

O sr. Ferraz:—Srs. a igreja de S. Gabriel é uma das que devem merecer a nossa attenção, não só pela posição extrema que occupa na provincia, como porque parece um ponto de apoio e protecção ali collocado para o qual se voltam as vistas afflitas d'aquelles que tem de atravessar essa medonha passagem. Quem achando-se sob a pressão de tão eminente perigo não se sente possuido do fervoroso desejo de concorrer para melhorar aquella casa de Deus?

Com quanto se diga que o exercicio acaba em julho eu desejava que essa verba continuasse a vigorar no exercicio vindouro, mais a comissão não entendeu assim.

Com estas considerações que acabo de fazer continuo a votar contra a emenda.

Encerra-se a discussão.

E' approvedo o art. salvando os additivos, sendo também estes approvedos em seguida.

São approvedos sem debate os arts. 7, 8, 9 e seus §§.

Art. 10. Repartição da fazenda provincial:

§ 1.º Vencimentos dos empregados do thesouro..... 25:758\$000

§ 2.º Idem dos da recebedoria..... 11:240\$000

§ 3.º Expediente do thesouro..... 3:000\$000

§ 4.º Idem da recebedoria..... 2:000\$000

§ 5.º Vencimentos dos guardas conferentes das collectorias..... 2:000\$000

§ 6.º Porcentagens aos empregados da recebedoria, collectorias e agencias na forma da tabella em vigor..... 42:998\$000

O sr. Ferraz:—Manda a mesa a seguinte:—Emenda ao artigo 10 do projecto n. 25.—Ao § 3.º em lugar de 3:000\$, diga-se 2:000\$.—Ao § 4.º em lugar de 2:000\$, diga-se 1:000\$. Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas em 12 de Maio de 1879.—O deputado—Estevão Ferraz.

O sr. Antony:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Antony:—Sr. presidente voto contra esta emenda porque 5:000\$000 rs. é somma insignificante, não direi só para o thesouro, mas para a recebedoria também, ha de com certeza chegar com muita escassez

O sr. Mavignier:—E' preciso comprar livros, talões etc.

O sr. Antony:—Esta verba é insufficiente, e não admite redução; por isso voto contra a emenda.

O sr. Ferraz:—V. exc. está hoje muito prodigo. Encerra-se a discussão. E' approvedo o art. e regeitada a emenda.

Art. 11—aposentados.

§ Unico. Vencimentos dos empregados aposentados 21:249\$856.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, eu não pedi a palavra para me oppôr a este art. porque nada se póde fazer a respeito delle;—mais parece que o regimento permite ao deputado chamar a attenção da casa pa-

ra um facto qualquer sem todavia apresentar uma medida a respeito.

O meu fim, pois, foi somente fazer notar esta verba enorme de 21:249\$856!!! (e peço ao sr. tachygrapho que lhe ponha 3 pontos de admiração) que pesa sobre a provincia somente com aposentados.

Não pretendo fazer censuras a ninguém, mas a continuar assim, em poucos annos, todas as rendas da provincia serão absorvidas pela verba—aposentados.

Um sr. deputado:—Agora não se trata senão de pagar as que já foram concedidas.

O sr. Ferraz:—Estou no meu direito fazendo estas observações...

Um sr. deputado:—Até de apresentar uma lei revogando certas aposentadorias.

O sr. Ferraz:—E de certo se não fosse reconhecer que sou antipathico, e que qualquer idéa partindo de mim teria de naufragar, eu apresentaria um projecto, não revogando aposentadorias, mas fixando um maximo, até onde ellas podessem ser concedidas; por exemplo—50 contos, contanto que nenhuma fosse mais concedida além dessa quantia.

D'aqui a 10 annos esta somma estará duplicada.

Permita Deus que eu minta.

Um sr. deputado:—V. exc. não conta com os effeitos da morte?

O sr. Ferraz:—Esperem por isto que aposentado não morre. (Hilaridade.)

Encerrada a discussão é aprovado o artigo.

Art. 12. Força provincial.

§ Unico. Com a guarda policial 70:000\$000.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Eu peço desculpa de abusar tantas vezes da attenção da casa; mais como estamos na lei do orçamento, eu quero dar o meu voto com consciencia do que faço, porque não sou nenhum Lyra.

O art. diz:—Com a guarda policial 70:000\$.—Mas a provincia não despende toda essa quantia porque a fazenda geral auxilia com 35:000\$ rs....

O sr. Miranda Leão:—Mas esses 35:000\$ rs. figurão em receita, por conseguinte o resultado é o mesmo; e nem podia ser de outro modo.

O sr. Ferraz:—Bem; agora comprehendo, e neste caso nada tenho a dizer.

Encerrada a discussão é aprovado.

Art. 13. Diversas despesas:

§ 1.º Illuminação da capital 18:737\$640

§ 2.º Subvenção à Amason Stean Navigation company limited..... 58:000\$000

§ 3.º Navegação directa... 32:000\$000

§ 4.º Apreensão e condução de presos de justiça na provincia..... 1:500\$000

§ 5.º Gratificação ao carcereiro da capital..... 1:200\$000

§ 6.º Idem ao de Itacoatiara 240\$000

§ 7.º Com a desapropriação dos casebres da praça Princesa Imperial..... 4:000\$000

§ 8.º Resgate das apolices. 55:600\$000

§ 9.º Com o calçamento das principaes ruas da capital... 10:000\$000

§ 10. Eventuaes..... 5:000\$000

§ 11. Reposições e restituições..... \$

186:277\$640

O sr. Mavignier:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Mavignier:—E' para mandar um additivo a este art. Lê e vai a mesa o seguinte:

§ Additivo ao art. 13 do projecto n. 25.—Indemnisação a José Cardoso Ramalho, 3:500\$ rs. Peço da

assembléa legislativa provincial do Amazonas em 12 de Maio de 1879.—O deputado, *Mavignier*.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, eu pedi a palavra para fazer algumas observações a respeito de certas verbas que vejo consignadas neste art.

Em 1.º lugar temos a do § 7.º

«Com a desapropriação dos casebres da praça—Princesa Imperial—4:000\$000»

Desde que se incluiu esta verba na lei do orçamento que tenho andado a procurar esses casebres da praça—Princesa Imperial—e nada ali vejo que desapropriar. Vou, pois, mandar uma emenda a este §.

(Lê e vai a mesa a seguinte):

«Emenda ao art. 13 do projecto n. 25.

«Elimine-se o § 7.º

Sala das sessões da assembléa provincial do Amazonas em 12 de maio de 1879, O deputado—*Ferraz*.

Outro § que mereceu-me reparo é o 9, que trata do calçamento das principaes ruas e praças da cidade no qual se vota para este serviço a quantia de 10:000\$.

Ora, sr. presidente, ando nesta casa coberto de infellicidades.

Quando se discutio aqui o meu projecto sobre calçamento, esse infeliz projecto que morreu no nascedouro, sem uma luz, esse projecto de luxo, na phrase do nobre deputado o sr. padre Daniel se disse que na lei do orçamento se havia de votar uma verba para este serviço; mas que verba agora se apresenta?

Dez contos de réis!

Um sr. deputado:—E' porque este serviço pertence a camara; esta quantia é apenas como auxilio.

O sr. Ferraz:—Mas a camara não pôde tão cedo se livrar dos compromissos com que se acha, como ha de occorrer a esta despesa?

O que se segue é que nunca teremos calçamento.

Sr. presidente, já uma vez fiz ver que 10:000\$000 rs. não chega para nada; que deve-se contar que somente metade dessa quantia será aproveitada. Apresenta-se Antonio, por exemplo a contractar o calçamento; mas elle não vai ali por si, vai a mandado de Pedro.—Este diz—vós tereis uma parte no preço da empreitada e eu outra.....

O sr. Miranda Leão:—Por ahi vai mal.

O sr. Ferraz:—Vou mal?

O sr. Miranda Leão:—Vai mal porque, com isto fere a administração.

O sr. Ferraz:—Todos sabem como os presidentes approvam esses contractos; elles não podem entrar na apreciação desses conchavos que não chegam ao seu conhecimento;—approvam *in bona fide*.

O sr. Antony:—Não apoiado; então para que se chama concurrencia?

O sr. Ferraz:—Como ia dizendo—destes dez contos de réis—v. exc. tenha a bondade de me tirar duas partes, uma para o arrematante ostensivo, e outra para o mandante; estas partes nunca podem ser inferiores a dous contos de réis para cada um. Ficam seis contos para a obra. Com esses seis contos o que é que se consegue calçar? Além disto que calçamento se fará com tão limitada quantia? V. exc. já tem visto como se faz o calçamento em Manãos.

Um sr. Deputado:—Isto é com os engenheiros.

O sr. Ferraz:—Os engenheiros vão com as necessidades da terra.

Um sr. deputado:—Não é calçamento de luxo.

O sr. Ferraz:—Não é de luxo certamente; mas as couzas em Manãos são todas especiaes.

Um sr. deputado:—São mesmo especiaes; o que admira é v. exc. gostar tanto de Manãos.

O sr. Ferraz:—E gosto. Vou portanto mandar uma emenda a este paragrafo. Lê e manda a mesa a

Praça Princesa Imperial

seguinte:—Emenda ao § 9.º do art. 13 do projecto n. 25.—Em vez de 10:000\$, diga-se 20:000\$. Paço da assembleia provincial do Amazonas em 12 de Maio de 1879.—O deputado, Ferraz.

O sr. Miranda Leão:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Miranda Leão:—Sr. presidente, eu pedi a palavra, apenas para me oppôr a argumentação com que o meu nobre collega o sr. Ferraz quiz apoiar a sua emenda.

Elle disse que para se fazer o serviço de que trata o § 9.º do art. em discussão, é preciso que se divida a quantia votada para elle, deduzindo-se duas quotas, uma para o arrematante ostensivo, e outra para o que manda arrematar, mas que não figura no contracto—e que desta especie de conchavo immoral, resulta ficar muito reduzida a quantia que é realmente empregada na obra.

Ora, o meu nobre collega, não attende que fazendo este juizo, vai attingir de um modo pouco lisonjeiro, não so os engenheiros, quer sejam liberaes ou conservadores, que fazem os respectivos orçamentos que servem de base as arrematações, e nos quaes não podem deixar enchanças para tantos lucros, como também ao inspector perante quem se fazem os contractos, e ao presidente da provincia que os approva.

E' preciso que todos sejam conniventes nesse pequeno arranjo que só deve aproveitar a dous individuos.

Para se fazer estes contractos abre-se a concorrência; apresentam-se diversas propostas, entre ellas uma que offerece-se a fazer, por exemplo, a 25580 réis cada metro quadrado de calcamento. E' approvada esta por ser a mais vantajosa. Ora, se o empreiteiro tem a felicidade de encontrar quem faça o serviço a razão de 15000 réis por metro quadrado, eis um lucro licito que aufera o empreiteiro, sem que se possa attribuir a conchavo immoral, como figurou o nobre deputado; sem que se possa ver nisto uma divisão e subdivisão reprovada, que iria offender aquelles que intervieram na confecção do contracto.

O sr. Ferraz:—Dá um aparte.

O sr. Miranda Leão:—V. exc. disse que era preciso tirar duas partes, isto é quatro contos de réis, para serem divididos entre o empreiteiro que arremata e o que manda, como uma transacção anticipada. Para isto era necessario contar com a elasticidade dos orçamentos em que tudo deve ser calculado exactamente.

Não é assim; o lucro dos empreiteiros está no que podem economisar sobre o orçamento da obra.

O sr. Ferraz:—Mas é preciso saber como se faz a obra.

O sr. Miranda Leão:—E' ainda injustiça; eu tenho visto fazer-se calcamentos aqui e os engenheiros mandarem desmanchar a obra, por não esiar de conformidade com a planta. Os srs. Leovigildo, Antony e Dias dos Santos, todos tem assim praticado quando entendem necessario, sem indemnisação alguma ao empreiteiro.

O sr. Antony:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Antony:—Sómente para ponderar que a emenda do nobre deputado que manda eliminar o § 17.º póde trazer transtorno a administração porque existem na arca da praça—Prinçeza Imperial—casebres que é preciso desapropriar.

O sr. Ferraz:—Isto não quer dizer nada, se não tem outras razões.

O sr. Antony:—Tenha paciência de ouvir-me até o fim.

Para demonstrar que póde trazer embaraços a administração, basta ponderar que já houve combinação com os proprietarios sobre o preço desses casebres, e que em vista desta combinação é que se calculou esta quantia votada. Se não se effectuar essa despesa por

falta de fundos para satisfazer os proprietarios, elles podem crear difficuldades mais tarde, com exigencias, não querendo mais se sujeitar á convenção feita, e obrigar assim a maiores despesas com processo de desapropriação, avaliações, etc.

Agora quanto as amabilidades do meu nobre collega a respeito dos engenheiros, eu nada direi pela parte que me toca, porque seria tecer elogios a mim proprio, mas parece-me, que se nenhuma attenção lhe mereço, s. exc. devia ao menos poupar a outros que pertencem á mesma classe e que são dignos de toda a consideração.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, tomei a palavra sómente para contestar a injustiça que me acabou de fazer o sr. Antony.

S. exc. fallou das minhas amabilidades a respeito dos engenheiros. Eu não proferi aqui a palavra engenheiros!

Se s. exc. entende que eu o não aprecio deve pensar ao menos que aprecio aos outros, para abster-me de dirigir *amabilidades* a uma classe, aliás muito respeitavel.

O sr. Antony:—Nesse caso retiro as minhas expressões se é que com ellas offendi a v. exc.

Encerrada a discussão é approvado o art. salvando as emendas e additivo.

E' approvado o additivo do sr. Mavignier que autorisa a indemnisação de 3:500\$0000 a José Cardoso Ramalho—e regeitadas as emendas do sr. Ferraz.

E' approvado sem debate o art. 14 e seus §§.

Exgotada a hora o sr. presidente designa para ordem do dia seguinte:

1.ª Parte:—Projectos, pareceres, requerimentos e indicações.

2.ª Parte:—Continuação da 2.ª discussão da lei do orçamento provincial (projecto n.º 25); 2.ª discussão dos projectos ns. 28, 29 e 30; 3.ª dos de ns. 12, 27 e 31; discussão das redacções dos projectos ns. 21 e 24 e dos pareceres apresentados hoje.

Levanta-se e sessão.

Termo de 13 de Maio de 1879.

Presidencia do sr. Amorim.

As horas do estylo presentes os srs. deputados Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Miranda Leão, padre Daniel, Dias dos Santos, Antony, Ferraz, Rodrigues e Sympson, não havendo numero legal, o sr. presidente declarou não haver sessão.

Para constar se lavrou este termo.—Henrique Barbosa de Amorim, presidente.—Aristides Justo Mavignier, 1.º secretario.—Padre José Maria Fernandes, 2.º secretario.

Sessão em 14 de Maio de 1879.

Presidencia do sr. Amorim.

As 11 horas da manhã feita a chamada acham-se presentes os srs. Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Ferraz, padre Daniel, Miranda Leão, Canavarro, Sympson, Tapajós, Dias dos Santos e Antony, e comparece depois o sr. Baptista Rodrigues.

Havendo numero legal abre-se a sessão.

O sr. 1.º secretario dá conta do seguinte

Expediente:

1.º Um officio do secretario do governo remettendo outro da camara municipal da Villa de Borba, cobrindo os papeis relativos a receita e despesa da mesma camara.—Fica a disposição da commissão de camaras.

2.º Dito do mesmo remettendo por copia a portaria de suspensão da lei mandada publicar pela assemblèa, que autorisa o pagamento de 16:000\$000 rs. a Francisco de Souza Mesquita.—Inteirada.

3.º Petição de Manoel Nery da Fonseca, official da secretaria da assemblèa, pedindo uma resolução a respeito da dedução que o thesouro provincial liquidou sobre os vencimentos que percebeu durante o tempo que esteve no gozo de uma licença concedida pela mesma assemblèa.—A' commissão de poderes.

4.º Dita dos negociantes Kan & Polack, fazendo reclamações a respeito da linha de navegação directa.—A' commissão de navegação.

Não havendo mais expediente, entra-se na ordem do dia.

1.ª Parte:

O sr. Dias dos Santos:—Como relator da commissão especial eleita para refusão dos projectos n.ºs 18 e 32 e precedendo a permissão do estylo, lê e manda a mesa o seguinte parecer:

A commissão eleita nos termos do art. 147 do regimento para refundir os projectos ns. 18 e 32, é de parecer que se adopte o seguinte projecto:

A Assemblèa Legislativa Provincial do Amazonas, resolve:

Art. 1.º A provincia manterá, permitindo seus cofres, em estudos de sciencias, inclusive curso ecclesiastico, ou artes no Imperio ou fora delle, até oito estudantes com o subsidio annual até um conto e duzentos mil réis, para fora do Imperio, e até seiscentos mil réis para dentro delle, salvo os já existentes.

Art. 2.º No fim de cada anno deverá o estudante subsidiado, remetter á presidencia da provincia, para os fins convenientes, attestados de pessoa autorizada de seu aproveitamento.

Art. 3.º Se depois de dois annos o estudante não der provas de aproveitamento, perderá o direito da presente lei, será obrigado a indemnizar a provincia da quantia que ella tiver despendido.

Art. 4.º O estudante que for expulso do lyceo por mau comportamento, ainda que tenha sido readmittido cu que tenha tido duas reprovações continuas, perderá o direito ao favor do art. 1.º

Art. 5.º O favor da presente lei só poderá ser applicado aos filhos da provincia, ou aos que nella se acharem domiciliados por espaço de dous annos.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das commissões d'Assemblèa Legislativa Provincial do Amazonas, 14 de Maio de 1879.—*Antonio Dias dos Santos.*—Padre José Maria Fernandes, vencido.—*Estevão José Ferraz.*

Toma o n. 33 e tem 1.ª leitura.

O sr. Symphon:—como relator da commissão de poderes, precedendo a permissão do estylo, lê e manda a mesa o seguinte parecer:

A commissão de poderes examinando as petições do bacharel Theodoro Taddeu d'Assumpção, professor effectivo de geographia e historia; do 1.º escripturario do thesouro Luiz Anselmo Baptista e de José Anacleto Zuany, porteiro da recebedoria provincial, em que pedem a esta assemblèa seis mezes de licença cada um para tratarem de sua saude, é de parecer que sejam attendidos com direito somente ao ordenado e incluídos no projecto n. 23 que se discute.

S. R. Sala das conferencias em Manáos 12 de maio de 1879.—Os membros da commissão,—*Pedro Luiz Symphon.*—*Estevão José Ferraz.*

Fica sobre a mesa.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, foi apresentada na casa ha bastantes dias uma proposta de uma pessoa que não me recordo o nome, para fazer o calçamento desta cidade; v. exc. deu o destino conveniente a essa proposta. Estando aqui na bancada vi que o trabalho da commissão a respeito della já estava prompto, porque vieram trazê-lo para o sr. Torres assignar, como supplente de um dos membros da commissão que faltava; não sei se effectivamente o assignou.

Entretanto dizem-me que essa proposta foi retirada...

O sr. Miranda Leão:—Não se podia retirar sem conhecimento da assemblèa.

O sr. Ferraz:—Foi o que se me informou.

O official maior desta casa apresentou aqui uma petição solicitando sua aposentadoria, depois querendo retirá-la, o fez por meio de outra petição e mediante decisão da assemblèa.

Ora, se um empregado nosso foi obrigado a apresentar uma petição para retirar a primeira, parece que não se pode prescindir dessa formalidade com relação a outros.

Desejava, portanto, que v. exc. se dignasse de dar uma solução a este respeito, ouvindo a commissão respectiva; pois me parece que ella não podia por sua propria conta entregar ao proponente a petição que já estava no dominio da casa; que já pertencia ao seu expediente.

O sr. presidente:—A respeito da retirada da petição, a mesa era bastante para informar a v. exc.

O sr. Antony:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Antony:—Sr. presidente, estranho que o nobre deputado faça uma accusação desta ordem a um collega.

O sr. Ferraz:—Não está no caso de estranharme.

O sr. Antony:—Eu não estranho a v. exc.; estranho que v. exc. faça recahir sobre a commissão uma accusação sem base para fazê-la.

Quando se entregam na secretaria os papeis que vão ás commissões, o relator assigna o protocolo, e fica responsavel por elles a mesa e a assemblèa.

Ora v. exc., vindo aqui reclamar sobre a entrega de papeis que devem estar no poder da commissão, por entender que foram retirados da casa, sem conhecimento della, deixa pairar sobre seus collegas a suspeita de que elles sumiram esses papeis.

O sr. Ferraz:—Não tive essa intenção; o que eu quero saber, é o fim que levou essa proposta.

O sr. Antony:—Esses papeis estão em poder da commissão e opportunamente serão apresentados na casa com seu parecer.

Agora se v. exc. se offende com a palavra estranhar, desde já a retiro.

O sr. Ferraz:—Fez muito bem; procedeu como cavalheiro.

Nada mais havendo na primeira parte, passa-se a 2.ª Parte:

Entra em 2.ª discussão o projecto n. 28, são approvados sem debate os arts. 1.º e 2.º de que se compõe. Passa a 3.ª

Entram tambem em 2.ª discussão, são approvados sem debate o passam a 3.ª, os projectos ns. 29 e 30.

Continua a 2.ª discussão do projecto n. 25 (orçamento provincial.)

Comparece o sr. Baptista Rodrigues.

Retira-se o sr. Canavarro.

Art. 15. A receita provincial para o exercicio de 1879—1880 é orçada em 612:401\$000, que será proveniente das imposições especificadas nos paragraphos seguintes; que o presidente da provincia fará arrecadar no referido exercicio e dos saldos dos exercicios anteriores.

IMPOSTOS

Exportação

§ 1.º 10 % sobre o valor da borracha de qualquer forma fabricada.

§ 2.º 5 % sobre o guaraná e o peixe secco.

Interior

§ 3.º 25 % sobre o consumo d'aguardente excepto a que fór fabricada na provincia.

§ 4.º 8 % sobre outros quaesquer generos, excepto a madeira.

§ 5.º 4 % na compra e venda de embarcações.

§ 6.º Imposto sobre armazem de fazendas, ou de molhados por grosso, ou atacado. 60\$000

§ 7.º Idem sobre lojas de fazendas a retalho, ou tabernas, segundo os seus fundos, a saber:

Até 2.000\$000. 40\$000

De 2.000\$000 a 5.000\$000. 20\$000

De 5.000\$000 para cima. 30\$000

§ 8.º Idem sobre pharmacias e drogarias na capital. 50\$000

§ 9.º Idem sobre cartórios e escriptorios de qualquer natureza. 20\$000

§ 10.º Idem por casa de pasto, ou hotel na capital. 25\$000

§ 11.º Idem por casa commercial que vender joias de ouro, prata, plaqué e pedras preciosas. 150\$000

§ 12.º Idem por casa commercial em que se vender drogas, ou medicamentos onde houver pharmacias, ou drogarias. 40\$000

§ 13.º Idem por casa de commercio que vender roupa feita. 20\$000

§ 14.º Idem por casa de bilhar e outros quaesquer jogos licitos. 40\$000

§ 15.º Idem por lojas ambulantes, ou taboleiros de fazenda. 60\$000

Exceptuam-se os que venderem viveres.

§ 16.º Idem sobre canoas empregados no commercio de regatão. 100\$000

§ 17.º Idem por barcos a vapor empregados no dito commercio directo ou indirectamente. 200\$000

§ 18.º Idem por lojas ambulantes que venderem joias de ouro, prata, pedras preciosas, plaqué, cobre e latão, pelas ruas das cidades, villas e freguezias, fora dos povoados, e em canoas de regatão. 100\$000

§ 19.º 2 % na venda dos bens de raiz em praça judicial, ou em leilão.

§ 20.º 2 % dos rendimentos dos leilões commerciaes.

§ 21.º ½ % sobre o valor dos moveis vendidos em leilão.

§ 22.º Imposto sobre lojas de qualquer especie fora dos povoados. 30\$000

§ 23.º Idem por padarias e açougues nas cidades. 20\$000

§ 24.º Idem por folha corrida. 2\$000

§ 25.º Idem por capoa empregada na condução de pedras, madeira, lenha e arêa na capital. 20\$000

§ 26.º Idem sobre carroças de condução. 20\$000

§ 27.º Idem sobre catraias empregadas no embarque e desembarque de pessoas e objectos. 20\$000

Exceptuam-se os vehiculos e embarcações do uso particular.

§ 28.º 4 % da insinuação de doação maior de 360\$000.

§ 29.º 5 % das heranças e legados excepto as que adhiem ascendentes ou descendentes.

§ 30.º 2 % sobre o valor das fianças crimi-

naes definitivas.

§ 31.º 6 % sobre o valor de compra e venda d'esclavos.

§ 32.º 5 % sobre o provimento de empregos provinciaes, inclusive o de commandante e officiaes da guarda policial.

§ 33.º Rendimento dos proprios provinciaes.

§ 34.º Productos da venda de objectos da provincia e dos proprios em que funcionou o estabelecimento dos educandos artifices.

§ 35.º Multa por infracções de leis e regulamentos.

§ 36.º Idem idem dos contractos provinciaes.

§ 37.º Emolumentos de titulos e outros papéis passados pelas repartições provinciaes, nos termos do regulamento n. 26 de 13 de Maio de 1873.

§ 38.º Imposto especial sobre lojas de joias. 100\$000

§ 39.º Idem por fabrica de sabão. 20\$000

§ 40.º Idem por deposito de lenha exposta a venda para consumo dos vapores. 20\$000

§ 41.º Idem sobre casas que venderem polvora e fogos d'artificio, fabricas, ou depositos para isso destinados. 30\$000

§ 42.º Idem por depositos fluctuantes que receberem generos, ou mercadorias. 40\$000

§ 43.º 2 % sobre transferencia de acção de qualquer companhia, ou empresas.

§ 44.º Imposto sobre licença para tirar esmolos. 60\$000

Exceptuam-se as irmandades e as commissões de obras de igrejas.

§ 45.º Cobrança da divida activa.

EXTRAORDINARIA

§ 46.º Productos de rendas não classificadas.

§ 47.º Premios e donativos.

§ 48.º Reposições, restituções e alcances.

§ 49.º Bens do evento.

§ 50.º Auxilio concedido pelo governo imperial á guarda policial. 35:000\$000

O sr. Ferraz—Manda a mesa a seguinte emenda ao § 12:—Em vez de 40\$000 réis, diga-se 100\$000 Paço da assemblea legislativa provincial do Amazonas 14 de Maio de 1879.—O deputado, *Estevão Ferraz*.

Additivo:—Imposto sobre lojas e officinas que venderem calçado estrangeiro 20\$000 rs. Paço da assemblea legislativa provincial do Amazonas, em 14 de Maio de 1879.—O deputado, *Ferraz*.

O sr. padre Daniel:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. padre Daniel:—Sr. presidente, pedi a palavra para offerecer uma emenda ao § 44 deste artigo, mas antes de o fazer permitta v. exc. e a casa que eu a preceda de algumas ligeiras observações a este respeito.

E' um principio reconhecido por todos que entre os dous poderes que regem a sociedade deve haver a maior harmonia; e por isso é que entre a igreja e o estado houve a maior reciprocidade de protecção.

Estabelecido este principio, eu direi que no tiramento de esmolos com imagens para fins religiosos tem se dado muitos abusos, e por isso nós devemos providenciar a este respeito, sujeitando esta faculdade, ainda mesmo com o pagamento do imposto creado por este § da lei, a uma certa inspecção da parte do poder espirital, o mais competente nesta materia; porque muitos individuos de pessimos precedentes e máos costumes, entregam-se a este mister, arrancam esmolos á boa fé dos sentimentos religiosos, entretanto que vão empregar o seu producto, não para o fim a que se destina, mas em cachaça e em pagodes, e nem siquer mandão dizer uma missa resada pela invocação sob a qual tiraram as esmolos.

Como v. exc. sabe, ha uma disposição episcopal sobre este exercicio religioso.

S. exc. rvdm. prohibio expressamente o tiramento de esmolas por particulares para fins religiosos, porque este acto tem uma face mysta.

E, pois, esta assembléa querendo harmonisar as disposições, entendeu que devia carregar no imposto.

Mas v. exc. e o corpo legislativo sabem que este não é o meio de estirpar o abuso, na opinião dos mais abalados financeiros.

Na pratica nós vemos que, apesar da elevada imposição que a assembléa lançou sobre o tiramento de esmolas, o abuso continua, talvez em maior escala, e de um modo mais immoral e reprovado.

Antes disto faziam-no publicamente e com um certo respeito e reverencia para com as imagens que conduziam; agora, porém, mettem as imagens dentro de um bahu de marupá, collocam tudo debaixo do japá da canôa, e vão por toda a parte desta forma, illaqueando a boa fé dos fieis e obtendo os donativos e esmolas com que alimentam os vicios e desvarios de suas festas immoraes.

Um sr. deputado:—Ja vi um que tinha um S. Benedicto do tamanho de um homem.

Outro sr. deputado:—Não ha duvida que é uma immoralidade.

O sr. padre Daniel:—Ora, como este acto tem tambem uma parte religiosa, o vigario deve intervir na concessão dessas licenças. Como é que se concedem essas licenças sem ao menos se ouvir o parochio da freguezia, que é o mais competente para conhecer da moralidade do individuo que a solicita?

Portanto, sr. presidente, se se estabelecer que o vigario seja ouvido não se acabará com o abuso, mas elle ha de diminuir.

Parece-me entretanto que para se obter melhores resultados neste sentido, importa tambem diminuir o imposto, porque quando o imposto é suave, é mais raro o contrabando.

O sr. Antony:—V. exc. sabe que o nosso povo tem um coração bondoso; não fará questão de imposto.

O sr. padre Daniel:—Eu entendo que se o individuo que quer tirar esmolas for de boa conducta não se recusará a pagar o imposto para obter a licença, estando elle assim reduzido; e se não for de boa conducta, não obterá do vigario a licença.

Neste sentido vou mandar a minha emenda.

Lê e váe á mesa a seguinte emenda ao § 44 do art. 15 do projecto n. 25.

Em lugar de 60\$000—diga-se—30\$000 e depois da palavra—igreja—acrescente-se:—com autorisação do respectivo parochio.

Sala das sessões da assembléa legislativa provincial do Amazonas em 14 de Maio de 1879.—O deputado, *Padre Daniel*.

O sr. Dias dos Santos:—Lê e manda á mesa a seguinte emenda ao § 2.º do art. 15 do projecto n. 25: Em vez de 2% diga-se 1%.—Sala das sessões da assembléa legislativa provincial do Amazonas em 14 de Maio de 1879.—O deputado, *Dias dos Santos*.

O sr. Mavignier:—Apresenta a seguinte emenda ao § 11 do art. 15 do projecto n.º 25.

«Depois da palavra—preciosas—acrescente-se: sem prejuizo do § 7.º Sala das sessões da assembléa legislativa provincial do Amazonas em 14 de Maio de 1879.—O deputado, *Mavignier*.

O sr. Sympson:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Sympson:—Sr. presidente, não tendo nenhum dos meus illustres collegas membros da commissão de fazenda tomado a palavra para discutir as emendas, eu desejo fazer algumas observações a respeito de algumas dellas, por isso peço a v. exc. que se

serva mandal-as trazer-me. (O orador é satisfeito.) Começarei pela emenda offerecida pelo sr. Ferraz ao § 12, que trata das casas commerciaes em que se venderem drogas, ou medicamentos, onde houver pharmacies ou drogarias.

Devo dizer a casa e á s. exc. que este imposto de 40\$000 réis que a commissão entendeu dever taxar, é mais que sufficiente. S. exc. quer elevar este imposto a 100\$000 réis; mas eu não sei porque motivo, nem qual a base em que se funda para decretar uma imposição tão elevada.

O sr. Ferraz:—E' no interesse da saúde publica.

O sr. Sympson:—Se foi a saúde publica como acabo de ouvir de meu nobre collega, foi ella mesmo que levou a commissão a não elevar esta verba a mais de 40\$000 réis porque vai recahir na população que não póde prescindir desses medicamentos em suas enfermidades.

O sr. Ferraz:—Então v. exc. entendeu mal a minha emenda.

O sr. Sympson:—V. exc. diz na sua emenda em lugar de 40\$000 réis, diga-se 100\$000; logo eleva a taxa.

O sr. Ferraz:—Mas isso tem por fim vedar que se exponha medicamentos á venda em casas commerciaes; porque pode resultar prejuizo para a saúde publica.

O sr. Sympson:—Ainda assim eu voto contra porque não me consta que na capital, nem nas villas hajam casas onde se vendam drogas ou medicamentos que devem ser exclusivamente vendidos pelos pharmaceuticos.

No quadro demonstrativo da receita apresentado pelo thesouro não consta que se haja cobrado este imposto o que prova que não se dá o caso de que trata este paragrapho; portanto é desnecessaria qualquer emenda visto que o fisco nada tem cobrado deste imposto.

Agora vou me occupar do additivo que manda cobrar 20\$000 réis sobre casa commercial ou officina que vender calçado estrangeiro.

Nós devemos ser mais equitativos com a classe prolectaria.

Se a commissão entendeu que devia ser dispensado esse ramo de commercio como é que o meu nobre collega, quer que se lance mais estes 20\$000 rs. sobre o calçado estrangeiro?

Todas as casas de commercio tem calçado estrangeiro para vender a quem vai o official comprar o que vende em sua officina?

Ao negociante certamente.

E porventura pode elle competir com o negociante em preço?

Não por certo.

Não se deve finter os officiaes com imposição pelo calçado estrangeiro que vendem em suas officinas porque já é comprado ao negociante que já tem pago impostos sobre a mercadoria.

Voto portanto contra este additivo.

Quanto á emenda do sr. padre Daniel, votarei contra somente na parte relativa á redução de 60\$000 rs. para 30\$000 rs. porque desde que forem reduzidos esses direitos é o mesmo que acorocarem o escandalo que toda esta cidade e a assembléa tem presenciado.

Tem aqui uma emenda ao paragrapho 20, do sr. Dias dos Santos, reduzindo os direitos sobre leifões de 2% a 1%; acho que esta emenda é aceitavel e a commissão de fazenda tinha em mente apresentar uma emenda nesse sentido.

Vejo aqui outra emenda do sr. Mavignier, que diz: depois da palavra—preciosas—diga-se sem prejuizo do § 7.º do mesmo artigo.

Eu vou ler o § 7.º para tornar mais clara a emen-

da (lé) Idem sobre lojas de fazendas a retalho segundo os seus fundos a saber: até 2:000\$000 réis, 10\$000; de 2:000:000 a 5:000\$000 20\$000; de 5:000\$ para cima, 30\$000 réis.

Sr. presidente, eu julgo esta emenda desnecessária porque o caso está previsto em um outro parágrafo quando taxa a loja especial de joias na quantia de 100\$ réis.

Nós sabemos que os negociantes que vendem joias para subtrahirem-se aos direitos excessivos a que estão sujeitas as casas de joias que era até então quatrocentos mil réis, procuram illudir o espirito do legislador, porque havendo uma disposição na lei passada que mandava cobrar somente 150\$000 réis por casa commercial em que também se vendessem joias, elles em vez de venderem somente joias, porque o imposto era muito alto vendiam commulativamente mercadorias e assim vinham a pagar uma taxa muito menor.

Ora, a comissão tomando em consideração este meio de illudir o espirito da lei entendeu que era melhor reduzir o imposto de lojas de joias, propriamente ditas, a 100\$000 réis e as que venderem joias e mercadorias a 150\$000 réis.

Portanto estando prevenido o caso acho desnecessária esta emenda.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, em primeiro lugar devo defender ou justificar as duas emendas que submetti a consideração da casa, uma d'ellas é sobre o parágrafo 12 que diz: imposto sobre casa commercial em que se vender drogas ou medicamentos onde houver pharmacia ou drogarias «está aqui 40\$000 rs. eu emendei para 100\$000 rs.

Sr. presidente, o imposto de cem mil rs. é realmente excessivo; mas não deve ser as im considerado desde que se tiver em vista o grande alcance a que se propõe; elle tem por fim coarctar abusos que tem causado funestas consequencias a saúde e hygiene publica.

Diz s. exc. que não ha casa commercial que venda medicamentos entretanto não ha quem ignore que existem casas e até mesmo nesta capital que vendem certas drogas e até mesmo medicamentos.

Um sr. deputado:—A culpa é do medico da saúde publica.

(Troço-se diversos apartes)

O sr. Ferraz:—(continuando) V. exc. sabe que os unicos competentes para venderem medicamentos e drogas são os pharmaceuticos e droguitas.

O sr. Dias dos Santos:—Isso é verdade.

O sr. Ferraz:—Se nas proprias pharmacias se commettem erros funestos quanto mais nas lojas onde um menino, um caxeiro é encarregado de vender essas drogas com as quaes pode causar graves prejuizos.

Ha ainda uma outra razão o commerciante se é de molhados deve ser só de molhados, se é de seccos deve ser de seccos, como é pois que se pode consentir que se misturem drogas com fazendas e mercadorias?

Assim sendo elles obrigados a pagar o imposto muito elevado hão de abster-se de vender drogas em seus estabelecimentos cuja extração não vale apenas pagar o imposto.

Pelo menos devemos ter confiança no pharmaceutico, o imposto de 100\$000 rs. sendo exagerado como é seja o meio de acabar com o abuso.

Passarei agora ao de lojas e officinas em que se vender calçado estrangeiro.

Um sr. deputado:—Não tem razão.

O sr. Antony:—Tem alguma.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente o calçado brazi-

leiro não tem extração alguma porque não poderá concorrer em preço com o estrangeiro se não estiver sujeito a uma imposição.

Ha officinas que já não trabalham porque mais vale comprar o calçado estrangeiro e revendel-o do que fabrical-o no paiz.

A lei do orçamento que se discutio nada previne a este respeito entretanto que eu tenho uma ideia vaga de que existia este imposto nos orçamentos anteriores.

Agora sr. presidente vou tratar da emenda do sr. padre Daniel, eu ouvi com toda a attenção como costumam as considerações que expendeo para justificar a sua emenda; mas parece que s. exc. commetteo um engano que eu vou expor.

Peço a v. exc. que me mande dar a emenda do sr. padre Daniel.

(O orador é satisfeito).

S. exc. discorre brillantemente sobre o imposto a cerea de licença para tirar esmolos tanto assim que mandou a sua emenda. Mas s. exc. accrescentou—com autorisação do respectivo parchocho para prestar homenagem o bene-dicete do vigario.

Mas não é ahi que eu deparo com o engano.

S. exc. em lugar de incluir estas palavras que deseja accrescentar depois da palavra esmolos, o fez depois da palavra igreja ficando assim organizado o parágrafo. Exceptuão-se as irmandades e as comissões de obras de igrejas, sendo ouvido o respectivo parchocho.

O sr. padre Daniel.—E' com effeito um engano e agradeço a v. exc. e vou rectificar.

O sr. Ferraz:—Agora sr. presidente permittam-me que seja ainda muito importuno como sempre sou (não apoiados) para tratar sobre os cartorios e escriptorios de qualquer natureza.

Ora, sr. presidente, vamos pelo lado da advocacia. E' sabido que nesta capital do Amazonas só existe um escriptorio que está sujeito ao imposto. Agora pergunto eu a v. exc. se este advogado que tem o seu cartorio aberto sem mysterio paga o imposto porque não hão de pagar os outros que advogam no fóro e que não pagam, eu quizera que me explicassem isso; eu quizera que todos pagassem; a lei quanto mais bem explicada melhor.

Eu desejava saber que a provincia está cobrando imposto sobre dez escriptorios.

La mandar uma emenda nesse sentido porém não mando mais porque este imposto é inconstitucional, mas a comissão devia previnir por outra forma.

O sr. padre Daniel.—Peço a palavra.

O sr. presidente.—Tem a palavra.

O sr. padre Daniel.—Sr. presidente, tomando na devida consideração o que expendeo o meu nobre bre collega o sr. Ferraz acerca do equivoco que commetti na redacção da minha emenda, eu agora a substituo por esta outra:—Depois das palavras—esmolos—diga-se: com autorisação escripta do respectivo parchocho.

O sr. Sympson.—Peço a palavra.

O sr. presidente.—Tem a palavra.

O sr. Sympson.—Para mandar uma emenda. Sr. presidente, considerando que neste § 9.º que diz imposto sobre cartorio e escriptorio de qualquer natureza que em regra nós não podemos legislar sobre materia que está sujeita a imposição geral e para evitar qualquer equivoco eu mandarei uma emenda neste sentido

Ficará pois o § concebido nestes termos:

Lê e manda a mesa a seguinte emenda ao § 9.º do art. 15:

«Depois da palavra—escriptorios—acrescente-se—commerciaes.—Pago da assembléa provincial em 14 de Maio de 1879.—O deputado—Pedro Sympson.

O sr. Mavignier.—Lê e manda a mesa a seguinte emenda ao § 9.º do art. 15:

«Elimine-se o § 9.º do art. 15 do projecto n.º 25.—Paço d'assembléa legislativa provincial do Amazonas em 14 de Maio de 1879.—O deputado—*Mavignier*.»

Encerrada a discussão procede-se a votação.

E' approvedo o art.º salvando as emendas e additivos.

São approvadas as emendas:

Ao § 20—que reduz a 1 % o imposto sobre leilões.

Ao § 12—que eleva a 100\$000 rs. o imposto sobre casas commerciaes em que se vender drogas e medicamentos, onde houver pharmacia e drogarias.

Ao § 44—que manda acrescentar depois das palavras—escolas—com autorisação escripta do respectivo parochio.

Foram regeitadas as emendas:

Ao § 9.º—que manda eliminar este §—do sr. *Mavignier*—e a do sr. *Sympson* que manda acrescentar a palavra commerciaes—depois da palavra—escriptorios

Ao § 44—que manda acrescentar as palavras—sem prejuizo do § 7.º do mesmo art.—depois da palavra—preciosas.

Ao § 44—que reduz a 30\$000 o imposto sobre licenças para tirar esmolas.

E o additivo que crea o imposto de 20\$, rs. sobre lojas e officinas que venderem calçados estrangeiros.

Art. 16 O presidente da provincia é autorizado a mandar pagar ao escrivão e professor do extinto estabelecimento, de educandos a quantia que tiver direito quando esteve addido ao thesouro provincial.

O sr. *Miranda Leão*—Peço a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. *Miranda Leão*—Sr. presidente, como é occasião de apresentar um additivo ás disposições geraes, vou fazer algumas considerações para justificá-lo.

Eu não tomei parte na confecção deste projecto, que está muito bem elaborado, e revela da parte de seus collaboradores muito tino e esforço patriótico, attendendo perfeitamente as exigencias do serviço publico, e exonerando o mais possível a industria e commercio de onerosos impostos que sobre elles pesavam.

Mas reconheço que é preciso providenciar de um modo positivo e prompto do resgate das apolices provinciales no valor de 55:600\$000 réis que pesam sobre os cofres provinciaes.

Ora para effectuar esse resgate com as rendas do exercicio desta lei, só pôde ter lugar lá para Dezembro ou Janeiro, e durante todo este tempo a provincia estará carregando com os juros dessa avultada quantia.

O sr. *Ferraz*—Foi por isso que eu apresentei o meu projecto especial a este respeito; que não mereceu a acceitação da casa.

O sr. *Miranda Leão*—Passando o additivo que eu vou apresentar pôde-se effectuar o pagamento logo nos primeiros dias do exercicio que vai findar.

Eis aqui o additivo.

Lê e manda a mesa o seguinte:

Art. additivo as disposições geraes do projecto n.º 25:

A quantia de 55:600\$000 réis, de que trata o § 8.º do art. 13 será paga logo no principio do exercicio da presente lei, fazendo-se o respectivo supprimento pelo exercicio de 1878—1879.—Paço d'assembléa legislativa provincial em Manaus. 14 de Maio de 1879.—O deputado, *Miranda Leão*.

O sr. *padre Fernandes*—Lê e manda mesa o seguinte:

Art. additivo para as disposições geraes do projecto n.º 25:

Fica autorizado o presidente da provincia a mandar indemnizar a Francisco de Paula Bello o terreno de sua propriedade, que está occupado pela rua da Condição, bem como a parte da casa do mesmo, que tem de fazer parte da dita rua.—S. R.—Paço d'assembléa,

14 de Maio de 1879.—Os deputados, *Padre Fernandes*—*Miranda Leão*.»

Encerra-se a discussão.

Approva-se o art.º salvando-se os additivos.

São approvados os additivos, dos srs. *Miranda Leão* e *padre Fernandes*.

São approvados successivamente e sem debate os arts. 17, 18, 19 e 20.

O sr. *Antony* lê e manda á mesa o seguinte:

Additivo ás disposições permanentes:

«Fica revogado o § 1.º do art. 5.º da lei n.º 350 de 24 de Maio de 1876—e em vigor o art. 5.º do reg. n.º 30 de 30 de Setembro de 1875, que reformou a Recebedoria Provincial. Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, em 14 de Maio de 1879.—O deputado, *Antony*.»

Eu devo dar algumas explicações para tornar bem patente o meu pensamento a respeito deste additivo que apresento.

O art. 5.º do reg. de 30 de Setembro de 1875, que reforma a Recebedoria Provincial estabelecia o seguinte: Depois de completo o quadro, segundo a reforma estabelecida neste regulamento, nenhum empregado poderá ser nomeado, á excepção do administrador, thesoureiro e porteiro sem preceder exame, por meio de concurso, das materias designadas no art. 19 do regulamento n.º 21 de 30 de Agosto de 1869.

No tempo do sr. *Passos Miranda*, querendo fazer-se um arranjo, para accomodar um pretendente, procurou-se crear mais uma excepção, introduzindo-se na lei do orçamento de 1876, uma disposição no § 1.º do art. 15, que tornava extensiva tambem ao lugar de escrivão da Recebedoria a faculdade de ser provido sem concurso. E' pois, esta faculdade que eu quero revogar com o meu additivo, restabelecendo a disposição do art. 5.º do reg. de 1875, que sujeitava o lugar de escrivão da Recebedoria a concurso como os demais.

Encerrada a discussão é approvedo o additivo.

O sr. *Mavignier* lê e manda á mesa o seguinte requerimento.

«Requeiro dispensa dos interstícios para o projecto n.º 25. Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, em 14 de Maio de 1879.—O deputado, *Mavignier*.»

E' regeitado sem debate.

Entra em 3.ª discussão, é approvedo sem debate, e vai á redacção o projecto n.º 7.

Entra em 3.ª discussão o projecto n.º 20.

O sr. *padre Daniel* manda a mesa o seguinte artigo additivo ao projecto n.º 20, para onde convier:

«Art. As cadeiras actualmente providas interinamente deverão no prazo de 90 dias, da publicação desta lei, o serem effectivamente por concurso, e, no caso contrario ficarão consideradas vagas. Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 14 de Maio de 1879.—O deputado, *Padre Daniel*.»

O sr. *Ferraz*—Peço a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. *Ferraz*—E' para mandar uma emenda:

Lê e manda a mesa a seguinte emenda ao projecto n.º 20.

«Supprima-se o art. 4.º

Sala das sessões d'assembléa provincial do Amazonas, em 14 de Maio de 1879.—O deputado—*Ferraz*.»

Parcece que a minha emenda não affecta em cousa alguma a emenda do sr. *padre Daniel*.

Ella tem por fim supprir o art. 4.º do projecto (não apoiados).

O art. 4.º diz: Nenhuma cadeira será d'ora em diante provida interinamente.

Pergunto eu: será possível que o povo fique sem instrução? (não apoiados).

Nós podemos ter bons professores interinamente; (não apoiados) é uma medida prejudicial á instrução publica, essa que se quer estabelecer no art. 4.º do projecto.

Sabe-se muito bem como são esses concursos.

Muitas vezes apresenta-se um examinando, aliás dotado de intelligencia, mas que a vista dos examinadores se acanha e faz má figura.

Alem disto, accresce que ha certos lugares para onde ninguém se quereria sujeitar a concurso, e que assim o presidente ficaria impedido de prover esses lugares de professores, como por exemplo—Marabitanas e outros pontos remotos, ao passo que ali tem uma população que precisa de receber instrução, e que o presidente poderia obter um bom professor interino que aceitasse a cadeira.

O sr. Miranda Leão—Dá um aparte.

O sr. Ferraz—Vae-se privar as pessoas que moram por estas paragens remotas da instrução a que tem direito.

Límito-me a estas considerações.

O sr. padre Daniel—Peço a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. padre Daniel—Sr. presidente, a hora está adiantada e por isso serei breve.

O sr. Tapajós—Isto é bom.

O sr. padre Daniel—Voto contra a emenda do sr. Ferraz, porque a considero prejudicial á instrução publica.

É uma verdade reconhecida por todos que as escolas publicas providas por pessoas incapazes...

O sr. Ferraz—A incapacidade não resulta da interinidade.

O sr. padre Daniel—A escola dos pedagogistas estabelece este axioma: diz-me a capacidade dos professores, que eu te direi o aproveitamento dos alumnos.

O sr. Ferraz—Não se pode argumentar com abusos.

O sr. padre Daniel—Mas devemos prevenir os abusos o mais que for possível; hoje que nós augmentamos os vencimentos dos professores, devemos tomar providencias, para que tenhamos bons professores (apoiados).

Encerra-se a discussão.

É approved o projecto salvando a emenda e additivo.

É approved o artigo additivo do sr. padre Daniel e regentada a emenda do sr. Ferraz.

Entra em 3.ª discussão o projecto n. 22 (orçamento da camara municipal da capital).

O sr. Miranda Leão—Peço a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. Miranda Leão—Sr. presidente, pedi a palavra para apresentar um requerimento e umas emendas a respeito do projecto em discussão; mas antes v. exe. ha de permitir que faça algumas ligeiras observações.

Primeiramente tratarei do requerimento; nelle peço que se restabeleça a 1.ª parte da emenda apresentada pelo sr. Symphon na primeira discussão, eliminando o § que se refere a mascarados; porque, sr. presidente, a camara organisa a sua postura e manda para esta casa approvar. Entendem alguns senhores deputados que a proposta da camara não pode ser alterada, apesar de alguns outros dizerem que esta imposição não veio na proposta da camara.

Eu acredito que veio porque o nobre relator da comissão aqui o affirmou.

Outros entendem que o imposto é pessoal, e por isso não deve ser acceto. Eu não julgo este imposto pessoal, na accepção restricta, mas entendo que é odioso.

Em uma das eleições passadas os liberaes para se

tornarem populares e attrahir a sympathia dos votantes lembraram-se indispor os conservadores com a população, espalhando que estes tinham lançado impostos sobre os generos alimenticios que entram para o mercado publico, quem sabe se essa proposta da camara não é um presente de gregos, que os liberaes nos offerecem, para depois dizerem que nós nos ultimos arrancos, decretamos essa medida anti-popular, para nos indispor com a população?

Ora o estabelecimento que dá os bailes carnavalescos já está sujeito ao imposto de 60\$000 rs.—Este cobra de cada pessoa que se apresenta mascarada 2\$000 rs. parece que não ha razão para se cobrar mais 53 rs. para andar na rua.

Agora passo a tratar de um additivo que vou apresentar.

Sr. presidente, a nossa capital que é visitada por muitos estrangeiros, apresenta ainda o triste espectáculo de crusarem as ruas homens indecentemente trajados de ceroulas somente, e com a fralda da camisa por fora da ceroula.

Para evitar esta indecencia eu mando este art. additivos de posturas para ser incluído aonde convier.

Finalmente vou preceder de algumas palavras a minha ultima emenda.

A camara municipal, ou porque não prestou bem attenção ao regulamento do curro, ou porque quer mesmo, além do que está marcado no art. 4, augmentar este imposto (lé); elevou o imposto sobre os couros por maneira tal, que virá cada um a pagar só de direito 9\$000 réis, o que é um absurdo.

O sr. Antony Da um aparte.

O sr. Miranda Leão—Para remover este absurdo eu vou mandar tambem uma emenda a este respeito.

Lê e vai á mesa o requerimento, additivo e a emenda que vão adiante no lugar competente.

Retiram-se os srs. padre Daniel, Dias dos Santos, e Baptista Rodrigues.

Verificasse não haver casa para se proceder a votação.

O sr. presidente designa para ordem do dia:

1.ª Parte:—Projectos, pareceres, indicações e requerimentos.

2.ª Parte:—Continuação das materias anteriores que não foram discutidas.

Levanta-se a sessão.

Sessão de 15 de Maio de 1879.

Presidencia do sr. Amorim

As 11 horas da manhã feita a chamada acham-se presentes os srs. Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Ferraz, Dias dos Santos, padre Daniel, Symphon, Tapajós, Antony, Baptista Rodrigues e Torres.

Havendo numero legal abre-se a sessão.

Lê-se a acta da anterior.

O sr. Ferraz—(Pede a acta para examinar) Peço a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. Ferraz—Observa que na redacção da acta não foi incluída uma emenda sua que cahio, que creava o imposto de 20\$000 réis sobre casas commerciaes e officinas que vendessem calçado estrangeiro.

Tambem falta uma emenda apresentada pelo sr. Miranda Leão, que mandava eliminar o art. 4.º e seus §§ do projecto n.º 22; e uma outra emenda está sem assignatura do nobre deputado que a offerecen.

Vae ser reformada no sentido das observações.

O sr. 1.º secretario dá conta do seguinte:

Expediente

Uma petição de Otello Fernandes de Sá Antunes,

porteiro da secretaria do governo, reclamando os vencimentos que deixou de receber quando esteve licenciado.—A' commissão de poderes.

Não havendo mais expediente, entra-se na
Ordem do dia

1.ª Parte

O sr. Tapajós:—Como relator da commissão de redacção, e precedendo a permissão do estylo, lê e manda a mesa a redacção do projecto n.º 7 que dá providencias para o abastecimento de agua potavel na capital; e a do de n.º 20 que regula os vencimentos dos empregados da directoria da instrucção publica, dos lentes do lyceu e dos professores do ensino primario. Ficam sobre a mesa.

O sr. Dias dos Santos:—Como relator da commissão de agricultura, precedendo a permissão do estylo, lê o parecer sobre a proposta de Lourenço Nicolão de Mello.

Fica sobre a mesa.

Nada mais havendo na 1.ª parte passa-se a

2.ª Parte

Continua a 3.ª discussão do projecto n.º 22 (orçamento da camara municipal da capital).

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, eu pedi a palavra para me occupar das emendas offerecidas pelo sr. Miranda Leão, na sessão de hontem, a ultima hora, e que não poderam ser discutidas por falta de numero legal.

Começarei por esta que manda eliminar o art. 4.º e seus §§ inclusive o 6.º

Não concordo com esta emenda. Eu ponderei que 15500 que paga o proprietario das rezes por cada uma recolhida ao curro, é muito; mas não se pôde eliminar todos esses §§.

Um sr. deputado:—Tudo isto já está providenciado no regulamento.

O sr. Ferraz:—Neste caso; se o nobre deputado me assegura que lá está providenciado me conformo.

Concordo tambem com este requerimento que pede para se restabelecer a emenda do sr. Sympson que manda eliminar o § 15—que trata de pessoas mascaradas que percorrerem as ruas.

Temos agora um additivo que dispõe sobre os individuos que andam de ceroulas com a camisa por fóra della.

Sr. presidente, ha cousas que se sentem, mas não se deve dizer e menos escrever. Esta é uma dellas.

Eu desejava que o seu nobre autor estivesse nesta casa para dar uma explicação que me satisfizesse e me convencesse.

Um sr. deputado:—E' coarctar a liberdade de cada um andar como pôde e como quer.

O sr. Ferraz:—Entendo, sr. presidente, que esta disposição é indigna de figurar em código de leis que passe por esta assembléa.

O sr. Sympson:—Não apoiado; é uma immoralidade.

O sr. Ferraz:—O nobre deputado diz que é uma immoralidade; eu concordo; mas deve tambem concordar que os actos que offendem a decencia e moralidade publica, cahem no dominio da policia correccional, a quem compete providenciar; nunca porém, taes medidas devem partir desta assembléa.

O sr. Antony:—Isto já está prevenido pelo código de posturas da camara no art. 85.

O sr. Ferraz:—Vê v. exc. que a camara já prevenio estes casos no seu código de posturas, por isso é escusado esta assembléa descer a estas minuciosidades.

O sr. Baptista Rodrigues:—Na verdade este negocio de ceroulas sahindo desta assembléa não parece muito curial.

O sr. Ferraz:—Tem aqui esta emenda supprime-se os §§ 14 e 15. O § 14 trata do imposto sobre os bailes mascarados; e o § 15 sobre as pessoas mascaradas.

O sr. Sympson:—Mas a minha emenda cahio.

O sr. Ferraz:—Bem; mas o sr. Miranda Leão quer que se restabeleça essa emenda.

Eu entendo que o imposto de 60\$000 réis sobre bailes é muito rasoavel, e deve subsistir; quando porém ao art. 15, isto é, o de 5\$000 réis sobre cada pessoa mascarada deve com effeito ser eliminado. Voto pelo requerimento nesta parte.

São as considerações que eu tenho a fazer sobre as emendas do nobre deputado que não se acha presente.

O sr. Antony:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Antony:—(Pede a emenda do sr. Mavignier sobre o art. 1.º § 17 do projecto) Sr. presidente, eu ainda insisto para que se deixe na lei do orçamento municipal a verba consignada para o medico tal qual a camara pedio. Eu avancei que existia um contracto que sujeitava o medico da camara a medicar os pobres eu sua casa.

Depois informei-me melhor e soube que esse contracto ainda não estava assignado; mas esse augmento foi já tomado em consideração desses serviços aos pobres.

Não se achará certamente um facultativo que queira se encarregar do serviço do curro somente por essa quantia de 600\$000 reis; tendo de ali comparecer a uma hora impropria, depois do jantar, mais propria para o repouso no nosso clima.

A camara que pede essa quantia é porque ella entende que não pôde achar quem faça o serviço por menos.

Portanto eu continuo a votar contra a emenda do meu nobre collega.

O sr. Mavignier:—Lê e manda a mesa a seguinte:

Emenda ao art. 2.º—§ 23 do projecto n.º 22:

Em vez de 250\$000 réis diga-se— 100\$000 réis—Pago da assembléa legislativa provincial do Amazonas em 15 de Maio de 1879.—O deputado—Mavignier.

O sr. padre Daniel:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. padre Daniel:—Sr. presidente, vou offerecer um art. additivo para ser incluído nas disposições geraes permanentes, que tem por fim tornar effectiva e mais efficaz a disposição do § 30 do art. 2.º do projecto que se discute.

A lei traçou a obrigação, mas não estabeleceu os meios coercitivos, não creou penalidade para as transgressões.

Dado o caso que o individuo, saia com o santo para tirar esmolas sem tirar a licença qual o meio que a lei tem estabelecido para obstar a infracção?

Um sr. deputado:—Tem o correctivo policial.

O sr. padre Daniel:—O que pôde fazer a policia? Dizer ao individuo vme. não pôde tirar esmolas porque não tem licença?

Pois bem; elle então muda de tatica e continua no officio por contrabando; mette o santo dentro de um bahu, pega no tambor, e procura evitar a policia.

Se esta, porém, chega a descobrir o expediente engenhoso, nada mais pôde fazer; e o contrabandista fica de posse do dinheiro arrancado a credulidade e espirito de devoção, que vai empregar em praticas reprovadas.

E' o—*vox clamans in deserto*.

O additivo, porém, que vou offerecer estabelece alguma cousa mais positiva do que as admoestações da policia, e que por certo ha de produzir melhores resultados.

Lê e vai a mesa o seguinte:

Art. additivo para as disposições permanentes do do projecto n.º 22.

Os infractores do § 30 do art. 2.º desta lei, incorrerão na multa de 30\$000 réis ou em 8 dias de prisão, ficando obrigado a tirar a licença na forma do mesmo §.—Sala das sessões da assembleia legislativa provincial do Amazonas em 15 de Maio de 1879.—O deputado—*Padre Daniel*.

O sr. Ferraz:—Pego a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, vou occupar-me da emenda do nobre deputado o sr. 1.º secretario que ouvi ler, sobre o imposto do § 13, pela qual elle pretende reduzi-lo de 250\$000 a 100\$000 réis.

Não sei, sr. presidente, que razão, que conveniencia pôde existir nesta redução; quando eu acho ainda pouco.

O sr. Torres:—Dá um aparte.

O sr. Ferraz:—Nós sabemos o que são essas vendas de prata, ouro e pedras preciosas.

O sr. Baptista Rodrigues:—E' a rapinocracia.

O sr. Ferraz:—V. exc. está ouvindo o aparte do nobre deputado.

Se eu dissesse que era uma ladroeira haviam de dizer que era exageração.

Vende-se por ouro e prata, latão e casquinha.

Um sr. deputado:—E o imposto evita isto?

O sr. Ferraz:—Não evita, mas ao menos oppõe algum obstaculo ao exercicio dessa profissão que a ninguém aproveita senão ao vendedor que tantos prejuizos causa.

Vou referir a esse respeito um facto de que fui testemunha ocular para provar até onde chega a especulação desse genero de mercancia.

Houve um negociante que comprou no Pará um grande sortimento de brincos de casquinha que levou para um certo rio cujo nome não quero declarar; e tendo comprado esta quinquilharia a dois mil e quinhentos a groza; reparem bem os nobres deputados, vendia cada um par por 1\$500, isto na minha presença e declarando-me que tinha custado 2\$500 a groza.

Ora se este negociante procedeu assim como ha de proceder o negociante de joias propriamente, que no meio dellas leva o latão, vidro etc. Por isso por maior que seja a imposição que sobre elles se lançar é sempre justa.

O sr. Antony:—Elles fazem como os sujeitos das escolas que mettem os santos no bahu e vendem as joias por contrabando.

Encerrada a discussão procede-se a votação.

E' approvedo o projecto salvando as emendas mandadas restaurar nessa discussão.

E' approveda a emenda do sr. Miranda Leão que manda eliminar o art. 4.º e seus §§ e o additivo do sr. padre Daniel que estabelece penas para os infractores do § 30 do art. 2.º desta lei e regeitados o additivo do sr. Miranda Leão que prohibe transitar pelas ruas individuos de camisa e ceroulas e o do sr. Mavignier que reduz a 100\$400 o imposto do § 23 do art. 2.º

E' approvedo o requerimento do sr. Miranda Leão quanto a segunda parte.

E' approveda a emenda do sr. Simpson na parte que manda eliminar o § 15 que impõe sobre as pessoas mascaradas. Vae a redacção.

Entra em 3.ª discussão o projecto n.º 27.

O sr. padre Daniel:—Lê e manda a mesa a seguinte emenda ao art. 2.º—Depois da palavra guaraná accrescente-se.—Cana de assucar. Paço da assembleia legislativa provincial do Amazonas 15 de Maio de 1879.—O deputado, *Padre Daniel*.

Substitutivo ao art. 5.º do projecto n.º 27:—A importancia do auxilio a cada agricultor não poderá exceder de 2:000\$000 rs. e só será prestada a aquelle

que se empregar exclusivamente na lavoura de qualquer dos generos mencionados no art. 2.º, e alem disto revellar gosto pelo trabalho e intelligencia para dirigir-o, com vantagem sua e do publico. Sala da assembleia do Amazonas, em 13 de Maio de 1879.—O deputado, *Padre Daniel*.

E' approvedo salvando a emenda, e approveda esta em seguida.—Vai a redacção.

Entra em 3.ª discussão o projecto n.º 26.

O sr. padre Daniel:—Lê e manda a mesa a seguinte emenda:—Em lugar das palavras—ou forte, diga-se:—até o forte. Paço da assembleia legislativa provincial do Amazonas, 16 de Maio de 1879.—O deputado, *Padre Daniel*.

E' approvedo salvando a emenda, e depois approveda esta tambem.—Vai a redacção.

Entra em 3.ª discussão o projecto n.º 12.

O sr. Dias dos Santos:—Peco a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Dias dos Santos:—Sr. presidente, a commissão de agricultura, a quem foi submittida a proposta de Manoel Francisco da Rocha Thury e a de Lucas de Oliveira Pinheiro, relativas ao abastecimento de carnes verdes, em vez de apresentar parecer, resolveu considerar a materia de ambas as propostas por meio de uma emenda que vou mandar a mesa.

Lê e manda a mesa a seguinte emenda ao art. 1.º do projecto n.º 12.—Depois da palavra—Thury, diga-se:—ou Lucas de Oliveira Pinheiro, na forma da sua proposta, ou outro qualquer que mais vantagens offerecer á provincia; o mais como está. Paço d'assembleia legislativa provincial do Amazonas, em 15 de Maio de 1879.—Os membros da commissão, *Antonio Dias dos Santos*.—*Pedro Luiz Symphon*.

Os srs. Ferraz e padre Daniel:—Pedem a palavra.

O sr. padre Daniel:—Cedo a palavra ao sr. Ferraz.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, v. exc. tem a bondade de mandar-me a emenda do sr. Dias dos Santos. (O orador é satisfeito).

Sr. presidente, principio por dizer que me parece que a nobre commissão neste trabalho andou irregularmente, porque tendo recebido tanto a proposta de Thury como a de Lucas, deveria dar o seu parecer sobre ambas.

O sr. Antony:—Sobre uma já temos.

O sr. Ferraz:—E' verdade; sobre a de Thury já temos um parecer; mas quando a commissão confeccionou este parecer não existia na casa a outra proposta, mas agora o que se lhe mandou fazer é que desse o seu parecer, apreciando uma e outra, sobre qual dellas devia ser preferida.

Foi isto que o nobre deputado julgou satisfazer por meio da emenda que apresentou, entretanto o emprestimo está em pé.

O sr. Thury pede 30:000\$000 e Lucas Pinheiro 20:000\$000 para o mesmo fim, portanto não desaparecerão os 30:000\$000 do primeiro pedido e com os 20:000\$000 do segundo são 50:000\$000.

O sr. Dias dos Santos:—A commissão não teve esta intenção desde que se accoita a 2.ª proposta se exclue a 1.ª

O sr. Ferraz:—Sr. presidente. Eu vou tratar deste assumpto clara e positivamente.

O projecto n.º 12 que já passou em 2.ª discussão e não sei como já não passou em 3.ª deve ser regeitado absolutamente.

A provincia não está no caso de fazer emprestimo a ninguém; não ha necessidade dessas empresas de carnes verdes porque temos abundancia de carne no mercado e o preço della tende a descrecer porque tem de chegar muito gado de um tal Bastos do Rio Branco.

Carvalho

Um sr. deputado—Olhe que é um commendador.

O sr. Ferraz—Por conseguinte para que havemos de estar aqui com empréstimos; tudo isto deve sumir-se.

E' este o meu modo de pensar a respeito deste projecto contra o qual votei desde o principio e continuo a votar.

O sr. Dias dos Santos—Pego a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. Dias dos Santos—Sr. presidente, o nobre deputado que acaba de impugnar o parecer que por meio de uma emenda offereci ao projecto não só pelas dificuldades que já expendi como por economia de tempo obriga-me a occupar a tribuna para justificar a supposta irregularidade que enxerga no expediente adoptado.

S. exc. disse clara e expressamente que reconhecia haver uma irregularidade no procedimento da comissão.

V. exc. deve estar lembrado que ainda ha poucos dias s. exc. estranhou uma expressão do nobre deputado o sr. Antony.

O sr. Ferraz—O sr. Antony não estranhou o meu procedimento, mas estranhou a mim mesmo.

O sr. Dias dos Santos—O nobre deputado tem feito um estudo especial da sciencia sophistica; elle acaba de julgar-se extranhado em sua pessoa por que se lhe extranhou o emprego de uma expressão.

O sr. Ferraz—Defenda a sua emenda e deixe-se de sophisma.

O sr. Dias dos Santos—V. exc. só tem o direito de dizer porque tal e tal comissão não cumpre o seu dever.

O direito de censura limita-se a aquillo que está na altura de nossa dignidade.

Um sr. deputado—*C'est trop fort.*

O sr. Dias dos Santos—Disse o nobre deputado que ha irregularidade no procedimento da comissão, mas não provou, e tanto não provou que eu vou provar o contrario.

V. exc. e a casa sabem que fazem apenas 5 dias que cheguei de fóra, motivos imperiosos me obrigaram a estar ausente até o dia 10.

Este projecto foi apresentado antes de minha chegada; durante o tempo em que estive ausente correram negocios de que não estava a par; quando cheguei appareceu o requerimento de Lucas, quando já a proposta de Thury estava reduzida a projecto e corria os tramites legais.

Como podia eu confeccionar um projecto sobre uma materia que não conhecia?

O sr. Ferraz—V. exc. não conhecia a petição do sr. Thury?

O sr. Dias dos Santos—V. exc. é muito facil em irrogar injurias aos seus collegas.

O sr. Ferraz—Eu não irroquei injurias a ninguém; cinja-se ao papel de membro da comissão que defende o seu trabalho.

O sr. Dias dos Santos—V. exc. disse positivamente nú e crú...

O sr. Ferraz—E queria cosinhado?

O sr. Dias dos Santos—Que o procedimento da comissão era irregular; isto importa uma censura em termos asperos que não está na altura do nobre deputado, nem na dignidade dos membros da comissão accellat-a.

Tendo respondido a esta especie de aggressões que o nobre deputado dirigio a comissão, passarei a outros pontos, que s. exc. mencionou.

A inclusão de ambas as propostas no projecto, diz o nobre deputado, importa reunir as duas quantias, ficando assim elevado o empréstimo a 50:000\$000 réis.

Esta proposição está muito semelhante aquella que

trouxe a casa outro dia, dizendo que um imposto se mata por outro imposto.

A comissão o que diz é que achava conveniente aceitar a proposta de Thury, considerando tambem a de Lucas Pinheiro, de modo que da redacção de sua emenda fica patente e claro que a quantia consignada na proposta deste é que deve prevalecer por ser inferior.

Disse tambem o nobre deputado que este empréstimo não se deve faser; isto é questão differente e a casa que resolve.

O sr. padre Daniel—Pego a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. padre Daniel—Sr. presidente, eu resumir-me-hei o mais possivel sobre o debate suscitado acerca do projecto n. 12.

Ha um rifão popular e antiquissimo que diz que—*gato escaldado d'agua fria tem medo.*

E, pois, eu desde a empresa de 100:000\$000, com o sr. José Paulino, para fornecer carne verde que fiquei prevenido contra taes empresas.

O sr. Ferraz—Dá um aparte.

O sr. padre Daniel—Ainda cala na consciencia de todos o deslizo que teve essa empresa; a provincia foi prejudicada em muitos contos de réis, e nada se melhorou com esses sacrificios.

A minha opinião é que se não autorise o monopolio em uma industria que implica com um genero de primeira necessidade. Haja concorrência que a carne ha-de baixar necessariamente. Esta é a minha opinião.

Agora, tocando neste incidente de irregularidade, releve-me a nobre comissão que lhe diga com franqueza; parece-me que desde que se submetteu ao conhecimento da comissão uma proposta mais economica, ella devia formular o seu parecer opinando pela proposta de Lucas, e concluir com um projecto neste sentido, e depois na forma do nosso regimento, se elegeria a comissão especial para refundil-os.

Desde que não se observou esta marcha parece que não houve muita regularidade, ou por outra que houve erro da parte da comissão.

Na palavra—irregularidade não ha injuria contra ninguém—porque—*errare humanum est.*

Desde que na confecção de um trabalho não se observou as normas traçadas nas disposições legais que regulão a materia, dá-se irregularidade.

Eu voto contra a emenda e contra o projecto, tanto mais quando elle tinha sido addido até que a comissão desse o parecer e esta emenda não satisfaz as condições do regimento.

Desde que ha dous trabalhos sobre um mesmo assumpto é preciso sujeital-os a refusão.

O sr. Dias dos Santos—Faz favor de citar a disposição.

O sr. padre Daniel—E' do regimento.

Aqui não havia dous projectos, mais havião duas propostas sobre um e mesmo objecto, e por isso devia estabelecer-se a preferencia a respeito de um e ficar o outro inteiramente de parte.

Tenho concluido.

O sr. Symphon—Pego a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. Symphon—Sr. presidente tenho ouvido os meus illustres collegas discutirem acerca da emenda que a comissão de agricultura apresentou em relação a uma proposta de Lucas de Oliveira Pinheiro; e não obstante ter ja vantajosamente expendido as razões que teve para assim proceder o sr. Dias dos Santos, eu como tambem fazendo parte desta comissão, em virtude de faltar na casa os membros effectivos, não posso deixar de declarar a minha opinião a respeito desta emenda impugnada por meus illustres collegas.

S. excs. sensuraram a comissão pelo facto de não

ter apresentado um parecer, mas eu entendo que nesta sensura não tiveram razão, porque não conheço no regimento disposição alguma que obrigue as comissões a dar parecer sobre uma matéria sujeita a sua consideração quando pode resolver a questão por outro meio, tanto mais quando tratava-se de uma matéria que já estava adiantada na casa e que o projecto novamente apresentado teria ainda de passar pelos trâmites ordinários perdendo-se com isto muito tempo.

O sr. padre Daniel—Dá um aparte.

O sr. Symphon—Não, o regimento diz que apresentando-se dois projectos no mesmo sentido se proceda a refusão mas não trata de propostas que ainda não estão reduzidas a projecto porque estas ainda dependem de um parecer de comissão que pode acceitá-las ou rejeitá-las sem que cheguem a ser reduzidas a projectos.

Ora o que é a emenda offerecida pela comissão senão um parecer a cerca da proposta que foi ultimamente submettida ao seu conhecimento?

O sr. padre Daniel—Mas, não era por meio de uma emenda que a comissão devia manifestar a sua preferencia.

O sr. Symphon—Perdoe-me desde que se diz que se incluía no projecto a matéria apresentada pelo ultimo proponente e usando como usou da conjunção desjunctiva e alternativa parece que não quer dizer uma e a mesma coisa.

A desjunctiva—ou—de que usou a comissão autorisa a effectuar-se o contracto, com Thury ou com Lucas d'Oliveira Pinheiro, mas na forma da proposta por este ultimo apresentada; porque o pronome—sua—que precede a palavra—proposta—refere-se a Lucas e não a Thury, já pela ordem grammatical, já pelo bom senso que não póde admitir que se estabeleça alternativa entre uma quantia maior e outra menor para determinar a preferencia.

(Trocam-se muitos apartes.)

O sr. presidente—Atenção!

O sr. Symphon—E' suppor muita falta de tino no presidente da provincia que teria de dar execução a lei, pensar que elle admitiria esta alternativa fazendo o contracto com Thury quando a outra proposta era mais vantajosa para a provincia.

Entende portanto que foi muito regular o alvitre que tomou a comissão apresentando a sua emenda.

O sr. Ferraz—Desde que a comissão acceita a proposta de Lucas a de Thury deve desaparecer completamente.

O sr. Symphon—Isto agora compete a assemblea resolver.

Encerrada a discussão e posto a votos é regeitado o projecto.

Retiram-se os srs. Ferraz e Torres.

Verifica-se não haver numero para deliberar.

O sr. presidente designa para ordem do dia:

1.ª Parte

Projectos, indicações requerimentos e pareceres e a eleição da comissão de que trata o art. 164 do regimento.

2.ª Parte

Continuação das matérias já designadas e mais 2.ª leitura do projecto n.º 33, 3.ª discussão dos de n.ºs 25, 28, 29 e 30.

Discussão das redacções dos projectos n.ºs 7 e 20.

Discussão dos pareceres das comissões de poderes e da agricultura apresentados hoje.

Levanta-se a sessão.

Sessão em 16 de Maio de 1879.

Presidencia do sr. Amorim.

As 11 horas da manhã feita a chamada acham-se presentes os srs.: Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Ferraz, Tapajós, Symphon, padre Daniel, Dias dos Santos, Miranda Leão, Antony, Torres, e Baptista Rodrigues.

Havendo numero legal abre-se a sessão.

Lida a acta da anterior, é approvada.

O sr. 1.º secretario dá conta do seguinte:

Expediente.

1.º Dous officios do secretario do governo, com datas de 14 e 15 do corrente, communicando haver s. exc. sancionado as resoluções da assemblea que lhe foram enviadas pela mesa em 9 e 12 do corrente.—Inteirada.

2.º Um requerimento de Francisco de Souza Mesquita, reclamando a quantia de 500\$000 réis que de menos foi votada na resolução que autorisa o pagamento dos pulpitos que por conta da provincia mandou vir para a matriz da Conceição desta capital.—A comissão de fazenda.

Ordem do dia—1.ª parte.

O sr. presidente—Convoca os srs. deputados a elegem a comissão de que trata o art. 164 do regimento para dar seu parecer sobre o projecto n.º 12, regeitado na sessão anterior em 3.ª discussão.

O sr. Tapajós—(Pela ordem) Diz que entende que o projecto está definitivamente julgado pela casa, á vista da unanimidade que houve na votação pela qual foi regeitado, e por isso lhe parece escusado e em pura perda de tempo essa formalidade; observa que, em seu modo de pensar, esta disposição do regimento não tem applicação ao caso vertente, porque, o projecto se bem que seja de comissão, não foi regeitado *in limine*, teve 1.ª e 2.ª discussão, cahindo na 3.ª, como cahem todos os projectos.

O sr. Dias dos Santos—Mas é sempre um projecto de comissão.

O sr. presidente—A' vista da observação de v. exc., devo ponderar que o espirito do art. 164 do regimento é absoluto. Elle dispõe que todas as vezes que a assemblea regeitar projecto apresentado por alguma comissão, immediatamente elegera por escrutinio secreto outra para o redigir de novo e discutir-se na forma ordinaria.

Esta disposição é obrigatoria e não facultativa, por tanto não se pode prescindir de sua observancia sem ferir o regimento.

As assembleas só podem regeitar projectos na 1.ª, 2.ª ou 3.ª discussão, e por isso em qualquer dellas que o projecto fôr regeitado, tem applicação este artigo do regimento.

O sr. Antony—(Pela ordem) Diz que é verdade que a doutrina do art. 164 do regimento é expressa e positiva; mas a casa que é o poder que organisa o mesmo regimento, pode dispensar nelle, desde que a disposição não é daquellas que envolvem preceito constitucional consagrado em sua lei organica; pode decidir o contrario sendo consultada. E depois da unanimidade porque vimos cahir o projecto, parece o-ciosa a observancia desta disposição do regimento, por que a opinião da assemblea está perfeitamente manifestada.

Devendo a comissão sahir dos membros presentes que já se pronunciaram contra o projecto, não por motivos de redacção, mas pela idéa em si mesma, como suppôr-seirão redigir de novo a mesma idéa contra as suas convicções contra o que já decidiram?

Só insisto neste ponto por causa da unanimidade porque foi regeitado o projecto; por isso requeiro a

v. exc. que se digne consultar a casa se deve infringir o regimento por esta circumstancia toda especial.

O sr. presidente:—(Lê o art. 164 do regimento). Este artigo emite uma idéa, que de alguma forma se parece com o caso das leis não sancionadas, a mesa não tinha sinão cumprir o regimento, mas a assemblêa consultada pode decidir o contrario.

O sr. Miranda Leão:—(Lê a ordem) Sr. presidente, eu entendo que a casa não pôde sem revogar este artigo, revogar esta medida, porque é absoluta e terminante. (Lê o art. 164). Para dar uma outra forma é preciso revogar este artigo pelos meios ordinarios, e não por uma simples consulta.

As dispensas que se fazem no regimento estão facultadas no proprio regimento; ellas não podem jamais ser admittidas quando a disposição é expressa e terminante, e não dá lugar a faculdade da alternativa.

Entendo que é questão de ordem e que v. exc. deve decidir sem consultar a assemblêa, porque esta nada pôde resolver em contrario a uma disposição expressa do regimento.

O sr. presidente:—Declara que vai cumprir a disposição do art. 164 do regimento, apesar das observações em contrario, e convida os srs. deputados a elegarem a commissão.

Corre-se o escrutinio e sahem eleitos os srs.—Miranda Leão com 7 votos, Antony com 5, Symson com 4, designado pela sorte, por desempate com o sr. padre Daniel que obteve igual numero de votos. Foram mais votados os srs.—Tapajós com 3 votos, Baptista Rodrigues com 2, Dias dos Santos e Torres com 1 cada um.

Houveram 3 cédulas em branco.

O sr. presidente:—Vai ser remittido á commissão eleita o projecto n.º 12.

O sr. Tapajós:—Como relator da commissão de redacção e precedendo a permissão do estylo, lê e manda a mesa a redacção do projecto n.º 26, que autorisa a contratar com Antonio Amancio Fernandes ou com quem mais vantagem offerecer, a abertura de uma picada desta capital até o forte de S. Joaquim no Rio Branco.

Fica sobre a mesa.

O sr. padre Daniel:—Lê e manda á mesa o seguinte:

«Requeiro que a redacção do projecto n.º 26 seja discutida na 2.ª parte da ordem do dia de hoje.

Pago da assemblêa legislativa provincial do Amazonas, 16 de maio de 1879. O deputado—padre Daniel»

E' approved sem debate.

2.ª parte.

Tem 2.ª leitura e passa a 3.ª o projecto n.º 33.

Entram em discussão e são approvadas sem debate as redacções dos projectos numeros 7, 20, 21, 24, e 26.

Vão a sancção.

Entram em discussão e são igualmente approvados sem debate o parecer da commissão de agricultura indefirindo os requerimentos de Lourenço Nicolão de Mello, e outros e da commissão de fazenda indefirindo também a petição de Eugenio Gentil da Motta.

Entra em discussão o parecer da commissão de fazenda sobre as petições do bacharel Theodoro Tadden d'Assumpção, do 1.º escripturario do thesouro provincial Luiz Anselmo Baptista, e de Francisco Leopoldo de Mattos Ribeiro, em que solicitam licenças.

O sr. Antony:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Antony:—Sr. presidente, eu peço desculpa á nobre commissão por ter de votar contra este parecer, não pela materia delle, mas pela forma.

Parece-me que a commissão foi menos justa para com estes empregados, dispondo que lhes fossem concedidas as licenças com os ordenados respectivos so-

mente, quando ha exemplos nesta casa, e talvez com menos fundamento, de se autorisar a concessão de licenças com todos os vencimentos.

Quem não sabe que o sr. dr. Tadden está necessitado de uma licença para ir respirar os ares patrios, afim de restabelecer-se dos graves encommos que está soffrendo? O outro, o sr. Anselmo, supponho, ao menos no meu tempo, não me consta que tenha encommado esta assemblêa com pedidos de licença. Entretanto, que a primeira vez que se apresenta impetrando este favor, se lhe quer dar a licença com ordena-lo somente.

Além disto, manda-se incluir estas licenças no projecto n.º 23 que já passou em 2.ª discussão.

Ora o projecto n.º 23 está encalhado.

O sr. presidente:—Está aqui incluído na ordem do dia de hoje.

O sr. Antony:—Bem; então desejarei que se desencalhe a siga seus tramites.

Encerrada a discussão e posto a votos é approved.

Entram em 3.ª discussão e são approvados sem debate os projectos ns. 28, 29, 30 e 31.

Vão a redacção.

Entra em discussão o parecer da commissão de fazenda sobre a petição de Felinto Elysio Fernandes de Moraes.

O sr. padre Daniel:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. padre Daniel:—V. exc. tenha a bondade de mandar-me o parecer.

(O orador é satisfeito.)

Sr. presidente, voto contra o parecer, porque nelle se diz que a reclamação do pretendente é injusta e que não lhe assiste direito algum.

O sr. Symson:—Vamos ver a prova exuberante em contrario, que v. exc. vai apresentar.

O sr. padre Daniel:—Ora, sr. presidente, que o petionario não tenha direito ao excesso de comendorias...

Um sr. deputado:—A etapa estava marcada; não podia exceder-a.

O sr. padre Daniel:—E' exacto; a etapa estava marcada, e elle devia-se restringir a ella; mas a lavagem de roupa elle tem direito, porque procedeu de conformidade com as ordens do presidente da provincia.

A commissão não deu as razões em que baseou o seu parecer, fundando-se somente em um despacho exarad pelo então presidente dr. Agesilão.

Mas o despacho não diz que elle não tinha direito mas que não havia verba para seu pagamento.

Uma cousa é não ter verba, e outra é não ter direito.

Vou ler o despacho (lê). O proprio presidente da provincia confessa no seu despacho que elle tem direito.

O sr. Tapajós:—Dá um aparte.

O sr. padre Daniel:—Desde que o presidente entendia que elle não tinha direito, não tinha mais que remetter-o para a assemblêa.

O sr. Ferraz:—Apoiado; vai muito bem.

O sr. padre Daniel:—Sr. presidente, o petionario fez a despeza da lavagem de roupa, e a fez por ordem do presidente da provincia. E uma quantia tão diminuta; elle juntou documentos que provam o seu direito.

O sr. Tapajós:—E os recibos das lavadeiras?

O sr. padre Daniel:—Voto contra o parecer.

O sr. Symson:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Symson:—Sr. presidente, eu como signatario deste parecer, tendo ouvido com toda a attenção a reclamação que fez o meu illustre collega o sr. padre Daniel, e não concordando com elle sinto profun-

damente discutir a materia de que trata este parecer, porque vejo que o peticionario não tem direito algum a exigencia que faz desta assembléa.

S. exc. disse que votava contra o parecer porque elle não está baseado em razões que neguem o direito do peticionario.

Vejam-se se posso convencer-o do contrario.

O peticionario exige um pagamento da quantia de 510\$000 réis de excesso de rações fornecidas por elle aos educandos; ora não estando este excesso autorisado pela tabella, elle o fez por conta propria, e nenhum direito tem a indemnisação d'aquillo que não devia fazer.

Quanto a quantia que se refere á lavagem de roupa, porque não exhibio os recibos das lavadeiras?

Na primeira reclamação que elle dirigio ao presidente da provincia, s. exc. não disse no despacho que elle tinha direito; usou desta expressão—qualquer que seja o direito que tiver,—o que não importa reconhecimento de direito.

Replicando, porém, o peticionario, o mesmo presidente, baseado na informação do thesouro, julgou que elle não tinha direito. Eu peço licença para ler a casa o segundo despacho (lê).

Já vê v. exc. que este despacho é posterior; e por isso a commissão louvando-se nos documentos não podia dar outro parecer senão este de conformidade com o direito.

O sr. Ferraz—Peço a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. Ferraz—Sr. presidente, no segundo despacho desta petição, que eu pedi para verificar, realmente se declara que o peticionario não tem direito ao que pede, como se vê das seguintes palavras que passo a lêr (lê). Mas é preciso notar que a petição não trata de lavagem de roupa, mas somente do excesso de etapas; e nesta parte o presidente tinha razão. Por tanto o despacho não pode servir de fundamento ao parecer da commissão, que nega o direito do peticionario quanto á lavagem de roupa.

O sr. Symphon—Trata de tudo.

O sr. Ferraz—Pelo menos eu não vejo; por isso voto contra o parecer.

O sr. padre Daniel—Peço a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. padre Daniel—Sr. presidente, ouvi com toda attenção o meu nobre collega, o sr. Symphon; s. exc. disse que o peticionario não tinha direito algum em sua pretensão, baseando-se para isto no segundo despacho da presidencia, exarado em uma petição que constitue um dos documentos juntos ao requerimento que dirigio a esta assembléa.

Mas este segundo despacho só se refere ao excesso de etapas. Eu fui um dos primeiros a concordar com a opinião da commissão neste ponto; mas quanto a segunda parte da petição, isto é, quanto a lavagem de roupa, não concordo.

O sr. Symphon—Veja a informação do thesouro.

O sr. padre Daniel—Nada diz a este respeito. S. exc. negou somente o direito do peticionario quanto ao excesso da etapa, mas reconheceu-o quanto a lavagem de roupa, no outro despacho que ainda ha pouco apresentei na casa.

O sr. Antony—Peço a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. Antony—Sr. presidente, a petição é volumosa; acha-se instruida com documentos que é preciso compulsar para dar um voto conscienciosamente. Deposito toda a confiança na illustre commissão, mas ha controversia na apreciação dos documentos, e em materia de convicção cada um deve formal-a por si proprio, com os recursos de sua intelligencia.

Por isso vou submeter á apreciação da casa o seguinte requerimento:

«Lequeiro addiamento da discussão deste parecer por tres dias. Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, em 16 de Maio de 1879.—O deputado, Antony.»

O sr. presidente—Está em discussão o requerimento.

O sr. Symphon—Sr. presidente, eu já tinha pedido a palavra e v. exc. m'a tinha concedida; e achando-se agora em discussão o requerimento de addiamento, contra o qual eu tenho de votar, porque me parece que a materia está convenientemente discutida...

(Trocaram-se diversos apartes.)

O sr. presidente—Attenção.

O sr. Symphon—Sr. presidente, não é inibido a qualquer dos srs. deputados pedir um documento para examinar, afim de formar a sua convicção.

O sr. Antony—Mas isso, na occasião em que se está discutindo uma materia, levaria muito tempo primeiro que se lê-se todos esses papeis...

O sr. Symphon—Deve haver condescendencia quando qualquer deputado pede um documento para apreciar por si mesmo; porém pedir o addiamento de uma materia simplissima por sua natureza, sob o pretexto de estudar documentos, não me parece razoavel nem attentivel.

A questão reduz-se a saber se o direito do peticionario está ou não provado; a commissão já fez o seu estudo sobre os documentos apresentados, e confeccionou o seu parecer a vista delles, decidindo-se pela negativa. A casa só tem que apreciar os fundamentos do parecer que estão claramente deduzidos; portanto acho desnecessario esse requerimento.

Agora, em referencia ao parecer, sou levado a declarar que a commissão realmente reconheceu que o individuo não tinha direito pelo que allegou, mas não provou a sua intenção.

O sr. Ferraz—Peço a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. Ferraz—Sr. presidente, na forma do regimento vou tratar somente do requerimento de addiamento, e antecipo em declarar que voto contra, porque para mim a materia está mais que esclarecida (apoiado). A questão cifra-se em dois pontos—fornecimento de comedorias além do marcado nas etapas respectivas—e lavagem de roupa paga pelo peticionario.

Quanto ao primeiro pagamento elle não tem direito, e só por equidade desta assembléa se lhe pode fazer essa indemnisação, porque entendo que realmente elle tenha feito esse fornecimento, mas não pode exigir o pagamento como um direito. E neste sentido foram as suas duas petições annexas indefridas.

Quanto a lavagem de roupa está provada e reconhecida a despesa pela presidencia, e declarado que deixou de receber por falta de verba.

Permita v. exc. ainda que eu produza algumas observações que tem referencia com o requerimento. Na discussão um dos illustres membros da commissão disse que o peticionario não tinha direito porque não pagou as lavadeiras.

O sr. Miranda Leão—Não póde fallar sobre a materia do parecer deve cingir-se ao addiamento.

O sr. Ferraz—(Continuando):—Isto nada importa para a questão, que elle pagasse ou não pagasse ás lavadeiras não pertence á esta assembléa entrar na apreciação deste facto, que não foi submittido á sua discussão, nem o póde ser.

Elle tem o fóro competente ao qual póde ser chamado pelo credor para haver o seu pagamento.

O thesouro o que disse é que não se podia pagar esta despesa porque não havia verba.

O sr. Antony:—Não vejo nada que tenha relação com o requerimento que apresentei.

O sr. Ferraz:—Para mim é manifesto que o peticionário não tem direito, quanto á primeira parte de sua reclamação, a não ser por um sentimento de equidade desta assembléa; quanto porém á segunda parte não se lhe pode negar o direito; e por isso para que se ha de mortificar mais a paciência da casa com esses addiamentos, que dá lugar a se perder ainda tempo com esta matéria em outra sessão?

Por isso voto contra o requerimento.

Encerrada a discussão é approvada o requerimento.

Fica addiada a discussão do parecer por tres dias.

Entra em 3.ª discussão o projecto n. 25 (órçamen- to provincial.)

Vão á mesa as seguintes emendas e additivos:

1.º—Art. additivo ás disposições geraes do projecto n.º 25:

Deve ser extensivo a todos os professores e profes- soras das cidades o art. 159 do regulamento n.º 28 de 31 de Dezembro de 1873.—O deputado—*Mavignier*.

2.º—Additivo ao art. 6.º do projecto n.º 25:

Para concertos da igreja matriz da villa de Coary, 2.000\$000 réis.—O deputado—*Mavignier*.

3.º—Additivo ao § 9.º do art. 5.º do projecto n.º 25:

Depois de Carlos Marcellino da Silva—augmente-se —Antonio Constantino Nery, 360\$000 réis.—O depu- tado—*Mavignier*.

4.º—Additivo ao art. 8.º do projecto n.º 25:

Com a compra de moveis e utensilios necessarios pa- ra inaugurar o hospital de caridade, 10:000\$000 réis.— O deputado—*Antony*.

5.º—§ additivo ao art. 15 do projecto n.º 25:

Subsidio ao seminarista Francisco Por Deus das Chagas para continuar seus estudos no seminario do Para, 360\$000 réis.—Os membros da commissao—*Pedro Luiz Sympon*—*Francisco Antonio Monteiro Tapa- jós*.

6.º—Additivo ao art. 13:

Diversas despesas.—Para onde convier:

§ Pagamento a José Teixeira de Souza & C.ª de ob- jectos fornecidos ás repartições provinciaes em exer- cicios anteriores, conforme o seu requerimento, 200\$280 réis.—Os membros da commissao—*Francisco Antonio Monteiro Tapajós*—*José C. de Miranda Leão*— *Pedro Luiz Sympon*.

7.º—Emenda ao § 1.º do art. 6.º do projecto n.º 25:

Depois das palavras—na capital, accrescente-se:— nas duas parochias—eleve-se a verba de 800\$000 rs. a 1:000\$000.—Os deputados—*Padre Daniel*—*Padre Fer- nandes*.

8.º—§ additivo ao art. 13:

Indemnisação á Julia Rosa d'Assumpção pela des- appropriação de sua casa na rua de Marcilio Dias, 1:200\$000 réis.—Os membros da commissao, *Francisco Antonio Monteiro Tapajós*—*Pedro Luiz Sympon*.

9.º—Emenda ao § 1.º do art. 8.º:

Depois da palavra—presidencia, diga-se—incluzive a gratificação de 600\$000 réis ao medico; o mais co- mo está.—Os membros da commissao, *Francisco An- tonio Monteiro Tapajós*—*Pedro Luiz Sympon*.

10.º—§ additivo ao art. 6.º

Ajuda de custo para a visita pastoral do prelado diocesano nesta provincia, 2:000\$000 rs.—Os membros da commissao, *Francisco Antonio Monteiro Tapajós*— *Pedro Luiz Sympon*.

11.º—§ additivo ao art. 1.º do projecto n. 25:

Auxilio para a conclusão das obras da capella de S. Sebastião, na forma da lei 10:000\$000 rs.—O depu- tado, *Tapajós*.

12.º—§ additivo ao art. 5.º do projecto n. 25:

Auxilio a 10 pais de familias que manterem suas filhas para serem educadas em um collegio fora da

provincia, a razão de 20\$000 rs. mensaes a cada um 2:400\$000 rs.—O deputado, *Antony*.

13.—Emenda ao § 3.º do art. 5.º do projecto n. 25:

Supprima-se as palavras—filho da provincia;— e mais como está.—O deputado, *Antony*.

14.—Sub emenda ao § 3.º do art. 5.º:

Accrescente-se:—sendo ouvido o respectivo reitor na admissão dos mesmos.—O deputado, *Dias dos San- tos*.

15.—Emenda ao § 3.º do art. 5.º do projecto n. 25:

Depois da palavra—provincia, accrescente-se:—cu- ja admissão sera á vista da proposta do respectivo rei- tor.—O deputado, *Padre Daniel*.

16.—Additivo ao projecto de lei do órçamento em discussão, para onde convier:

Com reparos á igreja matriz de Tefé, 2:000\$, com ditos da capella do Bom Jesus da mesma cidade 500\$ rs.—Ordenado ao sacristão da matriz da mesma ci- dade 240\$000 rs.—O deputado, *Chrysostomo*.

17.—Addivo ao projecto n. 25:

O presidente da provincia é autorisado, de accordo com os empresarios da linha de navegação directa en- tre esta capital e Liverpool, a augmentar mais duas viagens por anno, sendo obrigados os empresarios a reformar a excessiva tabella dos fretes actuaes e a to- car no Havre.—O deputado, *Mavignier*.

18.—Emenda ao projecto n. 25:

Diversas despesas.—Para onde convier: Com a im- pressão e publicação de todos os trabalhos das repa- rtições provinciaes, excepto os da assembléa legislativa, 8:000\$000 réis.—O deputado, *Ferraz*.

19.—Emenda ao § 1.º do art. 4.º do projecto n.º 25:

Gratificação ao secretario, conforme a tabella já ap- provada, 2:000\$000 réis, em vez de 1:600\$000.—O deputado, *Ferraz*.

20.—Emenda ao § 5.º do art. 6.º do projecto n.º 25.

Accrescente-se—quando não for vigario parochial.—O deputado, *Ferraz*.

21.—Emenda ao § 4.º do art. 6.º:

Supprima-se este §.—Os deputados, *Padre Daniel*— *Padre Fernandes*.

22.—§ additivo ao art. 6.º do projecto n.º 25—para

onde convier:

Gratificação a dous coadjutores das parochias de N. S. da Conceição e dos Remedios desta cidade, 600\$000 réis cada um, 1:200\$000 réis.—Os deputados, *Padre Fernandes*—*Padre Daniel*.

23.—Emenda ao § 3.º do art. 6.º:

Accrescente-se:—e 600\$000 réis para guisamentos das matrizes da capital, supprimindo-se a palavra— guisamento—do § 7.º—Os deputados, *Padre Daniel*— *Padre Fernandes*.

24.—Emenda ao § 9.º do art. 13:

Elimine-se a emenda que elevou a 2:000\$000 réis esta verba.—O deputado, *Sympon*.

O sr. padre Daniel:—Justificando as suas e- mendas e additivos, diz - que parece de justiça que se devida pelas duas parochias que hoje temos na capital a quantia votada para a festa da semana santa, por is- so, em lugar de se votar outra quantia igual de 800\$ réis para a parochia dos Remedios, propõe este aug- mento de 200\$ rs., elevando a verba a 1:000\$ rs., li- cando 500\$000 rs. para cada uma, o que não é muito.

Diz mais que as suas emendas não trahem augmen- to de despesas, e pelo contrario por um calculo que fez, resulta um saldo de 7:400\$ rs..

Com relação a emenda ao § 3 do art. 5.º que man- da sujeitar a admissão dos meninos no seminario de S. José á proposta do respectivo reitor, diz o orador que lhe parece isto indispensavel e natural visto que se trata de um estabelecimento episcopal, onde se distribue educação ecclesiastica; no tempo do sr. Jacy deram-se abusos a este respeito mandando-se para ali meninos sem se ouvir ao menos o reitor, quando

este é o competente para avaliar a conducta dos mesmos.

O sr. Ferraz:—E' querer subordinar a vontade do presidente da provincia a do reitor.

O sr. padre Daniel:—Diz que não procede este argumento porque ha outros muitos casos em que tem lugar a proposta dos subalternos sem que se entenda subordinada a vontade do superior, como por exemplo nas propostas dos chefes de policia para nomeação de delegados e subdelegados, em que a proposta é de rigor, mas o presidente não fica subordinado a ella.

O sr. Antony:—Justificando o seo additivo diz que compulsando o orçamento com attenção, e fazendo um apanhamento, verificou que se gasta só com o seminario episcopal, inclusive as gratificações do reitor e do vice-reitor a quantia de 13:000\$000 rs. entretanto que não vemos figurar nelle uma só verba destinada a educação de mulher...

Um sr. deputado:—E as professoras?

O sr. Antony:—Não falla dessas despesas ordinarias da instrucção elementar mas da educação superior, propria para faser da mulher uma boa mãe de familia; por isso é que lembrou-se de consignar por meio de uma emenda esta limitada verba de 2:400\$ rs. destinada a esse fim.

O sr. Ferraz:—Combatendo algumas emendas e additivos diz—que—desde já pede desculpa se mais de uma vez pedir a palavra nesta discussão, pois tratando-se da lei que se denomina o fiel da balança da administração, julga de seu dever provocar todos os esclarecimentos necessarios para firmar a sua convicção a respeito de cada uma das verbas tanto da receita como da despesa, e por isso terá de se tornar importuno.

Referindo-se a emenda do nobre deputado o sr. padre Daniel que dispõe sobre a admissão de meninos no seminario, por conta da provincia fasendo-a depender de proposta do reitor, já disse em aparte que esta disposição colloca a presidencia debaixo do voto do reitor.

Não se refere ao reitor actual, o sr. padre Thanby, que aliás estima e considera, mas oppõe-se a idéa em si, qualquer que seja o reitor.

Parece ao orador um desejo de concentrar tudo nas mãos do poder ecclesiastico.

Supponha-se que o reitor propõe a tantos meninos que entretanto não estão no caso;—mas o presidente não pode tomar informações com outras pessoas; é obrigado a cingir-se á proposta; a presidencia é illudida e o culpado é o reitor.

Elle pode ser ouvido como o maior do estabelecimento, mas propor—nunca, porque, quem não merecer as sympathias do reitor não poderá lá entrar.

O sr. padre Daniel:—Tambem no caso contrario, quem incorrer na antepathia do presidente da provincia, não será admittido.

O sr. Ferraz:—Mas o presidente da provincia, por sua alta posição, gira em uma esphera mais estranha a essas prevenções, principalmente em materia desta natureza e tem a seu alcance os meios de informação.

Quanto a emenda que eleva a 4:000\$000, a verba com a Semana Santa na capital, e manda dividir essa quantia pelas duas parochias, pergunta o orador que necessidade tem Manãos de duas festas de semana Santa?

O sr. padre Daniel:—Eu darei a resposta quando v. exc. me satisfizer a pergunta.

O sr. Ferraz:—Não ha esta necessidade porque a população de Manãos não é tamanha, que exija duas Semanas Santas. E' um progresso extraordinario, e quando em outras cidades maiores e mais adiantadas os actos da Semana Santa se fasem em uma só igreja.

O sr. padre Daniel e padre Fernandes:

—Não apoiado.

O sr. Ferraz:—Votaria a favor do augmento se fosse para uma só, afim de augmentar a pompa e esplendor do acto; mas augmentar a quantia para dividil-a, e em lugar de uma boa festa, termos duas más—vota contra.

Com relação ao additivo que consigna a gratificação de 600\$000 réis a dous coadjutores, pergunta o orador se os vigarios tem gratificação; e se não a tendo estes, como é que se quer dar aos coadjutores? Na lei do orçamento já se votou a gratificação de 2:400\$000 réis annuaes para o vigario geral, que é tambem parcho da freguezia dos Remedios; 200\$000 por mez, porque esta assembléa entende que o vigario geral deve ser remunerado, visto que elle não tem donde lhe venha outros rendimentos.

Quer que lhe expliquem isto direito; se o coadjutor tambem não tem donde obter dinheiro para subsistir?

O sr. padre Fernandes:—Não senhor; não tem nada, senão os benesses que o vigario lhe quer ceder quando funciona em seu lugar.

O sr. Ferraz:—Está prompto a votar a favor se se diminuir no vigario geral.

Gasta-se mais de 60 contos de reis com o culto publico.

O sr. Tapajós:—Diz que acham-se em discussão muitas emendas, entende que com ellas se vai tomar muito tempo a casa; declara que vota contra todas as emendas que não tiverem sido apresentadas pela commissão, á excepção de algumas.

A commissão levou todo o mez de abril a confeccionar a lei; ninguem lhe apresentou uma idéa para augmentar a receita.

Ella calculou as fontes donde lhe vinhão os fundos para faser face as despesas. Estas já devem montar com as emendas apresentadas, a mais de 700 contos de réis, ao passo que a commissão apenas pôde encontrar a somma de 600 contos para faser face a essa despesa, e nenhuma medida se apresentou para augmentar a receita.

A commissão pois não assume a responsabilidade do deficit que pode resultar desse desequilibrio.

Houve tempo em que, logo no principio das sessões se apresentava a lei do orçamento, que era votada quasi sem alteração do plano traçado pela commissão. mais agora as couzas passam-se de outro modo, e era melhor que a assembléa adoptasse o systema de não nomear commissões.....

Um sr. deputado:—Então não havia discussão?

O sr. Tapajós:—A discussão era só para approvar ou não approvar o que está ali.

Um sr. deputado:—Não apoiado.

O sr. Tapajós:—Só dirá que a commissão não acha recursos para faser face a este chuveiro de emendas que autorisou despesas.

O sr. Baptista Rodrigues:—Apoiado; eu cumprimento a v. exc.

O sr. Dias dos Santos:—Justificando a sua sub emenda, diz que alguns senhores deputados entendem que a audiencia ao reitor para admissão dos meninos no seminario era inconveniente.....

O sr. Ferraz:—Não, o sr. está alterando os argumentos; não se faltou em audiencia, mas em proposta.

O sr. Dias dos Santos:—O nobre deputado disse que era sujeitar a administração ao capricho do reitor, mas é isso mesmo que o orador não entende.

O reitor acha-se mais em contacto com o povo....

O sr. Ferraz:—Que contacto?

O sr. Dias dos Santos:—O presidente da provincia que é a primeira autoridade, achando-se collocado na capula do poder administrativo; não se achando por isso em contacto immediato com aquelles que estão sujeitos á sua jurisdição; não pode apreciar a

capacidade e conducta dos meninos que querem ser admitidos no seminário; o reitor; porém, que gira em uma esphera inferior, está mais no caso de conhecer da capacidade dos alumnos.

O sr. Ferraz—Isto é dos alumnos; mas d'aquelles que se propõem a ser admitidos elle ha de conhecer tanto ou menos do que o presidente.

O sr. Dias dos Santos—Além disto, trata-se de uma condição especial e inherente ao estabelecimento que é destinado a proporcionar uma educação religiosa.

O sr. Ferraz—Não apoiado; então suprima-se o subsidio.

O sr. Miranda Leão—Não apoiado.
(Trocaram-se muitos apartes; o sr. presidente agita a campainha e reclama attenção.)

O sr. Dias dos Santos—Declaro que não disse que alli só se dá instrução religiosa; mas que era uma das especialidades do estabelecimento.

Entendo que, com uma pequena correção deve passar a emenda, e neste sentido é que confeccionei a sub emenda que apresento.

O sr. padre Daniel—Ainda uma vez vem á tribuna dar uma explicação acerca das intenções que o levaram a apresentar essa emenda.

Reconhece que o principal objecto é o equilibrio nas finanças da provincia; que tendo-se diminuido 2 % em todos os generos, tem de diminuir consideravelmente as rendas em mais de 100 contos de réis.

Reconhece que a nobre commissão de fazenda tem bastante patriotismo, bastante illustração para organizar como organisou o projecto da lei do orçamento; mas ella não deve levar a mal, deve antes estimar que se derrame toda a luz sobre elle, por que da discussão calma e moralisada é que resulta a convicção geral sobre a excellencia de qualquer trabalho.

Não tem a menor intenção de molestar a commissão.

Prescindindo destas considerações, dirá apenas que quando apresentou algumas emendas, foi na convicção de que não augmentava um só real na despeza; mas até demonstrou que apresentava um saldo...

Um sr. deputado—Fictício.

O sr. padre Daniel—Não apoiado; porque os 10:000\$000 rs. votados para aliaias ainda podem ser recebidos dentro do corrente exercicio, visto que ainda temos todo o mez de Junho, e os srs. vigarios podem recebê-los.

Deve-se contar com as boas intenções do administrador da provincia principalmente.

Foi tendo em vista este saldo que formulou as emendas que teve a honra de apresentar a casa.

Pede permissão para fazer uma ligeira observação a respeito do incidente que se suscitou de ouvir o reitor.

O seminário é um internato creado pelo sr. D. José de saudosa memoria, destinado a aproveitar as intelligencias que têm dedicação a vida ecclesiastica.

O orador appella para o nobre presidente da casa que ali esteve e deve saber que n'aquella casa da-se uma educação toda religiosa, que se dirige não sómente ao espirito, mas também ao coração?

O sr. Antony—V. exc. faz distincção entre espirito e coração?

O sr. padre Daniel—Pois não; e existe de facto muita distincção. Entre o coração e o espirito muitas vezes estabelecem-se lutas, em que aquelle leva de vencida a este porque as paixões que nascem do coração quasi sempre suplantam as vozes da razão que tem sua origem no espirito.

Tornando ao assumpto, ali não se cultiva somente o espirito, mas também o coração....

O sr. Ferraz—O coração dos meninos?

O sr. padre Daniel—Ali da-se uma educação apropriada ao estado ecclesiastico; pergunta o orador quem é o encarregado de dirigir essa educação?

O sr. Antony—E' o reitor.

O sr. padre Daniel—Portanto é elle também o mais competente para apreciar o procedimento dos alumnos.

O sr. Ferraz—Dos alumnos estamos de accordo mais antes de serem admitidos não são alumnos....

O sr. padre Daniel—Supponha-se que o presidente...

Um sr. deputado—Que sempre se inspira nos sentimentos politicos.

O sr. padre Daniel—...manda para ali um menino viciado, pervertido, e estragado que vai continuar no estabelecimento a pratica de immoralidades que aprendeo fóra; o reitor ficará de mãos atadas, e, em dolorosa posição porque não pode recusar, nem fazer observações.

O sr. Antony—Permitta-me um aparte:—pode encontrar-se um menino synico que seja capaz de esconder por 3 ou 4 dias a sua depravação, e desta forma illudir também o proprio reitor.

O sr. padre Daniel—Não é possível argumentar com abusos e aberrações; deve-se presenciar das induções. O presidente que gira em uma esphera mais alta do que os outros está mais exposto a ser illudido por falsas informações d'aquelles que o cercam.

O sr. Ferraz—Mas o reitor pode conhecer mais da indole do meu filho do que eu proprio?

(Trocaram-se outros apartes).

O sr. presidente—Peço attenção.

O sr. padre Daniel—O seminário é episcopal; o presidente tem ali ingerencia em virtude da subvenção que a provincia lhe dá para admitir gratuitamente os meninos pobres, mais isso não é razão bastante para que se exclua o reitor do direito de inspecção ou ao menos de ser ouvido na admissão d'aquelles que vão viver debaixo de sua direcção, e no seio da instituição, que é toda religiosa.

(Trocaram-se muitos apartes).

O sr. padre Daniel—O orador não quer especialisar...

O sr. Ferraz—O relatorio do sr. Jacy faz apreciações pouco lisongeiras ao estabelecimento.

O sr. padre Daniel—O sr. Jacy foi injusto neste ponto como em alguns outros.

Naquella casa a educação é toda nos limites traçados á aquelles que se destinão a vida sacerdotal.

Ainda á pouco o sr. Ferraz perguntou quaes eram as materias que se ensinavão ali, e o sr. presidente informou que eram as que compunhão o curso de humanidades.

O sr. Ferraz—Mas foi com relação aos professores...

O sr. padre Daniel—Tem aqui o programma do ensino (lê)

O sr. Ferraz—E quantos alumnos tem sahido d'ali promptos?

O sr. padre Daniel—Ainda o anno passado o orador foi examinador de um.

Mas hoje só tem 3 professores, e tem o reitor que reúne as materias do 2.º anno.

O sr. Ferraz—Então a gratificação aos lentes?

O sr. padre Daniel—Nunca teve, agora é que se marcou.

O sr. Antony—Houve, mais depois suprimio-se.

O sr. padre Daniel—No orçamento vigente foi que se consignou verba para isso.

Já vé v. exc. que em relação ao lyceó está na propoção de 50 por 1.

E' o estabelecimento que tem dado mais fecundos resultados.

O sr. Antony—Em justificação de seu additivo consignando 10:000\$000 réis, para compra de mo-

veis e ntenciosos para se inaugurar o hospital de caridade, diga que a população da cidade de Manaus já é bastante crescida, e não pequeno número de indivíduos pobres succumbem muitas vezes a falta de meios para se tratarem convenientemente.

As vezes é preciso recorrer a munificência do director respectivo para que um pobre seja tratado no hospital militar; que entretanto não é um hospital, mas antes uma boceta de Pandora donde sahem todos os males que actuam sobre a saúde publica.

Não é culpa do medico; mas da disposição do edificio, e do local em que se acha collocado.

Quando chove é preciso que os doentes estejam de chapéo de sol aberto dentro das enfermarias.

O orador quer desfazer a triste opinião que no correr da discussão alguns srs. deputados deixaram transudar em seus discursos quanto aos seus sentimentos religiosos.

Até já foi taxado de pessimista porque disse que se supprimisse o subsidio ao seminario se o estabelecimento não era senão para padres.

O orador declara que acata a religião e as instituições; não contesta o pensamento que dominou no fundador do seminario: mas o que contesta é que o reitor tenha mais competencia para conhecer da indole, da conducta, e moralidade dos meninos do que o presidente da provincia, quando para ambos são desconhecidos, como são para cada um de nós.

Supponha-se que vem um menino do interior, do sertão; o reitor não sympathisa com elle logo a primeira vista, e informa contra. Que razão tem para isto? Póde não ter nenhuma, ser prevenção gratuita, entretanto o presidente não póde remediar o mal, não póde fazer com que o menino seja recebido.

Os que sustentam opinião contraria dizem—mas tambem o presidente póde mandar para lá um menino de coração estragado, pervertido, e o reitor não póde recusar-se a acceital-o.

Isto, porém, é uma exaggeração. A perversão de costumes não póde ser reconhecida senão pela experiencia, pelo contacto com o reitor depois de admittido o menino no estabelecimento: neste caso o orador está convencido que não haverá presidente que leve o seu capricho desarasado até o ponto de não attender reclamações bem fundadas do reitor, para salvar a moralidade do estabelecimento; esta convencido que qualquer administrador nestas circumstancias autorisará logo a expulsão desse menino, por maiores protecções que tenha.

Não ha de preferir que se estrague tudo.

Dada a hora o sr. presidente designa para ordem do dia seguinte:

1.ª Parte.—Projectos, indicações, requerimentos, etc.

2.ª Parte.—3.ª leitura do projecto n.º 33.

Continuação da 3.ª discussão do orçamento provincial; e mais materias designadas.

Levanta-se a sessão as 2 horas da tarde.

Termo de 17 de Maio de 1879.

Presidencia do sr. Amorim.

As horas do estylo presentes os srs. deputados Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Dias dos Santos, Tapajós, Miranda Leão e Sympson, o sr. presidente declarou não haver sessão por falta de numero.

Para constar se lavrou este termo.—*Henrique Barbosa de Amorim.*—*Aristides Justo Mavignier.*—*Padre José Maria Fernandes.*

Termo de 19 de Maio de 1879

Presidencia do sr. Tapajós (vice-presidente)

As horas do estylo presentes os srs. deputados Tapajós, Mavignier, Dias dos Santos, S. Leonardo, Miranda Leão e Torres, o sr. presidente declarou não haver sessão por falta de numero.

Para constar se lavrou este termo.—*Francisco Antonio M. Tapajós.*—*Aristides Justo Mavignier.*—*Antonio Dias dos Santos.*

Termo de 20 de Maio de 1879.

Presidencia do sr. Amorim

As horas do estylo presentes os srs. deputados Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Tapajós, Ferraz, Torres, Dias dos Santos, Antony e Miranda Leão, o sr. presidente declarou não haver sessão por falta de numero.

Para constar se lavrou este termo.—*Henrique Barbosa de Amorim.*—*Aristides Justo Mavignier.*—*Padre José Maria Fernandes.*

Sessão em 21 de Maio de 1879.

Presidencia do sr. Amorim.

As 11 horas da manhã, feita a chamada, acham-se presentes os srs. Amorim, Mavignier, Ferraz, Tapajós, Daniel, Dias dos Santos, Barão de S. Leonardo, Antony, Miranda Leão, Canavarro e Torres.

Havendo numero legal abre-se a sessão.

O sr. presidente—Convida o sr. Dias dos Santos, como supplente mais votado, para occupar a cadeira de 2.º secretario, visto não se achar presente o sr. padre Fernandes.

Lida a acta da anterior, é approvada.

O sr. 1.º secretario dá conta do seguinte

Expediente:

Tres officios do secretario do governo datados de 17 e 19 do corrente:

Um enviando o requerimento em que o 1.º escripturario do thesouro provincial Francisco Leopoldo de Mattos Ribeiro—pede 6 mezes de licença para tratar de sua saúde.—A' commissão de poderes.

Outro devolvendo a resolução que autoriza a mesa a conceder ao amanuense da secretaria da assembléa Manoel José Zuany de Azevedo, um anno de licença, que s. exc. não mandou publicar, por entender que depende de sancção.

Outro communicando haver s. exc. sancionado as resoluções d'assembléa que foram enviadas pela mesa em officio de 17.—Inteirada.

Entra o sr. padre Fernandes e occupa a cadeira de 2.º secretario.

O sr. presidente—Convida á casa a eleger a commissão de que trata o art. 185 do regimento para dar seu parecer sobre a lei devolvida pela presidencia.

Corre-se o escrutinio e sahem eleitos os srs. Miranda Leão, com 12 votos; Antony, Tapajós, Sympson e Chrysostomo com 7 votos cada um.

Obtiveram mais os srs. Dias dos Santos, 6 votos; Canavarro, 5 votos; Torres, 4 votos; Ferraz, 3 votos; Barão de S. Leonardo e padre Fernandes 2 votos cada um.

Ordem do dia—1.ª parte.

Retira-se o sr. Torres.

Hospital uniliter

O sr. Canavarro:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Canavarro:—Sr. presidente, pedi a palavra para declarar a esta illustrada assemblèa que tenho deixado de comparecer as sessões por me achar soffrendo de ataques de asthma, como é geralmente sabido, porque este mal em mim já é antigo, e ha occasião que me prostra completamente.

Entretanto os zoilos andam espalhando que eu e alguns outros srs. deputados, que não se tem mostrado nesta casa infensos á administração do sr. Barão de Maracajú, estão fazendo parede, deixando de proposito de vir a casa, porque o presidente não quer que passe a lei do orçamento.

Parece-me que se o sr. presidente da provincia não quizesse lei do orçamento, não precisava de recorrer a este triste expediente, porque tinha nos limites de suas attribuições administrativas o meio mais seguro de não ter lei do orçamento; era não sancional-a.

Mas, eu estou certo e intimamente convencido de que esses boatos não têm fundamento; que s. exc. não só nutre os mais sinceros desejos de que passe a lei do orçamento, como que ha-de sancional-a; porque essa lei, sahida desta assemblèa será mais um padrão de gloria para sua administração.

O sr. Ferraz:—Nós todos conhecemos a lealdade de v. exc.

O sr. Barão de S. Leonardo:—Não ha presidente algum que não queira lei do orçamento.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, consta-me que ha alguns dias foi solicitada pela presidencia, por intermedio do respectivo 1.º secretario, uma certidão da secretaria desta assemblèa, por isso eu venho pedir que, com a maior sollicitude, se forneça essa certidão.

O sr. presidente:—V. exc. se constitue em procurador da secretaria do governo?

O sr. Ferraz:—Não me constituo em procurador mas parece-me que todo o deputado tem o direito de requerer qualquer providencia, no interesse do serviço publico, como esta que agora reclamo.

O sr. presidente:—V. exc. faz uma censura a mesa; eu não posso aceitar o seu requerimento.

O sr. Ferraz:—Eu faço-o por escripto.

O sr. presidente:—Pode fazer que eu sujeitei a decisão da assemblèa.

O sr. Ferraz:—Sei que ha-de cahir; mas quero apresental-o sempre.

Lê e mandá a mesa o seguinte requerimento:

Requeiro que a mesa desta assemblèa se digne mandar á presidencia uma certidão, pedida pela mesma por intermedio do 1.º secretario.

Peço da assemblèa legislativa provincial do Amazonas, em 21 de Maio de 1879.—O deputado—*Ferraz*.

O sr. presidente:—Tem a palavra o sr. 1.º secretario para informar se existe na secretaria officio algum pedindo certidão.

O sr. Mavignier:—(1.º secretario) Informa que não existe tal officio.

O sr. presidente:—A vista da informação do sr. 1.º secretario não posso submeter o seu requerimento a decisão da assemblèa, porque trata de uma cousa que não existe.

O sr. Tapajós:—Como relator da commissão de redacção, precedendo a licença do estylo, lê e manda a mesa as redacções dos projectos ns. 27, 28, 29, 30 e 31.

O sr. Mavignier:—Lê e manda a mesa o seguinte requerimento:

Requeiro que sejam discutidas na 2.ª parte da ordem do dia de hoje as redacções dos projectos que acabam de ser lidos.

Peço da assemblèa legislativa provincial do Amazonas, 31 de Maio de 1879.—O deputado—*Mavignier*.

E' approved sem debate.

O sr. Dias dos Santos:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Dias dos Santos:—Sr. presidente, hoje exgota-se o prazo da remessa da resolução desta assemblèa que se refere a aposentadoria do amanuense da secretaria Raymundo Henrique da Costa—portanto ou ella está sancionada, ou se não estiver amanhã se haverá como sancionada na forma do acto addicional.

Eu quero portanto prevenir a respeito da vaga que essa aposentadoria vai deixar na secretaria, e por isso apresento a seguinte indicação:

Lê e vai a mesa a seguinte indicação:

Indico que Nuno Alves de Mello Cardoso seja nomeado em substituição ao amanuense Raymundo Henrique da Costa, logo que este seja aposentado.

Sala das sessões d'assemblèa provincial do Amazonas, em 21 de Maio de 1879.—O deputado—*Dias dos Santos*.

O sr. Canavarro:—Diz que vota a favor deste requerimento, dando plena confiança a mesa.

O sr. Antony:—Diz que não se oppõe a indicação, mas quer reveindicar uma das prerogativas da mesa conferidas pelo regimento que exige a sua iniciativa por meio de proposta, quando a assemblèa está reunida; e por isso entende que a indicação, é pelo menos extemporanea, e traduz desconfiança na mesa.

O sr. Miranda Leão:—E' por certo desconfiança na mesa.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra:—

O sr. presidente:—A mesa declara que não se sente offendida por qualquer medida accieita pela casa.

Tem a palavra o sr. Ferraz.

O sr. Ferraz:—Desisto da palavra á vista da declaração que v. exc. acaba de fazer.

O sr. Miranda Leão:—Que vota contra o requerimento, não porque se opponha a nomeação do individuo que foi indicado, mas porque entende que a mesa é que deve propor na forma do regimento.

O sr. sr. Symphon:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Symphon:—Sr. presidente, pedi a palavra para me oppor ao requerimento do meu illustre collega, porque entendo que, por enquanto, não tem lugar de ser.

O projecto de aposentadoria foi enviado á sancção; a presidencia não deu solução alguma até agora; o prazo finda-se hoje, portanto s. exc. ainda tem hoje todo o dia para resolver; pode ainda devolve-lo. Se o projecto não for sancionado não se dará a vaga, mas se for é caso previsto no regimento; na minha fraca opinião é um requerimento extemporaneo.

O sr. presidente:—Declaro a assemblèa que a mesa não se julga exautorada com a indicação, porque é condicional.—Ella diz que se Raymundo Henrique da Costa, for aposentado seja nomeado Nuno Alves de Mello Cardoso; se a casa quizer acceitar essa designação, ella o póde fazer.

O sr. Tapajós:—Não póde fazer porque a mesa já está autorizada pelo regimento.

Encerra-se a discussão e posta a votos a indicação é approvada.

2.ª Parte:

Tem 3.ª leitura o projecto n. 33.—Vai a imprimir.

O sr. Antony:—(Pela ordem) Sr. presidente, parece-me que este projecto de uma commissão especial para refundir com o de n. 27.—Um dos signatarios está assignado vencido, e neste caso penso que o nosso regimento lhe concede o direito de insistir para que se prosiga no outro; mas entendo tambem que esta insistencia, não deve ser quando já estiver em discussão,

mas antes de chegar a este ponto. O outro projecto está já bastante adiantado; está na 3.^a discussão, ao passo que este está apenas na 3.^a leitura. Por isso eu queria ouvir a sua opinião a respeito do art. 148 do regimento.

O sr. padre Fernandes—Lê e manda a mesa o seguinte requerimento:—Requeiro preferencia do projecto n. 18, sem prejuizo de suas discussões. Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas em 21 de Maio de 1879.—O deputado, *Padre Fernandes*.

O sr. presidente—Está em discussão.

O sr. Canavarro—Peço a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. Canavarro—Sr. presidente, é com bastante pesar que peço a palavra para combater este requerimento, porque entendo que o projecto n. 18 vai sacrificar a mocidade amazonense que se dedica ao estudo de sciencias ou artes.

Um estudante, por exemplo, que se destina a cursar musica, desenho, pintura, ou escultura, tem de ser obrigado a estudar nove preparatorios, muitos dos quaes lhe são desnecessarios.

Para que este rigor? Elle só pode trazer em resultado oppôr um paradeiro ás vocações e um obstaculo ao desenvolvimento intellectual da provincia.

Adoptando-se o projecto refundido remove-se esse obstaculo, e a mocidade hade bem dizer o nome desta assembléa.

Voto, portanto, contra o requerimento de preferencia.

O sr. Symphon—Peço a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. Symphon—Sr. presidente, sinto bastante ter de me oppôr as razões que o meu nobre collega o sr. Canavarro expõe para combater o requerimento de preferencia.

S. exc. disse que votava contra o projecto....

O sr. presidente—Lembro ao nobre deputado que é o requerimento que está em discussão.

O sr. Symphon—O nobre deputado disse que este projecto, cuja preferencia se pede pelo requerimento em discussão, hia trazer um paradeiro ás vocações e um obstaculo ao desenvolvimento intellectual da provincia só porque um menino que se dedica a cursar artes, como a musica ou pintura, tem de ser obrigado a estudar todos os preparatorios que se ensinam no nosso lyceu.

Ora, sr. presidente, o curso de preparatorios é um elemento indispensavel da boa educação; elle é sempre util em qualquer carreira que o homem tenha de exercer a sua actividade intellectual.

Um artista que tem de estar em contacto com certas notabilidades na Europa, não pôde prescindir desse preparo, desse cultivo de espirito que o fará recomendar no meio da boa sociedade em que vai achar-se envolvido.

O sr. Canavarro—Ha sciencias mesmo que não exigem esses preparatorios, como por exemplo a pharmacia.

O sr. Symphon—Eu entendo que a provincia não deve dar subsidios a nenhum estudante para cursar preparatorios fora della, quando temos um lyceu, é dar uma triste idéa dos nossos lentes; entendo que nenhum estudante deve sair por conta da provincia, para seguir estudos dentro ou fora do imperio sem que tenha feito os seus preparatorios no nosso lyceu; até mesmo, porque, só por esse meio pode ficar bem conhecida a aptidão, intelligencia e moralidade do estudante; é até certo ponto uma garantia de seu aproveitamento no futuro, para que os cofres provinciaes não sejam onerados com esses sacrificios em pura perda.

Voto por este requerimento, porque está bem fundamentado.

O sr. Ferraz—Peço a palavra.

O sr. presidente—Tem a palavra.

O sr. Ferraz—Sr. presidente, não posso ficar silencioso sendo um dos membros da commissão que refundio o projecto.

O requerimento do nobre deputado pede preferencia para o seu projecto que é o de n. 18; pergunto eu as emendas apresentadas ficam em vigor?

Um sr. deputado—Parece que devem ficar.

O sr. Ferraz—Na discussão do projecto n. 18 eu não me oppuz á idéa; apresentei apenas algumas emendas, as quaes a commissão de refusão parece que aceitou, e comparando-se um e outro, parece que não pode deixar de ser aceito este ultimo, cuja 3.^a leitura acaba de fazer-se.

O sr. Miranda Leão—Está fora da ordem.

O sr. Ferraz—Mas eu não posso tratar do projecto?

O sr. Miranda Leão—Pode dizer se é bom ou máo, porem não pode discutil-o.

O sr. Ferraz—Sr. presidente, a preferencia é inconveniente pelo que contem o projecto; é inconveniente, porque encerra uma clausula odiosa mencionada no art. 2.^o, qual a de ser filho da provincia para obter o favor da lei; é um bairrismo que não se compadece com a nossa civilização, e menos com as condições especiaes da provincia do Amazonas, composta em grande parte de população adventicia; é um bairrismo inadmissivel em pleno seculo XIX...

Alguns srs. deputados—Muito bem! muito bem!

Outros srs. deputados—Não apoiado!

O sr. Ferraz—Assim não posso fallar.

(Trocaram-se muitos apartes.)

Neste assumpto, sr. presidente, v. exc. hade permittir que me arrede um pouco da materia.

Não sou suspeito porque tenho filhos que também são filhos do Amazonas aos quaes pode aproveitar o favor da lei, e por isso devo ser interessado na condição exclusivista; mas reconheço que a clausula é odiosa, que não pode produzir os beneficios que della se deve esperar.

O sr. Dias dos Santos—Dá um aparte.

O sr. Miranda Leão—Se estão discutindo o projecto sem estar em discussão, eu retiro-me da casa.

O sr. Ferraz—Eu cinjo-me a materia; o requerimento não tem rasão de ser pela materia do projecto, cuja preferencia se pede.

Tenho concluido.

Encerrada a discussão e posto a votos é aprovado.

Entra em 3.^a discussão o projecto n. 23 que concede um anno de licença a D. Josephina de Freitas Tenreiro Arauha. Retira-se o sr. Ferraz.

Vão á mesa as seguintes emendas:

A camara municipal da capital fica também autorizada a conceder 4 mezes de licença ao fiscal da mesma camara, Antonio José de Moura.—Paço da Assembléa legislativa provincial do Amazonas, em 21 de Maio de 1879.—O deputado—*Antony*.

O mesmo presidente da provincia é igualmente autorisado a conceder 6 mezes de licença a Francisco Leopoldo de Mattos Ribeiro.—Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, 21 de Maio de 1879.—O deputado—*Padre Fernandes*.

O sr. presidente—declara que está em discussão o parecer da commissão de poderes sobre as petições de Luiz Anselmo Baptista, José Anacleto Zuan, e bacharel Theodoro Thaddeo d'Assumpção, que se refere a este projecto.

Não havendo quem tome a palavra encerra-se a discussão e procedendo-se a votação, é aprovado o projecto salvando as emendas; sendo também approvadas as emendas e o parecer da commissão.

Continua a 3.^a discussão do projecto n. 25 (orçamento provincial).

gledonismo

Retira-se o sr. Canavarro.

O sr. Chrysosthomo:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Chrysosthomo:—Sr. presidente v. exc. e a casa sabem que uma das cousas que attestão o estado de civilisação dos povos, é entre outras o bem acabado de seus edificios publicos, bem como o seu embelezamento. Eu, pois, pedi a palavra, sr. presidente, para justificar um additivo que tive a honra de apresentar a casa, no qual peço um pequeno auxilio para a Matriz da cidade de Tefé, que está quasi em completa ruina. Julgo que, o que eu peço deve merecer approvação desta assemblèa, por isso que ha muitos annos, aquella cidade está esquecida desta corporação, que jamais se tem lembrado della com um seítill se quer.

Portanto, sendo á primeira vez que venho solicitar esse pequeno auxilio, espero que terei o apoio de meus nobres collegas.

Tambem pedi um pequeno ordenado para o sacristão da matriz, porque não se encontra pessoa que queira servir este encargo, visto que os rendimentos são insignificantes, e não compensão os cuidados e obrigações respectivas; assim não sendo remunerado ninguém se quer encarregar desse serviço.

O sr. Tapajós:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Tapajós:—E' simplesmente para responder ao nobre deputado que acaba de sentar-se, na parte em que diz que esta corporação não se tem lembrado da cidade de Tefé.

Nesta mesma lei que se discute está já consignada uma verba para a matriz de Tefé (lê). Já ve que a comissão não se esqueceu dessa localidade, e me nos a assemblèa.

O sr. presidente:—Convida o sr. vice-presidente (Tapajós) para occupar a cadeira da presidencia e retirar-se por incommodado.

Os srs. Ferraz, e Simpson:—Pedem a palavra.

O sr. presidente:—Declara que não ha numero legal para deliberar, e por isso ficam os srs. Ferraz e Simpson com a palavra para o dia seguinte.

Designa para ordem do dia:—1.^a parte.—Projectos pareceres, indicações e requerimentos.—2.^a Parte.—Continuação da 3.^a discussão do orçamento provincial, e o mais que houver.—Levanta-se a sessão.

Sessão de 23 de Maio de 1879.

Presidencia do sr. Amorim

As 11 horas da manhã, feita a chamada acham-se presentes os srs. Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Torres, Ferraz, Dias dos Santos, Simpson, Barão de S. Leonardo, B. Chrysosthomo, Antony, Miranda Leão e Tapajós.

Havendo numero legal abre-se a sessão.

Lida a acta da anterior, é approvada.

O sr. 1.^o secretario dá conta do seguinte

Expediente:

1.^o Petição de José Teixeira de Souza & C.^a solicitando que se consigne verba na lei do orçamento para pagamento da quantia de 280\$280 réis importancia de objectos por elles fornecidos para repartições provinciaes em exercicios anteriores.—A' comissão de fazenda.

2.^o Officio do secretario do governo communicando haver s. exc. sancionado a resolução que aposenta o amanuense da secretaria da assemblèa Raymundo Henrique da Costa.—Inteirada.

3.^o Idem idem devolvendo a resolução que crêa uma

collectoria na villa de Manicoré a que foi negada sancção.

O sr. presidente:—Consulta a casa para mandar a resolução devolvida a ultima commissão especial já eleita na forma do art. 185 do regimento: esta decide pela affirmativa.—Vai a dita commissão.

Ordem do dia

1.^a Parte

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, na ultima sessão pedi a palavra para solicitar a remessa de uma certidão que a presidencia havia pedido a esta casa; v. exc. exigio que eu mandasse o meu requerimento, e tendo eu satisfeito essa exigencia, foi ouvido o 1.^o secretario, o qual informou que não havia tal pedido na secretaria da assemblèa, e por isso v. exc. declarou que o meu requerimento não tinha razão de ser.

Era justo. Mas eu tive o cuidado de procurar no protocollo e está como recebido por v. exc.

O sr. presidente:—Torno a declarar a v. exc. que não ha officio pedindo certidão.

O sr. Ferraz:—Eu vi a integra do officio e tirei a nota,

O sr. presidente:—Eu garanto a v. exc. que não ha.

O sr. Ferraz:—Bem; eu tornarei a pedir explicação a este respeito.

O sr. Tapajós:—Como relator da commissão especial para conhecer das razões de não sancção ao projecto que autorisa a mesa da assemblèa a conceder um anno de licença ao amanuense de sua secretaria Manoel José Zuany de Azevedo, precedendo a licença do estylo, lê e manda a mesa o respectivo parecer, concluindo que seja a resolução de novo enviada a s. exc. para sancionar, e não para publicar simplesmente, como por engano se disse no officio de remessa, conformando-se com as razões da presidencia, que julga procedentes. Fica sobre a mesa.

O mesmo sr. Tapajós:—Como relator da commissão de redacção, aproveitando-se da permissão já concedida lê e manda a mesa a redacção do projecto n.^o 23, que autorisa a conceder um anno de licença a professora D. Josephina de Freitas Tenreiro Aranha, separando em projectos especiaes as emendas offerecidas ao mesmo projecto.

Ficam sobre a mesa.

O mesmo sr. Tapajós:—Lê e manda a mesa o seguinte requerimento:

Requeiro q' por intermedio do exm. sr. Barão de Maracajú, presidente desta provincia, informe, com urgencia o inspector do thesouro provincial a esta assemblèa queres são os credits legislativos constantes do relatorio do mesmo exm. sr. presidente a fls. 206 e 208 relativos as despesas do exercicio de 1877—1878, e 1878—1879, sendo aquelle de 22:442\$361 réis e este de 4:585\$108.

Paço da assemblèa legislativa provincial em Manáos, 23 de Maio de 1879.—O deputado—*Tapajós*.

E' aprovado sem debate.

Vai a mesa e entra em discussão o seguinte requerimento:

Requeiro que entre em discussão na 2.^a parte da ordem do dia de hoje as redacções dos projectos agora apresentados.

Sala das sessões da assemblèa provincial do Amazonas, em 23 de Maio de 1879.—O deputado—*Mavignier*.

O sr. Ferraz:—Diz que lhe parece que se deve guardar a marcha estabelecida na ordem do dia; e por isso deve ser discutida em primeiro lugar a lei do orçamento, e depois se houver tempo as redacções de que trata o requerimento, e sendo assim votará pelo requerimento.

O sr. Miranda Leão:—Manda a seguinte emenda ao requerimento:

Depois da palavra projectos, accrescente-se—e o parecer da comissão especial—O deputado—*Miranda Leão*.

E' approved o requerimento com a emenda.

Nada mais havendo passa-se a

2.ª Parte

Continua a 3.ª discussão do projecto n.º 25 (orçamento provincial).

O sr. Ferraz:—Pede a emenda do sr. 2.º secretario acerca da igreja de Coary; e as emendas apresentadas na ultima sessão. (O orador é satisfeito.)

Antes de tratar das emendas que solicitou ponderará a casa que a comissão de fazenda, enganou-se na classificação de um parágrafo.

O sr. Simpson:—Talvez.

O sr. Ferraz:—Penso que é engano. Debaixo da epigraphe—interior—acha-se o § 4.º que se refere aos generos exportados, excepto a madeira que nada pagará. O orador entende que a epigraphe—interior—deve sómente comprehender os impostos locais, casas de commercio, etc. por isso attribue a engano da comissão esta collocação.

O sr. Simpson:—Foi engano certamente.

O sr. Ferraz:—Bom; está feita esta rectificação.

O sr. Simpson:—Assim como o peixe secco, que deve pertencer ao interior e está no—exterior.

O sr. Ferraz:—Sim, senhor.

Agora, vai-se occupar do art. 4.º § 1.º que trata do pessoal da secretaria que diz: (lê)—Pessoal da secretaria inclusive a gratificação de 1:400,000 réis ao secretario, conforme a tabella.

Esta tabella a que se refere aqui o projecto é a que vem appensa ao relatório de s. exc.

O sr. Miranda Leão:—Já foi publicada no jornal official.

O sr. Ferraz:—Porque a tabella é a de 1.º de Maio que está em vigor.

Um sr. deputado:—E' a que está no relatório.

O sr. Ferraz:—Assim mesmo fica-se no ar; por que se diz a tabella, mas que tabella é esta? A que está em vigor é a de 1.º de Maio.

O sr. Simpson:—A comissão não tinha conhecimento dessa tabella.

O sr. Ferraz:—Então é a do relatório? Vejamos se está publicada.

O sr. Simpson:—Eu sei aonde v. exc. vai chegar.

O sr. Ferraz:—Ha uma de 1.º de Maio que esta em vigor. O orador confrontou esta tabella com a de 1.º de Maio; ha uma differença...

O sr. Simpson:—Não ha nenhuma.

O sr. Ferraz:—V. exc. diz que a casa não tem conhecimento dessa tabella; a lei de 1878 autorizou o presidente da provincia a reformar o regulamento da secretaria e augmentar os vencimentos dos empregados...

O sr. presidente:—Se a casa quer approvar essa tabella não tem mais do que pôr a data della.

O sr. Ferraz:—Bem; com esta declaração ficam as duvidas removidas.

Agora a emenda que dá 2:000\$000 réis para a igreja de Coary. Já não são poucas as leis consignando quantias para obras religiosas; a verba culto divino eleva-se a mais de setenta contos de réis. Quando apresentou a idéa de se votar dez contos de réis para a igreja de S. Sebastião foi porque reconhecia que era uma necessidade indeclinavel, pois como todos sabem aquella capellinha está a desabar; mais dez contos de réis para os Remedios, mais para aqui, mais para acolá, aonde vai isto parar?

O sr. Chrysostomo:—E o interior é que não precisa de igrejas!

O sr. Ferraz:—Tirou um apanhamento ligeiro das quantias já votadas e verificou que sobem a 60:200\$000 réis.

O sr. Barão de S. Leonardo:—Ainda pode dar-se mais.

O sr. Chrysostomo:—O interior tambem concorre com a sua quota para as rendas publicas.

O sr. Ferraz:—Uma outra emenda do sr. Chrysostomo pede 2:000\$000 para a igreja de Tefé. Esta quantia de nada serve para a igreja de Tefé; não é com 5 ou 6 contos de réis que se poderá fazer os reparos de que carece para não vir abaixo.

O sr. Chrysostomo:—O engenheiro calculou em 3:000\$000 réis.

O sr. Ferraz:—Aquella igreja anda em completo abandono; principia pelo parcho.

O sr. Chrysostomo:—Não apoiado.

O sr. Ferraz:—Esse estado foi presenciado pelo ex-presidente dr. Agésilao.

O sr. Chrysostomo:—A quem se deve esse abandono? E' ao governo!

O sr. Ferraz:—Não senhor; é aos habitantes; elles é que deviam invidar esforços para conservar com decencia a casa de Deus, tendo a sua frente o respectivo parcho; deviam observar o exemplo de outros lugares em que o povo tem levantado igrejas com os seus proprios recursos, carregando pedras na cabeça.

O sr. padre Fernandes:—Se não fosse isso não havia igrejas em muitos lugares.

O sr. Ferraz:—Não se deve esperar sómente pela iniciativa dos governos em todos os melhoramentos locais.

Nesta emenda marca-se ainda um ordenado ao sacristão da matriz d'aquella cidade.

O orador não se recorda de parte alguma onde se dê ordenado ao sacristão, a excepção de Manáos, mas nesta ha uma razão, a igreja é grande, de luxo e o trabalho para o sacristão trazer tudo aceiado é grande; e os beneces poucos.

Porem em uma igreja pequena que um creado do vigario pode varrer e zelar é um luxo inadmissivel. Voto contra.

O sr. Miranda Leão:—Diz que o sr. Ferraz apresentou uma emenda elevando a 2:000\$000 réis a gratificação do secretario do governo em lugar de 1:600\$000 réis que está no projecto, porque não sabe se o orçamento trata...

O sr. Dias dos Santos:—Isso não passa.

O sr. Miranda Leão:—...mas está prevenido.

Outra mandando accrescentar no § que se refere á gratificação do vigario geral a condição de que só tenha lugar quando não for vigario parochial.

Ha de consentir que classifique de injusta semelhante condição, quando s. exc. pretende elevar a gratificação do secretario do governo, que tambem é empregado geral, e tem um ordenado mais vantajoso, quer reduzir o vigario geral aos vencimentos de parcho, que são exiguos, obrigando-o assim a passar de um cargo para outro sem uma gratificação que compense.

Todos os empregados publicos quando se lhes adiciona uma comissão estranha ao emprego, sempre se adiciona tambem uma gratificação aos vencimentos; o official de marinha, do exercito, empregados de fazenda, etc. Como é que se pretende excluir desta regra a classe sacerdotal? (Apoiados).

O 1.º vigario geral que tivemos foi o sr. D. Joaquim que exerceu o cargo sem gratificação; era tambem reitor do Seminario. A assemblea depois entendeu que devia dar uma gratificação, a principio muito modica, que foi subindo gradualmente...

O sr. Ferraz:—Amanhã será de 5:000\$000 réis.

J. Sebastião

O sr. Miranda Leão—Se o poder legislativo entender que assim o deve fazer....

O sr. Ferraz—Não eu.

O sr. Miranda Leão—Sr. presidente, ninguém desconhece a necessidade de um vigário geral nesta provincia; ninguém ha de vir para cá exercer as funções desse cargo que são muito pesadas, sem uma gratificação correspondente.

O sr. Ferraz—São muito pesadas. Parece que ha nisto o seu tanto de hyperbolico!

O sr. Miranda Leão—Si não tivermos aqui o vigário geral ha-de ser preciso recorrer-se ao Pará, com grandes despendios, para solução de muitos casos que aqui mesmo podem ser providenciados.

Por isso diz o orador, ninguém se sujeitará a vir para esta provincia exercer as funções de vigário geral sómente pelos vencimentos de parócho, tanto mais, como o actual que não é collado e por isso a congrua é muito diminuta.

Alem disto a assembléa não pode crear incompatibilidades para empregos geraes; não é da competência das assembléas provinciaes.

O sr. Ferraz—Não é crear incompatibilidades.

O sr. Miranda Leão—Se os avisos constituem doutrina que deve ser observada, ha um aviso declarando isto que vem de dizer.

Agora, com referencia a emenda que marca a quantia de 8:000\$000 réis para impressão dos trabalhos das repartições, dirá que só serve para augmentar despesas; porque os contractos effectuados para esses trabalhos montam em 7:000\$000 réis; com oito que se pretende votar na emenda são 15 contos. Assim como está, é que está perfeitamente bem, porque cada repartição contribue com o contingente que lhe pertence para o contracto geral.

O sr. Symphon—Como um dos membros da commissão de fazenda que teve a honra de confeccionar o projecto que se discute depois de ter ouvido os nobres oradores fallarem a respeito da lei magna da provincia, produzindo argumentos a respeito das diversas emendas, não podendo concordar com algumas dellas, pedio a palavra para fazer algumas considerações, prometendo ser breve, e pede aos seus dignos collegas que se dignem prestar-lhe benevolenta attenção.

São tantas as emendas que já não sabe por onde ha de começar.

Occupar-se-ha em 1.º lugar do additivo que se refere ao contracto com a linha de navegação directa. (Lê) este additivo não tem relação com o texto do projecto, e por isso não deve ser aceito.

Lembra o orador que já o anno passado quando esta assembléa autorizou a innovar o contracto, o empresario não quiz effectuar a innovação.

O sr. Antony—S. exc. nunca mandou-o convidar para isso.

O sr. Symphon—Se elles tivessem interesse terião procurado o presidente para isto, e não era o presidente a quem cumpria andar atraz delles para promover os seus interesses.

Isto prova que os empresarios não querem a innovação: ainda mais para augmentar os onus sem compensação.

O orador entende que não deve passar a emenda que manda ouvir o reitor do seminario para admissão dos meninos pobres, subsidiados pela provincia, porque isto é exautorar o presidente da provincia.

O sr. Ferraz—Apoiado.

O sr. Symphon—Manifesta-se tambem contra a emenda que autorisa o subsidio de 20\$000 rs. mensaes para auxiliar a educação de meninas fóra da provincia.

O sr. Ferraz—E' luxo asiatico,

O sr. Symphon—Entende que a provincia não

está nas condições de faser essa despesa em face dos empenhos que ainda pesão sobre ella; que temos escolas do sexo feminino para dar a educação elementar de que carecem as meninas, a qual se não são sufficientes para fazer illustrações, servem ao menos para faser boas mães de familia.

O orador entende que não deve passar a emenda que manda supprimir as palavras filhos da provincia no § 3.º do art. 5.º—porque é preciso que cada provincia tenha sua autonomia.

A assembléa decreta fundos para educação de meninos pobres, é natural que prefira os nascidos em seu solo, aos que o foram em outras provincias.

Aqui quiz-se estabelecer uma discussão odiosa a este respeito...

O sr. Ferraz—Bem odiosa.

O sr. Symphon—Não vê em que seja ella odiosa.

As familias que vierem de fora vão tendo filhos na provincia os quaes ficarão com o mesmo direito ao favor da lei.

O orador vota contra a emenda que manda supprimir a verba destinada para alfaías das matrizes, por que todos sabem que as igrejas estão dispidas de alfaías, e contra a idéa dos coadjuutores porque não temos por ora necessidade delles. O orador lembra que na ultima festa da semana santa, não obstante a verba de 400\$ rs. que a assembléa votou para ella esteve desanimada, porque os dignos sacerdotes que se achavam na capital não se prestaram; mais emfim, como o estado tem obrigação de auxiliar o culto divino—pode passar a emenda que se refere a este serviço.

O orador julga desnecessaria a emenda offerecida pelo sr. Chrysostomo a respeito da igreja de Tefé, porque ainda está vigorando a lei do orçamento do anno passado.

Quanto ao ordenado do sachristão, entende que não tem razão de ser porque não ha quem se negue a tocar o sino, principalmente em Tefé onde tudo é barato; até os meninos da escola tocam sino.

O sr. Chrysostomo—V. exc. diz isto porque está na capital.

O sr. Symphon—Diz que o sr. Chrysostomo é injusto; falla despeitado porque a commissão não quiz aceitar a sua emenda.

O sr. Dias dos Santos—Falla por si ou em nome de toda a commissão?

O sr. Symphon—E' tanto mais injusto quando a commissão, attende ao que ponderou s. exc. o sr. presidente da provincia em seu relatorio, votou 10:000\$ rs. para se edificar uma igreja nova em Tefé.

Acha tambem desnecessaria a emenda relativa a igreja de Coary; a commissão das obras cumpre pedir ao sr. presidente da provincia para mandar fazer já o pagamento da quantia votada no orçamento vigente.

Oppõe-se ainda o orador a emenda que manda conceder um subsidio de 360\$000 rs. á Antonio Constantino Nery, porque entende que a provincia não pode e nem deve desfalcas suas rendas com subsidio a estudantes; que a provincia nada lucra com esses sacrificios, porque muitos que recebem a educação a custa de suas rendas cá não voltam mais, como aconteceu com um filho do finado major Nery, e alguns outros.

Entende que cada um deve ir mandando educar seus filhos conforme suas posses.

Manifesta-se tambem contra o additivo que autorisa a despesa de 10:000\$ para montar-se o hospital de caridade.

Pensa que a provincia não está ainda no caso de praticar a caridade, sustentando um hospital.

Gasta-se com presos pobres 10:000\$ rs. e ainda mais; como é que ha de votar 10:000\$ rs. para inaugurar o hospital?

E inaugurado elle com que se ha de fazer face ao custeio?

Tratando da emenda que se refere a gratificação do secretario do governo diz que uma lei do anno passado autorizou o presidente da provincia a reorganizar a sua secretaria e elevar os ordenados dos empregados; que agora em seu relatorio, s. exc. apresentou uma tabella de vencimentos organizada em virtude dessa authorisação, entretanto que o nobre deputado sr. Ferraz diz que ha uma outra tabella do 1.º do corrente, de que o orador não tem conhecimento.

Pelos vencimentos marcados na tabella annexa ao relatorio a verba com a secretaria do governo monta na quantia de 29:600\$000 rs.

S. exc. comprehendendo que o secretario não é empregado provincial, e que portanto não devia fazer parte da tabella addicionou por baixo della a gratificação deste funcionario, elevando-a a 2:000\$000 réis.

A commissão, porém, entendendo que a authorisação legislativa para organizar a secretaria, não devia comprehendere esse empregado, a quem só por equidade se concede uma gratificação provincial, conservou a gratificação anteriormente votada e para que ficasse bem consignado, bem patente que o secretario só tinha direito a 1:400\$ réis é que fez expressa menção da gratificação que estava incluída na quantia total de 31:000\$000 réis.

Portanto vota contra a emenda.

Concluindo deve dizer que a commissão compulsando todos os documentos que vieram do thesouro regulou a despesa com a receita da provincia, e chegou ao resultado seguinte:

Verificou que na lei do orçamento a despesa montou em 602:975\$496 e a receita em 612:401\$000 réis.

Já vê v. exc. que a differença é muito pouca.

No exercicio de 1877 a 1878—a receita foi orçada na quantia de 638:355\$000 foi arrecadada a de.... 785:979\$765—e ficou para arrecadar a de réis... 176:823\$220.

A despesa foi fixada em réis 652:403\$348,—foi effectivamente paga a de réis 785:970\$765—ficou por pagar—réis 42:905\$134.

No 1.º semestre de 1878 a 1879—a receita importou na quantia de 439:579\$379 réis e a despesa na de 336:046\$413, donde resultou que em Dezembro houve um saldo de 103:533\$266 réis, que passou para o mez de Janeiro; porém sujeito ás despesas ordinarias do exercicio.

Ora em 28 de Fevereiro o resultado das finanças era o seguinte:

Divida activa reconhecida até 28 de Fevereiro de 1879.....	176:823\$220
Divida passiva até essa data.....	43:150\$135
Idem fluctuante.....	30:328\$127
Idem fundada.....	55:600\$000
Juros de 19 e 8%.....	5:470\$000
	61:070\$000
	134:548\$261

Dinheiro em cofre até 28 de Fevereiro de 1879—sujeito ás verbas do orçamento 153:176\$469

Saldo..... 18:628\$208

Já vê v. exc. que qualquer augmento que se queira consignar na lei do orçamento pôde trazer desequilibrio nas finanças, é pôr a fazenda em difficuldades, tanto mais quando a casa sabe que a commissão diminuiu as rendas com a redução de alguns impostos; mas isto não obsta porque ainda temos uma verba de receita, que é a divida activa da provincia...

O sr. Ferraz—Incoabravel pela maior parte.

O sr. Symphon—Isso pertence ao contencioso

do thesouro imprimir a necessaria actividade nessa cobrança.

Fazendo estas considerações, sem estar habilitado (não apoiado) tem o orador em vista pôr ao alcance da casa este movimento de cifras, afim de evitar que se continue a augmentar as verbas de despesa.

Resta ao orador fallar em uma verba que passou o que traz grande augmento de despesa, e para ella chama a attenção da casa. E' a que se refere ao serviço do calçamento, para o qual julga sufficiente a quantia de 10 contos de réis votada pela commissão para este exercicio da lei.

O orador conclue declarando que fez um esforço para cumprir o seu dever, fazendo as considerações que ficão expendidas por parte da commissão; se não satisfiz, resta-lhe a convicção de que procedeo de boa fé. (Muito bem!)

O sr. Antony diz que fará somente algumas considerações em sustentação de sua emenda a respeito do hospital de caridade que s. exc. o sr. deputado Symphon diz que não deve passar, porque traz um grande acrescimo de despesa. As cousas não se podem fazer de uma vez; essa quantia é somente para compra de utensilios, mais tarde se fará o resto.

Os pobres são tratados na enfermaria militar...

O sr. Ferraz—Por um favor do ministerio da guerra.

O sr. Antony—Um aviso do ministerio da guerra mandou prohibir absolutamente que se tratassem paisanos na enfermaria militar, mas s. exc. o sr. Barão de Maracajú mandou informar o estado das cousas e o ministro consentio. Para os indigentes que se tratão ali nós temos já a verba de 10 contos de réis, que passará para o hospital; quanto aos emigrantes cearenses será pago o seu tratamento pela verba socorros publicos. Portanto o orador não vê que se vá augmentar a despesa além desses 10 contos de réis, com o necessario para inaugurar o estabelecimento. Ha necessidade de se inaugurar o hospital, quando mais não seja para não estar ali de amostra servindo para outro destino diverso d'aquelle para que foi feito com auxilio dos particulares.

O sr. Symphon—Vai apenas responder ao que disse o sr. Antony, a respeito do hospital de caridade.

S. exc. pede 10:000\$000 réis para inaugurar o estabelecimento—para compra de camas, cobertores, colchões, lençóis etc.; isto é preparar a casa para o hospital que não temos dinheiro para sustentar. Não temos fundos para as dietas, enfermeiros, medicos, pharmacia etc. Com que havemos pagar tudo isto?

O sr. Antony—Não tem-se pago os que se tratão na enfermaria militar?

O sr. Symphon—Abi mesmo é que pretende chegar. Se a provincia paga 10:000\$000 réis para tratamento dos indigentes na enfermaria militar e não chega, onde tem os medicos militares que se prestão a caridade, quanto mais tendo de pagar tudo, como já disse!

Um sr. deputado—A provincia já está em circumstancias de ter um hospital de caridade.

O sr. Symphon—Entende que a quantia que o nobre deputado autor da emenda pede não deve ser concedida; porque ainda não ha nada organizado, não ha associação, ou irmandade que delle se encarregue depois de inaugurado; a menos que não seja para ver-se os moveis e utensilios comprados estragados com a poeira, ou distraídos em outros misteres.

Entende que nem tudo se pôde fazer de uma vez, tambem não se deve fazer esse pouco mesmo inopportunamente e com precipitação, sem estudo nem preparo; deste facto resultam muitas despesas em pura perda.

Organise-se a associação ou irmandade que tenha de se encarregar do hospital, formule-se os respecti-

vos estatutos, calcule-se as despesas com custeio e exija-se então que se supprima a verba destinada aos pobres, para reverter em favor do hospital, e com ella se faça a compra dos utensilios para sua inauguração; se os recursos da provincia o permittirem.

Antes disso acha inopportuno.

O sr. presidente declara que se ninguem mais pede a palavra vai encerrar a discussão; e não o havendo dá por encerrada effectivamente.

Procede-se a votação.

E' approvedo o projecto com as emendas já approvadas em 2.^a discussão, salvando as apresentadas na 3.^a

São approvadas as emendas e additivos de n.º 1 a 13 inclusive—e regeitadas as de ns. 13 a 23 inclusive, ficando empatada a de n.º 24, que manda eliminar a emenda que elevou a 20:000\$000 réis o § 9 do art. 13.

O sr. Mavignier requer para se proceder o desempate desta emenda hoje mesmo.

O sr. Miranda Leão—(Pela ordem) Diz que vota contra o requerimento, porque na forma do regimento tem de se abrir nova discussão sobre a emenda, e se tornar a impatar fica definitivamente regeitada.

O sr. Mavignier retira o requerimento.

Entram em discussão, são approvadas sem debate e vão á sancção as redacções dos projectos n.ºs 22, 23, 23 a, 23 b, 23 c, 27, 28, 29, 30, 31, e finalmente o parecer da commissão especial hoje apresentado.

Retiram-se os srs. Mavignier e Miranda Leão.

Verificando-se não haver numero legal, o sr. presidente designa para ordem do dia seguinte:

1.^a Parte:—Projectos, pareceres, indicações e requerimentos.

2.^a Parte:—A materia que falta discutir, desempate da emenda hoje empatada e o mais que occorrer.

Levanta-se a sessão.

Sessão em 24 de Maio de 1879.

Presidencia do sr. Amorim.

As 11 horas da manhã feita a chamada, acham-se presentes os srs. Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Barão de S. Leonardo, Tapajós, Ferraz, Sympson, Dias dos Santos, Torres, Bento Chrysostomo, Antony e Miranda Leão.

Havendo numero legal, abre-se a sessão.

Lida a acta da anterior, é approvada.

O sr. 1.^o secretario dá conta do seguinte expediente

1.^o Proposta do tachygrapho Luiz Mesquita de Loureiro Marães, para renovar o contracto com a assembléa.—Fica sobre a mesa.

2.^o Officio do secretario do governo, de 21 do corrente, remettendo a resolução da assembléa que autorisa a compra de casas em Tefé, a que s. exc. o sr. presidente da provincia negou sancção.

Consultada a casa esta resolveu que se remettesse á commissão especial ultimamente eleita para o mesmo fim.

Ordem do dia.—Primeira parte.

O sr. Torres:—Lê e manda á mesa a seguinte indicação.

Indico que a mesa fique autorizada a renovar o contracto com o tachygrapho Luiz Mesquita de Loureiro Marães, para apanhamento dos debates desta assembléa no biennio vindouro de 1880 a 1881 pela quantia e na forma de sua proposta que acaba de ser lida na casa.

Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, em 24 de maio de 1879. O deputado—Torres.

E' approvedo sem debate.

O sr. Tapajós:—Como relator da commissão de redacção e precedendo a permissão do estylo, lê e manda a mesa a redacção do projecto n. 14 (camaras do interior).—Fica sobre a mesa.

Segunda parte.

O sr. presidente:—Declara que está em discussão a emenda do sr. Ferraz ao projecto n. 25, que hontem ficou empatada.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, a emenda que offereci ao projecto n. 25, elevando a vinte contos de rs. a verba votada para calçamento da cidade, passou em 2.^a discussão, sem embargo, sendo contrariada pelo nobre deputado sr. Sympson na 3.^a

Sr. presidente, quando eu mandei esta emenda demonstrei a necessidade que ha de se votar 20:000\$ rs. para esse serviço, porque 10.000\$ rs. que a commissão incluiu na lei do orçamento não chegam para nada.

Nas ruas principaes do centro da cidade não ha calçamento; digo principaes, porque não ha quem conteste isto. A unica rua que temos calçada é a Brasileira; travessa não temos nenhuma.

Não é com dez contos de rs. que ellas se hão de calçar. Foi por isto que eu quize elevar essa verba.

Mostrei mais que estes dez contos de rs. divididos e subdivididos nesse contracto ficarão reduzidos a metade, e augmentando-se mais dez contos de réis viremos a ter o que poderíamos obter com dez contos.

O sr. Dias dos Santos:—E' uma theoria esquisita!

O sr. Ferraz:—E' exacto; é uma theoria que se prova na pratica.

Já demonstrei a primeira vez que fallei, como se opera este phenomeno que é pouco mais ou menos pela maneira seguinte.

O contractante de facto por motivos especiaes não se quer apresentar; manda outro que o representa, é preciso dividir o bolo com este...

O sr. Sympson:—E' um absurdo.

O sr. Miranda Leão:—V. exc. só entende de militancia; de contractos não entende nada. V. exc. com isto fere a administração e o inspector do thesouro que fazem os contractos.

O sr. padre Fernandes:—Isto chama-se patota.

O sr. Ferraz:—E' calculo que estou no meu direito de fazer.

O sr. Miranda Leão:—Erradamente.

O sr. Sympson:—E' um principio falso, do qual só pôde chegar a falsas conclusões.

O sr. Ferraz:—Já vê v. exc. que com os 20:000\$ réis poderemos obter o mesmo resultado que com os 10:000\$000 réis.

Um sr. deputado:—E' um máo calculo.

O sr. Ferraz:—Apresentei um projecto na casa autorizando a despender-se com este ramo de serviço publico 30:000\$000 réis; morreu na 2.^a discussão sem receber o *requiescat in pace*.

Eu realmente em materia de cifras não sou muito forte; aprendi apenas as quatro operações; mas nesse pouco que sei, não peço permissão a v. exc.

O sr. Miranda Leão:—Nem eu a v. exc.

O sr. presidente:—Atenção!

O sr. Ferraz:—Quando apresentei o meu projecto elle cahiu, porque houve quem dissesse que era um luxo o calçamento das ruas, entretanto sempre se consignou esses dez contos de réis na lei do orçamento. Ora se é luxo, para que a commissão votou esses 10:000\$000 réis mesmo?

O sr. Miranda Leão:—Não foi de certo nenhum dos membros da commissão que deu esse aparte.

O sr. Ferraz:—Não foi; mas já vê v. exc. que é uma necessidade; e se é uma necessidade, para que ella marcou somente 10:000\$000 réis que para nada chegam?

O sr. Miranda Leão:—Eu voto pelo augmento, mas não é por essas razões que o nobre deputado tem expellido.

O sr. Antony:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Antony:—E' somente para declarar que voto pela emenda do sr. Ferraz.

O sr. Dias dos Santos:—E eu voto contra apezar de tudo.

O sr. Antony:—Dez contos de réis não chegam para cobrir de calçada as ruas mais importantes da cidade.

Passou o anno passado uma lei para se concertar a rampa da praça Tamandaré; só isto absorverá todos os dez contos de réis.

O sr. Symphon:—Não se trata de rampa.

O sr. Antony:—Mas uma lei que o sr. Mavignier apresentou.

O sr. Mavignier:—Mas não tem de sahir dessa verba; não implica com ella.

O sr. Miranda Leão:—Autorisou-se a presidencia a despendar o que fosse necessario para esse concerto.

O sr. Antony:—Mas tem de sahir dessa verba de calçamento, não pode sahir de outra.

Mas, como disse, com tantas ruas para calçar, algumas que até estão intransitaveis; são verdadeiros precipícios. Vinte contos de réis mesmo é insufficiente, quanto mais dez contos.

O sr. Miranda Leão:—V. exc. concorda com a theoria do sr. Ferraz?

O sr. Antony:—Não sei qual foi a theoria, porque não estava na casa.

O sr. Symphon:—Sr. presidente, tendo de sustentar a emenda que apresentei reduzindo a verba de vinte contos de réis votada para calçamento a dez contos somente, conforme a commissão de fazenda entendeu que devia consignar na lei do orçamento, em virtude de ter compulsado todos os documentos relativos as finanças e chegado á conclusão de que não se podia votar maior quantia sob pena de comprometter as finanças da provincia, venho sustentar a opinião da commissão e combater a emenda do sr. Ferraz, que eleva a vinte contos de réis essa verba de despeza.

S. exc. entre outras cousas que disse, ouvi pronunciar-se que era necessario que esta assembléa votasse essa quantia de vinte contos para o calçamento, visto como tornava-se um serviço urgentissimo.

Sr. presidente, não vejo que seja tão urgentissimo; é necessario, mas pode-se ir fazendo lentamente, sem se impôr de chofre tão grande sacrificio aos cofres provinciaes.

Esta quantia votada na lei do orçamento julgo que é sufficiente para o exercicio em que tem ainda de vigorar.

S. exc. em sustentação de sua emenda estabeleceram uma theoria curiosa acerca das divizões do preço dos contractos, pela qual chegou a engenhosa conclusão de que para se ter serviço correspondente a dez contos de réis, é necessario empregar vinte!

Eu não sei aonde quer o nobre deputado chegar com essa sua theoria, ou antes, qual o alvo que attingem os seus epigrammas, porque não posso dar outra classificação a essa theoria; mas v. exc. sabe que as obras publicas ou são feitas por arrematação, ou por administração.

No 1.º caso precede o orçamento e planta das obras publicas, e sob esta base é que se faz a arrematação perante o thesouro, que afinal é approved pelo presidente.

O sr. Antony:—Abre-se a concorrência; recebe-se as propostas em cartas fechadas.

O sr. Symphon:—Se é por administração precebe igualmente planta e orçamento organisados pelo engenheiro, ouve-se a repartição de obras publicas &c. Por tanto não se pode dizer que o empreiteiro se locupleta com o preço do contracto, fazendo somente serviço correspondente a metade da quantia que recebe.

Para isto é preciso admittir a connivencia de muita gente para divizão de um monte tão diminuto; era preciso fazer entrar o engenheiro, o inspector do thesouro e o presidente da provincia nesta.... *patota!* (*hilaridade*). Não tenho outra expressão mais decente que corresponda a esta idéa.

O sr. Miranda Leão:—E' só a conclusão que se pode tirar.

O sr. Symphon:—Sr. presidente, a quantia de dez contos de réis votada é mais que sufficiente; nós não podemos ir na carreira; é preciso irmos empregando as rendas da provincia a medida que se póde.

O sr. Ferraz:—Entretanto gasta-se dinheiro com arborisação das ruas quando a cidade esta cheia de matto.

Um sr. deputado:—E' mais hygienico.

O sr. Symphon:—Além disto a casa tem dado autorisações ao presidente de que elle pode lançar mão (apoiado).

(Trocam-se apartes.)

O sr. Symphon:—Póde não ser preciso, mais uma vez dada a autorisação é claro que elle póde uzar della, e se elle quizer uzar desses creditos legislativos, teremos de lutar novamente com o deficit.

Se dez contos não é bastante, também entendo que não chegam para todo o calçamento da cidade, e assim vamos devagar, graduando as forças da provincia e attendendo ao mesmo tempo a outras necessidades mais urgentes.

Tenho concluido.

Encerrada a discussão é approved a emenda.

Entra em discussão o parecer da commissão especial sobre a resolução que remitte a divida de Antonio José Serudo Martins, devolvida pela presidencia sem sanção.

Foi adoptada por dous terços de votos dos membros presentes.

Entram em discussão e não são adoptados por dous terços os pareceres da commissão especial sobre a resolução que autorisa a despesa de 7:000\$000 réis, com o dictionario geographico da provincia do Amazonas, e da grammatica e dictionario da lingua indigena de Pedro Luiz Symphon; a que autorisa a indemnisação de 70 \$000 réis ao bacharel Ernesto Rodrigues Vieira.

E' approved o parecer da commissão de fazenda sobre a pretensão de Felinto Elysio Fernandes de Moraes.

Entra em 3.ª discussão o projecto n.º 18.

O sr. Ferraz:—Diz que mais uma vez vae occupar a attenção da casa para se oppôr a este projecto.

O sr. Dias dos Santos:—Eu acompanharei a v. exc.

O sr. Ferraz:—Começará pelo art. 1.º (lê). Por esta disposição se fixa a subvenção dos estudantes em 1:200\$000 réis, para cada um, ao passo que temos subvencionados desde 240\$000 réis até 1:200\$000 no maximo.

S. exc. foi prodigo nos subsidios, querendo resumil-os.

Quando a questão de filhos da provincia já se tornou sedicã a argumentação exhibida pró e contra, e por isso prescinde della.

O orador julga também desnecessaria esta clausula de ter feito o curso completo do lyceu qualquer que seja o destino do estudante subsidia do porque aquel-

dividido

les que vão cursar artes que não exigem muitos desses preparatorios terão perdido o seu tempo inutilmente.

Quem se destina a ser musico ou pintor para que quer todo esse curso de preparatorios.

O sr. padre Fernandes:—Até para ser carpina e alfaiate se precisa saber preparatorios.

O sr. Ferraz:—Todos tem necessidade de saber; e seria bom que todos tivessem uma instrucção bem desenvolvida, mas não devem exigir estudos desnecessarios a profissão que se tem de seguir.

Quanto a disposição que estabelece que o estudante com duas approvações simpliciter perde o direito ao favor da lei, o orador considera um luxo de rigor.

Já demonstrou a facilidade com que se pôde lançar um R, em um exame e prejudicar um estudante aliás de boa intelligencia e conducta regular.

Um filho do sr. Páo Brazil, aliás moço estudioso, segundo consta, foi victima na Bahia de uma destas injustiças pelo capricho de um lente.

Um sr. deputado:—Foi porque a congregação quiz.

O sr. Ferraz:—Não sabe se foi porque a congregação quiz, porque isto passou-se na Bahia, mas estas foram as informações que o pae teve.

Encerrada a discussão o sr. presidente declara que vai submeter o projecto a votação tal qual se acha.

O sr. Ferraz:—(Pela ordem) Diz que quando se discutio o projecto perguntou se estavam em pé as emendas offerecidas, e v. exc. disse que sim.

O sr. presidente:—Diz que o projecto foi refundido e que o autor do projecto primitivo pedindo preferencia para o seu, não podia comprehender nelle as emendas que não eram suas; que se deve suppôr contrarias ao seu pensamento.

Posto a votos é approvado e vai a redacção.

Nada mais havendo a tratar-se, designa-se para ordem do dia seguinte:

1.ª Parte.—Projectos, pareceres, indicações e requerimentos.

2.ª Parte.—Discussão da redacção do projecto n.º 14—e o mais que occorrer.

Levanta-se a sessão.

Sessão em 26 de Maio de 1879.

Presidencia do sr. Amorim.

As 11 horas da manhã feita a chamada, acham-se presentes os srs. Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Ferraz, Torres, Sympson, Baptista Rodrigues, Dias dos Santos, Chrysostomo, Tapajós, Antony e Miranda Leão.

Havendo numero legal abre-se a sessão.

Lida a acta da anterior é approvada.

O sr. 1.º secretario da conta do seguinte

Expediente:

1.º Um officio do secretario do governo de 24 do corrente communicando haver s. exc. sancionado a resolução da assembléa que concede um anno de licença ao amanuense da secretaria da mesma Manoel José Zuany de Azevedo:—Inteirada.

2.º Um requerimento de Miguel Pereira Franco, pedindo a nomeação de porteiro desta assembléa.—Fica sobre a mesa.

Ordem do dia—1.ª parte.

O sr. Ferraz:—Lê e manda a mesa a seguinte indicação:

Indico que a mesa desta assembléa nomeie Pedro Mendes Gonçalves Pinheiro para o lugar de porteiro da mesma, em substituição do cidadão Raymundo Salles Monteiro Tapajós, que substituirá o amanuense

Manoel José Zuany de Azevedo, licenciado por um anno. Pago da assembléa provincial, 26 de Maio de 1879.

— O deputado, Ferraz.

O sr. presidente:—Está em discussão.

O sr. sr. Sympson:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Sympson:—(Pede a indicação; é satisfeito)

Sr. presidente, eu já uma vez me pronunciei contra indicação de ordem desta como a que apresentou o nosso illustre collega o sr. Dias dos Santos. Agora o sr. Ferraz acaba de apresentar a consideração da assembléa uma indicação autorisando a mesa para nomear porteiro, cujo lugar ainda não está vago.

Ora, sr. presidente, ou esta assembléa tem o seu regimento que é a lei da casa, e nós todos devemos observar para que não sejam os artigos infringidos, porque importa nullificar tudo, ou não devemos ter leis da assembléa. Se nós temos um regimento que trata da materia no seu artigo 240 que se expressa assim: (lê) «Os lugares vagos serão providos pela assembléa sob proposta da mesa, quando esteja reunida, ao contrario pelo presidente da assembléa interinamente sob informação do 1.º secretario, ou do official maior, na falta deste»—acho que uma indicação que se apresenta na casa infringindo esta disposição regimental não está no caso de ser adoptada.

Nós não devemos, por um precedente que passou na casa, que relevem os meus collegas, que classifique de abuso.

O sr. Ferraz:—Abrio-se com elle a vavula a outros da mesma natureza.

O sr. Chrysostomo:—Apoiado.

O sr. Sympson:—Eu acabo de ouvir um apoiado do sr. deputado Chrysostomo, eu desejava antes que s. exc. viesse a tribuna para desenvolver a materia, e demonstrar que os abusos devem assumir as proporções de cousa julgada para regular casos futuros.

Mas como ia dizendo, sr. presidente, nós não devemos, por um precedente abusivo que passou na casa, abrir a porta a quantos appareçam da mesma natureza, ou então acabe-se com o regimento.

A mesa podia, quando se apresentou aquella indicação, não ter presente aquelle artigo do regimento para resolver a questão; nem todos podem ter memoria de anno; nem conservar de cór as disposições do regimento como o sr. Miranda Leão.

S. exc. que se tem mostrado sempre mantenedor do regimento, admira como é que quer acceitar uma infracção flagrante.

Trocam se apartes.

O sr. Sympson:—Eu votarei sempre contra taes deliberações porque são offensivas da letra e espirito do regimento; porque importão nullificar attribuições conferidas pela lei que rege esta corporação.

O sr. Ferraz:—Peço a palavra.

O sr. presidente:—Tem a palavra.

O sr. Ferraz:—Sr. presidente, eu devo apresentar algumas razões para refutar a argumentação do sr. Sympson.

S. exc. baseou-se no regimento da casa que tem uma disposição que autorisa a mesa a fazer a proposta para preenchimento dos lugares vagos e submeter a deliberação da assembléa. Mas eu baseio-me tambem em um precedente da casa.

S. exc. o sr. Dias dos Santos apresentou aqui ha poucos dias uma indicação para ser nomeado um individuo para um lugar que não estava vago, a mesa declarou nessa occasião que não se considerava exaurida com essa indicação.

Um sr. deputado:—Mas se a mesa não é da confiança de v. exc.

O sr. Ferraz:—Por isso mesmo é que eu apresento a indicação.

Eu baseei-me no precedente da casa acceito pela

mesa, que não se julgou exautorada com elle, e por isto estou prompto a receber a decisão de v. exc.

O sr. Dias dos Santos—E' um beliscão que v. exc. quiz dar na mesa.

O sr. Ferraz—V. exc. foi que deu um murro.

O sr. presidente—A mesa deve declarar que na indicação do sr. Dias dos Santos, a nomeação de que trata era definitiva, porque o lugar ia vagar, e por isso ella declarou que não se sentia exautorada com essa indicação pertencida a assembléa estando esta reunida, como estava; mas neste caso é diverso porque a nomeação não é definitiva, não passa de uma simples designação; todavia eu submeterei a decisão da casa.

Posta a votos a indicação é aprovada.

O sr. Tapajós—Como relator da commissão de redacção, precedendo a licença do estylo, lê e manda a mesa as redacções dos projectos ns. 18 e 25 (orçamento provincial).

O sr. Mavignier—Lê e manda a mesa o seguinte—requerimento:

Requeiro que as redacções agora apresentadas sejam discutidas na 2.^a parte da ordem do dia de hoje.

Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas em 26 de maio de 1879.—O deputado—*Mavignier*
E' aprovado sem debate.

2.^a Parte.

Entra em discussão e é aprovada sem debate a redacção do projecto n. 14.

Entra em discussão a redacção do projecto n. 18.

O sr. presidente—Observa que no art. 1.^o ha uma expressão que altera o sentido do projecto, que resulta das palavras—e nem augmento.

O sr. Tapajós—Diz que a commissão entendeu que o sentido do projecto era conservar 4 estudantes subsidiados, mas não mandar 4 todos os annos e por isso é que acrescentou essas palavras para tornar a idéa mais clara e precisa.

O sr. Antony—Na forma do art. 137 do regimento manda a mesa a seguinte:—Emenda ao art. 1.^o—Supprimam-se as palavras—e nem augmento—Paço da assembléa legislativa provincial do Amazonas, em 26 de Maio de 1879—O deputado—*Antony*.

E' approvada a redacção salvando a emenda, e approvada tambem esta.

Entra em discussão e é approvada sem debate a redacção do projecto n. 25 (orçamento provincial).

Nada mais havendo a tratar o sr. presidente designa para ordem do dia:

1.^a Parte—Projectos, pareceres, indicações e requerimentos.

2.^a Parte—O que occorrer.

Levanta-se a sessão.

Termo de 27 de Maio de 1879.

Presidencia do sr. Amorim.

A's horas do estylo presentes os srs. deputados Amorim, Mavignier, padre Fernandes, Tapajós, Chrysostomo, Ferraz e Torres.

O sr. presidente declarou não haver sessão por falta de numero legal.

Para constar se lavrou este termo.—*Henrique Barbosa de Amorim*.—*Aristides Justo Mavignier*.—*Padre José Maria Fernandes*.

Termo de 28 de Maio de 1879

Presidencia do sr. Amorim.

A's horas do estylo presentes os srs. deputados Amorim, Mavignier, Ferraz, Tapajós, Sympson, Rodrigues, Antony, e Bento Chrysostomo.

O sr. presidente declarou não haver sessão por falta de numero legal.

Para constar se lavrou este termo.—*Henrique Barbosa de Amorim*.—*Aristides Justo Mavignier*.—*Estevão José Ferraz*.

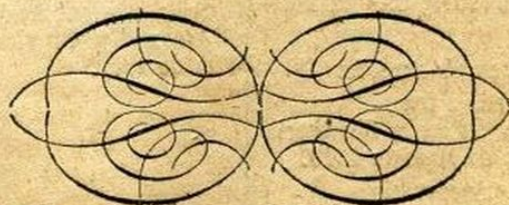
Termo de 29 de Maio de 1879.

Presidencia do sr. Amorim

As horas do estylo feita a chamada compareceram a ella os srs. deputados Amorim, Mavignier, Ferraz, Tapajós, Torres, Sympson, Barão de S. Leonardo, Rodrigues, Miranda Leão e Antony.

O sr. presidente declarou encerrada a sessão ordinaria do corrente anno.

Para constar se lavrou este termo.—*Henrique Barbosa de Amorim*.—*Aristides Justo Mavignier*.—*Estevão José Ferraz*.



Nota de M. J. M.: Causa é que, encerrada esta legislatura, apparecem leis sancionadas a 31 de maio de 1879?

LEIS PUBLICADAS PELA ASSEMBLÉA

LEI DE 6 DE MAIO DE 1879.

Autorisa o pagamento da quantia de dezeseis contos de réis (16:000\$000) a Francisco de Souza Mesquita, importancia dos pulpitos que mandou vir para a Matriz desta cidade por autorisação da presidencia da provincia.

Henrique Barboza de Amorim, professor vitalicio do Lyceo, deputado á Assembléa Legislativa provincial do Amazonas e presidente da mesma etc.

FAÇO saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Provincial decretou a lei seguinte:

Art. Unico. O presidente da provincia é autorizado a mandar pagar a Francisco de Souza Mesquita, a quantia de dezeseis contos de réis, (16:000\$000) proveniente de dous pulpitos de pedra que mandou vir para a Igreja Matriz desta cidade por autorisação da presidencia da provincia: revogadas as disposições em contrario.

Não tendo sido sancionada pela presidencia da provincia por lhe parecer exorbitante e entender que somente deve ser paga a quantia que fôr arbitrada por peritos, foi adoptada por dous terços dos membros presentes.

Reenviada novamente, e ainda assim não tendo sido sancionada, deliberou a mesma Assembléa, por acto de hoje, que fosse publicada nos termos do art. 49 do acto adicional a constituição politica do imperio.

As autoridades, á quem o conhecimento e execução da referida lei possa pertencer, a cumpram, e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem.

O 1.º secretario da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Paço da Assembléa Legislativa do Amazonas, aos 6 dias do mez de Maio de 1879, 58.º da Independencia e do Imperio.

L. S. Henrique Barboza de Amorim

O official Manoel Nery da Fonseca a fez
Sellada e publicada a presente lei nesta Secretaria d'Assembléa aos seis dias do mez de Maio de 1879.

O 1.º Secretario,
Aristides Justo Mavignier.

LEI DE 5 DE JUNHO DE 1879.

Remitte a divida de oito contos de réis porque se obrigou Antonio José Serudo Martins, fiador do ex-collector provincial Agostinho Domingues de Carvalho.

Henrique Barboza de Amorim, professor vitalicio do Lyceo, deputado á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas e presidente da mesma, etc.

FAÇO saber a todos os seus habitantes que a Assembléa decretou a Lei seguinte:

Art. 1.º E' remittida a divida de oito contos de réis porque se obrigou Antonio José Serudo Martins, fiador do ex-collector, Agostinho Domingues de Carvalho, de cujo poder foi roubada aquella importancia.

Não tendo sido sancionada pela presidencia da provincia por lhe parecer não ser da competencia da assembléa a remissão de divida, foi adoptada por dous terços dos membros presentes.

Reenviada novamente, e ainda assim não tendo sido sancionada, é ella publicada nos termos do art. 49 do acto adicional a constituição politica do imperio.

A's autoridades, á quem o conhecimento e execução da referida lei possa pertencer, a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem.

O 1.º secretario da assembléa legislativa provincial do Amazonas a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Paço da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas aos cinco dias do mez de Junho de 1879, 58.º da Independencia e do Imperio.

L. S. Henrique Barboza de Amorim.

O official Manoel Nery da Fonseca, a fez.

Sellada e publicada a presente Lei nesta Secretaria d'Assembléa Provincial aos cinco dias do mez de Junho de 1879.

1.º Secretario,

Aristides Justo Mavignier.

CARTA APOSTOLICA

Resposta dada pelo S. S. Padre, Leão XIII, em 7 de Abril de 1879, a felicitação que, conforme foi deliberado em sessão de 12 de Outubro de 1878, lhe dirigira a Mesa da Assembléa Legislativa desta Provincia em consequencia da elevação do mesmo S. S. Padre, ao Solio Pontificio.

Leo P. P. XIII.

Dilecti Filii Salutem et apostolicam Benedictionem.
Licet, ob locorum distantiam, serius ad Nos pervenerint, Dilecti Filii, gratulationes vestrae de Nostra ad Summum Pontificatum assumptione; non minus tamen illae incundae ac pretiosae Nobis obvenierunt.

Hoc enim unanime filialis pietatis officium a spectabilissimo cœtu vestro decretum perspicue prodit fidem, qua in humilitate Nostra spectatis Christi vicarium, Petri successorem, visibile Caput Ecclesiae; cui propterea adherere necessario debeant quotquot in orbe sunt membra mystici corporis Christi. Hæc autem fides, quæ ab indole et auctoritate Cœtus vestri nobilitata, auspiciatissima contingit religiosæ rei propectui, sicuti Nos recreat, delectat, ac vobis nexu vividioris obstringit caritatis; sic promittere videtur, vos validissima religionis ope sapienter usuros ad veram solidam que prosperitatem populi, cuius negocia geritis, procurandam. Et sane vos catholicos latere nequit, felicitatis etiam temporalis fundamentum situm esse in observantia divinarum et ecclesiasticarum legum; siquidem cum ipsæ eo spectent, ut vitia submoveant, cupiditates compescant, virtutes alant, odia restinguant, mutuum suadeant, et foveant amorem, obsequium impudent sacræ et humanæ auctoritati debitum, easque amico fœdere coniungant; sublati aut compressis dissidiorum causis; voluntates et vires ita in unam mentem coire compellunt et cum conferunt, civili consortio vigorem qui gentem eleve, et ad materialem quoque prosperitatem adducat.

Merito itaque confidimus, vos, quibus hæc explorata sunt, et qui curas omnes intenditis in utilitatem populi et incrementa patriæ, omni plane favore prosequuturos esse religionem, liberamque actionem Ecclesiae, quæ, cum divina efficacia ditata, sola possit mentes et corda fingere ad veram virtutem, sola etiam bonorum omnium summan potest afferre.

Lumen itaque, prudentiam, constantiam, subsidia omnia cœlestia ad tantum opus necessaria vobis adpreciamur; et eorum auspiciem, simulque pignus paternæ benevolentiae nostræ gratique animi, Benedictionem apostolicam vobis omnibus, Dilecti Filii, peramanter impertimus.

Datum Romæ apud S. Petrum die 7 Aprilis 1879. Pontificatus nostri anno secundo.

Leo P. P. XIII.

TRADUÇÃO.

Leão P. P. XIII.

Amados Filhos Saude e Benção Apostolica. Com quanto, em razão da distancia dos lugares, Nos tenhamos chegado muito tarde, Amados Filhos, as vossas felicitações por occasião de nossa elevação ao Summo Pontificado; nem por isso Nos foram ellas menos agradaveis nem de menos preço. Com effeito esta homenagem unanime de piedade filial decretada por vossa dignissima Assembléa manifesta brilhantemente a fé que vos faz ver em Nossa humildade o Vigario de Christo, successor de Pedro, chefe visivel da Igreja, a quem por consequente devem necessariamente adherir quantos no mundo inteiro são membros do corpo mystico de Christo. Ora esta fé, que ennobrecida pelo caracter e autoridade de vossa Assembléa chega até Nós como o mais feliz presagio de prosperidade para a Religião, não só Nós consola e alegra e Nós une á vós pelo vinculo de uma mais ardente caridade, senão tambem Nós promette que empregareis sabiamente o auxilio poderosissimo da religião para promover a ver dadeira e solida prosperidade do povo, cujos destinos vos estam confiados. Sim, vós catholicos não podeis ignorar que o fundamento da felicidade mesmo temporal consiste na observancia das leis divinas e ecclesiasticas; pois que, tendo ellas por fim extirpar os vicios, refrear as paixões, alentar as virtudes, extinguir os odios, inspirar e avivar a mutua caridade, commanda o respeito devido á autoridade divina e á autoridade humana, congrassando-as por uma alliança sincera; destruidas ou reprimidas as causas de discordias, impellem de tal forma as vontades e energias para um só fim e imprimem a sociedade civil aquelle vigor que é capaz de elevar os povos e conduzi-los á prosperidade mesmo material.

E' pois com razão que confiamos que vós, a quem não escaparam estas considerações e que empenhaes todos os vossos esforços em prol do bem publico e do engrandecimento de vossa patria, despensareis a mais larga protecção á religião e a livre acção da Igreja; porque ella só, enriquecida com a divina efficacia, sendo capaz de formar os espiritos e as corações para a verdadeira virtude, só ella tambem pode trazer a somma de todos os bens.

Portanto luz, prudencia, constancia, todos os soccorros do Ceo necesarios á tão grande empresa é o que pedimos para vós; e em auspicio dos mesmos dons e ao mesmo tempo como penhor de Nossa paternal benevolencia e gratidão, a vós todos, Amados Filhos, Vos damos com toda a effusão do Nosso Amor a Benção Apostolica.

Dado em Roma, em S. Pedro, aos 7 de Abril de 1879.

Do Nosso Pontificado anno segundo. (Assignado)
Leão P. P. XIII.

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.



**ACERVOS
DIGITAIS**

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804

cdmam@cultura.am.gov.br

acervodigitalsec@gmail.com



**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E
MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM**